

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

ABNER ANTÔNIO FERREIRA

**ENTRE A NOTÍCIA E O ÓDIO: jornalismo, reverberação acrítica e a
legitimação simbólica do autoritarismo no Brasil**

**GOIÂNIA
2025**



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Abner Antônio Ferreira

3. Título do trabalho

ENTRE A NOTÍCIA E O ÓDIO: jornalismo, reverberação acrítica e a legitimação simbólica do autoritarismo no Brasil

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

12/06/2025, 09:00

Sistema Eletrônico de Informações - Documento para Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Abner Antonio Ferreira, Discente**, em 10/06/2025, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Signates Freitas, Professor do Magistério Superior**, em 11/06/2025, às 22:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5430991** e o código CRC **BAAE57DE**.

Referência: Processo nº 23070.023157/2025-41

SEI nº 5430991

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

ABNER ANTÔNIO FERREIRA

**ENTRE A NOTÍCIA E O ÓDIO: jornalismo, reverberação acrítica e a
legitimação simbólica do autoritarismo no Brasil**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de mestre em Comunicação - Defesa.

Área de concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de pesquisa: Mídia e Cidadania.
Orientação: Professor Dr. Luiz Antônio Signates Freitas.

**GOIÂNIA
2025**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ferreira, Abner Antônio
ENTRE A NOTÍCIA E O ÓDIO: jornalismo, reverberação acríica e a
legitimação simbólica do autoritarismo no Brasil [manuscrito] / Abner
Antônio Ferreira. - 2025.
197 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Signates Freitas.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2025.
Bibliografia. Anexos.

1. Jornalismo político.. 2. Reverberação acríica.. 3. Discurso de ódio. .
4. Legitimação simbólica. . 5. Democracia.. I. Freitas, Luiz Antônio
Signates, orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **21/2025** da sessão de Defesa de Dissertação de **Abner Antônio Ferreira**, que confere o título de Mestre em Comunicação, na área de concentração em Comunicação, Cultura e Cidadania.

Aos dois dias de junho de dois mil e vinte e cinco, a partir das catorze horas, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“ENTRE A NOTÍCIA E O ÓDIO: jornalismo, reverberação acrítica e a legitimação simbólica do autoritarismo no Brasil”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Luiz Antonio Signates Freitas com a participação dos demais componentes da Banca Examinadora: Professora Doutora Ângela Teixeira de Moraes (PPGCOM/FIC/UFG), avaliadora titular interna, e Professor Doutor Luiz Carlos do Carmo Fernandes (Unialfa), avaliador titular externo, com a participação de todos por videoconferência. Durante a arguição os componentes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **APROVADO** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Luiz Antonio Signates Freitas, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos componentes da Banca Examinadora, aos dois dias de dois mil e vinte e cinco.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Signates Freitas, Professor do Magistério Superior**, em 02/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Teixeira De Moraes, Professor do Magistério Superior**, em 02/06/2025, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos do Carmo Fernandes, Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 08:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5371756** e o código CRC **CD8B08FD**.

Referência: Processo nº 23070.023157/2025-41

SEI nº 5371756

Aos que, como eu, carregam no corpo e na alma marcas que são mapas — traços visíveis e invisíveis de uma caminhada feita de coragem, dúvida, luta e esperança. Àqueles que sabem que cada cicatriz, cada traço, cada escolha são declarações silenciosas de pertencimento, resistência e sonho. Este trabalho é dedicado a todos que, tal como eu, ousam “inscrever” no mundo sua história, sem medo da permanência ou da transformação.

AGRADECIMENTO

Em algum ponto que já não sei se era começo ou desfecho — porque, às vezes, o tempo decide dar um nó — dei-me conta de que precisava desmontar o que eu era. Lembro vagamente da cena: crachá brilhando, cofres de um banco ao fundo, e eu, de repente, escolhendo trocar a sofisticação do que há de mais capitalista no mundo, por corredores onde a Educação respira e suspira em silêncio. Não foi origem nem destino: foi só mais uma estação dessa viagem em que a vida, como canta Oswaldo Montenegro em “A Lista”, insiste em perguntar quais sonhos ainda cabem, quais amigos permanecem, e quantas versões de nós mesmos sobreviverão à próxima dobra do roteiro. Em cada resposta provisória, parti de novo — cacos pelo chão, reinventado em mil peças de manufatura humana, remontadas dia após dia.

“Faça uma lista dos grandes amigos, dos sonhos que você já teve...”, insiste o poeta. Alguns ficaram, outros se foram; o tempo, maestro impassível, dissolveu notas falsas e preservou a melodia essencial.

Se esta dissertação fosse filme, a cena de abertura mostraria meu salto para o escuro ao som de “*Bohemian Rhapsody*”: ópera, rock e confissão embaralhados num só acorde, lembrando que a vida raramente cabe num compasso (im) previsível.

Desse prelúdio nasce o dever de agradecer aos que, de modo decisivo, sustentaram minha longa jornada de construção; a eles dirijo meu reconhecimento sensível.

A Deus, mestre invisível desta epopeia, minha reverência: foi Ele quem alinhavou cada cena quando o roteiro parecia rasgado, e por incrível que pareça em peças inimagináveis, me carregou quando não pude caminhar, desenhou o impensável e permitiu que minha reconstrução fosse possível.

Pai, a tua grandeza de ser pai é o farol que me guia. Ainda tento descobrir como calçar aquele teu clássico tênis preto Rainha sempre cheio de talco em pó — sem jamais suavizar o odor de passos lacerantes no labor incansável que sustentou nosso lar —, sem deixar rastros pela casa; é o meu jeito atrapalhado de dizer que quero caminhar nos teus passos — mesmo que eu ainda esteja aprendendo a amarrar o cadarço da vida.

Mãe, somos feitos do mesmo fio de pensamento: basta um olhar e as frases já nasceram completas na atmosfera entre nós, você sempre diz isso e é a mais pura verdade. A cada passo — largo ou curto, fiasco ou façanha — lá estavas tu, pronta. Se este agradecimento tivesse mais duzentas páginas, eu as preencheria com infinitas histórias em que foste protagonista, tecendo em mim uma vida, um homem, um caráter — e, ainda assim, faltaria espaço para contar tudo.

Sinara, minha querida irmã que o universo me confiou, personificas o que chamo de amor relutante — aquele que se garante e insiste em existir, mesmo quando pedras surgem pelos caminhos —, e ainda que te expresses em afagos parcimoniosos, às vezes estranhos à minha alma, abraças-me com teimosia e borbulhas alegria nos intervalos do dia. É minha verdade e meu mistério: espelho que inquieta e revela, companheira de risos, silêncios e memórias subterrâneas de infância, juventude e vida.

Débora, minha amada, entraste na minha vida como um furacão — ou, talvez, um tsunami estrondoso: derrubaste velhas paredes, carregaste destroços para bem longe e depois construístes, com paciência — que insiste em não ter — de artesã, uma nova casa no exato lugar onde antes havia ruínas. Entre desconstruções e alicerces frescos, resolveste a coisa mais difícil: simplesmente amar. Sob teu cuidado, aprendi a ser um pai melhor, mesmo quando a geografia insiste em lembrar distâncias; descobri que a presença pode atravessar quilômetros se houver ternura suficiente nos gestos. Em ti encontrei parceira de segredos, cúmplice de “crimes”, de artes e aventuras, confidente nas madrugadas em que o silêncio apertava o peito — e, sobretudo, um amor que decidiu ficar mesmo quando o vento soprava na direção contrária. Obrigado por me reinventar — e, ao mesmo tempo, guiar minhas mãos para que eu me reinventasse.

Lara, minha menina de olhos que carregam constelações inteiras, foste — e continuas sendo — a bússola mais verdadeira do meu caminho. Quando tudo parecia embaralhado, bastava contemplar o brilho do teu olhar para saber se era hora de lançar âncora ou içar velas. Vi teus sonhos balançarem ao vento e, mesmo assim, tu floresceste com uma coragem que me desafia a ser melhor a cada amanhecer. Cresces e me mostras, dia após dia, que amor é também constância: estar presente mesmo quando o relógio ou o mapa tentam dizer o contrário. Obrigado por me ensinares que ser pai não é apenas oferecer o porto, mas também aprender a velejar pela tua maré — celebrando tuas descobertas, guardando tuas delicadezas e, sobretudo, aplaudindo a mulher luminosa em que te transformas. Se a vida é uma coleção de livros, tu és o meu favorito e sempre que preciso me lembrar de quem sou eu releio como se fosse a primeira vez.

Álvaro, basta a covinha que se acende no teu sorriso para encerrar qualquer debate: és meu retrato, tanto na face quanto no jeito de sentir o mundo. Há quem diga, apontando a bochecha espelhada, que “não tem como negar” — e eu me alegro, porque nenhum exame supera essa prova luminosa. Obrigado por partilhar comigo essa marca e, mais ainda, a personalidade que a faz surgir: sensível, curiosa e generosa. Em cada riso teu, reconheço o melhor de nós dois.

Izadora, teus abraços são uma coreografia única: meio constrangida, meio esmagadora — típica de quem já quer ser adulta, mas ainda rema nas águas turvas da puberdade. Entre uma provocação espirituosa e outra, tu me laças com esse “semi-abraço-de-urso-polegar” e me lembrás que crescer também é bagunçar. Obrigado por esse afeto meio torto, meio genial, que faz de ti minha adulta adolescente favorita.

Viviane, prima com “crachá” de irmã, obrigado por estar lá nos “dias frios” — daqueles em que a gente precisava de cobertor e gargalhada na mesma medida. Entre discussões filosóficas que viram piada interna e piadas que, de repente, descambam para conselhos de vida, tu consegues o feito de me provocar e me acolher na mesma frase. Obrigado por lembrares, sem alarde, que minha teimosia é combustível e não defeito; e por me emprestares tua coragem sempre que a minha parece titubear.

Professor Luiz Signates, obrigado por transformar minhas ideias soltas em caminho claro, sempre com rigor e gentileza.

Professora Ângela e Professor Luiz Carlos do Carmo, sou grato pelo cuidado com que leram meu trabalho e pelas sugestões certas que o tornaram melhor.

Sem o apoio e a atenção de vocês três, esta dissertação não teria chegado a bom porto.

Por fim, deixo minha reverência à minha amiga espiritual que não dorme nunca. Os teus recados agudos — às vezes sussurro, às vezes trovoada — reajustam meu rumo e reacendem a bússola de meu espírito quando a névoa ameaça encobrir o horizonte.

A todos que se reconhecem nestas linhas, meu abraço permanente. Que as páginas seguintes sejam, mais que resultado, um gesto de gratidão convertido em aprendizado partilhado.

RESUMO

A presente dissertação analisa criticamente o papel da mídia brasileira na legitimação simbólica dos discursos de ódio proferidos por Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018. Inserida no campo da teoria crítica da comunicação, a pesquisa parte da hipótese de que, ao invés de tensionar eticamente os enunciados autoritários, a grande imprensa operou como um vetor de reverberação acrítica, reproduzindo falas violentas sem os necessários filtros ético-normativos, colaborando, assim, para sua naturalização no espaço público democrático. O objetivo geral do estudo é examinar como o jornalismo brasileiro, ao cobrir as falas de ódio de Bolsonaro, reforçou simbolicamente sua retórica autoritária, fragilizando os fundamentos da cidadania comunicacional. O tema é contextualizado no cenário político-social que levou à ascensão de Jair Bolsonaro, marcado por crises institucionais, polarização extrema e um ambiente midiático vulnerável a pressões mercadológicas e ideológicas. A pesquisa demonstra que o jornalismo, apesar de sua função histórica de mediador crítico, abdicou, em diversos momentos, de seu papel deliberativo, convertendo-se em um ator coadjuvante da legitimação simbólica do autoritarismo. A metodologia utilizada foi qualitativa, baseada na análise de conteúdo. O *corpus* empírico é composto por matérias jornalísticas publicadas por veículos de grande alcance e influência no Brasil: UOL, G1, Folha de S. Paulo, Exame, Metrôpoles, Extra e BBC News Brasil. As matérias selecionadas cobrem os episódios mais emblemáticos da campanha eleitoral de 2018 e foram analisadas a partir de oito categorias criadas como resultado da pesquisa. O referencial teórico mobiliza autores clássicos e contemporâneos da teoria crítica da comunicação, como Pierre Bourdieu (1997), Jürgen Habermas (1984), Stuart Hall (2003), Gaye Tuchman (1978), Luiz Signates (2011; 2019), Cass Sunstein (2018) e Robert McChesney (2013). Estes autores fornecem os fundamentos para compreender o jornalismo como campo atravessado por disputas simbólicas e interesses ideológicos, bem como para analisar as práticas midiáticas em contextos de radicalização política e crise democrática. A conclusão da dissertação confirma a hipótese inicial: o jornalismo brasileiro, ao privilegiar estratégias editoriais pautadas na espetacularização, na neutralidade ritualizada e na lógica mercadológica, contribuiu decisivamente para a legitimação simbólica dos discursos autoritários de Jair Bolsonaro. As análises demonstram que as matérias estudadas reforçaram a imagem do candidato, minimizaram a gravidade de suas falas e silenciaram as vozes das populações atingidas, como LGBTQIA+, mulheres, indígenas e outros grupos vulnerabilizados. A dissertação, portanto, alerta para a necessidade urgente de reconfigurar a ética jornalística e reafirma o compromisso do campo acadêmico em tensionar criticamente o papel da mídia na defesa da democracia e da cidadania comunicacional.

Palavras-chave: Jornalismo político. Reverberação acrítica. Discurso de ódio. Legitimação simbólica. Democracia.

ABSTRACT

This dissertation critically analyzes the role of the Brazilian media in the symbolic legitimation of hate speech delivered by Jair Bolsonaro during the 2018 presidential campaign. Framed within the field of critical communication theory, the research is based on the hypothesis that, rather than ethically challenging authoritarian statements, the mainstream press operated as a vector of uncritical reverberation, reproducing violent rhetoric without the necessary ethical-normative filters, thus contributing to its normalization within the democratic public sphere. The main objective of the study is to examine how Brazilian journalism, in covering Bolsonaro's hate speech, symbolically reinforced his authoritarian rhetoric, thereby weakening the foundations of communicational citizenship. The topic is contextualized within the political and social landscape that led to Bolsonaro's rise, marked by institutional crises, extreme polarization, and a media environment vulnerable to market and ideological pressures. The research demonstrates that journalism, despite its historical role as a critical mediator, abdicated its deliberative function at various moments, becoming a secondary actor in the symbolic legitimation of authoritarianism. The methodology adopted was qualitative, based on critical discourse analysis. The theoretical framework mobilizes classic and contemporary authors of critical communication theory, such as Pierre Bourdieu (1997), Jürgen Habermas (1984), Stuart Hall (2003), Gaye Tuchman (1978), Luiz Signates (2011; 2019), Cass Sunstein (2018), and Robert McChesney (2013). These authors provide the foundation for understanding journalism as a field traversed by symbolic disputes and ideological interests, as well as for analyzing media practices in contexts of political radicalization and democratic crisis. The dissertation concludes by confirming the initial hypothesis: Brazilian journalism, by privileging editorial strategies rooted in spectacularization, ritualized neutrality, and market logic, decisively contributed to the symbolic legitimation of Jair Bolsonaro's authoritarian discourse. The analyses demonstrate that the studied articles reinforced Bolsonaro's image, downplayed the gravity of his statements, and silenced the voices of affected populations such as LGBTQIA+, women, Indigenous peoples, and other vulnerable groups. Therefore, the dissertation highlights the urgent need to reconfigure journalistic ethics and reaffirms the commitment of the academic field to critically examine the role of the media in defending democracy and communicational citizenship.

Keywords: Political journalism. Uncritical reverberation. Hate speech. Symbolic legitimation. Democracy.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| CAPÍTULO 1 | 17 |
| 1.1. Trajetória Política de Jair Bolsonaro | 17 |
| 1.2. Eleições Críticas | 20 |
| 1.3 O jornalismo como instituição | 27 |
| 1.4 Ataque à mídia: o papel do discurso de ódio e das <i>fake news</i> | 29 |
| 1.4.1 A construção do inimigo e o discurso excludente..... | 32 |
| 1.4.2 A retórica do ódio como estratégia política | 34 |
| 1.4.3 Impactos sociais e desafios para a democracia | 35 |
| 1.5 Ascensão de um líder populista em meio à crise de representatividade no Brasil | 36 |
| CAPÍTULO 2 | 38 |
| 2.1 Cidadania e Comunicação | 39 |
| 2.2 Jornalismo Político e suas Funções na Democracia..... | 49 |
| 2.2.1 A imprensa como mecanismo de vigilância e fiscalização | 51 |
| 2.3 Redes Sociais, Convergência Midiática e a Amplificação dos Discursos | 53 |
| 2.3.1 Polarização, desinformação e a manipulação algorítmica do debate público | 55 |
| 2.4. Pressões Estruturais e a Reprodução Acrítica no Jornalismo | 57 |
| 2.4.1 Dependência de fontes institucionais e o viés da oficialidade | 58 |
| 2.5. O Discurso de Ódio no Jornalismo | 59 |
| 2.6. Implicações para a Prática Profissional e a Formação Ética dos Jornalistas..... | 62 |
| 2.6.1. A formação ética dos jornalistas | 63 |
| 2.7 Desafios éticos e estruturais do jornalismo na era da desinformação e da polarização | 65 |
| CAPÍTULO 3 | 67 |
| 3.1 Metodologia de Análise de Conteúdo..... | 68 |
| 3.2 Procedimentos de coleta de dados | 71 |
| 3.3 Delineamento do <i>corpus</i> e categorização dos discursos | 73 |
| 3.4 Etapas de Análise..... | 75 |
| 3.4.1 Estratégia de Categorização e Procedimentos Práticos..... | 75 |
| 3.5 Análise de conteúdo como ferramenta para investigar a reverberação de discursos de ódio na mídia | 87 |
| CAPÍTULO 4 | 89 |
| 4.1 Eixos empíricos da reverberação acrítica no jornalismo..... | 90 |
| 4.1.1 Reforço Positivo da Imagem..... | 93 |
| 4.1.2 Inversão da Lógica da Responsabilização | 96 |
| 4.1.3 Falsa Simetria | 101 |
| 4.1.4 Silenciamento de Vozes Dissonantes..... | 106 |
| 4.1.5 Reforço da Polarização e da Retórica da Guerra Cultural | 114 |
| 4.1.6 Reforço da Retórica do Inimigo..... | 121 |
| 4.1.7 Minimização de Falas de Ódio | 127 |
| 4.1.8 Ressignificação da Democracia como ameaça | 133 |
| 4.2 Jornalismo e Legitimação Simbólica do Autoritarismo: Análise Crítica dos Resultados Empíricos | 138 |
| CAPÍTULO 5 | 149 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 155 |
| ANEXO I..... | 160 |
| ANEXO Ia | 163 |
| ANEXO Ib | 184 |
| ANEXO II..... | 189 |
| ANEXO III | 193 |

INTRODUÇÃO

O cenário político brasileiro vivenciado a partir de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República, inaugurou uma fase de intensificação da retórica autoritária e da disseminação sistemática de discursos de ódio no espaço público. Esse fenômeno não emergiu de forma abrupta, mas foi sendo tecido ao longo das crises institucionais, econômicas e sociais que marcaram a década anterior, criando condições propícias para a ascensão de lideranças políticas identificadas com pautas ultraconservadoras, antidemocráticas e moralistas. Nesse contexto, a atuação da mídia tradicional ganhou centralidade, uma vez que, enquanto instituição democrática fundamental, o jornalismo deveria ter exercido o papel de mediador crítico, tensionando eticamente os discursos autoritários e resguardando os valores constitucionais que sustentam a democracia brasileira.

No entanto, como se demonstrará ao longo desta dissertação, o jornalismo brasileiro, ao invés de atuar como agente de resistência simbólica, operou frequentemente como reverberador acrítico dos discursos proferidos por Jair Bolsonaro, reproduzindo suas falas sem o tensionamento crítico necessário, contribuindo, assim, para sua legitimação simbólica. Esse paradoxo — em que a imprensa, ao mesmo tempo em que é alvo de ataques sistemáticos por parte de lideranças autoritárias, colabora involuntariamente para a amplificação de suas falas — constitui o cerne da presente investigação.

A relevância social e política desta pesquisa é indiscutível, especialmente em tempos de fragilidade institucional e de recrudescimento das ameaças à ordem democrática. Compreender os mecanismos simbólicos que permitem a naturalização da violência discursiva não é apenas um exercício acadêmico, mas uma tarefa urgente para o fortalecimento da cidadania comunicacional e da ética jornalística. No campo científico, esta dissertação contribui de maneira original ao propor a categoria teórica de *reverberação acrítica*, além de operacionalizar um conjunto de oito categorias analíticas que permitem mapear com rigor os dispositivos discursivos mobilizados pela mídia para (re)produzir falas autoritárias.

Essas categorias, desenvolvidas a partir da análise empírica, são: (1) reforço positivo da imagem, (2) inversão da lógica da responsabilização, (3) falsa simetria, (4) silenciamento de vozes dissonantes, (5) reforço da polarização, (6) retórica do inimigo, (7) minimização de falas de ódio e (8) ressignificação da democracia como ameaça. Cada uma delas corresponde a um mecanismo discursivo específico identificado nas matérias jornalísticas analisadas, permitindo uma leitura crítica integrada entre teoria e empiria.

O *corpus* empírico desta pesquisa é composto por matérias publicadas em veículos de comunicação de grande alcance e influência, incluindo UOL, G1, Folha de S. Paulo, Exame, Metrôpoles, Extra e BBC News Brasil. Entre as reportagens analisadas, destaca-se a matéria da Exame, publicada em 3 de setembro de 2018, intitulada “‘Vamos fuzilar a petralhada’, diz Bolsonaro em campanha no Acre”, na qual o então candidato é retratado simulando um fuzilamento ao lado de apoiadores. A matéria enquadra a fala como uma “brincadeira”, associando-se diretamente às categorias minimização de falas de ódio e reforço positivo da imagem, ao suavizar a gravidade do gesto e enfatizar a empatia do candidato com sua base.

O Extra publicou matéria semelhante, também em 3 de setembro de 2018, intitulada “Campanha confirma vídeo em que Bolsonaro fala em ‘fuzilar a petralhada do Acre’: ‘Foi brincadeira’”, reforçando o mesmo enquadramento simbólico ao tratar o episódio com leveza, o que remete à mesma lógica de minimização e reforço simbólico. Por sua vez, o G1, em sua cobertura de 6 de setembro de 2018 (“STF dá a Bolsonaro 10 dias para explicar declaração sobre ‘fuzilar a petralhada’”), apresenta um tom mais institucional, mas ainda assim reforça a prática da falsa simetria, ao colocar no mesmo plano a ameaça explícita de Bolsonaro e a reação de atores institucionais, como que se tratasse de uma controvérsia política comum.

As matérias analisadas também incluem a cobertura da Folha de S. Paulo, que em 28 de outubro de 2018 publicou o editorial “Defesa da democracia”, no qual aborda a promessa de Bolsonaro de “banir os marginais vermelhos”. Essa reportagem foi fundamental para as categorias retórica do inimigo, ressignificação da democracia como ameaça e reforço da polarização, pois apresenta, sem tensionamento crítico suficiente, a retórica de Bolsonaro que enquadra opositores como inimigos da pátria, contribuindo para uma dicotomia moralista no debate público.

O UOL Economia destacou a mesma fala de Bolsonaro na matéria “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, publicada em 21 de outubro de 2018, reiterando o enquadramento sem apresentar contrapontos substanciais, o que reforça as categorias polarização e minimização de falas de ódio. A BBC News Brasil, por sua vez, apresentou uma narrativa histórica da trajetória de Bolsonaro em sua matéria “Bolsonaro presidente: a surpreendente trajetória de político do baixo clero ao Palácio do Planalto” (28/10/2018), inserindo-se nas categorias reforço positivo da imagem e silenciamento de vozes dissonantes, uma vez que, embora contextualize o percurso político do candidato, não explora em profundidade as consequências das suas falas autoritárias sobre os grupos vulneráveis.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise de conteúdo, articulada a partir das contribuições teóricas de Bourdieu

(1997), Habermas (1984), Hall (2003), Tuchman (1978) e Signates (2019), entre outros. A análise empírica foi orientada pela técnica de categorização e por uma leitura densa das matérias jornalísticas transcritas no Anexo desta dissertação. O *corpus*, selecionado com base em critérios de relevância e representatividade, cobre os momentos mais críticos da campanha eleitoral de 2018, permitindo uma visão abrangente dos padrões discursivos mobilizados pela mídia.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos: o Capítulo 1 realiza uma contextualização histórica e política da ascensão de Jair Bolsonaro, delineando as principais estratégias comunicacionais utilizadas por sua campanha e os fatores que contribuíram para seu sucesso eleitoral; o Capítulo 2 apresenta o referencial teórico, aprofundando conceitos como cidadania comunicacional, reverberação acrítica e jornalismo político; o Capítulo 3 detalha o percurso metodológico, explicando a constituição do *corpus* e os procedimentos de análise; e o Capítulo 4 traz os resultados empíricos, articulando criticamente as categorias criadas com as matérias analisadas.

Ao final, esta dissertação busca responder a uma pergunta fundamental: como a mídia brasileira, em um dos momentos mais críticos da sua história democrática recente, abdicou de seu papel crítico e deliberativo e contribuiu para a legitimação simbólica de discursos autoritários? A resposta a essa pergunta, como se verá nos capítulos seguintes, não apenas ilumina os desafios atuais do jornalismo político, mas também aponta para a necessidade urgente de repensar a ética e a responsabilidade social da imprensa em contextos de crise democrática.

CAPÍTULO 1

Contextualização Histórica e Política de Jair Bolsonaro

Este capítulo tem como objetivo analisar a trajetória política de Jair Messias Bolsonaro, destacando como sua ascensão reflete as dinâmicas sociais e institucionais que caracterizaram o Brasil nas últimas décadas. A questão-problema central é compreender quais fatores históricos, sociais e políticos possibilitaram a emergência de Bolsonaro como uma liderança nacional relevante, marcada por discursos polarizadores e relações conflituosas com o jornalismo e instituições democráticas.

A relevância dessa questão reside na necessidade de compreender as transformações do cenário político brasileiro contemporâneo, especialmente considerando o impacto de lideranças populistas em contextos de crise institucional e econômica. A ascensão de Bolsonaro é emblemática para investigar como líderes políticos mobilizam apoio em ambientes de descrença institucional e polarização ideológica, além de analisar o papel desempenhado pelas mídias digitais nesse processo.

A abordagem do capítulo seguirá a seguinte estrutura: primeiramente, será apresentada a trajetória política de Bolsonaro, desde sua carreira militar até sua chegada à presidência. Em seguida, discutiremos o conceito de "eleições críticas" aplicado às eleições de 2018 e suas consequências para o sistema partidário e a comunicação política. Posteriormente, será analisado o papel do jornalismo enquanto instituição social, ressaltando os desafios impostos pelo avanço de discursos autoritários. Por fim, examinaremos como Bolsonaro utilizou estrategicamente discursos de ódio e *fake news* para deslegitimar o jornalismo e consolidar sua base política.

A seguir, passamos ao desenvolvimento detalhado dos tópicos mencionados.

1.1. Trajetória Política de Jair Bolsonaro

Para delinear a trajetória política de Jair Messias Bolsonaro, optou-se por iniciar com uma análise de sua ascensão em meio ao descrédito institucional e à polarização política que marcaram o cenário brasileiro nas últimas décadas.

Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955, em Glicério, São Paulo, e construiu gradualmente sua carreira política até alcançar a presidência da República. Sua trajetória foi marcada por discursos controversos que dividiram a sociedade brasileira, configurando-se

como um caso emblemático de ascensão de lideranças populistas em contextos de crise e desconfiança nas instituições políticas tradicionais.

Após formação na Academia Militar das Agulhas Negras, Bolsonaro ingressou no Exército Brasileiro, alcançando o posto de capitão. Em 1986, ganhou notoriedade após publicar um artigo na revista “Veja” criticando baixos salários militares, resultando em sua prisão por quinze dias. Esse episódio impulsionou sua entrada na política, sendo eleito vereador do Rio de Janeiro em 1988 pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

Em 1990, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, ocupando o cargo por sete mandatos consecutivos até 2019. Durante seus 27 anos na Câmara dos Deputados, apresentou 162 projetos legislativos sobre segurança pública, direitos dos militares e costumes sociais, com postura predominantemente conservadora e frequentemente em oposição a pautas progressistas.

Em 2018, filiado ao Partido Social Liberal (PSL), Bolsonaro lançou sua candidatura à presidência da República, adotando um discurso antipetista e anticorrupção que encontrou ressonância em uma parcela significativa do eleitorado brasileiro. Sua campanha foi marcada por uma forte presença nas redes sociais e por declarações polêmicas sobre diversos temas, incluindo a ditadura militar brasileira, que ele frequentemente elogiava. Em dezembro de 2008, durante uma discussão com manifestantes, Jair Bolsonaro afirmou que "o erro da ditadura foi torturar e não matar". Posteriormente, em julho de 2016, ele reiterou essa posição durante uma participação no programa Pânico, da rádio Jovem Pan, reforçando a frase polêmica: "o erro da ditadura foi torturar e não matar".

Bolsonaro venceu o segundo turno das eleições presidenciais de 2018 com 55,13% dos votos válidos, derrotando Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT). Assumiu a presidência em janeiro de 2019, prometendo reformas econômicas liberais e combate à corrupção. Sua gestão foi marcada por atritos com outros poderes, especialmente o Judiciário, e controvérsias durante a pandemia de COVID-19, devido à minimização da gravidade da doença e resistência às medidas sanitárias.

Após ser derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022, Bolsonaro enfrentou diversas investigações, incluindo acusações de participação em uma tentativa de golpe de Estado para se manter no poder. Em novembro de 2024, a Polícia Federal brasileira solicitou sua acusação formal por crimes como "abolição violenta do Estado democrático de direito" e "participação em organização criminosa".

Além disso, foi condenado a oito anos de inelegibilidade, o que o impede de concorrer a cargos públicos até 2030. A trajetória política de Jair Bolsonaro é emblemática das profundas

divisões ideológicas presentes na sociedade brasileira contemporânea, refletindo tensões entre visões ultra conservadoras e progressistas que continuam a moldar o cenário político do país.

Bolsonaro foi eleito presidente pelo então Partido Social Liberal (PSL), mas deixou a legenda já em 2019, no primeiro ano de seu mandato. Permaneceu sem filiação partidária até novembro de 2021, quando, após considerar diversas opções, ingressou no Partido Liberal (PL) junto com vários aliados políticos, incluindo seu filho, o senador Flávio Bolsonaro. Essa filiação consolidou um movimento estratégico do governo em direção ao Centrão, um grupo de parlamentares do Congresso Nacional historicamente associado ao fisiologismo e a partidos de centro-direita, com o objetivo de ampliar sua base de apoio no Legislativo e fortalecer sua candidatura à reeleição.

Esse alinhamento representou uma mudança significativa em relação à campanha de 2018, na qual Bolsonaro se posicionou como candidato antissistema e criticou duramente o Centrão. Para as eleições de 2022, sua chapa, composta por Bolsonaro e Braga Netto, foi registrada com o respaldo de uma coligação eleitoral formada pelo PL, pelo Progressistas (PP) e pelo Republicanos, consolidando a aliança com partidos tradicionalmente vinculados ao centrismo pragmático da política brasileira.

O PL, partido ao qual Bolsonaro se filiou, foi fundado em 2006 a partir da fusão de outras siglas e, em 2019, retomou sua denominação original após abandonar o nome Partido da República (PR). O Republicanos, por sua vez, é o mais recente dos três partidos, tendo sido criado em 2003 como Partido Republicano Brasileiro (PRB) e renomeado em 2019. Historicamente, é associado à Igreja Universal do Reino de Deus, uma das principais denominações neopentecostais do país. Já o Progressistas (PP) tem raízes na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que deu sustentação ao regime militar no Brasil (1964-1985), e também passou por reformulações nominais, tendo adotado sua atual designação em 2017, com a retirada do termo “partido” do nome.

Em comum, essas três legendas buscaram, por meio da renomeação, adaptar-se às demandas políticas de seus tempos, em especial no contexto da crise de representatividade e da crescente rejeição à política tradicional. Essa estratégia visou atrair eleitores em meio a apelos por "desideologização" e renovação política, ainda que tais partidos continuem identificados com o Centrão e suas práticas (Modzeleski; Calgaro, 2017).

Sendo uma chapa “puro-sangue” (chapa eleitoral em que ambos os candidatos pertencem ao mesmo partido político), em atenção ao programa partidário do Partido Liberal (2022), em destaque há alguns valores estruturantes: a democracia representativa e a defesa da

propriedade privada, visando à construção de uma sociedade e Estado livres de ideologias, já que para eles as ideologias fragmentam a sociedade, criando conflito e desunião.

Assim, a trajetória de Jair Bolsonaro evidencia o modo como discursos antissistema, alianças estratégicas e contextos de instabilidade institucional podem abrir caminhos para lideranças extremas. No próximo tópico (1.2), aprofundar-se-á a análise das eleições de 2018, evidenciando como esses elementos se articulam na formação de um cenário considerado por alguns autores como uma “eleição crítica” no Brasil, marcada pela polarização política, pela forte presença das redes sociais e pelo distanciamento em relação aos partidos tradicionais.

1.2. Eleições Críticas

A concepção de Lavareda (2020) sobre eleições normais baseia-se na realização de pleitos em contextos de relativa estabilidade política, econômica e social. Já as eleições críticas, segundo o autor, ocorrem em períodos de intensa turbulência, quando fatores como crises institucionais e econômicas tornam os resultados eleitorais menos previsíveis. Conforme o próprio Lavareda (2020) pontua: “Nas eleições de 2016 e de 2018, por exemplo, você tinha Lava Jato, crise política profunda, crise institucional, crise econômica grave, estava aberto o espaço para escolhas relativamente imprevisíveis. Eram o que eu chamo de eleições críticas”. Para ilustrar esse conceito, ele cita tanto a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018 quanto a de João Dória e Alexandre Kalil para as prefeituras de São Paulo e Belo Horizonte em 2016, respectivamente, ressaltando que esses candidatos se apresentaram como outsiders e alternativas à política tradicional.

Carreras (2012) propõe uma classificação dos candidatos em quatro categorias: *insiders*, aqueles que possuem uma trajetória consolidada em partidos tradicionais; *full outsiders*, indivíduos sem experiência política que concorrem por legendas novas; dissidentes, políticos que, apesar de já terem ocupado cargos, disputam eleições por partidos recém-criados; e amadores, que, mesmo sem experiência política, ingressam em partidos convencionais (Lavareda, 2020). No contexto da eleição de 2018, essas categorias ajudam a compreender o fenômeno Bolsonaro, que, embora tenha exercido mandatos como deputado federal por décadas, construiu sua candidatura sob a narrativa de outsider e de oposição à elite política estabelecida.

No século XX, duas grandes abordagens buscaram explicar a decisão do voto: uma centrada em fatores sociais e outra em aspectos psicológicos. Segundo Lavareda (2011), a Escola Sociológica de Colúmbia argumentava que a escolha eleitoral era influenciada por

elementos como classe social, redes de convívio (família, amigos e líderes de opinião), religião e local de moradia. Inicialmente, essa teoria via o voto como resultado de uma decisão racional alicerçada nos vínculos sociais do eleitor. Entretanto, constatou-se posteriormente que muitos cidadãos possuíam pouco conhecimento sobre os programas políticos dos candidatos em quem votavam, o que levou os pesquisadores da Escola de Colúmbia a reconhecer a existência de componentes irracionais na escolha eleitoral. Por outro lado, a Escola de Michigan enfatizava a dimensão psicológica da decisão do eleitor, destacando a influência da identificação partidária e das crenças individuais na definição de preferências políticas.

Lavareda (2011) também enfatiza a relevância dos fatores emocionais na tomada de decisão do eleitor, destacando que essa influência nem sempre ocorre de forma consciente. Segundo ele, os cidadãos frequentemente utilizam heurísticas cognitivas, ou seja, atalhos mentais inconscientes que simplificam suas escolhas eleitorais. Além disso, a decisão política pode ocorrer dentro de um quadro de "racionalidade de baixa informação", no qual características subjetivas dos candidatos, como carisma, gênero, classe social e religião, desempenham um papel determinante na definição das preferências dos eleitores.

A centralidade das emoções no comportamento eleitoral pode ser observada em diferentes perspectivas. De um lado, as eleições se estruturam em torno de narrativas morais, nas quais projetos políticos concorrentes disputam a hegemonia. Dentro desse cenário, candidatos assumem papéis de heróis e salvadores, contrapondo-se a adversários que são retratados como vilões que despertam medo e indignação. Sob outra ótica, as emoções dos eleitores são condicionadas por discursos políticos que, do ponto de vista da neurociência, buscam simplificar as complexidades da política. Assim, essas narrativas costumam seguir uma lógica dicotômica, semelhante à dos contos infantis, em que há uma clara oposição entre o bem e o mal.

Lavareda (2011), faz observações sobre a influência da emoção na decisão política dos eleitores, citando exemplos analisados por ele, como

No início da campanha, o primeiro *slogan* conservador foi: “Você não pode confiar no Partido Trabalhista”. Três meses antes da eleição, perdiam por doze pontos. Ganharam por cerca de dez. O candidato trabalhista derrotado, Neil Kinnock, comentando as estratégias dos dois partidos, cunhou a frase: “Foi uma campanha do medo sobre a esperança”, atribuindo a vitória conservadora à exploração do temor da população, contraposto às propostas do seu partido (Lavareda, 2009, s/p).

Diante desse contexto, a eleição presidencial de 2018 rompeu com a lógica de polarização entre os adversários políticos tradicionais, na qual o PSDB aparecia como principal

beneficiário da alternância de poder. Entretanto, a forte rejeição ao governo Temer, sucessor de Dilma Rousseff após o *impeachment*, afetou profundamente a credibilidade do partido. Aécio Neves, um dos principais líderes tucanos e ex-candidato à presidência, teve sua imagem fortemente desgastada por denúncias de corrupção, o que frustrou sua base eleitoral e desestruturou as chances da legenda nas eleições (Lavareda, 2020).

A insatisfação da classe média, impactada pela perda de renda nos anos anteriores, somou-se à frustração com a promessa de moralidade política defendida pelo PSDB nas campanhas contra o PT. Esse sentimento de traição política alimentou uma indignação sem precedentes, levando grande parte do eleitorado de centro-direita a romper com a legenda e abrir caminho para a ascensão de Bolsonaro. Apesar de sua longa trajetória como deputado federal, sua candidatura se fortaleceu por meio de uma retórica radical e de seu alinhamento com a extrema direita, encontrando ressonância em um eleitorado desencantado com as forças políticas tradicionais (Lavareda, 2020).

A reorganização do cenário político também favoreceu a candidatura de Bolsonaro. O PT, ao se posicionar sistematicamente contra o governo Temer, conseguiu recuperar parte do suporte eleitoral perdido desde 2016. À medida que Fernando Haddad crescia nas pesquisas, beneficiado pela transferência de votos de Lula e pela fidelidade da base petista, aumentava também o temor de uma eventual volta da esquerda ao poder (Lavareda, 2020).

O fenômeno Bolsonaro deve ser analisado a partir de múltiplas perspectivas, que incluem o antipetismo, sua reduzida estrutura partidária, a fragmentação das forças políticas e o papel da mídia no pleito. A campanha eleitoral de 2018 foi marcada por crises institucionais e econômicas, agravadas pela Operação Lava Jato e pelo desgaste de grandes legendas, como PT, PSDB e MDB. A crise econômica prolongada desde 2014 e o aumento da criminalidade fortaleceram um discurso de ordem e moralidade, criando um contexto favorável para o crescimento de candidaturas populistas. O antipetismo exerceu um papel fundamental na ascensão de Bolsonaro, intensificado pelos escândalos de corrupção e pela rejeição ao PT. Como destaca Singer (2018), “a polarização gerada por esse sentimento impulsionou uma reação conservadora, em que eleitores buscavam uma alternativa radicalmente oposta ao PT”. Bolsonaro soube capitalizar esse cenário ao se apresentar como o único capaz de impedir o retorno do partido ao poder (Lavareda; Talles, 2020).

Nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro enfrentou desvantagens em relação aos adversários quanto ao capital político e aos recursos financeiros disponíveis para a campanha. Tradicionalmente, candidatos com mais tempo de propaganda no rádio e na TV têm vantagens eleitorais, pois esses meios possibilitam comunicação ampla com o eleitorado, mas exigem alto

custo de produção e veiculação. Sem recursos financeiros substanciais, Bolsonaro optou por concentrar esforços nas redes sociais para se promover, o que se revelou decisivo para sua vitória. Enquanto seus adversários investiam na propaganda eleitoral no rádio e na TV, sua campanha seguiu por um caminho distinto, explorando as plataformas digitais.

De acordo com Speck e Cervi (apud Lavareda; Telles, 2016), “a eleição de 2018 evidenciou que o peso da comunicação digital pode, em certas circunstâncias, superar o impacto dos meios tradicionais”. Esse novo formato de campanha transformou a lógica eleitoral, permitindo que Bolsonaro utilizasse as redes sociais para estabelecer um vínculo direto com os eleitores e contornar a resistência de parte da grande mídia. Pesquisas anteriores já indicavam que o financiamento de campanha e o tempo de exposição nos meios de comunicação convencionais exerciam influência significativa sobre o desempenho eleitoral (Speck; Cervi apud Lavareda; Telles, 2016). Porém, a campanha de Bolsonaro desafiou esse modelo tradicional ao eleger as redes sociais como principal estratégia de mobilização. Em paralelo, enquanto a Rede Globo oferecia maior resistência à sua candidatura, emissoras como Band e SBT lhe conferiram visibilidade, sobretudo por meio de entrevistas.

A vitória de Bolsonaro refletiu uma reconfiguração do cenário eleitoral brasileiro, sugerindo que a influência do tempo de rádio e TV pode estar em declínio em contextos onde a comunicação política se torna mais descentralizada e interativa. Ainda que os recursos financeiros e o acesso à mídia tradicional continuem relevantes, a eleição de 2018 demonstrou que o engajamento digital pode redefinir as estratégias eleitorais e ampliar a competitividade de candidaturas que, em outros tempos, teriam menos chances de sucesso (Speck e Cervi in Lavareda e Telles (2016).

Um dos momentos mais marcantes da campanha eleitoral foi o atentado contra Bolsonaro, ocorrido em 6 de setembro de 2018, durante um ato público em Juiz de Fora, Minas Gerais. O episódio, no qual o então candidato foi esfaqueado por um indivíduo que alegou motivações políticas, teve um impacto significativo na eleição. O atentado transformou Bolsonaro em um símbolo de resistência e martírio para seus apoiadores, reforçando sua retórica de que enfrentou forças poderosas contrárias às suas propostas. “A comoção gerada [...] impulsionou Jair Bolsonaro na pesquisa Ibope para presidente da República divulgada nesta terça-feira (11). O candidato do PSL viu seu desempenho melhorar em praticamente todos os indicadores de intenção de voto, tanto no primeiro turno quanto no segundo.” (Gazeta do Povo, 2018). Além disso, a impossibilidade de participar de debates e eventos presenciais devido à sua recuperação impediu que ele fosse confrontado diretamente por seus adversários, o que pode ter contribuído para consolidar sua imagem como uma vítima do sistema político

tradicional. A ampla repercussão do episódio nas redes sociais fortaleceu ainda mais sua estratégia eleitoral e mobilizou sua base de apoio.

A fragmentação das forças de esquerda também contribuiu para a vitória de Bolsonaro. A candidatura de Ciro Gomes poderia ter constituído uma alternativa viável para eleitores insatisfeitos tanto com Bolsonaro quanto com o PT, mas a falta de unidade no campo progressista enfraqueceu a oposição. Nas eleições de 2018, um número expressivo de eleitores optou pela abstenção, voto nulo ou branco, demonstrando descontentamento com as opções disponíveis. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018) indicam que 42.466.402 eleitores (cerca de 29,6% do eleitorado) não votaram em nenhum dos candidatos no segundo turno, número relevante diante dos votos recebidos por Bolsonaro (57.797.847) e Haddad (47.040.906). Como aponta Montero (2019), a ausência de uma frente ampla contra Bolsonaro favoreceu a polarização e consolidou o antipetismo como força central no pleito.

O cenário brasileiro, embora frequentemente comparado à ascensão de lideranças como Hugo Chávez na Venezuela, guarda similaridades ainda mais significativas com fenômenos políticos recentes ocorridos em democracias consolidadas, como o *Brexit* no Reino Unido e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016. Em todos esses casos, observa-se a convergência entre crises de representatividade, desconfiança generalizada nas instituições políticas tradicionais e o uso intensivo das redes sociais como principal via de mobilização e comunicação direta com o eleitorado. No Brasil, setores do establishment político subestimaram o potencial de Jair Bolsonaro, acreditando que seu discurso extremado o isolaria politicamente. No entanto, sua ascensão foi impulsionada por fatores estruturais e conjunturais: crise econômica e institucional, crescente sentimento antipetista, fragmentação das esquerdas e uma estratégia altamente eficaz de comunicação digital, que contornou os canais tradicionais de mediação política e jornalística. A eleição de 2018, nesse sentido, representou um realinhamento político de grande magnitude, alterando padrões eleitorais, tensionando os limites do debate público e contribuindo para a reconfiguração do sistema partidário brasileiro.

O conceito de eleições críticas, conforme proposto por Key (1955), sugere que certos processos eleitorais provocam mudanças abruptas no comportamento do eleitorado, muitas vezes refletindo tensões sociais acumuladas e gerando transformações estruturais no sistema partidário. Esses eventos costumam ocorrer em períodos de crises institucionais, econômicas ou sociais, quando há um redirecionamento das preferências eleitorais e a ascensão de novos grupos políticos. No Brasil, a eleição de 2018 se encaixa nesse modelo por três razões principais: primeiro, rompeu com padrões históricos de competição política, substituindo o domínio do PT e PSDB por uma nova coalizão conservadora liderada por Bolsonaro e o PSL;

segundo, desestruturou os mecanismos tradicionais de mediação política, tornando a mobilização digital mais relevante que os meios de comunicação de massa; terceiro, sinalizou um realinhamento ideológico no Brasil, com o fortalecimento de pautas conservadoras e liberais no debate público nacional.

Outro fator decisivo foi a ênfase de Bolsonaro na segurança pública e no combate à corrupção, temas prioritários para grande parte do eleitorado. Ao defender uma postura de maior rigor contra o crime, exaltar o papel das Forças Armadas e propor a flexibilização da posse de armas, Bolsonaro atraiu o apoio de segmentos que viam a criminalidade como problema urgente. Seu alinhamento com pautas conservadoras contribuiu para consolidar sua base eleitoral entre evangélicos, militares, empresários e setores da classe média.

Para Luiz Signates (2019), no "Nostalgia e demonização", publicado na revista *Novos Olhares*,

O retorno do militarismo como solução foi veiculado como uma reação às crises econômica e política em voga. Para uma democracia tão frágil e recente como a brasileira, com diversas crises de representatividade política – potencializadas por problemas econômicos e sociais, além dos mais diversos escândalos envolvendo o Partido dos Trabalhadores, tradicionalmente associado à esquerda –, a ascensão do discurso supracitado ameaça o livre exercício das faculdades sociais e políticas dos brasileiros (Signates, 2019, p. 21).

Ainda para o autor, a falta de confiança da população em relação ao Estado é intensificada pela presença de uma corrupção sistêmica que atravessa não apenas o campo político, mas também as dinâmicas do mercado. Esse cenário dá origem a um movimento ambíguo de apoio e descrédito simultâneos à figura do até então deputado Jair Bolsonaro. A suposta ineficiência do Estado na administração dos recursos públicos e na condução de suas instituições é também apontada como causa direta do agravamento da violência urbana. Nesse ponto emerge uma nova contradição: ao mesmo tempo em que se acusa o Estado de ser incapaz de gerir suas funções essenciais, cresce entre os entrevistados, citados no artigo (Signates, 2019), a defesa de um regime autoritário, com poder repressivo ampliado, como solução para restaurar a ordem.

Ademais, as redes sociais desempenharam papel crucial na campanha de Jair Bolsonaro em 2018. Diferentemente de pleitos anteriores, dominados por rádio e televisão, Bolsonaro utilizou plataformas como *Facebook*, *WhatsApp*, *Twitter* e *YouTube* para difundir suas mensagens e estabelecer contato direto com o eleitorado. Esse fenômeno se alinha à análise de Sunstein (2018) sobre a formação de "câmaras de eco" digitais, nas quais eleitores são expostos apenas a conteúdos que reforçam suas crenças prévias.

Segundo Luiz Signates (2019), é fundamental realizar uma análise cuidadosa e reflexiva para compreender de que modo e por quais razões os defensores do militarismo, ao se expressarem publicamente sob o discurso da liberdade e da democracia, acabam por esvaziar os princípios democráticos e sustentar, no interior da opinião pública, posicionamentos que favorecem o retrocesso político.

A propagação de desinformação e notícias falsas também exerceu influência substancial no processo eleitoral. Pesquisas do Monitor do Debate Político no Meio Digital, da Universidade de São Paulo (USP), apontaram que a campanha de Bolsonaro se beneficiou da disseminação em massa de *fake news*, muitas das quais visavam desqualificar adversários políticos e reforçar sua narrativa de “guerra cultural” contra a esquerda. Esse modelo de comunicação contribuiu para o declínio da grande mídia, constantemente criticada por Bolsonaro e seus apoiadores como parte de um “sistema corrompido”. “Essa problematização, que não é essencialmente nova, mas se mostra mais complexa e potencializada pela tecnologia, coloca o discurso no cerne da questão, uma vez que essas redes podem revelar-se ferramentas que facilitam a propagação de mensagens de ódio e de incitação à violência contra pessoas e grupos sociais” (Lobo; Conceição, 2019, p. 3). Desse modo, a eleição de 2018 consolidou um novo paradigma eleitoral, no qual a comunicação digital se sobrepôs aos meios tradicionais.

A vitória de Bolsonaro em 2018 representou uma reconfiguração do cenário político brasileiro, desestabilizando a polarização entre PT e PSDB e consolidando uma nova coalizão conservadora. O conceito de eleições críticas, conforme proposto por V.O. Key (1955), sugere que certos pleitos provocam mudanças abruptas nas preferências eleitorais, alterando o equilíbrio de forças dentro do sistema partidário. A eleição de 2018 exemplifica esse fenômeno ao desestruturar a lógica tradicional das disputas políticas no Brasil e demonstrar que a comunicação digital pode ter um impacto mais significativo do que os meios tradicionais na dinâmica eleitoral. Contudo, essa nova configuração também foi marcada por enfrentamentos crescentes entre candidatos e o jornalismo, permeados pela disseminação de notícias falsas em ambientes digitais.

Essa transformação abrupta do cenário político brasileiro em 2018, caracterizada pela ascensão de uma liderança de perfil autoritário e pela centralidade das redes sociais no processo eleitoral, não pode ser compreendida isoladamente das mudanças mais amplas no ecossistema comunicacional e, em especial, do papel desempenhado pelo jornalismo nesse contexto. Se a eleição crítica daquele ano expôs as fragilidades do sistema partidário tradicional, também revelou as tensões profundas entre o jornalismo e as novas formas de articulação política baseadas na desinformação, na polarização e na deslegitimação sistemática da mídia

profissional. Para compreender os limites e as possibilidades do jornalismo diante desses desafios, é necessário abordá-lo não apenas como um conjunto de práticas ou veículos, mas como uma instituição social. Nesse sentido, o próximo tópico propõe uma análise do jornalismo sob a ótica do neoinstitucionalismo, compreendendo-o como parte de uma estrutura simbólica e normativa que influencia, e é influenciada por processos históricos, culturais e políticos.

1.3 O jornalismo como instituição

Nas ciências sociais, o neoinstitucionalismo busca compreender o papel das instituições na produção de resultados políticos e sociais. Segundo Hall e Taylor (2003, p. 208), “os sociólogos institucionalistas geralmente investigam por que as organizações adotam um conjunto específico de formas, procedimentos ou símbolos institucionais, com particular atenção à difusão dessas práticas”. Essa abordagem desafia a visão tradicional de que as escolhas organizacionais são estritamente racionais, argumentando que práticas institucionais se consolidam mais por processos de transmissão cultural do que por ganhos de eficiência (Hall; Taylor, 2003, p. 207).

Essa lógica foi incorporada à sociologia do jornalismo, que analisa a forma como as organizações jornalísticas estruturam suas práticas e performances institucionais (Kaplan, 2006). Dentro dessa perspectiva, entende-se que as instituições governam uma área central da vida social, operando por meio de ações sistematizadas e princípios duradouros (Cook, 2005, p. 66). Assim, conceber o jornalismo como uma instituição implica reconhecer que sua produção segue parâmetros de institucionalização, o que destaca as dimensões políticas e culturais das organizações jornalísticas.

Ryfe (2006, p. 136) define instituições como “rotinas informais, *scripts*, regras ou diretrizes de comportamento que abrangem diferentes organizações”. Isso significa que o jornalismo se insere em um processo coletivo, no qual suas regras são institucionalizadas e reconhecidas em diferentes organizações, ainda que seus recursos e audiências variem (Cook, 2006). A adoção de práticas institucionalizadas tem como objetivo central legitimar a instituição, garantindo sua autonomia diante das incertezas do setor.

Sparrow (2006) destaca três principais incertezas que o jornalismo enfrenta e que moldam suas estratégias e regras institucionais:

1. Incerteza econômica: Relacionada à sustentabilidade financeira e à busca pelo lucro. O jornalismo comercial, mais do que apenas produzir notícias, precisa conectar anunciantes e audiência para se manter viável (Schudson, 2002; Sparrow, 2006).

2. Incerteza profissional: Diz respeito à legitimidade e credibilidade do jornalismo perante o público. Para enfrentar esse desafio, jornalistas, editores e empresas adotam práticas de objetividade e equilíbrio em suas coberturas. Nos Estados Unidos, um reflexo dessa prática é o enquadramento da cobertura eleitoral no formato de “corrida de cavalos”, privilegiando a disputa entre candidatos em detrimento da discussão programática (Sparrow, 2006).
3. Incerteza informacional: Relaciona-se à necessidade constante de acesso a informações relevantes. Fontes oficiais tornam-se fundamentais para garantir a obtenção de dados exclusivos, o que, por vezes, pode gerar um monopólio político da informação, favorecendo agentes do governo ou da elite política (Sparrow, 2006, p. 147).

Para reduzir essas incertezas, as organizações jornalísticas estabelecem laços estratégicos com atores dos campos político e econômico, o que leva a certa homogeneidade entre as práticas adotadas (Cook, 2005; Sparrow, 2006). Esse contexto é influenciado, inclusive, pelo ambiente regulatório do setor, que pode minimizar incertezas econômicas por meio de políticas de controle da concentração de propriedade e garantir sustentabilidade às mídias públicas através de orçamentos estáveis.

O enfrentamento das incertezas profissionais e informacionais também dependeria da criação de estruturas de autonomia editorial, sustentadas por mecanismos de controle social e ação regulatória. No entanto, ainda que as práticas institucionalizadas busquem legitimar o jornalismo, a negociação sobre o que é notícia ocorre predominantemente entre empresas, jornalistas e políticos, sem participação significativa do público (Cook, 2005).

O profissional que desafia práticas institucionalizadas busca novas estratégias para lidar com incertezas e mudanças no cenário midiático. Essa lógica pode ser vista, por exemplo, na disputa entre modelos tradicionais de cobertura jornalística e novas práticas trazidas pela digitalização da informação.

Assim como qualquer instituição social, o jornalismo constrói seu discurso e institucionaliza práticas para afirmar sua legitimidade. Essas práticas, muitas vezes autorreferentes, necessitam do reconhecimento da sociedade para serem validadas. A concepção do jornalismo como instituição estabelece referenciais normativos e éticos, o que facilita a delimitação de critérios de qualidade e responsabilidade social.

Contudo, apesar de seu papel na sustentação da democracia, o jornalismo frequentemente se isola do público, tornando-se refratário à participação social. A literatura sugere que maior porosidade no jornalismo permitiria a aproximação com a sociedade, aumentando sua credibilidade e responsabilidade.

Tuchman (1972) argumenta que a objetividade é frequentemente utilizada como uma estratégia defensiva, que protege os jornalistas e suas organizações de críticas. Essa prática não representa necessariamente um compromisso com a verdade, mas funciona como um escudo contra acusações de parcialidade. Schudson (2001) reforça que a objetividade, além de estratégia editorial, também funciona como disciplina industrial, garantindo a coesão interna das empresas de mídia.

No entanto, a opacidade dos processos jornalísticos enfraquece o debate sobre sua função social. Para superar esse desafio, a transparência editorial poderia se tornar uma ferramenta essencial. Estratégias como explicitação dos critérios de seleção de notícias, abertura do processo decisório e criação de canais de diálogo com o público poderiam fortalecer a legitimidade do jornalismo.

Gomes (2009) destaca que o jornalismo se legitima ao articular função social e valores moralmente aceitos. A preservação do interesse público e a liberdade de imprensa são princípios centrais dessa legitimidade. Entretanto, se a objetividade e a ética forem usadas apenas como barreiras institucionais, sem real compromisso com a transparência, o jornalismo corre o risco de perder sua relevância social.

A compreensão do jornalismo como instituição, conforme discutido anteriormente, revela não apenas sua função social e sua ancoragem em valores éticos, mas também sua vulnerabilidade diante de contextos de instabilidade política e informacional. Quando princípios como objetividade e transparência são instrumentalizados ou enfraquecidos, o jornalismo perde capacidade de agir como mediador legítimo entre os fatos e a sociedade. Essa fragilidade institucional torna-se ainda mais evidente diante de fenômenos contemporâneos como o discurso de ódio e a disseminação de notícias falsas, que não apenas desafiam os fundamentos da prática jornalística, mas também alimentam uma cultura de hostilidade contra a própria mídia. É nesse cenário de crescente tensão que se insere o próximo tópico, dedicado a examinar os ataques ao jornalismo, tendo como foco a atuação discursiva de Jair Bolsonaro e os efeitos de suas falas na deslegitimação do jornalismo, bem como o papel que desempenha ao reverberar, criticar ou neutralizar tais discursos.

1.4 Ataque à mídia: o papel do discurso de ódio e das *fake news*

O discurso de ódio na política é um fenômeno amplamente estudado por cientistas sociais e comunicólogos, especialmente no contexto do crescimento da nova direita em diferentes partes do mundo. No Brasil, Jair Bolsonaro tornou-se um dos principais expoentes

desse tipo de retórica, caracterizada pela polarização, pela agressividade verbal e pela deslegitimação de grupos historicamente marginalizados (Lobo; Conceição, 2019). Suas declarações, frequentemente direcionadas contra minorias, adversários políticos e instituições democráticas, são objeto de inúmeros debates e estudos acadêmicos, que analisam suas consequências para a sociedade brasileira e para o fortalecimento de ideologias excludentes e autoritárias. No entanto, esta dissertação se distingue das pesquisas anteriores ao centrar sua análise na forma como o Jornalismo reverbera os discursos de ódio de Bolsonaro, enquanto que os estudos existentes focam principalmente na estrutura dos discursos e não em sua reverberação na cobertura jornalística.

A ascensão de Bolsonaro ao poder esteve diretamente relacionada à mobilização de uma base eleitoral altamente engajada, impulsionada pela propagação de narrativas populistas, conservadoras e nacionalistas. Essas narrativas foram sustentadas por desinformação e ataques sistemáticos a opositores. Estudos sobre extremismo político indicam que líderes que adotam discursos de ódio frequentemente utilizam a comunicação como ferramenta para consolidar um projeto de poder e enfraquecer a oposição (Sunstein, 2018). Esse fenômeno ficou evidente durante a campanha presidencial de 2018, quando Bolsonaro fez uso intensivo das redes sociais para disseminar discursos polarizadores, vinculados à rejeição de pautas progressistas e à exaltação de valores militaristas e conservadores (Monitor do Debate Político no Meio Digital, 2019).

Muitos setores da elite política acreditavam que a chegada de um *outsider* ao poder seria contida pelos mecanismos institucionais, permitindo a restauração do controle por políticos tradicionais. No entanto, essa expectativa subestimou o potencial de radicalização e os efeitos dos discursos violentos, que colocavam em risco a democracia brasileira. A experiência de outros países mostra que a ascensão de líderes populistas frequentemente segue essa dinâmica. Na Venezuela, Hugo Chávez também se consolidou como um outsider, atacando a elite governante, que ele caracterizava como corrupta, e prometendo uma democracia mais "autêntica", financiada pela riqueza petrolífera do país. Explorando o ressentimento e a insatisfação popular, Chávez conquistou a presidência em 1998, sendo recebido como um redentor por eleitores que se sentiam marginalizados pelo sistema político tradicional. O mesmo padrão foi observado na ascensão de outros líderes como por exemplo Adolf Hitler na Alemanha, cujo conservadorismo radical foi inicialmente subestimado por seus aliados políticos.

A estratégia de ataque à mídia, amplamente utilizada por líderes populistas e autoritários, tem como objetivo deslegitimar o jornalismo profissional, enfraquecer o controle

democrático e garantir a primazia da narrativa oficial. No Brasil, Bolsonaro adotou essa abordagem ao longo de sua campanha eleitoral e durante seu governo, utilizando as redes sociais para se comunicar diretamente com sua base e mobilizar apoio, enquanto enfraquecia o papel da mídia tradicional. Esse ataque sistemático se estruturou por meio da combinação entre discurso de ódio e disseminação de *fake news*, criando um ambiente de descrédito em relação à informação jornalística.

O discurso de ódio, conforme analisado por Lobo; Conceição (2019), esteve presente em uma parcela significativa das comunicações do ex-presidente e foi utilizado para desumanizar opositores e atacar diretamente veículos de imprensa. Suas publicações nas redes sociais ridicularizavam jornalistas, insinuando que estariam envolvidos em conspirações contra o governo. Essa narrativa não apenas desqualificava o jornalismo profissional, mas também incentivava um ambiente de hostilidade contra jornalistas, tornando-os alvos de ameaças e violência. Paralelamente ao discurso de ódio, a disseminação de *fake news* desempenhou um papel central nessa estratégia de deslegitimação. Segundo o estudo mencionado, a maioria das menções do termo *fake news* no Twitter de Bolsonaro estava relacionada à mídia. Sempre que uma reportagem crítica surgia, a resposta do governo era classificá-la como falsa, independentemente de sua veracidade. Esse processo criou uma realidade paralela na qual apenas as informações divulgadas pelo próprio governo ou por seus aliados eram consideradas confiáveis. Como consequência, a credibilidade dos meios de comunicação foi severamente questionada, tornando a população mais vulnerável à desinformação.

Os efeitos dessa estratégia foram profundos e prejudiciais à democracia. A desconfiança generalizada na mídia reduziu a capacidade do jornalismo de exercer seu papel fiscalizador, permitindo que a desinformação se espalhasse sem contrapontos. Além disso, a hostilidade estimulada contra jornalistas levou ao aumento da violência e da intimidação, dificultando a produção de reportagens investigativas. O ambiente polarizado resultante desse cenário aprofundou a radicalização política, tornando o debate público cada vez mais distante dos fatos e evidências.

O ataque à mídia por meio do discurso de ódio e da disseminação de *fake news* não se limitou a uma retórica agressiva, mas representou uma estratégia deliberada de enfraquecimento das instituições democráticas. Ao transformar a mídia em inimiga, Bolsonaro não apenas fortaleceu sua base política, mas também comprometeu a integridade da informação pública. Como alertam Levitsky; Ziblatt (2018), "nós devemos nos preocupar quando políticos: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir

liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia" (p. 35). Esse tipo de estratégia insere-se em um padrão recorrente entre líderes populistas, que se apresentam como representantes exclusivos da "voz do povo" e entram em conflito direto com instituições democráticas e elites políticas estabelecidas. De acordo com os mesmos autores,

populistas tendem a negar a legitimidade dos partidos estabelecidos, atacando-os como antidemocráticos e mesmo antipatrióticos. Eles dizem aos eleitores que o sistema não é uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido ou fraudulentamente manipulado pela elite. E prometem sepultar essa elite e devolver o poder 'ao povo'" (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 35).

A experiência da América Latina reforça essa dinâmica: entre 1990 e 2012, todos os quinze presidentes eleitos na Bolívia, no Equador, no Peru e na Venezuela eram outsiders populistas, como Alberto Fujimori, Hugo Chávez, Evo Morales, Lucio Gutiérrez e Rafael Correa, e todos acabaram enfraquecendo as instituições democráticas. Diante desse quadro, o combate à desinformação e a defesa da liberdade de imprensa tornam-se desafios essenciais para a preservação da democracia no Brasil.

1.4.1 A construção do inimigo e o discurso excludente

Desde o início de sua trajetória política, Bolsonaro construiu sua identidade pública pautada em um discurso excludente e agressivo, que identifica determinados grupos como ameaças ao que ele define como a "ordem e moral" da sociedade brasileira. Entre seus alvos recorrentes estão a população LGBTQIA+, negros, indígenas, feministas, ambientalistas, a esquerda política e a mídia. A lógica desse discurso se alinha ao conceito de "construção do inimigo", amplamente discutido por teóricos do populismo e do autoritarismo (Mudde, 2019). Segundo essa perspectiva, líderes populistas precisam estabelecer um antagonismo claro entre "o povo" (geralmente representado por sua base de apoio) e "os inimigos", que são responsabilizados por todos os problemas sociais e econômicos do país.

Campbell (1992) distingue dois tipos de política externa,

O primeiro, com letras minúsculas, refere-se a todas as práticas de diferenciação ou modos de exclusão que constituem seus objetos como estranhos. A política externa, nessa perspectiva, está separada do Estado e emprega modos de representação cujo objetivo é normalizar a contingência e os estranhamentos. O segundo tipo de Política Externa, com iniciais maiúsculas, está relacionado com as práticas comumente associadas às relações exteriores dos países e reproduz nesse âmbito as relações de diferenciação e a constituição de fronteiras tornadas possíveis pela política externa com letras minúsculas (Gomes, 2016, p. 03).

Ou seja, a identidade na política global pode ser entendida como “resultado de práticas de exclusão por meio das quais elementos para se assegurar uma identidade internamente são ligados a um discurso de perigo com ameaças identificadas e localizadas no exterior” (Campbell, 1992, p. 266).

Em diversas ocasiões, Bolsonaro verbalizou ataques diretos contra minorias. Em 2011, ao ser questionado sobre como reagiria se um filho seu se apaixonasse por uma mulher negra, ele respondeu: "Não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem educados" (UOL, 2011). Já em 2017, em palestra no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, afirmou que "quilombolas não servem nem para procriar", declaração que resultou em uma condenação judicial por danos morais coletivos no valor de R\$50.000 (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, 2017). Esses episódios são indicativos da naturalização de um discurso racista e discriminatório, que encontrou respaldo em parte de seu eleitorado e contribuiu para o aumento da intolerância racial no Brasil.

Na política, um *significante vazio* é um termo ou conceito que adquire múltiplos significados ao longo do tempo, a ponto de perder um sentido fixo e determinado. Essa característica permite que ele agregue diferentes interpretações e demandas sociais sob um mesmo discurso, gerando uma forte adesão popular. Conforme Ernesto Laclau (2011), o *significante vazio* é essencial para a construção da hegemonia política, pois permite que um conteúdo particular se torne símbolo de uma totalidade maior. Em outras palavras, um termo vago e maleável pode ser apropriado por diferentes grupos e utilizado para articular diversas reivindicações, mesmo que essas não sejam necessariamente compatíveis entre si.

Esse fenômeno ocorre porque o *significante vazio* não tem um conteúdo conceitual fixo ou pré-definido, sendo constantemente disputado e reinterpretado. Laclau (2013) explica que os limites do que esse termo pode abranger ou excluir são fluidos e sempre sujeitos a contestação. Dessa forma, o *significante vazio* não apenas representa uma ideia ampla, mas constitui a própria noção de totalidade política, sendo um elemento fundamental na disputa pelo poder e na formação de identidades coletivas. Os termos como "democracia", "povo", "justiça" ou "mudança", são exemplos de *significantes vazios* na política e também são palavras que diferentes atores políticos utilizam para mobilizar apoio, mas sem um significado único e estável (Gomes, 2016).

No campo dos direitos LGBTQIA+, Bolsonaro consolidou um histórico de falas homofóbicas, declarando, por exemplo, que "seria incapaz de amar um filho homossexual" e que "preferia que ele morresse em um acidente" (Folha de S. Paulo, 2002). Essas declarações não apenas reforçam estereótipos e preconceitos, mas também possuem efeitos concretos na

intensificação da violência contra essa população, como apontam Oliveira e Otto (2021) em estudo sobre a correlação entre discursos de ódio e agressões no ambiente escolar. O Brasil segue como um dos países com maior índice de violência contra pessoas LGBTQIA+, e pesquisadores argumentam que lideranças que legitimam esse tipo de retórica agravam ainda mais o cenário de hostilidade e exclusão (Galácia, 2019).

1.4.2 A retórica do ódio como estratégia política

A instrumentalização do discurso de ódio não é um fenômeno isolado, mas uma estratégia política deliberada que visa mobilizar setores específicos da sociedade em momentos de crise. Como argumenta Mudde (2019), líderes populistas de direita frequentemente utilizam essa abordagem para reforçar a identidade de seu grupo de apoio e enfraquecer mecanismos de controle democrático. No Brasil, esse processo pôde ser observado tanto na campanha de 2018 quanto ao longo do mandato presidencial de Bolsonaro, quando ataques a opositores, jornalistas e instituições se tornaram parte de sua retórica cotidiana.

Durante a pandemia de COVID-19, essa estratégia se manifestou na forma de ataques diretos contra cientistas, profissionais de saúde e governadores que defendiam medidas de isolamento social. Bolsonaro frequentemente se referia ao vírus como "gripezinha" e atacava adversários políticos, chamando-os de "ditadores" por adotarem restrições sanitárias (Folha de S. Paulo, 2020). Esse discurso teve consequências diretas no comportamento da população, estimulando a desobediência civil em relação às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e agravando o impacto da pandemia no Brasil.

Outro aspecto relevante foi o uso das redes sociais como veículo para a disseminação do ódio e da desinformação. Estudos indicam que a campanha de Bolsonaro em 2018 utilizou amplamente grupos de *WhatsApp* e *Facebook* para difundir *fake news* e mensagens agressivas contra opositores (Monitor do Debate Político no Meio Digital, 2019). Esse processo se intensificou durante seu governo, quando a polarização se tornou ainda mais acentuada e ataques à mídia passaram a ser constantes. Segundo levantamento da Repórteres Sem Fronteiras (2021), Bolsonaro foi um dos chefes de Estado que mais atacou jornalistas no mundo, estimulando um ambiente de hostilidade contra a mídia independente.

1.4.3 Impactos sociais e desafios para a democracia

O discurso de ódio adotado por Bolsonaro e seus aliados teve impactos profundos na coesão social e no fortalecimento de ideologias autoritárias no Brasil. Como apontam Lobo e Conceição (2019), a retórica agressiva do ex-presidente não apenas naturalizou a intolerância, mas também estimulou atos de violência contra grupos vulneráveis, contribuindo para a deterioração do debate público. Essa dinâmica se insere em um contexto mais amplo de retrocesso democrático, em que ataques às instituições e à liberdade de imprensa corroem a confiança na democracia representativa e ampliam a polarização política.

A relação entre democracia e paz pode ser explicada a partir de duas perspectivas teóricas principais. A primeira enfatiza as instituições políticas como fator determinante da paz democrática, argumentando que os arranjos legais e constitucionais dos regimes democráticos impõem restrições à ação unilateral do poder executivo. Além disso, o risco de uma derrota militar pode comprometer as chances de reeleição dos líderes democráticos, o que os leva a iniciar apenas conflitos nos quais acreditamos ter chances reais de vitória, investindo mais recursos na condução da guerra do que líderes autoritários (Gomes, 2016).

A segunda abordagem, de caráter normativo, sustenta que a cultura e os valores democráticos dificultam que os estados democráticos entrem em guerra entre si. Em outras palavras, os princípios de tolerância e compromisso presentes nas instituições democráticas tenderiam a ser projetados para as relações internacionais, promovendo a resolução de conflitos entre democracias (Gomes, 2016).

Além disso, Russett e O'Neal (2001) argumentam que regimes democráticos tendem a valorizar a integração econômica e a participação em organizações multilaterais, mecanismos que fortalecem a cooperação interessante evitando a probabilidade de conflitos armados. Dessa forma, a interdependência econômica e o envolvimento em fóruns internacionais não apenas fomentam a estabilidade global, mas também reforçam o compromisso das democracias com a paz (Gomes, 2016). Por fim, o conceito de *significante vazio* permite que determinados discursos mobilizem um grande número de pessoas, na medida em que sua falta de um significado fixo possibilita diferentes interpretações e apropriações, ampliando a adesão ao discurso.

Os desafios impostos por esse cenário são diversos e complexos. Um dos principais é o enfrentamento da normalização do ódio na esfera pública, de modo a garantir que o debate político possa ocorrer sem incitação à violência e à discriminação. A legitimação de discursos excludentes por figuras de autoridade tem efeitos de longo prazo, pois amplia a aceitação social

de posturas intolerantes e fragiliza a convivência democrática. Além disso, é essencial discutir o papel das redes sociais na disseminação desses discursos, visto que a falta de regulação adequada tem permitido a proliferação de desinformação e ataques coordenados contra opositores políticos. O estudo de Lobo e Conceição (2019) demonstra que Bolsonaro utilizou estrategicamente as redes sociais para incitar o ódio político, com 60% das manifestações dessa natureza associadas a conteúdos ideológicos ou partidários, e 81% das menções ao termo *fake news* voltadas à desqualificação da mídia.

Diante desse cenário, torna-se indispensável refletir sobre medidas eficazes para conter a instrumentalização do ódio na política, sem comprometer a liberdade de expressão. Isso envolve não apenas políticas de regulação digital, mas também iniciativas educacionais voltadas ao fortalecimento da cultura democrática e ao letramento informacional. A defesa da liberdade de imprensa e o combate à desinformação são fundamentais para resgatar a confiança nas instituições e restaurar um ambiente de diálogo plural e respeitoso na sociedade brasileira.

Os exemplos de discurso de ódio apresentados ao longo deste tópico evidenciam a complexidade de analisar declarações que extrapolam os limites do debate político e atingem grupos sociais específicos. Mais do que uma simples retórica hostil, esses pronunciamentos mobilizam afetos, estabelecem divisões simbólicas e podem influenciar a percepção pública de legitimidade política. Nesse sentido, torna-se fundamental investigar a forma pela qual o jornalismo lida com tais manifestações: se atua como instância questionadora, oferecendo contrapontos e contextualização, ou se acaba reproduzindo tais discursos sem a devida problematização. É justamente essa relação entre discurso de ódio e mídia — marcada por pressões organizacionais, limites éticos e conflitos de interesse — que se pretende aprofundar no próximo capítulo, a fim de elucidar em que medida a cobertura jornalística pode reforçar ou mitigar processos de desinformação e intolerância na esfera pública.

1.5 Ascensão de um líder populista em meio à crise de representatividade no Brasil

Ao longo deste capítulo, buscou-se compreender os elementos constitutivos da trajetória política de Jair Bolsonaro, desde sua formação militar até sua ascensão à presidência da República. Essa análise revelou que sua consolidação como liderança nacional não foi um acontecimento abrupto, mas o resultado de um processo gradativo de construção simbólica e política, atravessado por discursos de forte apelo moral, conservadorismo ideológico e antagonismo às instituições democráticas. Bolsonaro emergiu como um agente de ruptura num contexto marcado por instabilidade política, crise de representatividade dos partidos

tradicionais, avanço das plataformas digitais como espaços de mobilização e disseminação de desinformação, além de sentimentos generalizados de insegurança, ressentimento e desconfiança nas instituições públicas.

A consolidação do bolsonarismo não se deu apenas por sua capacidade retórica ou pela crítica ao sistema, mas também por sua habilidade em transitar, com desenvoltura, entre o discurso antissistema e alianças com estruturas políticas tradicionais, como o Centrão. Essa aparente contradição revela um traço fundamental de sua trajetória: a instrumentalização estratégica das lógicas institucionais para fortalecer um projeto personalista, autoritário e polarizador. Sua ascensão evidencia, ainda, como discursos que flertam com práticas antidemocráticas encontram espaço e legitimidade em momentos de fragilidade institucional, abrindo brechas para a corrosão progressiva das normas e valores democráticos.

Diante disso, torna-se imprescindível refletir sobre o papel desempenhado por outros atores sociais e institucionais nesse processo — em especial, os meios de comunicação. Afinal, como o jornalismo brasileiro reagiu à emergência de um discurso político fundado na negação do outro, na banalização da violência simbólica e na construção de inimigos? Em que medida o jornalismo atuou como mediador crítico ou como reprodutor involuntário dessas retóricas de exclusão? E, sobretudo, quais são os limites éticos e as pressões estruturais que incidem sobre o jornalismo em tempos de crise democrática?

Essas são as perguntas que orientarão o próximo capítulo, intitulado “O papel do jornalismo, pressões estruturais e a responsabilidade ética nas democracias”, no qual serão analisadas as tensões entre liberdade de imprensa, responsabilidade ética e os desafios impostos aos profissionais da comunicação diante do avanço de discursos autoritários em regimes formalmente democráticos.

CAPÍTULO 2

O Papel do Jornalismo, Pressões Estruturais e a Responsabilidade Ética nas Democracias

No capítulo anterior, analisamos a trajetória política de Jair Bolsonaro, destacando os fatores históricos, sociais e políticos que permitiram sua ascensão e a consolidação de uma liderança marcada por discursos polarizadores e conflitos com instituições democráticas. Concluiu-se que a polarização ideológica, a crise institucional e econômica, bem como o uso estratégico das mídias digitais foram determinantes nesse processo.

Neste capítulo, a questão central investigada é: como o jornalismo político, inserido em estruturas de poder e submetido a pressões econômicas, tecnológicas e institucionais, pode contribuir ativa ou passivamente para a reprodução, amplificação ou questionamento de discursos autoritários e de ódio nas democracias contemporâneas?

A justificativa para esta investigação está diretamente relacionada aos dilemas atuais das democracias, especialmente no contexto brasileiro recente, marcado pela polarização política, disseminação massiva de desinformação e crescente descrédito das instituições tradicionais, entre elas, a imprensa. Compreender o papel do jornalismo nessas circunstâncias é crucial, pois se espera que ele funcione como instrumento de vigilância, promoção de pluralidade, transparência e ética pública. Entretanto, observa-se um aumento significativo da influência de práticas orientadas por critérios de mercado e algoritmos digitais, o que ameaça sua capacidade de exercer plenamente essa função.

Para contextualizar a relevância dessa questão, recorre-se à perspectiva comunicacional da cidadania desenvolvida por Signates e Moraes (2019a), que afirma ser a comunicação a base das trocas simbólicas essenciais para o exercício e reconhecimento dos direitos e da participação cidadã. Dessa maneira, o jornalismo político, enquanto mediador central dessas trocas simbólicas no espaço público, emerge como uma instância decisiva para a efetivação ou negação da cidadania. Assim, analisar criticamente as práticas jornalísticas contemporâneas implica compreender como cidadãos são reconhecidos ou excluídos do espaço democrático.

O capítulo está organizado em sete seções claramente delineadas. A primeira discute o vínculo entre cidadania e comunicação; a segunda examina as funções centrais do jornalismo político na democracia; a terceira analisa o impacto das transformações digitais e das redes sociais sobre a mediação jornalística; a quarta aborda as pressões estruturais que incidem sobre a prática profissional; a quinta aprofunda o problema da reverberação do discurso de ódio pela imprensa; a sexta explora as implicações éticas e formativas dessas dinâmicas; por fim, a sétima

seção reúne os desafios éticos e estruturais do jornalismo na era da desinformação e da polarização, preparando o terreno para o capítulo metodológico.

O primeiro tópico será abordado agora, começando com uma análise detalhada sobre cidadania e comunicação, cumprindo integralmente o prometido nesta introdução.

2.1 Cidadania e Comunicação

Esta subseção examina como o conceito de cidadania se forma historicamente, assume feições diversas ao longo do tempo e, por fim, ganha uma leitura comunicacional decisiva para compreender o papel do jornalismo.

Para Sheila Elias de Oliveira (2006), em sua obra “Cidadania: história e política de uma palavra”, o significado do termo “cidadania” está fortemente vinculado ao conceito de cidadão, sendo comumente compreendido como “condição de cidadão”, uma definição amplamente acolhida nos dicionários contemporâneos e no senso comum. Contudo, enquanto o vocábulo “cidadão” já aparece nos registros linguísticos do português desde o século XII, a palavra “cidadania” só se consolida no início do século XX. Essa defasagem temporal levanta a indagação sobre os fatores históricos e culturais que propiciaram o surgimento tardio da forma derivada. De acordo com Oliveira (2006), “cidadania” deriva de um sentido específico de cidadão, moldado no contexto da Revolução Francesa do século XVIII, cujo modelo de *citoyen* francês encarnava a igualdade de direitos perante o Estado. É dessa experiência histórica que emana não apenas a ressignificação do termo cidadão, mas também o neologismo *citoyenneté*, amplamente difundido nas línguas ocidentais — incluindo o português — como cidadania (Oliveira, 2006).

Conforme registra o “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001)”, o primeiro uso documentado de cidadania ocorre na segunda edição do dicionário de Cândido de Figueiredo, de 1913, onde é tratado como “neologismo brasileiro”. Essa origem indica que o termo teria se consolidado inicialmente no Brasil, não em Portugal, o que pode ser atribuído ao processo de afirmação institucional e simbólica da República no início do século XX (Oliveira, 2006).

Superando modelos fixos e estáticos, o conceito de cidadania deve ser compreendido como uma construção histórica e relacional. Sua origem etimológica remonta à palavra latina *civitas*, que designava não apenas a cidade como espaço físico, mas também como esfera coletiva de deliberação, participação e reconhecimento recíproco. Na Antiguidade, o exercício da cidadania se vinculava à presença ativa na vida pública, mesmo que essa participação fosse

restrita a determinados grupos sociais. O ideal de igualdade entre cidadãos, embora formalizado em diversos momentos históricos, sempre conviveu com a persistência de desigualdades de classe, gênero e raça (Temer; Tuzzo, 2019).

Para Mayara Jordana Sousa Santana e Ângela Teixeira de Moraes (2021),

as primeiras noções de cidadania manifestam-se na Grécia e Roma Antigas, passando posteriormente pelas Revoluções Burguesas, nos séculos XVII e XVIII, até à concepção de cidadania contemporânea relacionada ao estabelecimento das nações democráticas. Segundo um percurso histórico da cidadania, trata-se de um conceito polissêmico e com noções que variam conforme as transformações espaço--temporais que ocorreram nas sociedades antigas e modernas no Ocidente. Essas modificações tornam amplas as apreensões sobre as conceituações de cidadania, bem como possibilitam discuti-la correlacionando-a a outro conceito, a saber, a democracia (Santana; Moraes, 2021, p. 258).

“A cidadania na antiguidade origina-se vinculada à noção de uma participação direta e ativa daqueles que eram tidos como cidadãos e que detinham o direito à voz, [...] surge arraigada à ideia de participação direta e ativa dos cidadãos na tomada de decisões coletivas” (Santana; Moraes, 2021, p. 258). Esse ideal de igualdade, assim como a ideia de igualdade jurídica e política entre os cidadãos foi, historicamente, um importante contraponto às estruturas sociais hierárquicas. Ao estabelecer que todos compartilham direitos e deveres, a cidadania se coloca como instrumento de ampliação da liberdade, do reconhecimento da diversidade e de valorização da vida urbana. As cidades, por sua vez, tornam-se polos de trocas culturais e experiências plurais, onde escolas, cafés, livrarias, bibliotecas e demais espaços públicos alimentam a convivência entre pessoas de diferentes origens, possibilitando novas ideias, atitudes criativas e expressões culturais inovadoras (Temer; Tuzzo, 2019).

No entanto, é preciso reconhecer que nem todos os habitantes das cidades acessam plenamente os direitos urbanos. O chamado “direito à cidade” — que compreende o usufruto das oportunidades e liberdades que a vida urbana deveria proporcionar — continua sendo privilégio de alguns. Moradia digna, mobilidade, trabalho, educação, cultura, segurança, liberdade de expressão e participação política ainda são conquistas parciais, muitas vezes negadas ou dificultadas por barreiras sociais, econômicas ou institucionais (Temer; Tuzzo, 2019).

Ao abordar a distinção entre cidadania ativa e passiva, Rosanvallon (*apud* Zaluar, 1995) propõe uma leitura relevante: a cidadania passiva é aquela que assegura direitos fundamentais como forma de garantir a vida, enquanto a cidadania ativa vai além, envolvendo a participação efetiva nos processos civis e políticos. Essa diferenciação é importante, pois aponta para as limitações das concepções meramente formais de cidadania, destacando que a

exclusão não pode ser compreendida apenas em termos econômicos, mas também em dimensões culturais, políticas e sociais, como reforça Shklar (*apud* Zaluar, 1995).

Nessa direção, a cidadania pode ser compreendida como a conscientização crítica do indivíduo sobre sua realidade social, bem como sua capacidade efetiva de intervir nessa realidade, modificá-la e usufruir dos frutos dessa participação (Rocha, 2000; Vieira, 2001). Assim, direitos civis (ligados à liberdade individual), direitos políticos (referentes à participação no poder) e direitos sociais (relacionados ao bem-estar coletivo) constituem pilares fundamentais para a materialização da cidadania plena.

A democracia, portanto, torna-se o campo privilegiado no qual essas dimensões se articulam. Conforme Othon Jambeiro (2017), embora a democracia se fundamente na igualdade potencial de todos os membros da sociedade e na inclusão plena nos processos decisórios, sua concretização é atravessada por desigualdades estruturais e pela permanência de elites políticas e econômicas. Jambeiro ressalta que, mesmo em contextos democráticos, a cidadania pode ser obstaculizada por mecanismos institucionais e sociais que limitam o acesso equitativo aos direitos, reforçando que a democracia não garante, por si só, a superação das desigualdades históricas (Jambeiro, 2017).

Em sua análise, Jambeiro (2017) destaca ainda que a democracia não é um instrumento racionalizador automático da sociedade, mas sim um espaço que também acolhe expressões emocionais e pulsões coletivas. Assim, mesmo reconhecendo a importância da democracia como princípio regulador das sociedades contemporâneas, o autor alerta para os limites de sua operacionalização prática, especialmente quando os mecanismos de controle e participação não funcionam de forma eficaz, permitindo que grupos dominantes perpetuem seu poder (Jambeiro, 2017).

Essa reflexão reforça a necessidade de compreender a cidadania e a democracia como processos dinâmicos e inacabados, nos quais se entrelaçam direitos e deveres individuais e coletivos, bem como tensões constantes entre inclusão e exclusão. Tal perspectiva amplia a noção de cidadania ao situá-la não apenas no campo jurídico ou institucional, mas também na esfera das práticas sociais, culturais e comunicativas que moldam a experiência democrática e os sentidos de pertencimento e justiça nas sociedades contemporâneas.

É nesse cenário que surgem novas categorias para descrever as múltiplas formas de pertencimento e exclusão que coexistem nas sociedades urbanas. Termos como hipercidadãos, subcidadãos, cidadania regulada, cidadania negativa e estadania expressam justamente a fragmentação do ideal universal de cidadania. Eles denunciam o fato de que o reconhecimento formal de direitos não garante, por si só, sua efetivação concreta. Para que a cidadania seja

vivida plenamente, é indispensável não apenas que os direitos estejam previstos, mas que existam condições reais para que sejam exercidos por todos (Temer; Tuzzo, 2019).

Nessa direção, Othon Jambeiro (2017) aprofunda a discussão ao introduzir uma distinção fundamental entre cidadania ativa e cidadania passiva. Inspirando-se em DaMatta (1991), ele aponta que a cidadania ativa se refere não apenas ao direito de existir em sociedade, mas ao direito à participação plena e efetiva na vida política e civil. Já a cidadania passiva, por sua vez, limita-se à garantia de direitos mínimos para a sobrevivência, mas não assegura inserção real nos processos decisórios. Jambeiro também reforça, com base em Rosanvallon e Shklar (apud Zaluar, 1995), que a exclusão não pode ser vista apenas sob a ótica econômica — ela é, sobretudo, um fenômeno político, cultural e simbólico, pois implica em estar fora dos espaços de poder e decisão, mesmo quando há direitos formalmente reconhecidos. Essa crítica amplia a percepção da cidadania como um processo dinâmico de interação entre direitos e deveres individuais e coletivos, vinculado à capacidade de participar ativamente da construção social (Jambeiro, 2017).

No estudo “A cidadania como comunicação”, Signates e Moraes (2019a) entendem a cidadania não apenas como conjunto de direitos formais, mas como fenômeno construído no espaço das interações simbólicas. A comunicação é matriz essencial para reivindicar, legitimar e exercer direitos:

Luiz Signates e Ângela Moraes (2019a), propõem uma leitura inovadora do conceito de cidadania a partir de sua dimensão comunicacional. Para eles, a cidadania não deve ser compreendida apenas como um conjunto de direitos e deveres formais, mas como um fenômeno social que se constitui no espaço das interações simbólicas e políticas. A comunicação, nesse sentido, aparece como matriz essencial para a reivindicação, legitimação e exercício dos direitos, tornando-se não apenas meio, mas condição constitutiva da cidadania.

No estudo desenvolvido por Luiz Signates e Ângela Moraes (2019a), “A cidadania como comunicação”, os autores propõem uma leitura do conceito de cidadania a partir de sua dimensão comunicacional, compreendendo-a não apenas como um conjunto de direitos e deveres formais, mas como um fenômeno social que se constrói no espaço das interações simbólicas e políticas. Segundo eles, a noção de cidadania se constituiu historicamente no contexto das sociedades ocidentais, assumindo diferentes formas conforme os marcos civilizatórios e os regimes de poder vigentes. Na antiguidade greco-romana, por exemplo, a cidadania estava restrita a um grupo privilegiado; já na modernidade, ela se consolidou com base em um ideal de igualdade jurídica perante o Estado, inicialmente promovido pelas classes

burguesas e que, com o tempo, passou a incorporar demandas por justiça social e participação política (Signates; Moraes, 2019a).

Para Signates e Moraes (2019a), é possível extrair algumas noções que estabelecem uma conexão direta entre comunicação e cidadania no âmbito dos Direitos da Pessoa Humana. Primeiramente, a comunicação é compreendida como um processo cultural e simbólico por meio do qual os direitos são historicamente identificados, reivindicados, exigidos, viabilizados e mantidos pelas sociedades. Em segundo lugar, os autores apontam a comunicação como elemento constitutivo da quarta geração dos Direitos Humanos, voltada à construção de uma matriz de direitos emergentes. Nesse contexto, a reivindicação por novos direitos, ou, como propôs Arendt, o “direito de reivindicar novos direitos” é vista como uma prática essencialmente comunicacional, pois depende da existência de formas simbólicas de reconhecimento, partilha e publicização no espaço público. Por fim, Signates e Moraes (2019a) destacam a comunicação como um direito humano fundamental, expresso nos princípios da liberdade de expressão e do direito à informação, conforme previsto no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana. Dessa forma, os autores reafirmam o papel central da comunicação na constituição e no exercício da cidadania, tanto em sua dimensão histórica quanto normativa (Signates; Moraes, 2019a).

Para Luciana de Deus Macêdo e Tiago Mainieri (2021, p. 85-86)

A liberdade de expressão e de imprensa surge, explicitamente, como um direito individual privado - garantia fundamental da liberdade de expressão do cidadão, do pleno respeito pelos direitos individuais. Neste cenário, os meios de comunicação constituem-se em espaços de circulação de informações e ideias. As mídias compromissadas com o interesse público e com a transmissão de informação plural contribuem para elevar a consciência política dos cidadãos, mas a sua presença não é garantia imediata de democracia ou mesmo de respeito à cidadania. De fato, o conflito da mídia com os interesses individuais é um risco.

Para Signates e Moraes (2019a), a cidadania passa a ser vista como um processo em constante expansão e disputa, envolvendo dimensões históricas e normativas que se cruzam com as teorias dos direitos humanos e com práticas concretas no espaço público. Eles ressaltam que os direitos da quarta geração — os direitos emergentes — têm natureza eminentemente comunicacional, uma vez que o próprio ato de reivindicar novos direitos pressupõe visibilidade pública, reconhecimento simbólico e partilha discursiva.

Assim, a contribuição de Jambeiro (2017), ao lado de Signates e Moraes (2019a), reforça a compreensão de que a cidadania não se resume ao pertencimento formal a uma comunidade política. Trata-se de um processo interativo que exige, além do reconhecimento

jurídico, condições materiais e simbólicas para sua efetivação. A cidadania, portanto, só se realiza plenamente quando há participação ativa, debate público e mecanismos efetivos de controle e transformação social.

Nessa direção, a cidadania pode ser compreendida como um processo em constante expansão e disputa, envolvendo diversas dimensões da vida social. Utilizando a classificação de Norberto Bobbio, os autores indicam a existência de diferentes gerações de direitos: os direitos civis, os sociais, os ambientais e, por fim, aqueles voltados à reivindicação de direitos. Esta última dimensão, particularmente, é vista como chave para a abordagem comunicacional da cidadania, pois ultrapassa a simples ideia de “direito à comunicação” e passa a entendê-la como mediação fundamental para o exercício pleno da cidadania (Signates; Moraes, 2019a).

Essa perspectiva é reforçada a partir da teoria de T. H. Marshall, que define a cidadania como a conjunção de três tipos de direitos: civis, políticos e sociais. Os civis garantem a liberdade individual, os políticos asseguram a participação no poder e os sociais oferecem as condições mínimas de bem-estar. Marshall também vincula cada tipo de direito a instituições específicas, como o judiciário, o parlamento e os sistemas educacional e assistencial. Para ele, a cidadania é atribuída a partir do reconhecimento institucional do indivíduo como membro pleno da comunidade política, embora os direitos atribuídos possam variar conforme o contexto histórico e as lutas sociais em curso (Signates; Moraes, 2019a).

No entanto, como lembram Signates e Moraes (2019a), o percurso da cidadania não é uniforme entre os países. No Brasil, a consolidação desses direitos não seguiu a mesma sequência observada no modelo inglês descrito por Marshall. José Murilo de Carvalho observa que, na história brasileira, os direitos sociais muitas vezes precederam os políticos e civis, o que evidencia a necessidade de considerar trajetórias históricas singulares. Para Carvalho, a cidadania é um processo em constante disputa e, portanto, sujeito a retrocessos e rupturas, sendo inadequado tratá-la como uma evolução linear (Signates; Moraes, 2019a).

Nessa mesma linha de reflexão, Jessé Souza introduz o conceito de “subcidadania” - para ele a “subcidadania” representa a negação do reconhecimento social e a ausência das condições mínimas de dignidade para a existência socialmente legítima do indivíduo. Trata-se da exclusão ativa de milhões de brasileiros das promessas formais da cidadania”. (Souza, 2009, p. 29), para designar a condição de sujeitos que, embora formalmente reconhecidos como cidadãos, não acessam efetivamente os direitos sociais, econômicos e culturais que sustentariam esse status. Inspirado em Bourdieu (1997), Souza (2009) argumenta que a cidadania é limitada pelo “*habitus*” e pelas formas de capital disponíveis aos indivíduos. Aqueles que não possuem os recursos mínimos de reconhecimento social e material são submetidos a uma condição

existencial marcada pela exclusão e pela invisibilidade, reproduzida pelas instituições do Estado e do mercado (Signates; Moraes, 2019a).

Já sob a ótica marxista, como discutido por Viana, a cidadania é compreendida como uma construção ideal do Estado burguês, que promove uma igualdade abstrata no plano jurídico, mas mantém e naturaliza as desigualdades materiais no plano social. Para essa vertente teórica, a cidadania não pode ser plenamente realizada enquanto persistir a lógica do capital, uma vez que o próprio Estado opera prioritariamente em defesa da classe dominante. Assim, a cidadania seria um artifício formal que oculta a estrutura real de dominação e exploração, sendo a revolução social, e não a reforma institucional, o único caminho possível para sua concretização autêntica. No entanto, essa abordagem tende a anular o conceito como ferramenta analítica aplicável a contextos em que a luta pela cidadania se dá dentro da própria ordem capitalista, ainda que em condições de desigualdade (Signates; Moraes, 2019a).

A esse conjunto de leituras se soma a perspectiva cosmopolita proposta por Adela Cortina, que desloca a discussão da cidadania para o campo da ética universal. Para a autora, é necessário repensar a cidadania em uma era globalizada, onde as fronteiras nacionais se tornam cada vez mais porosas e os problemas sociais, ambientais e econômicos ultrapassam os limites dos Estados-nação. Nesse contexto, a cidadania não pode se restringir ao pertencimento territorial, devendo ser compreendida como um ponto de encontro entre valores democráticos e a razão sensível de cada pessoa, em sua capacidade de construir laços de justiça e pertencimento em escala ampliada. Cortina propõe a ideia de uma cidadania cosmopolita, fundada na convivência intercultural, na justiça social e na coesão ética entre os indivíduos e suas comunidades (Signates; Moraes, 2019a).

Ao discutir diferentes formas de cidadania política, social, econômica, civil, intercultural e cosmopolita, Cortina enfatiza que o pertencimento a uma comunidade política que pressupõe não apenas o usufruto de direitos, mas o reconhecimento mútuo entre seus membros, como base para a coesão social nas sociedades pós-liberais. O reconhecimento da sociedade por seus integrantes, aliado à adesão aos projetos comuns, constitui, portanto, a essência da cidadania enquanto “hábito imprescindível da civilidade”. Esse entendimento reforça o papel da cidadania como prática comunicativa, capaz de mediar conflitos, construir identidades coletivas e sustentar os vínculos éticos e políticos em tempos de instabilidade democrática.

Dessa forma, Signates e Ângela Moraes (2019a) contribuem para ampliar o entendimento da cidadania como um conceito dinâmico, relacional e comunicacional. A cidadania não é apenas um status jurídico, mas uma prática situada, construída nas interações

sociais, nos embates políticos e nas disputas simbólicas que atravessam o espaço público. Ao articular diferentes tradições teóricas do liberalismo à crítica marxista, da sociologia funcionalista à ética cosmopolita, os autores oferecem uma visão abrangente, crítica e profundamente atual sobre as múltiplas dimensões que envolvem o ser cidadão nas sociedades contemporâneas. Sendo assim, a mídia pode operar formas de exclusão sem parecer violenta, influenciando na cidadania abordada por Signates e Moraes (2019a), mas que produzem efeitos profundos na configuração da cidadania e da visibilidade pública. Pierre Bourdieu

Considera como violência simbólica toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural (Bourdieu, 1997a, p. 204).

Ao aprofundar a discussão sobre o conceito de cidadania, Luiz Signates e Ângela Moraes (2019a) propõem uma abordagem inovadora ao situá-la como um fenômeno essencialmente comunicacional. Para os autores, compreender a cidadania exige ir além das definições jurídicas e institucionais tradicionais e assumir que sua constituição depende de processos simbólicos de reconhecimento, reivindicação e legitimação social. A pergunta central que orienta essa perspectiva é: o que há de intrinsecamente comunicacional na noção de cidadania?

A resposta parte da ideia de que a comunicação, entendida amplamente como toda forma de troca simbólica capaz de gerar vínculos sociais, é condição *sine qua non* para a existência da cidadania. Em outras palavras, não há cidadania possível fora de uma esfera pública na qual os sujeitos possam interagir, expressar-se e disputar sentidos coletivos. Essa concepção supera a visão da comunicação como mera ferramenta ou canal e a reposiciona como matriz constitutiva do ser cidadão.

Tomando como ponto de partida a tradição ocidental de direitos, os autores recuperam a tipologia de T. H. Marshall e sua divisão clássica entre direitos civis, políticos e sociais. No entanto, problematizam as limitações dessa abordagem, especialmente no que diz respeito à compreensão da comunicação como elemento funcional, responsável apenas pela estabilidade do sistema. Ainda que a proposta de Marshall reconheça a importância da expressão e da participação, sua perspectiva permanece ancorada numa lógica ordenadora, em que a cidadania surge como resultado do equilíbrio entre diferentes esferas de direito. Mesmo em José Murilo de Carvalho, que critica a linearidade do modelo europeu ao mostrar as particularidades

históricas do Brasil, a comunicação aparece mais como pano de fundo do que como elemento estruturante (Signates; Moraes, 2019a).

A ruptura com essa tradição se intensifica na leitura de Jessé Souza, ao apresentar a noção de subcidadania. Para ele, a cidadania é distribuída de maneira desigual pelas instituições, sendo negada a amplas parcelas da população que, embora formalmente reconhecidas como cidadãs, são sistematicamente silenciadas e/ou invisibilizadas. Nesse caso, os processos comunicacionais assumem papel decisivo: são os modos como se fala, ou se deixa de falar, com e sobre determinados grupos que definem sua inserção ou exclusão da esfera pública. Trata-se de compreender que a comunicação pode tanto reforçar a desigualdade quanto operar como ferramenta de emancipação (Signates; Moraes, 2019a).

Essa leitura crítica da cidadania também aparece na tradição marxista, representada por autores como Viana. Para essa vertente, o conceito de cidadania é um instrumento ideológico do Estado burguês, utilizado para legitimar a dominação de classe. A comunicação, nesse contexto, seria uma correia de transmissão dos interesses dominantes, destinada a manter a aparência de igualdade formal enquanto perpetua desigualdades materiais. Ainda que reconheçam a presença de processos comunicacionais, esses autores os interpretam como mecanismos de manipulação e dominação, limitando sua potência transformadora (Signates; Moraes, 2019a).

Na contramão dessa visão instrumental, Adela Cortina propõe uma abordagem cosmopolita e processual da cidadania, que resgata seu caráter ético e relacional. Para ela, ser cidadão é participar de uma comunidade política não apenas pelo pertencimento territorial, mas pelo compromisso ativo com a justiça e a convivência democrática. A cidadania, assim, se constrói no entrelaçamento entre identidade e justiça, sendo a comunicação o espaço onde essa construção se realiza. A autora enfatiza que, num mundo globalizado, os processos comunicacionais tornam-se ainda mais decisivos, pois são eles que permitem a construção de vínculos, o reconhecimento mútuo e a emergência de valores compartilhados. A política, nesse sentido, deve ser compreendida como a superação da violência por meio da comunicação (Signates; Moraes, 2019a).

Com base nessas abordagens, Signates e Moraes (2019a) propõem compreender a comunicação não apenas como meio, mas como condição ontológica da cidadania. A reivindicação de direitos, a construção da opinião pública, a denúncia de injustiças e a própria existência social do sujeito passam, necessariamente, por dinâmicas comunicativas. O “infante”, aquele que não fala, é também o não-cidadão. É pela linguagem, pelo gesto, pelo

símbolo que os indivíduos se tornam visíveis e assumem agência política. Portanto, silenciar alguém, negar-lhe o direito à expressão, equivale a negá-lo como cidadão.

A comunicação, nesse enquadramento, opera como fio condutor da cidadania em suas múltiplas dimensões: nos direitos civis, como no caso do acesso à informação e à mobilidade; nos direitos políticos, por meio do voto e da deliberação pública; e nos direitos sociais, a partir de mecanismos como a Libras e o Braille, que garantem acessibilidade e inclusão. Até mesmo o dinheiro, como forma simbólica de mediação, pode ser compreendido como um instrumento comunicacional fundamental nas relações sociais. Da mesma forma, as políticas de saúde e de consumo dependem de processos comunicativos claros, transparentes e acessíveis para assegurar os direitos dos indivíduos.

A partir desse entendimento, os autores propõem uma tipologia de formas comunicacionais da cidadania, entre as quais se destacam: a cidadania como meio de reivindicação; a cidadania informacional e do consumo; a cidadania da liberdade de expressão; a cidadania como direito de expressão de direitos; a subcidadania comunicacional, que marca a exclusão simbólica de sujeitos; e a cidadania como incomunicabilidade, que representa a radicalidade da negação do direito à fala. Negar a um indivíduo o direito à comunicação é, assim, negar-lhe a própria cidadania.

- Cidadania como meio: a cidadania pode ser vista como argumento, mecanismo ou instrumento da comunicação para se conseguir direitos em uma determinada sociedade.
- Cidadania do direito à informação e do consumo: todo cidadão tem direito ao acesso às informações sobre suas condicionantes civis, políticas e sociais, seja por meio de jornais, internet e meios comunitários.
- Cidadania da liberdade de expressão: a participação em termos da opinião pública é um direito especificamente comunicacional, ainda que de ordem instrumental.
- Cidadania como direito de expressão de direitos: assim como a cidadania não prescinde da comunicação para acontecer, a cidadania comunicacional é o direito básico que permite a elaboração comunitária dos termos de sua própria justiça.
- Subcidadania comunicacional: trata-se da condição do subcidadão, ou seja, aquele que é silenciado no processo comunicacional, ou seja, é inserido como falado, referenciado, e não como falante.
- Cidadania como incomunicabilidade: a radicalidade da negação da cidadania. Se existe um subcidadão, também é possível existir o sujeito que não tem fala e não é falado, mas subjugado às condições de silenciamento, e, portanto, de submissão (Signates; Moraes, 2019a, p. 32-33)

Dessa forma, Signates e Moraes (2019a) constroem um referencial teórico que reposiciona a cidadania como processo essencialmente comunicacional, em que a linguagem, os símbolos, os meios e os sentidos circulantes são constitutivos das práticas de pertencimento,

reconhecimento e justiça. Em síntese, a cidadania não se realiza fora da comunicação, e é na qualidade dessas trocas simbólicas que reside sua potência ou sua limitação.

A partir dessa compreensão de cidadania como prática comunicacional, torna-se necessário investigar como determinados campos específicos da comunicação social operam na mediação entre os sujeitos e o espaço público. Entre esses campos, o jornalismo político se destaca por sua capacidade de estruturar discursos, selecionar agendas e produzir sentidos que impactam diretamente a experiência democrática e o reconhecimento da cidadania. Se, como afirmam Signates e Moraes (2019a), a cidadania só se efetiva quando há trocas simbólicas legítimas e inclusivas, cabe perguntar: qual é o papel do jornalismo na garantia ou na negação dessas trocas? Com base nessa perspectiva, o próximo tópico discute as funções do jornalismo político nas democracias contemporâneas, analisando suas potencialidades, limitações e implicações éticas no contexto das disputas por visibilidade, representação e justiça no espaço público.

2.2 Jornalismo Político e suas Funções na Democracia

O jornalismo político é um elemento essencial para a manutenção e consolidação da democracia, pois atua como um dispositivo comunicacional que intermedeia as relações entre o Estado e a sociedade civil. Como destacado por Signates (2011), a comunicação não pode ser vista apenas como um instrumento secundário nos estudos políticos, mas sim como um fator constitutivo das dinâmicas democráticas. Dessa forma, o jornalismo não apenas informa, mas também interpreta os acontecimentos políticos, fiscaliza instituições e promove o debate público, configurando-se como um espaço de deliberação e formação da opinião pública (Habermas, 1984).

A informação qualificada e confiável é uma condição fundamental para o funcionamento pleno das democracias, pois permite que os cidadãos façam escolhas políticas informadas e participem ativamente da vida pública (Dahl, 1998). A partir dessa perspectiva, o jornalismo político assume a função de "guardião da esfera pública", ao possibilitar o acesso à informação de qualidade sobre políticas públicas, eleições e o desempenho de governantes. No entanto, essa função enfrenta desafios contemporâneos, como a proliferação da desinformação e o fenômeno da polarização ideológica, que ameaçam a integridade do processo democrático (Bezerra, 2021).

Além de informar, o jornalismo político desempenha um papel crítico e interpretativo. Conforme argumenta Schudson (2008), a imprensa não se limita a relatar fatos, mas os

contextualiza, permitindo que os leitores compreendam as nuances e complexidades dos processos políticos. Essa função interpretativa é especialmente crucial em sociedades marcadas pela fragmentação ideológica, nas quais a manipulação da informação pode ser instrumentalizada para legitimar discursos autoritários ou enfraquecer instituições democráticas (Rocha; Marroquim, 2011). O jornalismo, nesse sentido, não apenas reporta eventos, mas também estrutura narrativas que influenciam a percepção pública e a tomada de decisão política.

Outro papel fundamental do jornalismo político na democracia é a promoção do debate pluralista. Habermas (1989) destaca que a esfera pública deve ser um espaço de deliberação racional, onde diferentes grupos sociais possam se expressar e disputar narrativas políticas. Nesse contexto, a imprensa funciona como um mediador essencial para o diálogo democrático, garantindo que vozes marginalizadas sejam ouvidas e que a diversidade de perspectivas seja representada no discurso público (Signates, 2013). No entanto, o modelo de comunicação adotado pelos grandes meios de comunicação nem sempre favorece essa pluralidade. Rocha; Marroquim (2011) apontam que a dependência da mídia em relação a fontes oficiais e o enfoque excessivo em disputas partidárias reduzem a diversidade de temas e opiniões na cobertura jornalística. Isso pode resultar na formação de "fossos da notícia", em que determinados segmentos da sociedade são sistematicamente excluídos do debate público.

Além dos desafios estruturais, o jornalismo político enfrenta as transformações tecnológicas e o impacto das novas mídias digitais. A democratização da produção de conteúdo, proporcionada pela internet, ampliou as possibilidades de participação política, mas também gerou novos desafios, como a disseminação acelerada de desinformação e a segmentação do público em "bolhas informacionais" (Kuhlmann, 2015). Nesse novo ecossistema, o jornalismo tradicional precisa se reinventar para continuar exercendo sua função de mediação e credibilidade, combatendo a circulação de narrativas falsas e promovendo o acesso à informação confiável. Como observa Signates (2011), a comunicação política contemporânea está inserida em um ambiente midiático fragmentado, onde a disputa pela atenção do público exige estratégias cada vez mais sofisticadas e baseadas em algoritmos de segmentação.

Diante desse cenário, a ética jornalística torna-se ainda mais relevante. Segundo os princípios da democracia deliberativa, como propostos por Benhabib (1996), as decisões políticas devem ser resultado de um processo de deliberação livre e informado, no qual os cidadãos tenham acesso a informações precisas e variadas. O jornalismo, portanto, deve adotar uma postura que privilegie a clareza, a isenção e a responsabilidade social, evitando práticas que comprometam sua credibilidade e seu papel democrático. O jornalismo político deve reforçar sua posição como um dos pilares da esfera pública, combatendo estratégias discursivas

manipulativas e fornecendo aos cidadãos as ferramentas necessárias para compreender e intervir no debate político.

O aspecto democrático do jornalismo manifesta-se, sobretudo, na qualidade das informações que produz, refletida em sua capacidade de evitar dogmatismos e de promover, por meio do confronto de ideias presentes na sociedade (o que se pode chamar de pluralismo crítico), caminhos possíveis para a superação de dilemas contemporâneos. Assim, o que se espera do jornalismo e de suas informações de qualidade não é uma postura apartada das disputas e correlações de força que marcam a esfera pública, mas sim o compromisso ético-profissional de garantir – da mesma forma que, em tese, a própria democracia busca assegurar – a primazia da liberdade sobre o autoritarismo e a defesa do interesse público sobre interesses privados e particularistas. Visibilidade, pluralismo e liberdade são, portanto, atributos essenciais: não há democracia nem jornalismo possíveis sem eles. Esse seria o ideal democrático e jornalístico. Entretanto, como ilustram os exemplos apresentados na sequência, a realidade brasileira demonstra que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que se alcance plenamente essa convergência entre democracia e jornalismo sustentada por tais pilares fundamentais (Araújo; Lima, 2021).

O papel do jornalismo na formação da opinião pública, na fiscalização do poder e na defesa dos princípios democráticos não pode ser subestimado. Conforme aponta Signates (2011), a comunicação é um espaço de disputa, e o jornalismo político deve atuar para que essa disputa ocorra dentro dos marcos da transparência e do pluralismo. Em um cenário de crescente polarização e desinformação, o fortalecimento de um jornalismo político comprometido com a verdade e com a pluralidade é essencial para a sustentação da democracia. O jornalismo não deve ser visto apenas como um veículo de informação, mas como um dos principais mecanismos de defesa do regime democrático, garantindo que a sociedade continue a ter acesso a informação de qualidade, fundamental para a tomada de decisões cidadãs e para a promoção de um debate público mais qualificado. Como destaca Signates (2013), a influência da comunicação na política não pode ser ignorada, pois a maneira como a informação é veiculada e interpretada molda diretamente os processos decisórios e as percepções públicas sobre os governantes e as políticas adotadas.

2.2.1 A imprensa como mecanismo de vigilância e fiscalização

O jornalismo político também desempenha um papel central como fiscalizador do poder público. Nos regimes democráticos, a liberdade de imprensa é frequentemente descrita

como o "quarto poder", pois permite que a sociedade monitore as ações do governo, exponha casos de corrupção e denuncie violações dos direitos fundamentais (Schudson, 1998). Essa função de fiscalização contribui para aumentar a transparência das administrações públicas e garantir que os representantes eleitos prestem contas de suas ações.

Ao longo da história, investigações jornalísticas tiveram papel determinante na revelação de escândalos políticos. O caso *Watergate*, nos Estados Unidos, é um exemplo clássico do impacto que o jornalismo investigativo pode ter no equilíbrio de poder. A reportagem conduzida por Carl Bernstein e Bob Woodward no "*The Washington Post*" expôs uma rede de espionagem e abuso de poder por parte da administração Nixon, levando à renúncia do presidente em 1974 (Bernstein; Woodward, 1974).

No Brasil, a mídia teve papel crucial na cobertura da Operação Lava Jato, um dos maiores escândalos de corrupção do país. Reportagens aprofundadas revelaram como grandes empresas e políticos de diversos partidos estavam envolvidos em um esquema de desvio de dinheiro público, o que resultou na condenação de diversas figuras proeminentes e na mudança do cenário político nacional (Avritzer, 2016). Essa capacidade de investigar e expor irregularidades fortalece o sistema de freios e contrapesos, garantindo que o poder político não atue sem restrições.

Apesar de sua importância, o jornalismo político enfrenta desafios crescentes no cenário contemporâneo. Entre os mais significativos estão: a) Polarização política e ataques à imprensa; b) Disseminação de desinformação e *fake news*; e c) Transformação digital e crise dos modelos de negócios jornalísticos.

a) A polarização política tem gerado um aumento significativo nos ataques à imprensa, especialmente por parte de líderes populistas que enxergam o jornalismo como uma ameaça ao seu projeto de poder. De acordo com Mudde (2019), políticos populistas frequentemente utilizam uma retórica anti-imprensa para descredibilizar investigações jornalísticas e consolidar uma base de apoio leal, que rejeita qualquer informação que contradiga a narrativa oficial do governo.

No Brasil, o governo Bolsonaro foi marcado por constantes embates com a imprensa. Durante seu mandato, o presidente fez ataques diretos a jornalistas, chamando veículos de comunicação tradicionais de "imprensa lixo" e incentivando seus apoiadores a desacreditarem reportagens críticas ao governo (Repórteres Sem Fronteiras, 2021). Esse tipo de hostilidade tem um efeito corrosivo sobre a liberdade de imprensa, pois enfraquece a confiança da população no jornalismo e cria um ambiente propício para o crescimento de fontes alternativas de informação pouco confiáveis.

b) Disseminação de desinformação e *fake news* é considerado outro desafio enfrentado pelo jornalismo político é a disseminação massiva de desinformação, impulsionada pelas redes sociais e aplicativos de mensagens. O fenômeno das *fake news* tornou-se uma ameaça global, afetando processos eleitorais e promovendo narrativas falsas que desestabilizam democracias (Sunstein, 2018).

Durante a eleição de 2018 no Brasil, estudos indicaram que grupos organizados utilizaram redes sociais como *WhatsApp* para espalhar informações falsas e prejudicar adversários políticos. De acordo com o Monitor do Debate Político no Meio Digital (2019), a campanha de Jair Bolsonaro se beneficiou da circulação massiva de *fake news*, o que gerou um ambiente eleitoral marcado pela desconfiança e pela radicalização do debate público.

O jornalismo político, diante desse cenário, tem o desafio de aprimorar suas estratégias de checagem de fatos e de reestabelecer sua credibilidade junto ao público. Ferramentas como *fact-checking*¹ tornaram-se essenciais para conter a propagação de conteúdos enganosos e restaurar a confiança na imprensa tradicional.

c) Transformação digital e crise dos modelos de negócios jornalísticos: a revolução digital alterou profundamente o modelo de financiamento do jornalismo político. Com a ascensão das plataformas digitais, a publicidade – que historicamente financiava veículos de comunicação – passou a ser controlada por grandes empresas tecnológicas, como *Google* e *Facebook* (McChesney, 2013). Isso resultou em uma crise financeira para muitos jornais, levando ao fechamento de redações e à precarização do trabalho jornalístico.

Além disso, a lógica dos algoritmos favorece conteúdos sensacionalistas e polarizadores, diminuindo o alcance de reportagens investigativas mais complexas. O consumo de informação fragmentada e superficial nas redes sociais compromete a profundidade da cobertura jornalística e incentiva a disseminação de manchetes *clickbait*, em detrimento de análises mais aprofundadas (Sunstein, 2018).

2.3 Redes Sociais, Convergência Midiática e a Amplificação dos Discursos

A revolução digital trouxe profundas transformações na forma como a informação é produzida, distribuída e consumida. Entre essas mudanças, destaca-se a ascensão das redes

¹ *Fact-checking*, ou verificação de fatos, é essencialmente o ato de conferir a veracidade das informações. Isso implica verificar se as informações são totalmente verdadeiras, se há exageros, distorções ou subestimação, bem como conferir qual é a fonte das informações, como os dados ou estatísticas foram coletados, entre outros aspectos, não se limitando necessariamente em 100% verdadeiras ou falsas. Disponível em: <https://www.bfbm.com.br/o-que-sao-as-agencias-de-verificacao-de-fatos-ou-fact-checking/>

sociais digitais e a convergência midiática, fenômenos que redefiniram as relações entre os meios de comunicação, os cidadãos e as instituições políticas. A interatividade e a descentralização da informação proporcionadas pelas plataformas digitais alteraram significativamente os fluxos comunicacionais, permitindo a amplificação de discursos antes restritos a círculos limitados e a reconfiguração do debate público (Jenkins, 2006).

Nesse contexto, as redes sociais se consolidaram como ferramentas centrais para a mobilização política e social, funcionando como veículos tanto para a disseminação de informações qualificadas quanto para a propagação de discursos extremistas e desinformação (Sunstein, 2018). Se, por um lado, a convergência midiática possibilitou maior diversidade de vozes no espaço público, por outro, também potencializou fenômenos como a polarização ideológica, a desinformação e a manipulação algorítmica do debate político. Assim, a análise do impacto das redes sociais e da convergência midiática na amplificação dos discursos é essencial para compreender os desafios contemporâneos da comunicação democrática.

O conceito de convergência midiática, desenvolvido por Henry Jenkins (2006), refere-se ao processo de integração de múltiplos meios de comunicação em um ecossistema digital interconectado. Nesse modelo, conteúdos jornalísticos, informações institucionais, discursos políticos e narrativas culturais transitam por diversas plataformas, sendo constantemente reinterpretados e redistribuídos por usuários comuns, empresas e agentes políticos.

Esse fenômeno tem implicações diretas na forma como os discursos são amplificados. Em um contexto de hiperconectividade, mensagens produzidas por figuras públicas, veículos de comunicação ou influenciadores podem se espalhar rapidamente por meio do compartilhamento em redes sociais, ultrapassando as barreiras dos meios tradicionais e alcançando audiências globais. Como destacam Chadwick, Dennis e Smith (2016), a convergência midiática possibilitou a emergência de um novo modelo de comunicação política, no qual o poder de moldar narrativas não está mais restrito aos grandes conglomerados de mídia, mas é disputado por múltiplos atores, incluindo usuários comuns e redes de desinformação.

No entanto, essa descentralização da comunicação não significa, necessariamente, um aumento na qualidade da informação disponível. Pelo contrário, o modelo algorítmico das redes sociais favorece conteúdos que geram maior engajamento, muitas vezes priorizando discursos emocionais, polêmicos ou extremistas, em detrimento de análises mais aprofundadas e verificadas. Essa dinâmica cria um ambiente propício para a viralização de *fake news*, discursos de ódio e teorias conspiratórias, fenômeno que tem sido amplamente estudado por pesquisadores da comunicação e da ciência política (Sunstein, 2018; Wardle; Derakhshan, 2017).

Sabendo disso, as redes sociais desempenham um papel central na amplificação de discursos na contemporaneidade. Plataformas como *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*, *WhatsApp* e *TikTok* tornaram-se arenas fundamentais para a disseminação de informações e para o debate político, redefinindo as dinâmicas de engajamento público e a participação cidadã. Diferente dos meios de comunicação tradicionais, as redes sociais não apenas permitem a interação direta entre políticos, jornalistas e cidadãos, mas também criam ambientes nos quais os usuários podem se tornar atores ativos na construção e na propagação de discursos (Castells, 2012).

No entanto, a lógica algorítmica dessas plataformas introduz distorções significativas no debate público. Os algoritmos que regem o funcionamento das redes sociais são projetados para maximizar o tempo de permanência do usuário na plataforma, priorizando conteúdos que despertam reações emocionais intensas, como indignação, medo e raiva (Tufekci, 2017). Esse fenômeno cria o que Sunstein (2018) denomina de "câmaras de eco", espaços digitais nos quais os usuários são expostos apenas a conteúdos que reforçam suas crenças pré-existentes, reduzindo a diversidade informativa e aprofundando a polarização política.

Estudos demonstram que a amplificação de discursos nas redes sociais pode ter impactos significativos no comportamento eleitoral e na percepção pública de temas políticos. Nesse sentido, infere-se que a distribuição de informações nas redes sociais pode ser explorada por agentes políticos para manipular o debate público, enfraquecer o jornalismo tradicional e dificultar a verificação de fatos.

2.3.1 Polarização, desinformação e a manipulação algorítmica do debate público

O ambiente digital contemporâneo tem sido marcado pelo crescimento da polarização política, impulsionada, em grande parte, pela forma como os discursos são amplificados nas redes sociais. A lógica das plataformas digitais incentiva a formação de comunidades fechadas, nas quais os usuários interagem predominantemente com conteúdo e pessoas que compartilham de suas mesmas visões de mundo (Pariser, 2011). Esse fenômeno, conhecido como "bolhas informacionais", reduz a exposição a visões alternativas e favorece a radicalização de posicionamentos políticos.

A desinformação desempenha um papel central nesse processo. Como argumentam Wardle e Derakhshan (2017), as *fakes news* não são apenas informações falsas, mas construções narrativas projetadas para manipular emoções e direcionar comportamentos. Em um ambiente onde a velocidade da informação se sobrepõe à veracidade, a checagem de fatos torna-se um

desafio constante, e conteúdos falsos frequentemente atingem um público muito maior do que as correções subsequentes.

Para Wilson da Silva Gomes e Tatiana Dourado (2019), a expressão “*fake news*” acrescenta à ideia de relatos que reivindicam ser factuais, mas que distorcem ou inventam fatos, um aspecto específico ligado ao termo “*news*” (notícia), enfatizando que não se trata de qualquer narrativa factual, mas de relatos jornalísticos que, ao se apresentarem como notícias, buscam se apropriar da autoridade e credibilidade do jornalismo. Dessa forma, a contrafação não ocorre apenas na distorção dos fatos, mas também na tentativa de mimetizar a linguagem e o formato das reportagens jornalísticas. Embora o jornalismo não seja a única instituição vinculada à produção de relatos factuais, diferentemente da ciência, por exemplo, ele é tradicionalmente visto como o principal espaço de narrativas sobre a atualidade, especialmente no contexto político. Assim, ao forjarem suas histórias, os criadores de *fake news* realizam uma dupla falsificação: além de alterarem ou inventarem fatos, estruturam suas narrativas conforme o estilo jornalístico, buscando conferir-lhes legitimidade. No entanto, como indicam estudos empíricos, há mais histórias falsas em circulação do que aquelas especificamente moldadas no formato de reportagens, o que não altera o fato de que quase todas se apresentam, de maneira explícita ou implícita, como relatos factuais autênticos sobre eventos contemporâneos.

Além disso, o uso estratégico de *bots* e inteligência artificial tem potencializado a manipulação algorítmica do debate público. Perfis automatizados são utilizados para amplificar artificialmente determinadas narrativas, influenciando os *trending topics* e manipulando a percepção pública sobre determinados temas (Ferrara *et al.*, 2016). Esses mecanismos criam uma ilusão de consenso social, levando usuários reais a aderirem a determinadas posições sem uma avaliação crítica aprofundada.

A amplificação de discursos nas redes sociais e a convergência midiática impõem desafios significativos para a comunicação democrática. A necessidade de regulação das plataformas digitais tem sido amplamente debatida, especialmente diante do impacto da desinformação nos processos eleitorais e da crescente influência das *big techs* na formação da opinião pública (Napoli, 2019).

Entre as possíveis soluções, destaca-se a transparência algorítmica, que permitiria maior controle sobre os critérios de priorização de conteúdos nas redes sociais. Além disso, a promoção de educação midiática e o fortalecimento do jornalismo investigativo são medidas essenciais para reduzir os impactos negativos da polarização e da manipulação informacional.

No entanto, qualquer tentativa de regulação deve equilibrar a necessidade de controle da desinformação com a preservação da liberdade de expressão, evitando censura ou restrições

excessivas ao debate público (Zuboff, 2019). A construção de um ambiente digital mais democrático exige, portanto, um esforço conjunto entre governos, sociedade civil, acadêmicos e as próprias plataformas digitais, garantindo que a convergência midiática seja utilizada para fortalecer a democracia, e não para corroê-la.

2.4. Pressões Estruturais e a Reprodução Acrítica no Jornalismo

O jornalismo, como campo de produção e disseminação de informações, não opera em um vácuo social ou político. Ele está sujeito a uma série de pressões estruturais, que influenciam tanto os processos de produção de notícias quanto a forma como os acontecimentos são interpretados e apresentados ao público. Essas pressões são derivadas de fatores econômicos, políticos, tecnológicos e culturais que moldam a atuação dos jornalistas e das organizações midiáticas. Como resultado, frequentemente ocorre a reprodução acrítica de discursos e narrativas que favorecem determinados interesses hegemônicos em detrimento de uma abordagem mais investigativa e pluralista (McChesney, 2008).

A reprodução acrítica pode ser entendida como a prática de reportar eventos, declarações ou informações sem submetê-los a um escrutínio rigoroso, favorecendo discursos predominantes e limitando o espaço para contestação ou contra narrativas (Bourdieu, 1997). Esse fenômeno compromete o papel democrático do jornalismo, uma vez que a função da imprensa não deve ser apenas a de informar, mas também a de questionar, contextualizar e aprofundar as questões abordadas. Para compreender a dinâmica da reprodução acrítica, é essencial analisar os fatores estruturais que influenciam o jornalismo contemporâneo, incluindo as pressões do mercado, o modelo de dependência das fontes institucionais e os desafios impostos pela convergência digital.

O jornalismo contemporâneo opera dentro de um sistema capitalista, no qual a busca por audiência e receitas publicitárias influencia diretamente os critérios de noticiabilidade. Desde a consolidação das grandes corporações midiáticas, a lógica de mercado tem determinado quais pautas recebem destaque e quais são ignoradas. McChesney (2013) argumenta que o modelo de financiamento da imprensa, baseado na captação de anúncios e na venda de assinaturas, impõe limitações significativas à independência editorial, uma vez que veículos de comunicação muitas vezes evitam abordar temas que possam desagradar seus patrocinadores ou acionistas.

A crise financeira que afetou os meios de comunicação nas últimas décadas intensificou essas pressões. Com a ascensão das plataformas digitais, como *Facebook* e *Google*,

uma parcela significativa da receita publicitária migrou para empresas de tecnologia, reduzindo os recursos disponíveis para o jornalismo investigativo e aprofundado (Napoli, 2019). Como consequência, muitos veículos passaram a priorizar conteúdos de fácil consumo, frequentemente pautados por sensacionalismo, superficialidade e reatividade a eventos do dia. Essa dinâmica favorece a reprodução acrítica, uma vez que o tempo e os recursos necessários para verificar, contextualizar e investigar informações são reduzidos em prol da velocidade de publicação (Tuchman, 1978).

Além disso, a estrutura oligopolista da mídia também impacta o pluralismo informacional. Em muitos países, incluindo o Brasil, a propriedade dos meios de comunicação está concentrada em um número reduzido de grupos empresariais, o que limita a diversidade de perspectivas disponíveis ao público (Bolaño, 2004). Essa concentração gera uma tendência à homogeneização do discurso jornalístico, uma vez que diferentes veículos acabam reproduzindo as mesmas narrativas, reforçando consensos pré-estabelecidos e marginalizando visões dissidentes.

2.4.1 Dependência de fontes institucionais e o viés da oficialidade

Outro fator que contribui para a reprodução acrítica no jornalismo é a dependência estrutural das fontes institucionais. Em sua clássica análise sobre a produção da notícia, Gans (1979) argumenta que jornalistas frequentemente recorrem a fontes oficiais – como governos, corporações e especialistas – para legitimar suas reportagens. Essa prática ocorre por razões logísticas e simbólicas: fontes institucionais são acessíveis, fornecem informações prontas para publicação e possuem autoridade social reconhecida, o que reduz a necessidade de verificação adicional.

No entanto, essa relação cria uma assimetria na produção de notícias, pois favorece determinados atores e agendas em detrimento de vozes menos institucionalizadas. Hall *et al.* (1978) denominam esse fenômeno de "primazia da definição", referindo-se ao poder que determinadas fontes exercem para estabelecer quais temas serão debatidos e sob quais perspectivas. Essa estrutura permite que governos e grandes corporações moldem a narrativa midiática, influenciando não apenas o que é noticiado, mas também como as informações são apresentadas.

Essa dependência também se manifesta na cobertura política e econômica. Durante crises institucionais ou períodos eleitorais, por exemplo, é comum que os veículos de comunicação se baseiem quase exclusivamente em declarações de autoridades, sem questionar

de forma crítica os pressupostos subjacentes às suas falas. Como resultado, a mídia pode acabar reforçando discursos oficiais, em vez de promover uma análise independente e contextualizada (Bourdieu, 1997).

Além disso, a era digital trouxe desafios adicionais para o jornalismo, especialmente no que diz respeito ao ritmo de produção e à instantaneidade da informação. A pressão para publicar rapidamente, impulsionada pela competição com redes sociais e plataformas de conteúdo viral, reduziu o tempo disponível para checagem de fatos e contextualização das notícias (Hermida, 2010). Como resultado, muitas redações adotaram um modelo de produção reativo, baseado na replicação de informações fornecidas por agências de notícias ou por outras fontes primárias, sem a devida investigação.

Esse fenômeno também contribuiu para a disseminação da desinformação e das narrativas simplificadas. Quando veículos de comunicação priorizam a velocidade em detrimento da precisão, tornam-se mais suscetíveis a reproduzir informações falsas ou manipuladas. Wardle e Derakhshan (2017) destacam que a rápida circulação de boatos e notícias enganosas nas redes sociais representa um dos maiores desafios para o jornalismo contemporâneo, exigindo o desenvolvimento de novas estratégias de verificação e checagem de fatos.

Além disso, a convergência midiática criou um ambiente no qual a personalização algorítmica influencia o consumo de informações. Plataformas digitais utilizam algoritmos para priorizar conteúdos que geram maior engajamento, o que frequentemente leva à amplificação de discursos polarizadores e reducionistas (Sunstein, 2018). Essa dinâmica favorece a reprodução acrítica, pois os veículos de comunicação são pressionados a produzir conteúdo que se adeque a essas lógicas de distribuição, em vez de aprofundar a análise dos temas abordados.

2.5. O Discurso de Ódio no Jornalismo

O jornalismo desempenha um papel crucial na mediação dos discursos na esfera pública, influenciando a formação da opinião pública, a construção de narrativas e a regulação dos valores sociais compartilhados. No entanto, ao longo da história, o jornalismo também tem sido um vetor para a disseminação de discursos de ódio, seja por meio da reprodução acrítica de declarações de figuras públicas, seja pela amplificação de estereótipos e preconceitos (Butler, 1997). Esse fenômeno levanta questões centrais sobre a responsabilidade ética dos jornalistas, os desafios para a regulação do discurso na mídia e os impactos da disseminação de conteúdos hostis na sociedade democrática.

O conceito de "reverberação acrítica" refere-se ao processo pelo qual discursos de ódio são replicados pelos meios de comunicação sem questionamento ou contextualização adequada, conferindo-lhes legitimidade e alcance ampliado (Wodak, 2015). Essa prática ocorre tanto em ambientes de jornalismo tradicional quanto nas novas mídias digitais, onde a lógica da viralização e a busca por engajamento impulsionam a disseminação de conteúdos sensacionalistas e polarizadores. Assim, torna-se fundamental analisar as práticas jornalísticas que favorecem a difusão do discurso de ódio, as implicações éticas associadas a essa prática e os mecanismos de operacionalização da reverberação acrítica.

O discurso de ódio pode ser definido como qualquer expressão que incite ou justifique discriminação, violência ou hostilidade contra indivíduos ou grupos com base em atributos como etnia, religião, gênero, orientação sexual ou identidade política (Waldron, 2012). Historicamente, o jornalismo tem desempenhado um papel ambíguo em relação a esse fenômeno: ao mesmo tempo em que pode atuar como um agente de denúncia e conscientização, também pode ser um canal para a naturalização e amplificação de discursos discriminatórios.

Em muitos casos, os veículos de comunicação reproduzem declarações de figuras públicas sem um filtro crítico, transformando discursos agressivos ou excludentes em manchetes e matérias de grande circulação. Isso ocorreu, por exemplo, em períodos de ascensão de regimes autoritários, nos quais a mídia desempenhou um papel central na construção de narrativas excludentes e na normalização da perseguição a determinados grupos (Benesch, 2012). No contexto contemporâneo, a ascensão de lideranças populistas tem sido acompanhada por um aumento na difusão de retórica agressiva, muitas vezes validada pela mídia sob o pretexto de isenção ou equidistância (Mudde, 2019).

Além disso, a lógica de funcionamento dos meios de comunicação contribui para a propagação do discurso de ódio. O modelo comercial do jornalismo, baseado na captação de audiência e na rentabilização do conteúdo, leva muitas empresas a explorar conteúdos polêmicos e emocionalmente carregados, que tendem a gerar maior engajamento. Em muitos casos, esse modelo favorece a publicação de matérias sensacionalistas que reforçam estereótipos e promovem a polarização social (McChesney, 2013).

A difusão do discurso de ódio pela mídia levanta sérias questões éticas, especialmente no que se refere ao papel social do jornalismo e aos limites da liberdade de expressão. O jornalismo democrático deve garantir o direito à informação e a pluralidade de opiniões, mas também tem a responsabilidade de evitar a legitimação de conteúdos que incentivem a discriminação ou a violência (Habermas, 1989).

As principais questões éticas relacionadas à reverberação acrítica do discurso de ódio incluem:

a) **Neutralidade x Responsabilidade:** A ideia de que o jornalismo deve ser imparcial muitas vezes leva à reprodução de declarações polêmicas sem a devida contextualização crítica. No entanto, como destaca Waisbord (2018), a neutralidade absoluta pode ser prejudicial quando se trata de discursos que violam princípios democráticos básicos. O desafio, portanto, é equilibrar a objetividade jornalística com a responsabilidade social de não amplificar discursos prejudiciais.

b) **O papel da checagem de fatos:** Em um ambiente de desinformação crescente, jornalistas têm o dever de verificar e contextualizar informações antes de publicá-las. A reprodução acrítica de declarações falsas ou enganosas pode contribuir para a erosão da confiança na mídia e para o aprofundamento da polarização política (Wardle; Derakhshan, 2017).

c) **Efeitos sociais do discurso de ódio:** A disseminação de conteúdos discriminatórios pela imprensa pode legitimar práticas excludentes e reforçar estruturas de opressão. Como aponta Butler (1997), a repetição de certos discursos na mídia não apenas reflete a realidade social, mas também contribui para a sua construção, tornando algumas formas de violência e discriminação mais aceitáveis ou invisibilizadas.

O conceito de "reverberação acrítica" descreve o processo pelo qual discursos de ódio são amplificados pela mídia sem o devido questionamento ou contextualização. Esse fenômeno ocorre de diferentes maneiras e em distintos formatos jornalísticos, sendo impulsionado por fatores estruturais e tecnológicos.

O jornalismo declaratório é caracterizado pela reprodução de falas de autoridades sem a devida mediação crítica, é um dos principais mecanismos de amplificação de discursos problemáticos. Essa prática ocorre quando veículos de comunicação publicam falas de políticos, empresários ou outras figuras públicas sem verificar sua veracidade ou sem oferecer contrapontos adequados (Schudson, 1998).

Durante a campanha eleitoral de 2018 no Brasil, por exemplo, diversas declarações de Jair Bolsonaro foram amplamente reproduzidas pela imprensa, incluindo falas de caráter homofóbico, misógino e racista (Monitor do Debate Político no Meio Digital, 2019). Ao replicar essas falas sem questionamento, muitos veículos acabaram validando discursos discriminatórios e contribuindo para sua normalização no espaço público.

Outra forma de reverberação acrítica ocorre por meio do sensacionalismo midiático, no qual matérias são construídas com o objetivo de gerar choque e engajamento, muitas vezes

reforçando estereótipos e preconceitos. Esse fenômeno é comum na cobertura de crimes, em que determinados grupos sociais são sistematicamente associados à criminalidade, fortalecendo discursos racistas e classistas (Ferreira, 2021).

A convergência midiática intensificou a circulação de discursos de ódio, tornando a disseminação desses conteúdos mais rápida e difícil de conter. Plataformas como *Facebook*, *Twitter* e *YouTube* operam com base em algoritmos que priorizam conteúdos virais, favorecendo a propagação de mensagens extremistas e emocionais (Sunstein, 2018). Essa lógica impõe desafios adicionais ao jornalismo, que precisa lidar com a responsabilidade de não apenas informar, mas também de mitigar os impactos negativos da viralização do ódio e da desinformação.

2.6. Implicações para a Prática Profissional e a Formação Ética dos Jornalistas

O jornalismo desempenha um papel fundamental na preservação da democracia, garantindo o acesso à informação e o escrutínio do poder. No entanto, o exercício dessa profissão está diretamente relacionado a dilemas éticos e desafios estruturais que afetam tanto a qualidade da informação quanto à responsabilidade social dos jornalistas. A formação ética desses profissionais e a aplicação de boas práticas no ambiente de produção noticiosa são essenciais para garantir um jornalismo comprometido com a verdade, a isenção e o interesse público.

A era digital trouxe novos desafios para o jornalismo, incluindo a aceleração dos ciclos noticiosos, a crise financeira dos meios de comunicação e o impacto das redes sociais na disseminação da informação (McChesney, 2013). Nesse contexto, as implicações éticas e profissionais do jornalismo se tornam ainda mais complexas, exigindo dos profissionais uma postura crítica diante de pressões econômicas, políticas e tecnológicas. O dilema entre a objetividade e o ativismo, a necessidade de combate à desinformação e a importância da transparência são aspectos centrais na formação e na prática jornalística contemporânea.

A ética jornalística está historicamente associada à busca pela verdade, à isenção e à responsabilidade social (Kovach; Rosenstiel, 2014). No entanto, a aplicação desses princípios nem sempre é simples, pois o jornalismo opera dentro de um campo permeado por interesses políticos e econômicos que afetam a construção das narrativas midiáticas (Bourdieu, 1997).

A verdade jornalística não é absoluta, mas deve ser o resultado de um processo rigoroso de apuração, verificação e contextualização. Para isso, os jornalistas precisam adotar métodos transparentes de obtenção de informações, buscando sempre múltiplas fontes e

garantindo que o público tenha acesso a uma visão equilibrada dos fatos. A checagem de fatos tornou-se uma das ferramentas mais importantes no jornalismo atual, especialmente diante da disseminação de *fake news* e da manipulação da informação em ambientes digitais (Wardle; Derakhshan, 2017).

Além disso, a imparcialidade não deve ser confundida com neutralidade absoluta. Como argumenta Waisbord (2018), o jornalismo não pode ser meramente um reproduzidor de discursos dominantes, mas deve exercer uma função crítica na sociedade. Isso significa que, em situações de injustiça ou violação de direitos humanos, o compromisso do jornalista não deve ser com uma falsa equidistância, mas com os valores democráticos e a dignidade humana.

A prática jornalística é moldada por uma série de pressões estruturais, incluindo a crise do modelo de financiamento da imprensa, a influência de grupos políticos e econômicos e as mudanças no consumo de notícias. Essas pressões afetam a independência editorial, a profundidade das investigações e a capacidade dos jornalistas de produzir conteúdo de qualidade.

Essa hostilidade tem consequências diretas para a liberdade de imprensa, uma vez que a intimidação de jornalistas pode levar à autocensura e à redução da cobertura crítica. Além disso, a polarização política tem levado muitos segmentos da sociedade a consumirem apenas veículos que confirmem suas crenças preexistentes, enfraquecendo o papel do jornalismo como um espaço de pluralidade e debate democrático (Sunstein, 2018).

2.6.1. A formação ética dos jornalistas

A formação dos jornalistas desempenha um papel fundamental na construção de um ambiente midiático mais responsável e comprometido com a democracia. No entanto, o ensino do jornalismo enfrenta desafios significativos, que vão desde a necessidade de adaptação às novas tecnologias até a crescente precarização da profissão (Deuze, 2005). Além disso, a formação ética dos jornalistas deve ir além da simples transmissão de códigos de conduta e normativas profissionais. É essencial que as escolas de jornalismo incentivem uma reflexão crítica sobre o papel da mídia na sociedade, os desafios estruturais da profissão e as implicações da convergência digital na produção da informação (Kovach; Rosenstiel, 2014).

O compromisso do jornalista com a verdade é um dos princípios centrais do exercício profissional, conforme estabelece o Artigo 4º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros: "O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação".

Além disso, o jornalismo deve atuar sem discriminação, garantindo uma cobertura justa e imparcial. O Artigo 6º, Inciso XIV, reforça essa responsabilidade ao afirmar que o jornalista deve "combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, de gênero, de orientação sexual, etnia ou condição física, mental ou psicológica".

A ética jornalística, no entanto, deve ser compreendida em um contexto mais amplo, que inclua discussões e letramentos sobre representatividade, diversidade e responsabilidade social. O jornalismo tem um impacto direto na forma como diferentes grupos sociais são retratados, e a formação dos jornalistas deve prepará-los para evitar a reprodução de estereótipos, assegurando uma cobertura mais equilibrada e inclusiva.

A formação jornalística deve garantir que os profissionais respeitem a diversidade e a pluralidade de opiniões. O Artigo 6º, Inciso VIII, estabelece que é dever do jornalista "respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão". A privacidade e a dignidade das pessoas também devem ser preservadas, especialmente em situações que possam expô-las indevidamente.

A digitalização do jornalismo trouxe mudanças significativas na forma como a profissão é ensinada e praticada. Atualmente, os jornalistas precisam dominar ferramentas de análise de dados, produção audiovisual e gestão de redes sociais, além das habilidades tradicionais de apuração e redação (Hermida, 2010). Entretanto, essa transformação tecnológica também levanta questões éticas cruciais, especialmente no que diz respeito à manipulação algorítmica da informação e ao uso de inteligência artificial no jornalismo (Napoli, 2019).

Nesse contexto, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros alerta para a necessidade de um exercício profissional responsável, prevenindo a disseminação de conteúdos sensacionalistas ou manipulados. O Artigo 11º, Inciso II, estabelece que é vedado ao jornalista "divulgar informações de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes". Além disso, a manipulação de informações deve ser combatida, conforme determina o Artigo 7º, Inciso II, que orienta que o jornalista não pode "submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação".

Portanto, a formação dos jornalistas deve capacitá-los para lidar com esses desafios, assegurando que as ferramentas tecnológicas sejam usadas de maneira responsável, sem comprometer a credibilidade da informação ou a transparência jornalística.

Diante das rápidas transformações tecnológicas e das mudanças nos modelos de produção e consumo de informação, o ensino da ética jornalística assume um papel ainda mais

relevante. "Os profissionais da área devem estar preparados para garantir que a tecnologia não comprometa a qualidade, a isenção e a independência do jornalismo e, principalmente, que ela seja um instrumento relevante no fortalecimento das relações dos profissionais com a ética jornalística e com o tratamento responsável da informação, no que diz respeito às suas responsabilidades sociais.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em seu Artigo 6º, Inciso I, estabelece que o jornalista deve "divulgar todos os fatos que sejam de interesse público". Dessa forma, a ética jornalística não deve ser vista apenas como um conjunto de regras formais, mas como um compromisso contínuo com a responsabilidade social, a transparência e o fortalecimento da democracia.

2.7 Desafios éticos e estruturais do jornalismo na era da desinformação e da polarização

O percurso desenvolvido neste capítulo permitiu compreender a centralidade e a complexidade do papel do jornalismo político nas democracias contemporâneas, sobretudo diante da ascensão de discursos autoritários e antidemocráticos. A análise evidenciou que o jornalismo, ao mesmo tempo em que é concebido como uma instância de mediação crítica e promotora da esfera pública, encontra-se tensionado por pressões estruturais que afetam sua autonomia e comprometem sua função social. Entre essas pressões, destacam-se a lógica de mercado, a dependência de fontes institucionais, a competição com redes sociais e a precarização das rotinas de apuração, todas agravadas pelo ambiente de desinformação e pela cultura da velocidade.

A função interpretativa e deliberativa do jornalismo foi discutida como um contraponto necessário à sua função meramente informativa. Em contextos de crise democrática, como o brasileiro, o compromisso com a pluralidade, com os direitos humanos e com a justiça social torna-se não apenas uma questão técnica ou editorial, mas ética e civilizatória. Ao reverberar discursos de ódio ou silenciar diante de práticas autoritárias, a imprensa deixa de cumprir seu papel histórico de salvaguarda da democracia. Nesse sentido, o jornalismo não é apenas um observador da realidade política — ele é parte ativa dela, contribuindo para a construção dos significados compartilhados e das fronteiras simbólicas do debate público.

Fica evidente, portanto, que o jornalismo político, embora não seja o único responsável pelos rumos da democracia, possui um papel decisivo na formação da opinião pública e na legitimação ou questionamento de discursos que circulam no espaço social. Diante disso, torna-

se fundamental investigar de que maneira essas práticas jornalísticas se concretizam, como se organizam os procedimentos de apuração e publicação, quais são os critérios de seleção e visibilidade adotados, e como se articulam os discursos veiculados pela mídia com os valores éticos do campo jornalístico.

Essa indagação nos conduz ao próximo capítulo desta dissertação. Com o objetivo de compreender em profundidade as estratégias narrativas utilizadas pelo jornalismo ao noticiar falas autoritárias e polarizadoras de Jair Bolsonaro, torna-se necessário explicitar os caminhos metodológicos que sustentam a pesquisa. Para tanto, o Capítulo 3 – Metodologia buscará responder à seguinte questão: quais procedimentos teóricos e operacionais são mais adequados para identificar, categorizar e interpretar os sentidos presentes nas matérias jornalísticas que reverberam discursos de ódio e desafiam os limites éticos do jornalismo em contextos democráticos? Para responder a essa questão, o estudo se apoia na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, cuja abordagem sistemática e rigorosa permite explorar tanto os significados manifestos quanto os latentes do discurso. Serão apresentados os fundamentos epistemológicos da pesquisa, os critérios de seleção do *corpus*, as categorias temáticas adotadas e as etapas seguidas para a codificação, inferência e interpretação dos dados analisados.

CAPÍTULO 3

Metodologia

A análise do papel do jornalismo na reverberação de discursos autoritários e de ódio demanda um percurso metodológico rigoroso, que permita identificar não apenas os conteúdos explícitos das mensagens, mas também os sentidos latentes que se expressam nas entrelinhas do discurso midiático. Com isso, este capítulo se orienta pela seguinte questão-problema: como operacionalizar, de forma sistemática e interpretativa, a análise dos discursos de ódio proferidos por Jair Bolsonaro e sua repercussão em veículos jornalísticos, a partir da perspectiva da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin?

Essa questão se justifica diante da complexidade dos fenômenos discursivos em jogo. Os discursos analisados, por carregarem forte carga simbólica e potencial de polarização, exigem um instrumental teórico-metodológico que vá além da descrição superficial dos fatos. É preciso captar os modos como essas mensagens são estruturadas, enquadradas e ressignificadas no campo jornalístico, considerando o contexto político-eleitoral em que foram proferidas e divulgadas. Nesse cenário, a Análise de Conteúdo, na perspectiva qualitativa proposta por Bardin, apresenta-se como método capaz de dar conta dessas nuances, ao combinar rigor técnico com abertura à subjetividade interpretativa.

O capítulo foi desenvolvido a partir de quatro movimentos principais. Primeiro, foi apresentada a fundamentação teórica da metodologia, explorando as origens, princípios e características da Análise de Conteúdo conforme delineadas por Bardin. Em seguida, foram descritas as etapas do processo analítico, pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, com foco na aplicação prática do método ao *corpus* selecionado. Na sequência, foram detalhados os procedimentos de coleta de dados, incluindo o levantamento dos discursos de ódio de Jair Bolsonaro a partir de produções acadêmicas e a identificação das matérias jornalísticas que os repercutiram. Por fim, foram apresentadas as estratégias de categorização dos discursos e a estruturação do *corpus* de análise, que orientaram as interpretações realizadas nos capítulos seguintes.

O objetivo central é investigar a maneira como os discursos de ódio atribuídos a Jair Bolsonaro, proferidos durante a campanha eleitoral de 2018, foram reverberados pela mídia digital e enquadrados nas narrativas jornalísticas. A técnica escolhida permitiu não apenas identificar padrões discursivos, mas também compreender as condições de produção e enquadramento das mensagens, a partir de procedimentos sistemáticos e interpretativos. Ao

tratar os discursos como objetos simbólicos, a Análise de Conteúdo torna-se um instrumento eficaz para decifrar os sentidos políticos e ideológicos implicados na cobertura midiática.

Diferentemente de métodos quantitativos ou estruturados previamente, a abordagem qualitativa aqui adotada é indutiva, gerativa, construtiva e subjetiva. Isso significa que as categorias de análise emergem ao longo do contato com os dados, e não são impostas de antemão. A pesquisa parte dos dados empíricos, os discursos identificados e os textos jornalísticos que os repercutem para, a partir deles, construir categorias temáticas que expressem as regularidades e singularidades do material investigado. Tanto o conteúdo manifesto quanto o conteúdo latente são considerados, permitindo uma leitura em profundidade das estratégias narrativas e dos enquadramentos adotados pela mídia.

A partir dessa perspectiva, a análise foi organizada em três grandes etapas, conforme o modelo proposto por Bardin: pré-análise, que envolveu a seleção, leitura flutuante e organização do *corpus*; exploração do material, com a codificação das unidades de registro e agrupamento em categorias temáticas; e tratamento dos resultados, com descrição, interpretação e inferência sobre os sentidos produzidos na cobertura midiática. Cada uma dessas etapas foi detalhada no corpo deste capítulo, com a devida contextualização teórica e operacional, visando garantir transparência, consistência e profundidade ao processo analítico.

Com essa fundamentação metodológica, pretende-se oferecer subsídios robustos para a análise e reverberações na mídia dos discursos de ódio proferidos, permitindo compreender como a cobertura jornalística pode, intencional ou involuntariamente, contribuir para a legitimação simbólica de práticas e discursos excludentes no espaço público. A análise que se seguirá nos próximos capítulos parte diretamente das bases construídas aqui, em diálogo com o *corpus* empírico e com os marcos teóricos que sustentam esta investigação.

3.1 Metodologia de Análise de Conteúdo

Esta dissertação adota uma abordagem qualitativa e explora a técnica de análise de conteúdo com base na obra “Análise de Conteúdo”, de Laurence Bardin (2016). O objetivo é aprofundar a compreensão das ideias da autora por meio de uma leitura detalhada, permitindo uma interpretação voltada para a análise de dados qualitativos. Para isso, buscou apresentar a teoria de Bardin de forma acessível e simplificada, favorecendo uma melhor assimilação do método. Além da contextualização histórica e da explicação dos principais procedimentos desta técnica, a pesquisa analisou a reverberação acrítica dos discursos de ódio de Jair Bolsonaro proferidos no período da campanha eleitoral de 2018 para a presidência do Brasil.

A Análise de Conteúdo (AC), conforme desenvolvida por Bardin, tem suas origens no positivismo e foi inicialmente aplicada nos Estados Unidos há mais de cinquenta anos como um instrumento para examinar comunicações. Segundo a autora, sua principal função é promover um desvendamento crítico. No início, essa abordagem se dedicava à análise de diversas fontes, como materiais jornalísticos, discursos políticos, cartas, publicidades, relatórios oficiais e até romances, priorizando a linguagem, a objetividade e a quantificação, características que a inseriram no campo da pesquisa quantitativa.

Nesse contexto, Bardin define a AC como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam inferências sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens” (Bardin, 1994, p. 18).

No entanto, ao longo do tempo, a AC tem sido adaptada para a pesquisa qualitativa, consolidando-se como uma técnica sistemática que incorpora a subjetividade no processo analítico. Nesse âmbito, recorre-se à indução e à intuição como estratégias para alcançar níveis mais profundos de compreensão dos fenômenos investigados, permitindo interpretações mais amplas e contextuais dos dados analisados.

A abordagem indutiva-gerativa-constitutiva-subjetiva, que representa a Análise de Conteúdo (AC) em uma perspectiva qualitativa e que é o foco desta pesquisa, parte dos dados para, então, construir as categorias e, posteriormente, desenvolver a teoria. Essa abordagem busca compreender os fenômenos investigados, valorizando a subjetividade como elemento essencial no processo analítico.

Diferente de métodos estruturados previamente, a teoria emerge da própria análise, e suas categorias são construídas ao longo do processo de interpretação dos dados, baseando-se em uma sistematização progressiva e analógica. A descrição dessas categorias é elaborada por meio de pequenos textos-síntese que expressam seus significados de forma clara e objetiva.

Nessa abordagem, tanto o conteúdo manifesto quanto o conteúdo latente são analisados. Além disso, o tratamento dos dados exige uma exploração detalhada e descritiva, aliada ao rigor científico, que é construído progressivamente ao longo do processo investigativo. Os objetivos e seus refinamentos ocorrem de forma contínua, pois as categorias emergem à medida que a análise se desenvolve.

Para a aplicação da Análise de Conteúdo (AC) na perspectiva qualitativa, Bardin (2016) propõe uma organização da análise em três etapas sequenciais: (a) Pré-análise, (b) Exploração do material e (c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

(a) Pré-análise: Essa etapa é considerada a fase de organização e consiste na chamada leitura “flutuante”, que corresponde ao primeiro contato com os documentos analisados, promovendo uma familiarização inicial. Além disso, envolve a seleção prévia dos documentos que comporão o *corpus* da análise, respeitando critérios como exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

De acordo com Bardin (2016, p. 96), o *corpus* da análise refere-se ao “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. A exaustividade implica que todos os elementos do *corpus* devem ser considerados, sem exclusões arbitrárias que comprometam a abrangência da pesquisa. A representatividade, por sua vez, assegura que o *corpus* reflita de maneira fidedigna o universo investigado, alinhando-se aos objetivos e à pergunta de pesquisa. A homogeneidade exige que os documentos selecionados sigam critérios consistentes, evitando singularidades que destroem a proposta da investigação. Já a pertinência garante que os materiais escolhidos sejam adequados como fontes de informação, correspondendo diretamente ao propósito da análise.

(b) Exploração do material: Esta fase é a análise propriamente dita, na qual são aplicadas sistematicamente as decisões tomadas na etapa anterior. Aqui, ocorre o processo de codificação, decomposição e enumeração (Bardin, 2011).

Na codificação, os dados são segmentados em unidades de registro, que podem corresponder a palavras, temas, opiniões ou acontecimentos relevantes para a pesquisa. Bardin (2016) define a codificação como “o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (Holsti, 1969 *apud* Bardin, 2011, pág. 133).

As unidades de registro representam os trechos selecionados para análise, sendo consideradas unidades de significação codificadas. O agrupamento dessas unidades resulta na formação de categorias. Por exemplo, ao analisar as falas de um participante, os trechos que se relacionam diretamente com um dos objetivos da pesquisa são selecionados como unidades de registro. Se outras falas, sejam do mesmo participante ou de outro, apresentarem semelhanças, elas são agrupadas, formando assim uma categoria.

(c) Organização e tratamento de dados, descrição e interpretação: Essa etapa consiste na categorização do material, ou seja, na organização estrutural das unidades de registro em categorias temáticas. Como ilustrado anteriormente, as unidades de registro semelhantes são agrupadas, compondo categorias alinhadas aos objetivos do estudo. Além da organização das categorias, são criadas etiquetas, ou seja, títulos que nomeiam cada categoria conforme os

critérios estabelecidos: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidedignidade e produtividade. Bardin (2016) define esse processo da seguinte maneira:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento seguindo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos (Bardin, 2016, p. 147).

Após a categorização, iniciou-se a fase de descrição e interpretação. A descrição teve como objetivo relatar detalhadamente as situações que contextualizam os recortes selecionados, garantindo uma compreensão ampla do material analisado. A interpretação, por sua vez, envolveu a produção de pequenos textos-síntese que refletem a compreensão obtida sobre os fenômenos estudados. Para embasar essa etapa, foram utilizados textos científicos que corroboraram ou esclareceram os achados da análise.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

O levantamento dos textos jornalísticos que compõem o *corpus* desta pesquisa exigiu, como etapa prévia, a identificação dos discursos de ódio proferidos por Jair Bolsonaro ao longo de sua trajetória política. Para esse mapeamento inicial, adotou-se como critério metodológico a análise da produção acadêmica existente sobre o tema, incluindo artigos científicos, dissertações e teses que abordaram especificamente os discursos de ódio atribuídos ao referido político, independentemente do contexto em que foram proferidos.

Para a identificação dessas produções acadêmicas, realizaram-se buscas sistemáticas nas plataformas SciELO Brasil e Google Acadêmico, no dia 6 de julho de 2024, utilizando inicialmente o termo "Discurso de ódio de Bolsonaro" como critério de filtragem. No mesmo dia, foi conduzida uma nova busca, com os mesmos parâmetros, empregando, desta vez, o termo "Discurso de ódio de Jair Bolsonaro". Esse procedimento visou ampliar o escopo da pesquisa, garantindo a inclusão de estudos que pudessem adotar diferentes formas de referência ao objeto de análise.

A partir da sistematização dos discursos de ódio identificados na literatura acadêmica, passou-se à etapa seguinte, que consistiu na verificação da reverberação desses discursos na cobertura jornalística. O objetivo foi identificar textos publicados por instituições de mídia em seus veículos digitais e analisar de que maneira os jornalistas, ao construírem suas narrativas,

selecionaram, interpretaram e enquadraram esses discursos dentro da lógica jornalística. Ao reportar, contextualizar e, em alguns casos, problematizar as declarações de Bolsonaro, os jornalistas desempenharam um papel central na mediação simbólica entre os discursos políticos e a esfera pública. Assim, a pesquisa busca compreender não apenas a incidência desses discursos no ambiente midiático, mas também os enquadramentos jornalísticos adotados, os critérios de noticiabilidade que justificaram sua veiculação e os processos de ressignificação promovidos pelos meios de comunicação.

Considerando o recorte temporal da pesquisa, de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018 (do início da campanha eleitoral à véspera do segundo turno das eleições presidenciais), torna-se fundamental analisar como os discursos de ódio proferidos por Bolsonaro foram apropriados pelo jornalismo, seja na construção de uma crítica, na sua amplificação ou na sua problematização. Dessa forma, esta investigação contribui para a compreensão do papel da mídia na circulação e potencial legitimação de discursos políticos, especialmente aqueles de caráter excludente e polarizador.

A primeira coleta foi realizada na plataforma SciELO Brasil, utilizando o termo "Discurso de ódio de Bolsonaro" como critério de pesquisa. Esse levantamento resultou na identificação de um único artigo científico: "Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no *Facebook*", de Luiz Rogério Lopes Silva (2021). O estudo em questão analisou postagens na página oficial do político nessa rede social, identificando cinco discursos de ódio proferidos por Bolsonaro.

Em seguida, uma segunda coleta de dados foi conduzida na mesma plataforma (SciELO Brasil) com um refinamento no critério de busca, substituindo o termo inicial por "Discurso de ódio de Jair Bolsonaro". No entanto, essa busca não resultou na localização de nenhuma produção acadêmica adicional sobre o tema.

A terceira etapa da coleta foi realizada na plataforma Google Acadêmico, utilizando o termo "Discurso de ódio de Bolsonaro". Essa busca retornou dezesseis (16) artigos científicos, os quais foram cuidadosamente analisados com o objetivo de identificar discursos de ódio atribuídos ao político.

Por fim, uma quarta coleta foi efetuada na mesma plataforma (Google Acadêmico), desta vez utilizando o termo "Discurso de ódio de Jair Bolsonaro". Essa busca resultou na identificação de duas (2) produções acadêmicas adicionais. Assim como nos casos anteriores, essas produções foram submetidas à análise para a extração e sistematização dos discursos de ódio citados.

Esse processo de levantamento e análise permitiu reunir um conjunto significativo de discursos de ódio atribuídos a Jair Bolsonaro, servindo como base para a etapa subsequente da pesquisa, que consiste na investigação da reverberação desses discursos na cobertura jornalística digital ao longo do período eleitoral de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018.

3.3 Delineamento do *corpus* e categorização dos discursos

Após a sistematização das produções acadêmicas selecionadas, procedeu-se à identificação dos discursos de ódio mencionados pelos autores e atribuídos a Jair Bolsonaro no período delimitado pela pesquisa. Para assegurar a consistência da análise, foram eliminados discursos repetidos, permitindo a construção de um *corpus* mais representativo e direcionado à investigação de quais desses enunciados obtiveram reverberação nas instituições midiáticas à época.

Com o objetivo de aprofundar a análise, foram selecionadas três instituições jornalísticas para cada categoria de discurso que tiveram papel central na cobertura política na campanha eleitoral de 2018 (a definição desses veículos seguiu critérios que serão detalhados na próxima seção) nas quais esses discursos tiveram reverberação durante o período delimitado (16 de agosto a 28 de outubro de 2018).

A partir desse recorte, as matérias jornalísticas que abordaram tais discursos foram examinadas com base na metodologia de Análise de Conteúdo (AC), conforme proposta por Bardin (2011). Tal abordagem permitiu um exame sistemático dos enunciados veiculados, possibilitando a identificação de padrões discursivos e estratégias narrativas adotadas pelos meios de comunicação.

Para garantir uma análise mais precisa das manifestações discursivas, os discursos de ódio foram categorizados conforme seu conteúdo e público-alvo, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorização² dos discursos de ódio identificados

| Categoria de discurso de ódio | Descrição |
|---|--|
| 1- Discurso de ódio político | Ataques a opositores políticos, movimentos sociais e ideologias divergentes. |
| 2 - Discurso de ódio contra indígenas | Expressões que deslegitimam ou inferiorizam povos indígenas e seus direitos. |
| 3 - Discurso de ódio contra negros | Manifestações racistas e depreciativas dirigidas à população negra. |
| 4 - Discurso de ódio contra políticas afirmativas | Discursos contrários a políticas de inclusão social e equidade racial. |
| 5 - Discurso de ódio contra imigrantes | Declarações xenofóbicas e discriminatórias contra imigrantes e refugiados. |
| 6 - Discurso de ódio contra direitos humanos | Falas que deslegitimam ou atacam os princípios dos direitos humanos universais. |
| 7 - Discurso de ódio misógino | Discursos que reforçam a desigualdade de gênero e a violência contra mulheres. |
| 8 - Discurso de ódio contra religiões não hegemônicas | Ataques direcionados a religiões de matriz africana, islâmicas, entre outras minoritárias. |
| 9 - Discurso de ódio homofóbico | Expressões discriminatórias contra pessoas LGBTQIA+. |
| 10 - Discurso de ódio contra minorias | Ataques genéricos contra populações marginalizadas, como população em situação de rua e pessoas com deficiência. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na etapa subsequente da pesquisa, foi analisada quais dessas categorias discursivas tiveram maior reverberação nas edições dos veículos jornalísticos selecionados, considerando os critérios de noticiabilidade (Traquina, 2005) e os enquadramentos jornalísticos (Entman, 1993). Dessa forma, pretendeu compreender os padrões de circulação desses discursos na mídia e os impactos simbólicos e sociais de sua repercussão no debate público.

² Os resultados da pesquisa foram organizados em categorias analíticas, com o objetivo de sistematizar e facilitar a compreensão e a interpretação dos dados.

3.4 Etapas de Análise

Este tópico apresenta as etapas do processo de análise dos textos jornalísticos que reverberaram os discursos de ódio atribuídos a Jair Bolsonaro durante o período eleitoral de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018. A investigação fundamentou-se na metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e seguiu duas etapas principais: a identificação dos textos jornalísticos que repercutiram esses discursos e a avaliação dos enquadramentos adotados pelos veículos de comunicação.

A primeira etapa da análise (Seção 3.3.1) consiste na categorização dos discursos de ódio, conforme sua repercussão midiática. Para isso, utiliza-se a sistematização realizada no Capítulo 3, que organizou os discursos em categorias temáticas, permitindo compreender quais foram amplificados, problematizados ou ressignificados no ambiente jornalístico.

A segunda etapa (Seção 3.3.2) concentra-se na avaliação da cobertura jornalística, examinando como os veículos de comunicação enquadraram os discursos reverberados. Com base na teoria do enquadramento jornalístico (Entman, 1993) e nos critérios de noticiabilidade (Traquina, 2005), analisa-se se os textos jornalísticos adotaram uma abordagem crítica, neutra ou reforçaram tais discursos.

Por fim, a Seção 3.3.3 discute os padrões de reverberação e os impactos midiáticos da cobertura dos discursos de ódio no debate público. A investigação considera o papel do jornalismo na mediação desses discursos e suas possíveis implicações para a democracia, a opinião pública e a ética jornalística.

3.4.1 Estratégia de Categorização e Procedimentos Práticos

A fim de estruturar a análise dos discursos de ódio proferidos por Jair Bolsonaro, esta seção apresenta sua classificação em categorias temáticas, conforme o modelo proposto no Quadro 1 (Capítulo 3). A categorização segue os princípios da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), permitindo uma organização sistemática dos enunciados e a identificação de padrões discursivos.

Os discursos foram extraídos do levantamento realizado nas produções acadêmicas consultadas e foram agrupados com base em sua natureza e público-alvo, considerando aspectos semânticos, contextuais e intencionais das declarações. Dessa forma, a classificação possibilita uma compreensão aprofundada dos diferentes alvos e dimensões do discurso de ódio, contribuindo para a investigação de sua circulação na esfera pública.

A catalogação dos discursos permitiu observar recorrências e estratégias retóricas, bem como a construção de narrativas que reforçam estereótipos, exclusões e violências simbólicas. Além disso, a sistematização dos enunciados constitui um referencial essencial para a etapa subsequente da pesquisa, que examinará como tais discursos foram repercutidos pela mídia.

No quadro a seguir, os discursos são apresentados juntamente com sua respectiva categoria e contextualização, fornecendo uma visão específica da manifestação do discurso de ódio no *corpus* analisado.

Quadro 2 – Atribuição dos discursos de ódio às categorias condicionais

| Ordem | Discurso de Ódio | Categoria | Contexto |
|-------|--|---|---|
| 1 | "Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar essas picaretas para correr do Acre. Já que ama tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá" | Discurso de ódio político | Declaração em comício no Acre (2018), incentivando a violência contra opositores políticos e associando adversários a inimigos estrangeiros, promovendo uma polarização política. |
| 2 | "Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria" | Discurso de ódio político | Declaração que criminaliza opositores, atribuindo-lhes uma condição de "marginais", associando divergências ideológicas à ilegalidade e reforçando um discurso de exclusão política. |
| 3 | "No Brasil vivemos o 'coitadismo': 'Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense'. 'Vamos acabar com isso' | Discurso de ódio contra minorias | Declaração que desqualifica grupos historicamente marginalizados, negando desigualdades estruturais e deslegitimando políticas de inclusão social. |
| 4 | "Pelo amor de Deus, hoje um índio construiu uma casa no meio da praia e a Funai vem e diz que ali é reserva indígena. Se eu for eleito, vou dar uma foçada na Funai, mas uma foçada no pescoço. Não tem outro caminho" | Discurso de ódio contra indígenas | Declaração que incita a violência contra a Funai e os povos indígenas, associando a demarcação de terras a um problema social e econômico. |
| 5 | "Fui num quilombola em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não faz nada! Acho que nem para procriadores servem mais." | Discurso de ódio contra negros | Declaração racista em palestra na Hebraica-RJ (2017), desumanizando e estigmatizando a população quilombola por meio de discurso ofensivo e discriminatório. |
| 6 | "Quem usa cota, no meu entendimento, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista" | Discurso de ódio contra políticas afirmativas | Desqualificação das políticas de ação afirmativa, reforçando estereótipos de inferioridade e desprezando a presença de grupos historicamente excluídos no ensino superior e no mercado de trabalho. |
| 7 | "A escória do mundo está chegando ao Brasil como se nós não tivéssemos problema demais para resolver" | Discurso de ódio contra | Discurso xenofóbico que criminaliza os imigrantes, construindo uma narrativa de |

| | | | |
|----|--|---|--|
| | | imigrantes | ameaça e reforçando a ideia de um inimigo externo. |
| 8 | "Conosco não há essa politicagem de direitos humanos. Essa bandidada vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles". | Discurso de ódio contra direitos humanos | Declaração que associa a defesa dos direitos humanos à proteção dos crimes, promovendo a ideia de repressão violenta e deslegitimação dos princípios fundamentais da dignidade humana. |
| 9 | "O erro da ditadura foi torturar e não matar." | Discurso de ódio político | Declaração apologética à ditadura militar, enaltecendo a repressão violenta e promovendo a naturalização da eliminação física de adversários políticos. |
| 10 | "Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher." | Discurso de ódio misógino | Declaração sexista que desvaloriza o nascimento de uma filha em comparação aos filhos homens, reforçando a ideia de superioridade masculina. |
| 11 | "Nós somos um país cristão! Deus acima de tudo. Essa historinha do Estado Laico, não! É Estado cristão! E as minorias que se curvam!" | Discurso de ódio contra religiões não hegemônicas | Declaração de que rejeita o princípio constitucional do Estado Laico, impondo uma visão religiosa exclusiva e marginalizando grupos religiosos minoritários. |
| 12 | "Para mim é a morte. Digo mais: prefiro que morra num acidente do que ocorrências com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo" | Discurso de ódio homofóbico | Declaração que incita a violência contra pessoas LGBTQIA+, indicando que um filho homossexual deveria ser considerado morto. |
| 13 | "Se o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva uma couro e muda o comportamento dele." | Discurso de ódio homofóbico | Apologia à violência física como "corretivo" para orientação sexual, reforçando estereótipos homofóbicos. |
| 14 | "Se o garoto anda com maconheiro, ele vai acabar cheirando, e se anda com gay, vai virar boiola com toda certeza" | Discurso de ódio homofóbico | Estigmatização de pessoas LGBTQIA+ e associação de orientação sexual a um comportamento desviado. |
| 15 | "Deus acima de tudo. Não tem essa história de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que por contra que se muda. As minorias têm que se curvar para as maiorias" | Discurso de ódio contra religiões não hegemônicas | Declarar que impõe uma visão religiosa única, rejeitando a diversidade religiosa e o princípio constitucional da laicidade do Estado. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A categorização apresentada no Quadro 2 permite observar como os discursos de ódio se estruturam em torno de diferentes grupos e temas, reforçando narrativas excludentes e polarizadoras. Nota-se que grande parte dos enunciados incorpora elementos de criminalização de opositores políticos, demonização de minorias e desqualificação de direitos sociais, promovendo um discurso de ruptura e exclusão na esfera pública.

Ao classificar os discursos de ódio em categorias distintas, tornou-se possível compreender quais grupos foram alvos preferenciais e quais tipos de retórica foram empregados

para sustentar tais enunciados. As falas que atacam indígenas, negros, mulheres, LGBTQIA+ e imigrantes evidenciam um padrão de deslegitimação e inferiorização, enquanto os discursos voltados a opositores políticos e instituições democráticas apontam para uma tentativa de estabelecimento de um inimigo político dentro da lógica do conflito ideológico.

Além disso, a categorização permitiu inferir quais discursos tiveram maior potencial de reverberação midiática, uma vez que determinados temas, como violência política, ataques aos direitos humanos e discursos racistas ou misóginos, possuem maior impacto público e tendem a gerar ampla reverberação jornalística.

Dessa forma, a sistematização dos discursos nesta etapa constitui uma base analítica para a próxima seção, em que foram examinados os veículos jornalísticos que repercutiram tais discursos e os enquadramentos adotados na cobertura midiática. A seguir, passou-se à análise dos textos jornalísticos, buscando compreender os critérios editoriais de seleção e os impactos discursivos da reprodução dessas falas na mídia.

Após a sistematização dos discursos de ódio, nesta seção analisa como tais enunciados foram reverberados pela mídia durante o período eleitoral de 2018. Para isso, foram selecionadas matérias jornalísticas que publicaram e discutiram os discursos identificados no Quadro 2. A análise se baseou na metodologia de Enquadramento Jornalístico (Entman, 1993) e nos critérios de Noticiabilidade (Traquina, 2005), com o objetivo de compreender como os veículos de comunicação problematizaram, ressignificaram ou reverberaram tais discursos.

Os textos jornalísticos foram agrupados conforme as categorias de discurso de ódio previamente estabelecidas, possibilitando uma análise comparativa dos diferentes enquadramentos adotados pelos veículos de comunicação. A abordagem metodológica permitiu identificar padrões discursivos, elementos de reforço ou neutralização dos discursos de ódio e possíveis impactos na esfera pública.

No quadro a seguir, são apresentados os principais textos jornalísticos identificados, organizados por categoria de discurso de ódio.

Quadro 3 – Enquadramento dos discursos de ódio na cobertura jornalística

| Categoria do Discurso | Discurso | Instituição Jornalística *Clique no link | Título da matéria | Data publicação |
|-------------------------------|---|--|---|------------------------|
| I - Discurso de ódio político | Discurso 1: "Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá" | Exame | Set/2018: "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre | 03/09/2018 |
| | | Poder360 | No Acre, Bolsonaro fala em 'fuzilar a petralhada' e enviá-los à Venezuela | 03/09/2018 |
| | | EXTRA | Campanha confirma vídeo em que Bolsonaro fala em 'fuzilar petralhada do Acre': 'Foi brincadeira | 03/09/2018 |
| | | G1 | STF dá a Bolsonaro 10 dias para explicar declaração sobre 'fuzilar a petralhada' | 06/09/2018 |
| | | | | |
| | Discurso 2: "Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria" | Folha de S.Paulo | Defesa da democracia | 28/10/2018 |
| | | BBC News Brasil | Eleições 2018: As propostas de Bolsonaro e Haddad para o combate à corrupção | 25/10/2018 |
| | | BBC News Brasil | Bolsonaro presidente: A surpreendente trajetória de político do baixo clero ao Palácio do Planalto | 28/10/2018 |
| | | UOL | "Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", diz Bolsonaro | 21/10/2018 |
| | | UOL | Bolsonaro ameaça opositores com promessa de banir do Brasil 'marginais vermelhos' | 22/10/2018 |
| | | UOL | O discurso de Bolsonaro na Paulista é o de quem se dispõe a ser presidente de uma parte do Brasil e a silenciar a fala de quem discorda | 22/10/2018 |

| | | | | |
|--|--|--------------------------------------|---|------------|
| | | UOL | Um dia após falar em "banir vermelhos", Bolsonaro diz que aceita oposição | 22/10/2018 |
| | | UOL | FHC critica fala de Bolsonaro sobre pedir exílio ou prisão a opositores | 22/10/2018 |
| | | OBSERVADOR | Bolsonaro ao ataque. "Esses marginais vermelhos serão banidos da nossa pátria" | 23/10/2018 |
| | | Exame | Marginais vermelhos serão banidos do país, diz Bolsonaro a apoiadores | 22/10/2018 |
| | | EXTRA | Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", diz Bolsonaro | 21/10/2018 |
| | | Portal do Juruá | "Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", diz Bolsonaro" | 24/10/2018 |
| | | Sic Notícias - Mundo | "Esses marginais vermelhos serão banidos da nossa pátria" | 23/10/2018 |
| | | É Assim | Bolsonaro: "Marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria" | 22/10/2018 |
| | | SWI | Bolsonaro ameaça opositores com promessa de banir do Brasil 'marginais vermelhos' | 22/10/2018 |
| | | Antena 1 | Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", diz Bolsonaro | 21/10/2018 |
| | | Jornal Franquia | BOLSONARO prometeu "Ampla Faxina" e banir "Marginais Vermelhos" | 24/10/2018 |

| | | | | |
|--|---|---|---|------------|
| | | ZERO HORA | "Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", afirma Bolsonaro | 21/10/2018 |
| | | #Acesse Política | "marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", diz Bolsonaro em vídeo | 22/10/2018 |
| | | TERRA | "Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", diz Bolsonaro | 21/10/2018 |
| | | Jornal Grande Bahia (JGB) | Eleições 2018: Jair Bolsonaro expressa ódio e revela a essência do nazifascismo: "Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", diz político de extrema-direita | 22/10/2018 |
| | Discurso 3: "no Brasil vivemos o "coitadismo": "Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense". "Vamos acabar com isso"" | Folha de S.Paulo | Vamos acabar com coitadismo de nordestino, de gay, de negro e de mulher, diz Bolsonaro | 05/09/2018 |
| | | Metrópolis | Bolsonaro diz que acabará com "coitadismo" de gays, negros e mulheres | 23/10/2018 |
| | | Exame | Bolsonaro promete fim do "coitadismo" de negro, gay, mulher e nordestino | 23/10/2018 |
| | | CartaCapital | Bolsonaro ataca políticas para negros, mulheres, gays e nordestinos: 'coitadismo' | 23/10/2018 |
| | | Observatório G | Bolsonaro promete acabar com o "coitadismo" de gays, negros, mulheres e nordestinos | 24/10/2018 |

| | | | | |
|--|---|---|---|------------|
| II - Discurso de ódio contra indígenas | Discurso 4: “pelo amor de Deus, hoje um índio constrói uma casa no meio da praia e a Funai vem e diz que ali é reserva indígena. Se eu for eleito, vou dar uma foçada na Funai, mas uma foçada no pescoço. Não tem outro caminho” | Não localizamos nenhuma fonte que tenha falado sobre o assunto em 2018. | | |
| III - Discurso de ódio contra Negros | Discurso 5: "Fui num quilombola em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais." | El País | O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays | 07/10/2018 |
| IV - Discurso de ódio contra Políticas Afirmativas | Discurso 6: “Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista” | UOL Notícias* | * Não atende a nossa demanda, não é uma matéria e sim uma relação de frases ditas por Jair Bolsonaro. | |
| V - Discurso de ódio contra imigrante | Discurso 7: “A escória do mundo está chegando ao Brasil como se nós não tivéssemos problema demais para resolver” | TERRA | Terra- Bolsonaro em 25 frases polêmicas | 28/10/2018 |
| VI - Discurso de ódio contra os Direitos Humanos | Discurso 8: "Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos. Essa bandidada vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles". | G1 | Bolsonaro diz que se eleito 'bandidagem vai morrer' porque União não repassará recursos para direitos humanos | 23/08/2018 |
| | | Melhores Publicações | Bolsonaro diz que se eleito 'bandidagem vai morrer' porque União não repassará recursos para direitos humanos | 24/08/2018 |

| | | | | |
|--|--|---|---|------------|
| | | Pleno News | Bolsonaro: ‘Direitos humanos prestam desserviço ao Brasil’ | 23/08/2018 |
| | | O Essencial | Jair Bolsonaro chama Direitos Humanos de “bandidada” | 23/08/2018 |
| | Discurso 9: “O erro da ditadura foi torturar e não matar.” | Não localizamos nenhuma fonte que tenha falado sobre o assunto em 2018, no período de nosso recorte temporal. | | |
| VII - Discurso de ódio misógino | Discurso 10: "Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher" | Poder 360 | Contra rejeição, Bolsonaro lança vídeo em que chora falando da filha | 18/09/2018 |
| | | Metrópolis | Na TV, Bolsonaro se emociona com a filha; Haddad pede união pelo país | 12/10/2018 |
| | | UOL | No rádio, Bolsonaro se emociona com filha; Haddad afasta PT e Lula | 12/10/2018 |
| | | Terra | Bolsonaro publica vídeo sobre filha após polêmica de Mourão | 20/09/2018 |
| VIII - Discurso de ódio contra religiões não hegemônicas | Discurso 11: “Nós somos um país cristão! Deus acima de tudo. Essa historinha de Estado Laico, não! É Estado cristão! E as minorias que se curvem!” | UOL | Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias | 24/09/2018 |
| IX - Discurso de ódio homofóbico | Discurso 12: “Para mim é a morte. Digo mais: prefiro que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo” | El País | O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays | 07/10/2018 |
| | Discurso 13: "Se o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele" | Não localizamos nenhuma fonte que tenha falado sobre o assunto em 2018, no período de nosso recorte temporal. | | |
| | Discurso 14: “Se o garoto anda com maconheiro, ele vai | | | |

| | | | | |
|---|---|----------------------------------|---|-------------------|
| | acabar cheirando, e se anda com gay, vai virar boiola com toda certeza” | | | |
| X - Discurso de ódio contra as minorias | Discurso 15: "Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias" | Piauí | Bolsonaro e a tirania da maioria | 15/10/2018 |
| | | Folha de S.Paulo | Por que os evangélicos conservadores votam em Jair Bolsonaro? | 16/10/20183. 3 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Inicialmente, foram selecionadas as matérias que repercutiram os discursos de Bolsonaro e realizado o levantamento das instituições de comunicação onde tais declarações tiveram reverberação. Em seguida, optou-se por considerar três instituições de mídia reconhecidas pela maior audiência e alcance. A análise incluiu todas as instituições jornalísticas virtuais que veicularam os discursos de Bolsonaro mencionados nas produções acadêmicas pesquisadas, os quais foram classificados pelos acadêmicos como “discurso de ódio” em textos jornalísticos.

Verificou-se, contudo, que alguns desses discursos obtiveram repercussão restrita a apenas uma instituição jornalística em sua versão digital. Outras instituições virtuais foram indicadas pela ferramenta de Inteligência Artificial (*ChatGPT 4.0*), que chegou a listar os títulos das matérias, datas e horários de publicação, além dos respectivos endereços eletrônicos. Ao clicar nos links fornecidos, porém, constatou-se que algumas matérias haviam sido removidas do ar, inviabilizando seu acesso³.

Diante desse cenário, o pesquisador, em alguns casos em que foram encontradas poucas publicações disponíveis, nos sites, não pode selecionar exclusivamente as três maiores instituições jornalísticas virtuais (selecionadas por Inteligência Artificial - IA (*ChatGPT 4*)), sendo necessário incluir “quaisquer veículos” nos quais as matérias ainda estavam acessíveis. Desse modo, em 2024/2025, foi possível consultar parte das mídias indicadas. Em virtude

³ O pesquisador acessou a matéria na UOL Internacional, título: “Discursos de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias”, publicado em 24 de setembro de 2018 às 20h08, em 06 de julho de 2024, porém ao acessar novamente, o link, em 29 de janeiro de 2025, para copiar a matéria, constatou que o mesmo foi retirado do ar. Link: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/09/24/Discursos-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias.htm?utm_source=chatgpt.com

dessas limitações, decidiu-se aplicar um filtro adicional, excluindo os discursos cuja repercussão foi identificada em apenas uma mídia. Tal decisão justifica-se pela impossibilidade de comparar diferentes abordagens de um mesmo discurso, o que comprometeria a análise comparativa.

Portanto, as reverberações e os discursos selecionados para este estudo e, consequentemente, para aplicação do método de Análise de Conteúdo, são:

Quadro 4 – Reportagens selecionadas para análise da reverberação dos discursos de ódio na cobertura jornalística

| Categoria de Discurso | Discurso | Instituição Jornalística *Clique no link | Título da matéria | Data publicação |
|--|---|---|--|------------------------|
| I - Discurso de ódio político ANEXO I | Discurso 1: "Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá" | Exame | Set/2018: "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre | 03/09/2018 |
| | | EXTRA | Campanha confirma vídeo em que Bolsonaro fala em 'fuzilar petralhada do Acre': 'Foi brincadeira | 03/09/2018 |
| | | G1 | STF dá a Bolsonaro 10 dias para explicar declaração sobre 'fuzilar a petralhada' | 06/09/2018 |
| Foi realizado o filtro utilizando a IA, para que entre as opções de matéria fossem selecionadas as três mídias jornalísticas com mais visibilidade. De acordo com o filtro, as selecionadas foram Exame, Extra e G1. | | | | |
| I - Discurso de ódio político ANEXO Ia | Discurso 2: "Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria" | Folha de S.Paulo | Defesa da democracia | 28/10/2018 |
| | | BBC News Brasil | Eleições 2018: As propostas de Bolsonaro e Haddad para o combate à corrupção | 25/10/2018 |
| | | BBC News Brasil | Bolsonaro presidente: A surpreendente trajetória de político do baixo clero ao Palácio do Planalto | 28/10/2018 |
| | | UOL | "Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", diz Bolsonaro | 21/10/2018 |
| | | UOL | Bolsonaro ameaça opositores com promessa de banir do Brasil 'marginais vermelhos' | 22/10/2018 |

| | | | | |
|--|---|--------------------------------------|---|---|
| | | UOL | O discurso de Bolsonaro na Paulista é o de quem se dispõe a ser presidente de uma parte do Brasil e a silenciar a fala de quem discorda | 22/10/2018 Matéria de opinião - não selecionada para análise |
| | | UOL | Um dia após falar em "banir vermelhos", Bolsonaro diz que aceita oposição | 22/10/2018 |
| | | UOL | FHC critica fala de Bolsonaro sobre pedir exílio ou prisão a opositores | 22/10/2018 |
| Foi realizado o filtro utilizando a IA, para que entre as opções de matérias fossem selecionadas as três mídias jornalísticas com mais visibilidade. De acordo com o filtro, as selecionadas foram Folha de S. Paulo, BBC News Brasil e UOL. | | | | |
| I - Discurso de ódio político ANEXO Ib | Discurso 3: "no Brasil vivemos o "coitadismo": "Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense". "Vamos acabar com isso"" | Folha de S.Paulo | Vamos acabar com coitadismo de nordestino, de gay, de negro e de mulher, diz Bolsonaro | 05/09/2018 |
| | | Metrópolis | Bolsonaro diz que acabará com "coitadismo" de gays, negros e mulheres | 23/10/2018 |
| | | Exame | Bolsonaro promete fim do "coitadismo" de negro, gay, mulher e nordestino | 23/10/2018 |
| Foi realizado o filtro utilizando a IA, para que entre as opções de matérias fossem selecionadas as três mídias jornalísticas com mais visibilidade. De acordo com o filtro, as selecionadas foram Folha de S. Paulo, Metrópolis e Exame. | | | | |
| VI - Discurso de ódio contra os Direitos Humanos ANEXO II | Discurso 8: "Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos. Essa bandidada vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles". | G1 | Bolsonaro diz que se eleito 'bandagem vai morrer' porque União não repassará recursos para direitos humanos | 23/08/2018 |
| | | Melhores Publicações | Bolsonaro diz que se eleito 'bandagem vai morrer' porque União não repassará recursos para direitos humanos | 24/08/2018 |
| | | Pleno News | Bolsonaro: 'Direitos humanos prestam desserviço ao Brasil' | 23/08/2018 |

| | | | | |
|--|---|----------------------------|---|------------|
| Foi realizado o filtro utilizando a IA, para que entre as opções de matérias fossem selecionadas as três mídias jornalísticas com mais visibilidade. De acordo com o filtro, as selecionadas foram G1, Melhores Publicações, Plano News. | | | | |
| VII - Discurso de ódio misógino ANEXO III | Discurso 10: "Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher" | Metrópolis | Na TV, Bolsonaro se emociona com a filha; Haddad pede união pelo país | 12/10/2018 |
| | | UOL | No rádio, Bolsonaro se emociona com filha; Haddad afasta PT e Lula | 12/10/2018 |
| | | Terra | Bolsonaro publica vídeo sobre filha após polêmica de Mourão | 20/09/2018 |
| Foi realizado o filtro utilizando a IA, para que entre as opções de matérias fossem selecionadas as três mídias jornalísticas com mais visibilidade. De acordo com o filtro, as selecionadas foram UOL, Metrópole e Terra. | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

3.5 Análise de conteúdo como ferramenta para investigar a reverberação de discursos de ódio na mídia

O percurso metodológico apresentado neste capítulo permitiu fundamentar teoricamente e operacionalizar analiticamente os caminhos que sustentam esta pesquisa, ancorada na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. A escolha dessa abordagem se justifica pela necessidade de um método que conjugue sistematicidade e sensibilidade interpretativa, capaz de apreender não apenas os enunciados explícitos, mas também os sentidos latentes dos discursos analisados. Diante da complexidade dos discursos de ódio proferidos por Jair Bolsonaro durante sua campanha presidencial de 2018 e sua posterior reverberação pela mídia jornalística, optou-se por um método qualitativo, indutivo e construtivo, que permite a emergência de categorias analíticas a partir da leitura aprofundada do material empírico.

A metodologia aqui adotada foi estruturada em três grandes etapas — pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados —, conforme a proposta clássica de Bardin, permitindo organizar o *corpus*, codificar os dados e construir inferências sustentadas teoricamente. Ao longo do capítulo, foram apresentados os critérios de seleção do *corpus*, o recorte temporal e temático, os instrumentos de coleta de dados e os fundamentos epistemológicos que justificam a escolha da Análise de Conteúdo. A partir dessas definições, tornou-se possível construir uma base sólida para a etapa seguinte da pesquisa: a análise das estratégias narrativas adotadas por veículos jornalísticos ao repercutirem discursos de ódio de forte teor político e simbólico.

Essa estrutura metodológica está em sintonia com o referencial teórico desenvolvido ao longo da dissertação, que problematiza o papel do jornalismo nas democracias contemporâneas, as pressões estruturais que impactam sua prática e os dilemas éticos que emergem quando a mídia se torna canal de difusão — ainda que involuntária — de discursos excludentes, autoritários e antidemocráticos. Assim, os procedimentos descritos neste capítulo foram concebidos não como uma etapa meramente técnica da pesquisa, mas como parte integrante do compromisso epistemológico e político com a crítica dos mecanismos simbólicos que operam no espaço público.

Diante disso, o próximo capítulo, intitulado “Jornalismo e a reprodução simbólica do autoritarismo: reverberações dos discursos de ódio de Bolsonaro”, parte da seguinte questão-problema: de que forma os veículos jornalísticos, ao noticiarem ou repercutirem discursos de ódio proferidos por Jair Bolsonaro, contribuem para sua normalização simbólica, tensionam os limites da ética jornalística e impactam o espaço público democrático? A partir da aplicação prática da metodologia apresentada, serão examinadas as formas de enquadramento, os vocabulários utilizados, as estratégias de visibilidade e silenciamento, bem como as contradições éticas que emergem na cobertura jornalística, com base nas categorias geradas ao longo da análise.

CAPÍTULO 4

Jornalismo e a reprodução simbólica do autoritarismo: reverberações dos discursos de ódio de Bolsonaro

A comunicação desempenha um papel central na consolidação da democracia ao atuar como mediadora entre o Estado e a sociedade civil. O jornalismo, em particular, exerce a função de informar, interpretar e fiscalizar os acontecimentos políticos, garantindo a transparência e promovendo o debate público. No entanto, a atuação da comunicação não é isenta de desafios, especialmente no contexto contemporâneo, em que a proliferação da desinformação e a polarização ideológica impõem novas dinâmicas à cobertura jornalística. Conforme destaca Signates (2011), a comunicação não deve ser vista apenas como um meio de transmissão de informações, mas como um campo de disputas simbólicas no qual diferentes narrativas competem pela hegemonia na opinião pública.

No contexto brasileiro, o jornalismo tem sido fundamental para a análise de discursos que reverberam na sociedade, especialmente aqueles que tangenciam o discurso de ódio e a violência simbólica. A cobertura midiática de declarações polêmicas feitas por figuras públicas, como Jair Bolsonaro, exemplifica o impacto da comunicação na construção da percepção pública sobre os atores políticos e suas estratégias discursivas. A análise do enquadramento midiático dessas declarações permite compreender como diferentes veículos de comunicação estruturam a narrativa dos acontecimentos e influenciam o debate público. Como aponta Bardin (2011), a análise de conteúdo permite identificar padrões discursivos e categorias temáticas que revelam tanto os significados explícitos quanto os implícitos nas produções jornalísticas.

A ética jornalística, nesse contexto, torna-se um elemento crucial para garantir que a cobertura política seja conduzida de maneira responsável e transparente. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros estabelece diretrizes fundamentais para a prática jornalística, ressaltando o compromisso com a verdade, a isenção e o respeito aos direitos humanos. No entanto, a cobertura midiática de discursos inflamados frequentemente desafia esses princípios, uma vez que a escolha dos termos, das imagens e dos destaques nas manchetes pode contribuir para a amplificação ou para a neutralização de determinados discursos. A relação entre jornalismo, política e ética, portanto, é complexa e exige uma análise detalhada dos impactos da cobertura midiática na esfera pública.

Mais do que um mero veículo de informação, a mídia também se apresenta como um sujeito interessado, que não apenas reporta os fatos, mas os interpreta e, em muitos casos, assume um posicionamento explícito ou implícito diante dos eventos políticos. Esse fenômeno

pode ser observado na maneira como os veículos de comunicação selecionam e destacam determinados discursos, reforçando ou minimizando seus impactos. Signates (2013) destaca que a imprensa, ao atuar como mediadora da comunicação política, também se torna parte da disputa simbólica, moldando a percepção pública e influenciando os rumos do debate democrático. Assim, a mídia não se limita a noticiar discursos políticos, mas frequentemente os enquadra de acordo com interesses editoriais, alinhamentos ideológicos e posicionamentos estratégicos diante do cenário eleitoral.

A ascensão de Jair Bolsonaro ao proscênio da política brasileira, examinada nos capítulos precedentes, mostrou-se imbricada em três processos complementares — já delineados na fundamentação teórica e corroborados pelos achados empíricos: (i) a erosão de confiança nos dispositivos tradicionais de mediação institucional; (ii) a circulação intensificada, em redes sociais de narrativas polarizadoras; e (iii) a crescente vulnerabilidade do campo jornalístico às lógicas mercadológicas do espetáculo. Este quarto capítulo sistematiza os resultados da investigação e explicita, passo a passo, como a cobertura da grande imprensa concorreu para legitimar simbolicamente enunciados imbuídos de discurso de ódio e violência simbólica proferidos pelo então candidato, articulando tais evidências ao repertório teórico mobilizado na dissertação — seja para confirmá-lo, seja para problematizá-lo, seja para avançar para além dele, preenchendo lacunas e reafirmando a originalidade da pesquisa.

4.1 Eixos empíricos da reverberação acrítica no jornalismo

No campo dos estudos críticos da comunicação, dois conceitos fundamentais ajudam a compreender práticas jornalísticas que, embora aparentemente neutras, contribuem para distorções no debate público e para a legitimação de discursos autoritários ou desinformativos: a reverberação acrítica e a falsa equivalência. Ainda que distintos em suas naturezas, ambos compartilham o potencial de comprometer o papel democrático da imprensa e de fragilizar o direito à informação qualificada.

A reverberação acrítica refere-se à prática de reproduzir falas, declarações ou discursos — especialmente de figuras públicas, autoridades políticas ou representantes institucionais — sem o devido exercício de mediação, análise contextual ou problematização crítica por parte do jornalismo. Nesse cenário, o veículo de comunicação atua como um mero canal de retransmissão, esvaziando-se de sua função social de filtro interpretativo e atribuição de sentido (Bourdieu, 1997; Signates, 2021). Essa postura se revela particularmente grave quando envolve a disseminação de discursos de ódio, desinformação ou falas contrárias aos valores

democráticos e aos direitos humanos, pois tende a naturalizar tais discursos ao incorporá-los como informações legítimas e isentas de questionamento.

Já a falsa equivalência – também denominada falsa simetria – manifesta-se quando o jornalismo oferece tratamento equânime a discursos ou posições que não possuem o mesmo lastro empírico, legitimidade normativa ou valor ético, em nome de uma suposta imparcialidade ou compromisso com a pluralidade de vozes. Trata-se, portanto, de uma simetrização artificial que confere a discursos minoritários, desinformativos ou antidemocráticos o mesmo peso argumentativo de posições respaldadas por evidências científicas, consensos sociais ou fundamentos constitucionais (Sunstein, 2017; Jamieson; Cappella, 2008). Essa prática pode ser observada, por exemplo, quando se confrontam especialistas em ciência climática com negacionistas ambientais, ou ainda, quando opiniões discriminatórias são postas lado a lado com posicionamentos ancorados na promoção dos direitos humanos, como se ambas as perspectivas merecessem igual consideração jornalística.

Enquanto a reverberação acrítica opera por omissão de crítica, funcionando como veículo passivo de disseminação de falas, a falsa equivalência age por distorção de equilíbrio, promovendo uma ideia falaciosa de equidade entre discursos assimétricos. Em ambos os casos, o resultado é a corrosão do papel público da imprensa, que ao invés de informar com responsabilidade e critério, contribui para a banalização da verdade e para o enfraquecimento da esfera pública democrática (Hall, 2003; Mouffe, 2014).

Os resultados da pesquisa permitem compreender, com maior densidade crítica, o modo como a cobertura jornalística pode reforçar, omitir ou tensionar discursos de ódio e posições autoritárias, especialmente quando se trata de figuras políticas como Jair Bolsonaro. A partir dos resultados da pesquisa, chamados nesta dissertação de categorias - reforço positivo da imagem; inversão da lógica da responsabilização; falsa simetria; silenciamento de vozes dissonantes; reforço da polarização; retórica do inimigo; minimização de falas de ódio, e ressignificação da democracia como ameaça - é possível traçar conexões diretas com os referenciais teóricos da dissertação e avaliar a intencionalidade dos meios de comunicação analisados: Exame, Extra, G1, UOL, BBC News Brasil, Folha de S. Paulo, Metrôpolis, Pleno News, Melhores Publicações e Terra.

A partir da análise de conteúdo de um conjunto selecionado de matérias jornalísticas, desenvolve-se aqui um exame aprofundado sobre como a mídia, ao repercutir tais discursos sem o devido tensionamento crítico, contribui para um fenômeno mais amplo que denominamos de reverberação acrítica, conceito delineado no Capítulo 2 desta dissertação.

A reverberação acrítica, longe de configurar apenas um erro de julgamento editorial ou uma omissão pontual, revela-se como um processo sistêmico de reprodução simbólica da lógica autoritária. Trata-se de uma prática comunicacional que, ao se apoiar em supostos imperativos de neutralidade, equilíbrio ou pretensa isenção jornalística, acaba por incorporar, normalizar e amplificar conteúdos políticos que colocam em risco os valores constitucionais da República, os direitos humanos e a convivência democrática. Conforme defendido nesta dissertação, a reverberação acrítica não se limita a uma categoria descritiva da prática jornalística, mas constitui um dispositivo de poder que opera por meio de diferentes estratégias discursivas, como o reforço positivo da imagem de líderes autoritários, a inversão da lógica da responsabilização, a falsa simetria, o silenciamento de vozes dissonantes, a minimização de falas de ódio, o reforço da retórica do inimigo e a resignificação da democracia como ameaça.

No presente capítulo, essas estratégias foram analisadas de forma integrada, como engrenagens interdependentes de um mesmo sistema discursivo. Para isso, toma-se como *corpus* de análise o conjunto de matérias jornalísticas reunidas nos anexos desta dissertação, extraídas de veículos como UOL, G1, Folha de S.Paulo, Exame, Metrôpoles, entre outros. Essas matérias foram selecionadas com base em sua repercussão midiática, sua representatividade discursiva e sua relevância temática, conforme critérios metodológicos detalhados no Capítulo 3. A partir do cruzamento entre essas matérias e os referenciais teóricos mobilizados – especialmente os aportes de Pierre Bourdieu (1997), Gaye Tuchman (1978), Stuart Hall (2003), Cass Sunstein (2018), Jürgen Habermas (1984), Chantal Mouffe (2000) e Luiz Signates (2011, 2019a) – busca-se evidenciar como o jornalismo brasileiro, cumpre seu papel de mediação crítica e promoção do debate público, e atuou nas matérias jornalísticas ao reverberarem discursos de ódio.

É importante ressaltar que a análise aqui empreendida não assume uma postura generalizante ou anti-jornalismo, mas visa compreender os limites e contradições da atuação jornalística em contextos de crise institucional, radicalização política e captura das rotinas produtivas por lógicas de mercado. Como será demonstrado ao longo do capítulo, o jornalismo, ao abdicar de sua função deliberativa, torna-se cúmplice da reconstrução simbólica da democracia como ameaça e do autoritarismo como solução. Tal fenômeno não apenas compromete a qualidade da informação oferecida ao público, mas reconfigura o espaço público em termos de exclusão, hostilidade e despolitização. Ao final do capítulo, espera-se não apenas explicitar os mecanismos de legitimação simbólica presentes no discurso jornalístico, mas também contribuir para o debate sobre a responsabilidade ética da comunicação pública em tempos de ameaça à democracia.

4.1.1 Reforço Positivo da Imagem

A categoria reforço positivo da imagem de Jair Bolsonaro, por exemplo, evidencia uma prática que pode ser compreendida à luz da crítica de Pierre Bourdieu (1997) sobre os capitais simbólicos e as lógicas de reprodução de poder nos campos sociais. Em veículos como Pleno News e Melhores Publicações, a apresentação visual de Bolsonaro com expressão confiante e postura assertiva reforça a percepção de liderança e legitimidade, mesmo diante de falas polêmicas. Isso ilustra o que Tuchman (1972) define como a objetividade estratégica, em que as escolhas jornalísticas não são neutras, mas refletem valores e interesses ideológicos institucionalizados.

Nos veículos analisados, verifica-se um padrão sistemático de exaltação da figura de Jair Bolsonaro, sobretudo em episódios de elevada tensão institucional, como o segundo turno das eleições de 2018. Esse reforço simbólico opera por meio da escolha de fotografias que o retratam em poses decididas e cercado por apoiadores, da inserção de adjetivos discretos, mas elogiosos e da reprodução de falas que o caracterizam como líder “firme”, “corajoso” e “conectado ao povo”. Manchetes como “Bolsonaro faz transmissão ao vivo cercado de apoiadores” (UOL, 21/10/2018), “‘Essa pátria é nossa’, diz Bolsonaro em live com milhares de espectadores” (G1, 21/10/2018) e “Bolsonaro agradece apoio e promete ‘limpeza nunca vista’ no país” (UOL, 21/10/2018) exemplificam esse movimento. Tal estratégia corresponde ao conceito de consagração simbólica de Pierre Bourdieu (1997), na medida em que acumula, pela via jornalística, capital simbólico capaz de legitimar a autoridade de um agente político independentemente do teor controverso de suas declarações.

Todas as imagens apresentadas neste capítulo foram extraídas das matérias jornalísticas analisadas, já classificadas nos quadros anteriores e nos anexos desta dissertação.

Figura 1: Matéria da UOL Economia

Jogos Brasil dos Privilégios Canal UOL Colunas

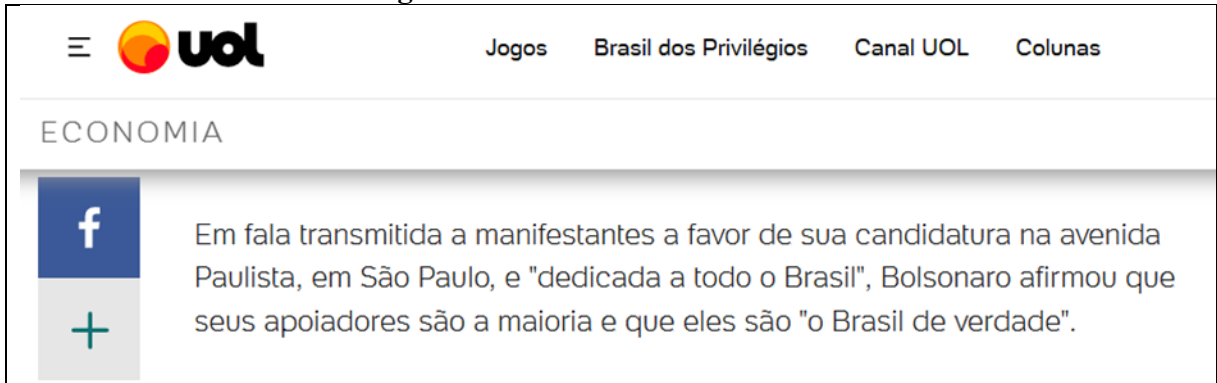
ECONOMIA

(21) que fará uma "faxina" e que os "marginais vermelhos" serão "banidos" do país, em referência aos seus adversários.

Em fala transmitida a manifestantes a favor de sua candidatura na avenida Paulista, em São Paulo, e "dedicada a todo o Brasil", Bolsonaro afirmou que seus apoiadores são a maioria e que eles são "o Brasil de verdade".

Fonte: <https://acesse.one/QjswN>

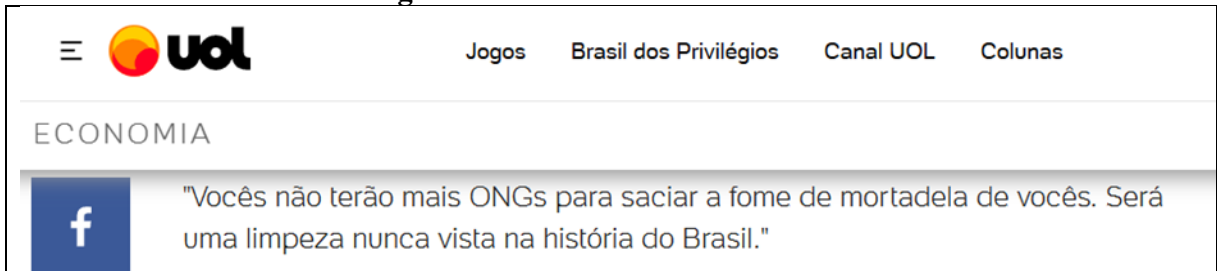
Figura 2: Matéria da UOL Economia



The screenshot shows the top navigation bar of the UOL website with the logo and menu items: Jogos, Brasil dos Privilégios, Canal UOL, and Colunas. Below the navigation bar, the word "ECONOMIA" is displayed. A social media sharing widget for Facebook is visible, with a blue square containing a white 'f' and a grey square containing a white '+'. The main text of the article is: "Em fala transmitida a manifestantes a favor de sua candidatura na avenida Paulista, em São Paulo, e "dedicada a todo o Brasil", Bolsonaro afirmou que seus apoiadores são a maioria e que eles são "o Brasil de verdade"."

Fonte: <https://acesse.one/QjswN>

Figura 3: Matéria da UOL Economia



The screenshot shows the top navigation bar of the UOL website with the logo and menu items: Jogos, Brasil dos Privilégios, Canal UOL, and Colunas. Below the navigation bar, the word "ECONOMIA" is displayed. A social media sharing widget for Facebook is visible, with a blue square containing a white 'f'. The main text of the article is: "Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. Será uma limpeza nunca vista na história do Brasil."

Fonte: <https://acesse.one/QjswN>

Figura 4: Matéria da Melhores Publicações



The screenshot shows the top navigation bar of the Melhores Publicações website with the logo and menu items: BUSCAR. Below the navigation bar, there are two images. The left image shows a man in a dark suit pointing his fingers towards the camera. The right image shows a man in a light-colored shirt standing in a crowd, holding up a smartphone to take a selfie.

Fonte: <https://encr.pw/7gzlC>

Figura 5: Matéria da Pleno News



Fonte: <https://encr.pw/nfstB>

Figura 6: Matéria da BBC News Brasil



Fonte: <https://11nq.com/vpqS0>

Desvela-se, assim, um processo de naturalização simbólica no qual a retórica abertamente antidemocrática de Jair Bolsonaro é suavizada pelo enquadramento jornalístico. Conforme problematiza Gaye Tuchman (1978), tal operação se ampara no princípio da objetividade como ritual estratégico - um dispositivo editorial que se apresenta como neutro e

equilibrado, mas que, em última instância, oculta os vieses ideológicos subjacentes às escolhas de pauta, linguagem e imagem. Quando os veículos “apenas noticiam” ou “repercutem” declarações do candidato, sem lhes oferecer contraponto analítico, reforçam sua imagem positivamente e alimentam o processo de consagração simbólica.

A investigação aqui desenvolvida demonstra que esse enaltecimento não constitui mero efeito colateral; trata-se de um dispositivo estruturante da produção midiática que alicerçou a ascensão de Bolsonaro. Ao enfatizar atributos como força, autenticidade moral e antipolítica, a cobertura catalisou a legitimação pública de um discurso autoritário que, em condições de maior escrutínio crítico, tenderia a ser filtrado ou refutado pelo debate jornalístico qualificado.

4.1.2 Inversão da Lógica da Responsabilização

Por sua vez, a “inversão da lógica” da responsabilização se conecta com o conceito de “reverberação acrítica” desenvolvido no segundo capítulo da dissertação, ao apontar que o jornalismo, em vez de problematizar as falas de ódio, muitas vezes as reproduz sem mediação crítica, transferindo a responsabilidade da reação ao público. Essa prática fragiliza o papel do jornalismo como esfera deliberativa, conforme idealizada por Habermas (1984), e sugere um alinhamento com interesses de poder, como argumenta McChesney (2013), ao destacar a influência das estruturas de mercado e da lógica de audiência sobre a autonomia editorial.

A categoria “inversão da lógica” da responsabilização revela um mecanismo discursivo sofisticado, mas profundamente nocivo à função pública do jornalismo. Trata-se da prática pela qual a mídia, ao invés de questionar, confrontar ou contextualizar falas autoritárias e ofensivas, como aquelas frequentemente proferidas por Jair Bolsonaro, opta por reproduzi-las de forma acrítica, empurrando para o público a tarefa de interpretá-las, julgá-las e reagir a elas. Essa postura, que à primeira vista pode parecer apenas uma escolha editorial “neutra”, configura em um desvio ético e funcional do jornalismo, pois abandona seu papel fundamental de mediação responsável no espaço público.

Na dissertação, essa prática foi nomeada como reverberação acrítica, e representa a falha do jornalismo em filtrar os discursos que, por sua natureza violenta ou manipuladora, exigiriam um posicionamento mais firme, uma contextualização ética e histórica, e a escuta de vozes que possam contrapor ou ampliar o debate. Quando o jornalismo se limita a noticiar declarações de ódio ou ataques à democracia com base apenas em sua viralidade ou impacto midiático, sem problematizar seus efeitos sociais, ela não apenas contribui para sua

disseminação, mas desloca a responsabilidade da crítica para a esfera individual do público, como se fosse suficiente “apresentar os fatos” e deixar que “cada um tire suas conclusões”.

Essa reverberação acrítica de imagens e frases - entre elas “limpeza nunca vista”, “essa pátria é nossa” e “marginais vermelhos” - não apenas consolidou a figura de Bolsonaro como líder popular e antipolítico, mas também colaborou para ressignificar a própria ideia de democracia, como será examinado nos tópicos subsequentes. Ao permitir que tais enunciados circulassem sem mediação, a imprensa falhou em seu compromisso ético com a cidadania e se tornou co-responsável pela normalização do autoritarismo simbólico no espaço público brasileiro.

Figura 7: Matéria da Folha de S. Paulo



Fonte: <https://11nk.dev/MlkBl>

A leitura sistemática do *corpus* revela um padrão recorrente de deslocamento discursivo que resulta naquilo que denomino inversão da lógica da responsabilização. Nesse mecanismo, a tarefa de contextualizar e julgar a gravidade de enunciados autoritários é transferida do emissor - Jair Bolsonaro - para o público, exatamente quando a mediação crítica do jornalismo seria indispensável. Declarações de teor ameaçador, discriminatório ou abertamente violento são publicadas sem qualquer tensionamento ético, jurídico ou histórico, sob o pretexto de “mostrar os dois lados” ou simplesmente “noticiar fatos”, naturalizando, assim, a circulação do discurso de ódio.

O movimento é exemplar nos textos do UOL de 21 e 22 de outubro de 2018. A frase “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria” aparece, quase idêntica, nas editoriais de Economia, Internacional e Eleições, sem editorial, comentário ou enquadramento

crítico que sinalize tratar-se de ameaça explícita a opositores. A fala é apresentada como mera “declaração” ou, no máximo, “polêmica”, o que dilui sua carga antidemocrática e desloca para o leitor a difícil tarefa de dimensionar suas implicações.

Tal prática converge com o conceito de reverberação acrítica desenvolvido no Capítulo 2: a reprodução não-problemática de enunciados carregados de violência simbólica, moral e política. Nessa dinâmica, o jornalismo abdica de sua função deliberativa e converte-se em caixa de ressonância de discursos que, em democracias consolidadas, exigiriam apuração rigorosa, contraponto especializado e responsabilidade ética.

Recorrendo a Habermas (1984), recorda-se que a esfera pública só cumpre seu papel quando oferece condições comunicacionais para a formação racional de opiniões. A inversão da responsabilização rompe esse ideal: desinforma, fragiliza o espaço argumentativo e mina os fundamentos da cidadania. Ao deixar de intervir criticamente, o jornalismo normaliza a linguagem autoritária e se afasta de seu mandato de mediação simbólica.

O problema se agrava se lembrarmos que Jair Bolsonaro já possuía um histórico de agressões às instituições democráticas - propostas de fechamento do Congresso, ataques à imprensa, ameaças a opositores. Sem contextualização crítica, tais falas chegam ao público como manifestações legítimas do jogo político, e não como violações explícitas do pacto constitucional.

A leitura de McChesney (2013) explica por que esse padrão se intensifica: a lógica do jornalismo comercial contemporâneo é regida por métricas de clique, engajamento e viralização. Conteúdos polêmicos convertem-se em “ativos” de alta circulação; o discurso de ódio torna-se mercadoria simbólica. A cobertura, então, privilegia impacto e velocidade em detrimento de análise e verificação.

Exemplo paradigmático é a matéria do UOL “Bolsonaro agradece apoio e promete ‘limpeza nunca vista’ no Brasil” (22/10/2018). A expressão “limpeza” - carregada de conotações autoritárias - é reproduzida sem contextualização histórica ou alerta ao leitor sobre o potencial antidemocrático do termo. Igualmente ilustrativa é a chamada da Exame “‘Vamos fuzilar a petralhada’, diz Bolsonaro em campanha no Acre” (03/09/20218). O texto relata aplausos da plateia e, citando a assessoria do candidato, classifica a ameaça como “brincadeira”. Em ambos os casos, a crítica é omitida; o ônus interpretativo recai sobre o público, consumando a inversão da responsabilização e reforçando a normalização de enunciados violentos no espaço público.

Figura 8: Matéria da Exame



Fonte: <https://encr.pw/CdW0S>

Nos registros do portal Extra “Campanha confirma vídeo em que Bolsonaro fala em ‘fuzilar a petralhada do Acre’” - o enquadramento exemplar da inversão da responsabilização aparece no esclarecimento da assessoria: “Foi uma brincadeira, como sempre.” Ao qualificar a ameaça como jocosa, o veículo abdica de qualquer mediação crítica, diluindo o teor violento do enunciado e neutralizando sua gravidade no horizonte democrático.

Figura 9: Matéria da Extra

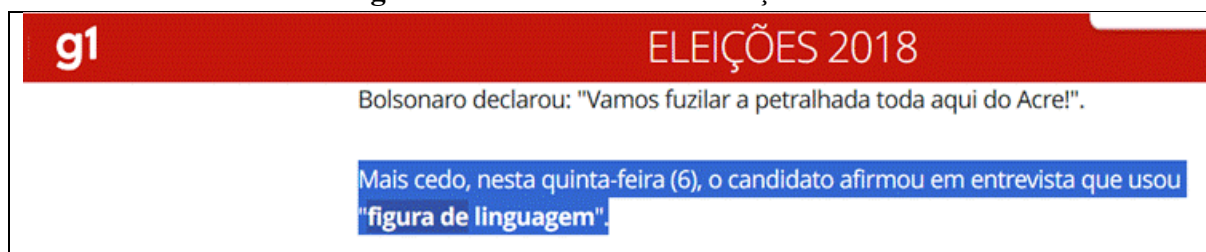


Fonte: <https://11nk.dev/Khb84>

Dinâmica idêntica se observa na reportagem do G1, “STF dá a Bolsonaro 10 dias para explicar declaração sobre ‘fuzilar a petralhada’”. A matéria destaca a autodefesa do candidato - “usei figura de linguagem” - mas não convoca especialistas em direito ou direitos humanos

que possam problematizar a suposta metáfora. O resultado é a naturalização de um discurso de ódio apresentado como variação retórica legítima.

Figura 10: Matéria do G1 - Eleições 2018



Fonte: <https://acesse.one/SOJkg>

O mesmo conteúdo foi replicado pelo UOL em três editorias distintas (Economia, Internacional e Eleições, entre 21 e 22/10/2018). Ao reproduzir, quase *ipsis litteris*, frases como “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria” ou “a faxina será muito mais ampla”, o portal deslocou para o leitor o ônus de avaliar a ameaça. Configura-se, assim, o caso paradigmático da inversão da lógica da responsabilização: em vez de intermediar criticamente, o jornalismo converte-se em veículo de difusão acrítica, esvaziando a natureza ofensiva do conteúdo sob o véu da neutralidade.

Figura 11: Matéria do UOL Internacional



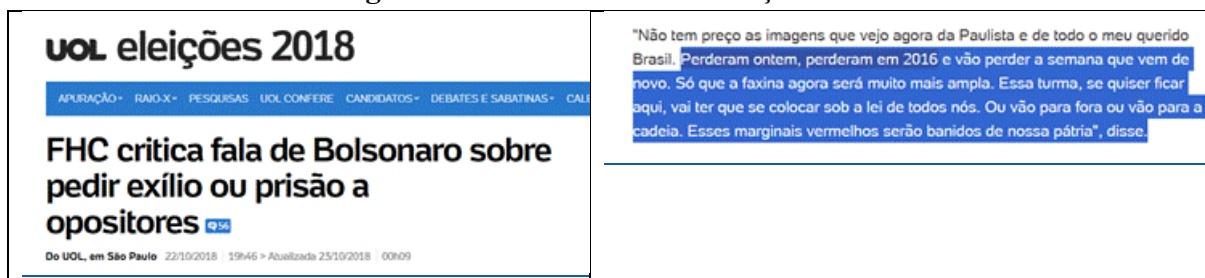
Fonte: <https://11nk.dev/YIs5V>

Figura 12: Matéria do UOL Economia



Fonte: <https://acesse.one/QjswN>

Figura 13: Matéria do UOL Eleições 2018



Fonte: <https://acesse.one/GiHBA>

Como adverte Pierre Bourdieu (1997), esse comportamento indica o alinhamento estrutural de parte do campo jornalístico aos interesses simbólicos dominantes: para preservar audiência e competitividade mercadológica, as redações flexibilizam critérios de verificação e cedem às lógicas do espetáculo. Renunciam, desse modo, à autonomia simbólica que lhes permitiria tensionar o poder.

Tal renúncia compromete a cidadania comunicacional (Signates 2011; 2019a). Ao silenciar frente à violência discursiva, o jornalismo enfraquece o direito fundamental à informação qualificada e, por extensão, mina os próprios alicerces da democracia deliberativa. A reversão da responsabilização não é um lapso técnico: trata-se de falha ética de natureza política, peça central na legitimação simbólica do autoritarismo que se adensou no Brasil contemporâneo.

4.1.3 Falsa Simetria

A categoria falsa simetria evidencia a tentativa de equilibrar artificialmente vozes assimétricas, conferindo igual peso a posições que, na prática, não partem de um mesmo patamar ético ou factual. Essa prática é analisada por Schudson (2001), quando discute como a neutralidade jornalística pode mascarar desigualdades e legitimar discursos extremistas ao tratá-los como “opiniões legítimas”. No caso do jornalismo brasileiro, tal neutralidade torna-se perigosa diante de discursos que atacam a própria democracia, como aponta Mudde (2019) ao examinar a estratégia da nova direita global.

A categoria falsa simetria diz respeito à prática jornalística de apresentar como equivalentes duas posições que, na realidade, não são comparáveis do ponto de vista ético, jurídico ou democrático. No contexto da cobertura de Jair Bolsonaro, essa estratégia é observada quando discursos autoritários, de ódio ou abertamente antidemocráticos são tratados como “visões alternativas”, colocadas lado a lado com posicionamentos que defendem os

direitos humanos, a diversidade e a legalidade constitucional, como se ambas as posições tivessem o mesmo peso normativo. Essa prática de “equidistância” revela-se não como uma prova de imparcialidade, mas como uma forma de neutralização da crítica, de diluição do conflito real e, sobretudo, de apagamento da gravidade dos discursos que ferem os princípios democráticos. Trata-se, como apontado na dissertação, de um artifício discursivo que legitima a violência simbólica, esvaziando a capacidade de intervenção do jornalismo enquanto mediador ético do espaço público.

Entre os dispositivos discursivos identificados, destaca-se de modo particularmente sutil e pernicioso a falsa simetria. Esse mecanismo opera quando o jornalismo atribui tratamento equivalente a posições que, em seu conteúdo ético, político ou jurídico, não possuem legitimidade comparável. Na cobertura da campanha presidencial de 2018, enunciados marcados pelo autoritarismo, pela violência ou pela negação dos princípios democráticos - como as ameaças de “banir marginais vermelhos da pátria” - foram apresentados como “declarações controversas”, “opiniões divergentes” ou simples “falas”, colocados em pé de igualdade com manifestações que reivindicavam direitos humanos, pluralismo e respeito à Constituição.

Ao nivelar o desnível moral entre quem incita a violência e quem a condena, essa estratégia corrói a função crítica do jornalismo. Como demonstra Michael Schudson (2008), a prática de adotar uma postura formalmente “objetiva” - buscando sempre expor “todos os lados da história” - pode, em contextos de assimetria ética, neutralizar abusos, reforçar a hegemonia simbólica e esvaziar o jornalismo de seu papel de filtro normativo da esfera pública.

Nas reportagens do UOL, o padrão torna-se exemplar. Em “FHC critica fala de Bolsonaro sobre pedir exílio ou prisão a opositores” (22/10/2018), a ameaça de exílio aparece imediatamente após a crítica de Fernando Henrique Cardoso, sem ênfase na gravidade constitucional do enunciado de Bolsonaro. O texto resume-se a rotular aquela fala como “polêmica” e a reação de FHC como “resposta”, sugerindo que ambas equivalem a meras “vozes divergentes”. Dessa forma, oculta-se que uma constitui um atentado explícito ao Estado Democrático de Direito, enquanto a outra o defende, promovendo uma neutralização indevida do conflito e transferindo ao leitor o ônus de discernir o que - por sua própria natureza - exigiria mediação jornalística crítica imediata.

A falsa simetria, neste contexto, configura-se como um instrumento de neutralização da crítica e de legitimação velada do discurso de ódio. Ao omitir a rotulação do autoritarismo como tal, o jornalismo contribui para a banalização simbólica da violência política. Conforme observa Schudson (2008), quando a mídia adota o “princípio de apresentar todos os lados” sem

hierarquizar legitimidades, transforma o espaço público num verdadeiro teatro de aparências, em que verdades e mentiras, legalidade e arbitrariedade, justiça e coerção passam a conviver sob o mesmo estatuto de “opinião”.

Esse diagnóstico se articula ao conceito de subcidadania comunicacional proposto por Signates e Moraes (2019a), segundo o qual a cidadania plena somente se concretiza quando todos os sujeitos dispõem de reconhecimento simbólico, têm suas vozes escutadas publicamente e acessam o direito à expressão qualificada nos meios de comunicação. Ao equiparar o discurso de quem nega direitos ao de quem os reivindica, o jornalismo apaga séculos de desigualdades, violências e silenciamentos que atravessam a sociedade brasileira, substituindo-os por uma estética de equilíbrio artificial que invariavelmente favorece grupos historicamente privilegiados.

Essa dinâmica torna-se evidente em diversas reportagens do G1, Pleno News, Metrôpoles e Melhores Publicações, nas quais declarações ofensivas de Bolsonaro a movimentos sociais e minorias aparecem rotuladas como “declaração controversa”, “declaração infeliz” ou “fala polêmica”. Ao enquadrar tais enunciados sob termos suavizantes, esses veículos não apenas renunciam à sua responsabilidade informativa, mas passam a operar como coautores de uma narrativa simbólica que dilui a gravidade das falas, ameniza sua recepção pública e, em última instância, contribui para sua naturalização.

Figura 14: Matéria da Metrôpoles

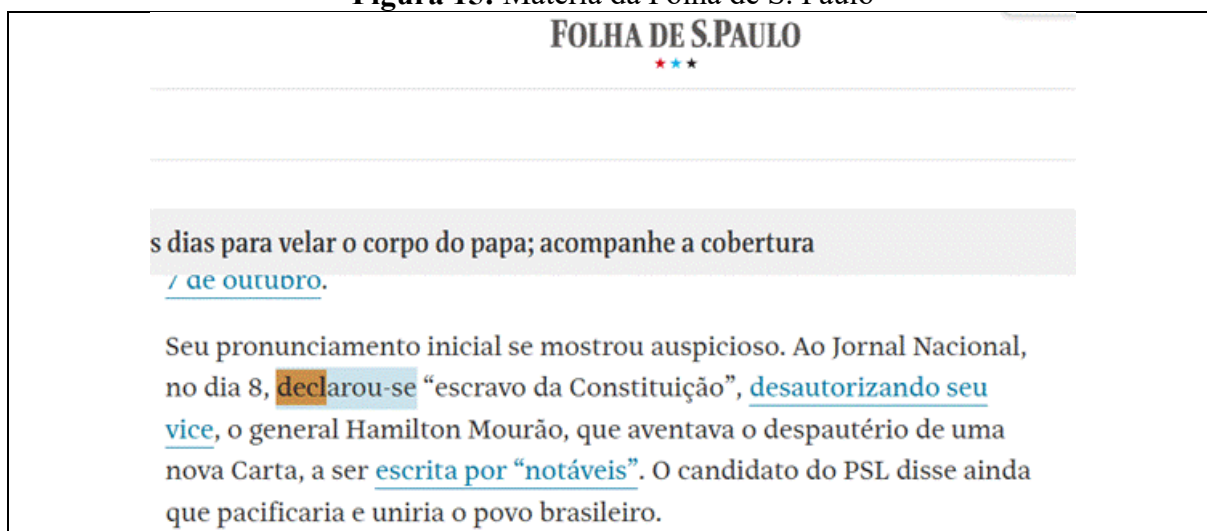
Menu Ative nossas notificações **METRÔPOLES**

AO VIVO Noblat Blá Blá - STF torna réus membros do 2º núcleo do golpe | Últimas notícias do papa | Desaparecidos da d

Links patrocinados por

Ainda segundo o jornal, o candidato prometeu não perseguir os governadores eleitos pertencentes ao PT. “Não podemos prejudicar o povo do Piauí [cujo governador eleito foi Wellington Dias, do PT], ou qualquer estado que seja, porque tem um governador que não se alinhe ideologicamente conosco. Vamos tratar todos os estados de forma republicana”, **declarou**.

Fonte: <https://lnk.dev/4BIHI>

Figura 15: Matéria da Folha de S. Paulo

Fonte: <https://acesse.one/MlkBI>

Como assinala Bourdieu (1997), essa suavização editorial integra uma lógica mais ampla de violência simbólica, na qual a dominação não se exerce por meio da força física, mas pela imposição de esquemas de percepção e de hierarquias de sentido que os próprios dominados passam a aceitar como naturais. Nesse contexto, a falsa simetria atua como um instrumento de invisibilização da violência política, pois, ao equiparar a denúncia da opressão à voz do opressor, o jornalismo promove um apagamento dos desníveis morais e institucionais que marcam a disputa pública.

Como assinala Bourdieu (1997), essa suavização editorial integra uma lógica mais ampla de violência simbólica, na qual a dominação não se exerce por meio da força física, mas pela imposição de esquemas de percepção e de hierarquias de sentido que os próprios dominados passam a aceitar como naturais. Nesse contexto, a falsa simetria atua como um instrumento de invisibilização da violência política, pois, ao equiparar a denúncia da opressão à voz do opressor, o jornalismo promove um apagamento dos desníveis morais e institucionais que marcam a disputa pública.

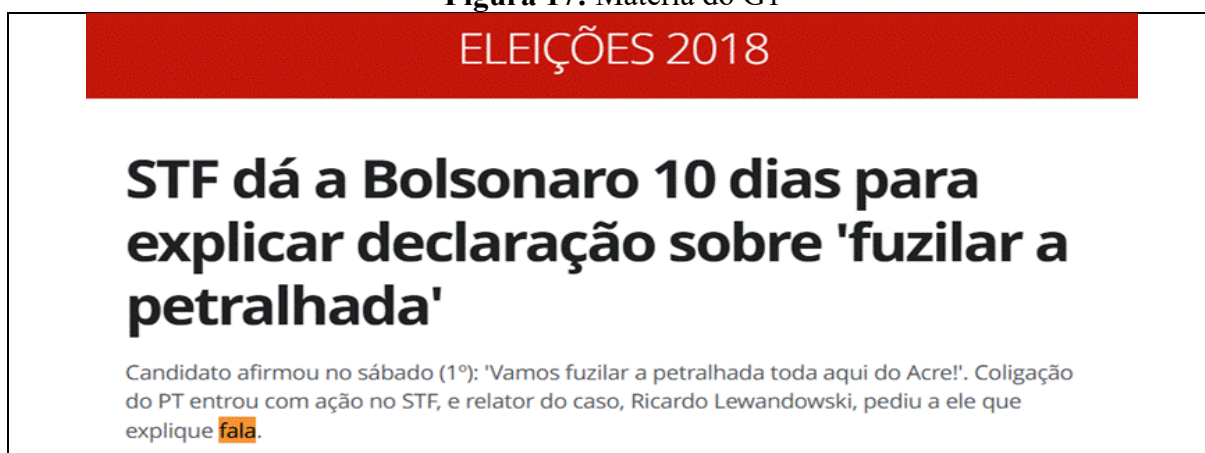
Ao colocar no mesmo plano “a crítica aos abusos de poder” e “a fala autoritária”, a imprensa transforma o espaço público num teatro de aparências, no qual verdades e mentiras, legalidade e ameaça, justiça e arbítrio convergem num diálogo neutro - ou, segundo Tuchman (1978), num “ritual de objetividade” - que, em vez de iluminar as assimetrias, as oculta. Essa estratégia não apenas esvazia o potencial transformador da crítica social, mas ainda legítima, de modo indireto, o discurso de ódio ao dispersar sua força simbólica sob o verniz do equilíbrio e da imparcialidade.

Figura 16: Matéria da Extra



Fonte: <https://11nk.dev/Khb84>

Figura 17: Matéria do G1



Fonte: <https://acesse.one/SOJkg>

Este tipo de cobertura compromete, de forma profunda e sistemática, o papel do jornalismo enquanto guardião da esfera pública. Em momentos nos quais discursos autoritários ganham terreno - como ocorreu no Brasil durante e após as eleições de 2018 -, incumbe à imprensa o dever ético de explicitar a violência simbólica, tensionar as falas de ódio e resguardar os princípios basilares do Estado Democrático de Direito. Ao abdicar dessa responsabilidade e recorrer à falsa simetria editorial, os veículos não apenas abandonam sua missão de fiscalização e mediação crítica, mas também se convertem em vetores de legitimação do autoritarismo simbólico e de reforço da exclusão política.

4.1.4 Silenciamento de Vozes Dissonantes

O silenciamento de vozes dissonantes relaciona-se diretamente com o conceito de subcidadania comunicacional, de Jessé Souza (2003), e com a noção desenvolvida por Signates e Moraes (2019a) de que cidadania se realiza por meio da comunicação. Quando o jornalismo não dá espaço para minorias atacadas ou silencia reações da sociedade civil, ele compromete a condição cidadã desses sujeitos e reforça estruturas de exclusão simbólica e política. A escolha editorial de não contextualizar os efeitos sociais dos discursos de Bolsonaro, como exemplificado no Relatório de Pesquisa, impede o reconhecimento público das violências simbólicas em curso.

A categoria silenciamento de vozes dissonantes aponta para uma prática sistemática na cobertura jornalística que, ao eleger quais atores terão visibilidade e quais serão marginalizados ou simplesmente omitidos, realiza uma operação de controle simbólico do espaço público. No caso da cobertura das falas de Jair Bolsonaro, essa prática se expressa na ausência recorrente de contrapontos qualificados, de especialistas, de movimentos sociais, de representantes das minorias atacadas, ou até mesmo de instituições democráticas como o Ministério Público e a Defensoria Pública. Trata-se de um silêncio estratégico que não se dá por acaso, ele está ancorado nas rotinas produtivas da imprensa, nas hierarquias de legitimidade construídas socialmente e, principalmente, nas disputas pelo direito de falar e ser ouvido na esfera pública.

A cobertura jornalística analisada revela, de modo recorrente, o silenciamento de vozes dissonantes, uma prática que vai além da mera omissão, configurando-se como um dispositivo consciente de invisibilização. Ao não dar espaço ao contraditório e ao excluir sistematicamente grupos historicamente vulnerabilizados, o jornalismo compromete a constituição da esfera pública democrática. No *corpus* reunido em anexo, esse fenômeno manifesta-se claramente na reprodução irrestrita das falas de Jair Bolsonaro, sem que se ouça a reação dos diretamente atingidos.

Por exemplo, na matéria do UOL de 22 de outubro de 2018 em que Bolsonaro promete uma “limpeza nunca vista” no Brasil, a declaração, evocando imagética autoritária, é simplesmente transcrita e destacada, sem qualquer esforço editorial para buscar posicionamentos de movimentos sociais, partidos de oposição, intelectuais ou organizações de direitos humanos. Esse relato unilateral sugere uma aceitação tácita da narrativa do candidato e impede que sejam apresentadas leituras críticas ou alertas sobre o caráter reminiscente de regimes de exceção.

Tal dinâmica remete ao conceito de “subcidadania comunicacional” desenvolvido por Signates e Moraes (2019a), segundo o qual a efetivação plena da cidadania depende do acesso ao reconhecimento simbólico, à escuta pública e à capacidade de participação nos meios de comunicação. Quando a mídia nega consistentemente voz a mulheres, populações indígenas, negras, LGBTQIA+ e a lideranças de movimentos sociais, ela não apenas silencia quem sofre os efeitos das declarações de ódio, mas também priva esses grupos do status de interlocutores legítimos no debate público.

No conjunto das reportagens examinadas, verifica-se ainda que o espaço midiático permanece centrado na performance de Bolsonaro - em suas declarações e em eventuais reações de figuras institucionais como Fernando Henrique Cardoso ou, depois, o general Mourão -, reforçando a invisibilidade daqueles contra quem o discurso se volta. Esse padrão de cobertura, ao cristalizar hierarquias simbólicas, trabalha não apenas pela exclusão, mas também pela legitimação indireta de um autoritarismo simbólico que deslegitima a pluralidade e fragiliza as bases da democracia.

Figura 18: Matéria do BBC News Brasil



Fonte: <https://encr.pw/BX6px>

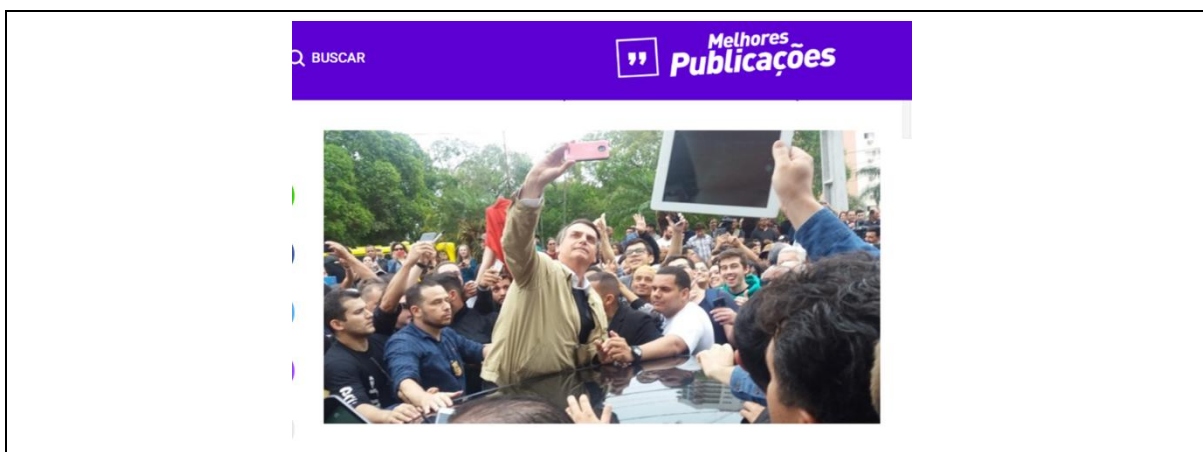
Esse mecanismo assenta-se na concepção de violência simbólica de Pierre Bourdieu (1997), segundo a qual a dominação se impõe de modo invisível, através da aceitação tácita de quem “merece” ou não ser ouvido no espaço público. Ao omitir deliberadamente as vozes historicamente subalternizadas, a imprensa reforça as hierarquias sociais e cristaliza desigualdades no nível do discurso. Para Jessé Souza (2003), essa prática é constitutiva da “subcidadania” brasileira, que transcende a mera exclusão econômica para abarcar uma exclusão simbólica: pobres, racializados e periféricos veem-se destituídos não apenas de bens

materiais, mas também do direito fundamental à palavra pública. Quando o jornalismo silencia essas vozes — ou sequer as reconhece como fontes relevantes —, colabora para a reprodução das estruturas excludentes que marcam nossa sociedade.

No horizonte teórico de Jürgen Habermas (1989), a esfera pública deliberativa repousa sobre a circulação livre e igualitária de argumentos, condição inafastável para a formação de uma opinião pública racional. Ao impedir que determinados grupos acessem o debate ou ao relegá-los ao silêncio, o jornalismo rompe a promessa de inclusão democrática e cria uma “esfera pública deformada”, na qual apenas as vozes legitimadas detêm o direito à consideração coletiva. Em consequência, a deliberação cede lugar a um monólogo midiático, que legitima o poder simbólico de poucos em detrimento do pluralismo.

Esse silenciamento manifesta-se também nas escolhas visuais e na disposição dos textos. As reportagens privilegiaram quase sempre imagens de Jair Bolsonaro em ambientes de forte apelo emocional, ao lado da família, em cerimônias religiosas ou rodeado por apoiadores, empunhando a bandeira nacional, ao passo que não mostraram manifestações de protesto, reações populares às falas de ódio ou sequer registros de instituições defensoras dos direitos humanos. Essa construção imagética unívoca não só empobrece a informação, mas molda a percepção coletiva de modo seletivo, privilegia o espetáculo e o carisma populista, e deslegitima estéticas visuais comprometidas com a crítica e a pluralidade.

Figura 19: Matéria do Melhores Publicações



Fonte: <https://encr.pw/mKSLC>

Figura 20: Matéria da Folha de S. Paulo

Vamos acabar com coitadismo de nordestino, de gay, de negro e de mulher, diz Bolsonaro

Segundo o presidente, que voltou a criticar a Folha, políticas afirmativas reforçam preconceito





Fonte: <https://acesse.one/BXpc7>

Em várias matérias selecionadas para análise, observou-se que declarações violentas ou autoritárias proferidas por Jair Bolsonaro foram veiculadas sem qualquer contraponto das populações diretamente atacadas. Não houve consulta a coletivos LGBTQIA+, povos indígenas, movimentos de mulheres ou jovens de periferia, precisamente aqueles mais vulnerabilizados pelos efeitos simbólicos e materiais dessas falas. Essa ausência de vozes dissidentes converte a cobertura jornalística em um espelho unidirecional do ponto de vista do poder, silenciando potenciais fontes de crítica, contextualização histórica e denúncia fundamentada. Ao omitir as reações e o sofrimento dos grupos agredidos, o jornalismo não apenas restringe o caráter plural do debate público, mas também reforça a lógica excludente que legitima discursos de ódio como se fossem meras variações opinativas, em claros prejuízo da função ética e democrática da imprensa.

Figura 21: Matéria da Folha de S. Paulo

Fonte: <https://acesse.one/BXpc7>

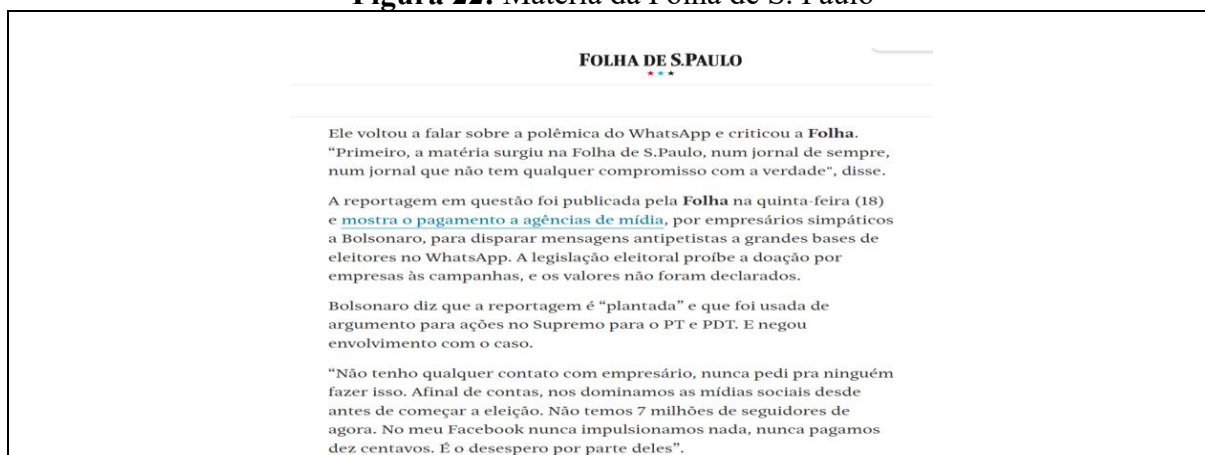
O silenciamento de vozes dissonantes emerge como um dos mecanismos centrais na legitimação simbólica do autoritarismo. Ao excluir sistematicamente quem é alvo da violência discursiva, o jornalismo não apenas naturaliza esses ataques, mas converte-se em agente ativo de exclusão política. A recusa em escutar, reconhecer ou dar visibilidade aos grupos atingidos configura uma ruptura ética, pois nega o princípio da comunicação como direito humano fundamental e compromete a própria condição de existência da cidadania.

Diferente da censura explícita, esse silenciamento opera por meio da invisibilização e da deslegitimação sutil de sujeitos e discursos que desafiam a narrativa dominante. Durante a campanha de 2018, essa prática reiterou hierarquias simbólicas vigentes no Brasil, transformando o espaço público midiático não em fórum de debate plural, mas em terreno de subcidadania comunicacional, onde apenas algumas vozes são reconhecidas como interlocutoras legítimas.

Na análise empírica das matérias que compõem o anexo desta dissertação, evidencia-se reiteradamente a omissão de vozes diretamente afetadas pelas declarações violentas, misóginas, racistas ou LGBTQIA+fóbicas proferidas por Jair Bolsonaro. Em vez de promover a escuta ativa de sujeitos que poderiam tensionar a narrativa hegemônica, oferecendo contrapontos críticos ou leituras alternativas dos fatos, a cobertura jornalística privilegiou, de forma quase exclusiva, os enunciados do então candidato, apresentados como naturais, legítimos ou mesmo carismáticos. Essa opção editorial, longe de ser neutra, reforça a exclusão simbólica de grupos vulnerabilizados e mina a função democrática do jornalismo enquanto mediador do debate público.

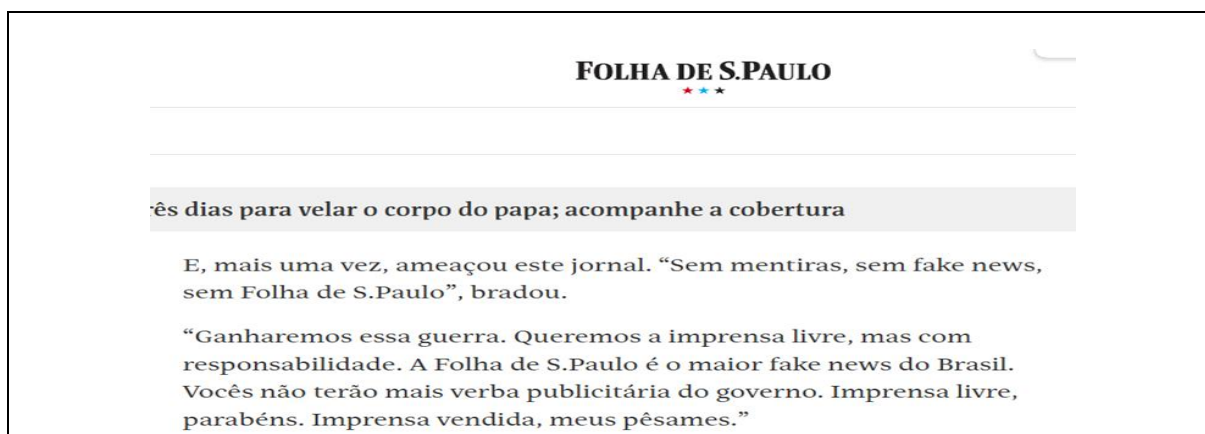
Um caso paradigmático encontra-se na cobertura veiculada pela Folha de S. Paulo em 5 de setembro e 28 de outubro de 2018. Embora o texto aponte o ataque direto de Bolsonaro à imprensa e a profissionais do jornalismo, não apresenta nenhuma fala de representantes de entidades de classe, como Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, tampouco de jornalistas atingidos ou de analistas que pudessem interpretar o episódio como sintoma de uma retórica autoritária em expansão. O foco recaiu exclusivamente sobre a indignação e a “autenticidade” do candidato, enquanto as reações dos agentes impactados pela acusação de “mídia não transparente” permaneceram ausentes, tanto literal quanto simbolicamente. Essa decisão editorial silencia os atingidos e priva o público de uma leitura crítica mais ampla, mesmo quando a própria Folha reconheceu a contundência das falas que repercutia.

Figura 22: Matéria da Folha de S. Paulo



Fonte: <https://acesse.one/BXpc7>

Figura 23: Matéria da Folha de S. Paulo



Fonte: <https://acesse.one/N8qNs>

Além da omissão de vozes, o silenciamento opera também por meio de escolhas visuais que naturalizam a centralidade do candidato e invisibilizam seus opositores. As matérias

costumam privilegiar imagens de Jair Bolsonaro circundado por apoiadores, sorridente e com bandeiras nacionais ao fundo, ao passo que inexistem registros fotográficos que ilustrem o impacto de suas declarações junto aos grupos por ele atacados, indígenas, mulheres, jornalistas, artistas ou militantes, cujas reações de indignação ou resistência permanecem ausentes. Essa assimetria imagética reforça o monopólio da visibilidade em torno de Bolsonaro e consolida a prática de silenciamento como estratégia de controle simbólico do debate público.

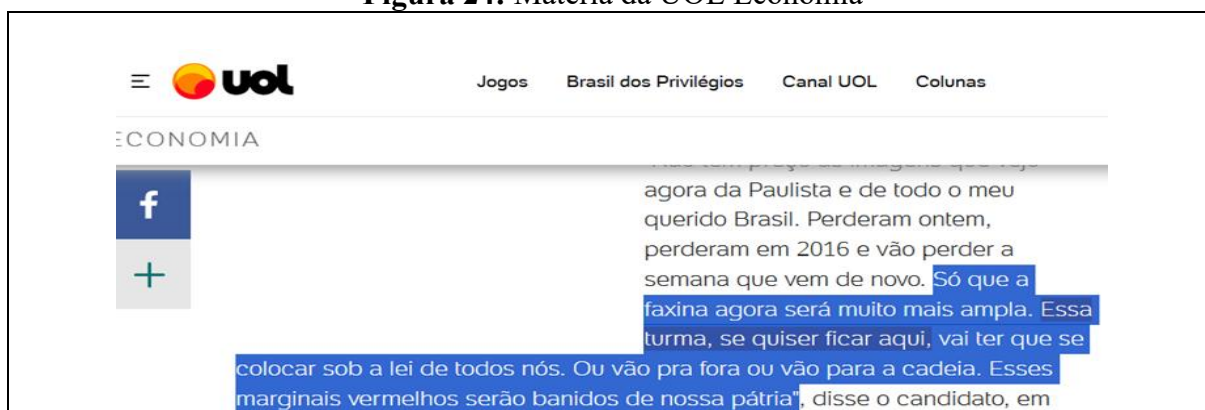
De acordo com esta pesquisa, o mesmo padrão se reproduz nas manchetes, que optam por uma linguagem neutra ou meramente informativa em vez de evidenciar os conflitos e tensões suscitados pelas falas autoritárias. Esse silenciamento está intrinsecamente ligado às estruturas editoriais e econômicas da mídia brasileira, caracterizada por alta concentração e fortes vínculos com interesses político-econômicos conservadores. Assim, a ausência de vozes críticas não resulta apenas de decisões pontuais de jornalistas, mas reflete uma cultura organizacional que valoriza a estabilidade institucional e a manutenção do status quo. A crítica de McChesney (2013), mobilizada neste trabalho demonstra que, em contextos de crise institucional e intensa competição digital, o jornalismo comercial tende a priorizar métricas de audiência, a aparente neutralidade e a minimização de conflitos, mesmo quando isso acarreta omissão de informações essenciais ao debate democrático.

A análise detalhada das edições publicadas pelo UOL em 21 e 22 de outubro de 2018 revela que a expressão “marginais vermelhos serão banidos” foi replicada em três editoriais distintas (Economia, Internacional e Eleições), com pequenas variações nos títulos e sem qualquer contextualização crítica de seu teor antidemocrático. Essa prática editorial não se limita a ecoar o discurso original, mas o amplifica simbolicamente: ao multiplicar sua veiculação, concede-lhe um verniz de normalidade e legitimidade discursiva. Nesse processo, o jornalismo passa a operar como instância da “luta hegemônica” descrita por Stuart Hall (2003), isto é, um campo simbólico em que se disputa a imposição de significados socialmente aceitos, reforçando determinadas visões de mundo em detrimento de outras.

Na edição de 21 de outubro de 2018, o portal UOL Economia estampou como manchete a frase “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, proferida por Jair Bolsonaro. Ao destacar sem qualquer ressalva esse enunciado, característico da retórica de polarização e guerra cultural do então candidato, a reportagem adota uma postura puramente descritiva, sem enquadrar criticamente o seu caráter autoritário e persecutório. Em vez de oferecer ao leitor uma contextualização histórica, jurídica ou política que revelasse os riscos de naturalizar ameaças de expulsão ideológica, o texto privilegia o impacto sensacionalista da fala. Essa escolha editorial contraria diretamente o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros

(FENAJ), que orienta a prática jornalística pela “veracidade dos fatos” e pelo “compromisso com o interesse público”.

Figura 24: Matéria da UOL Economia

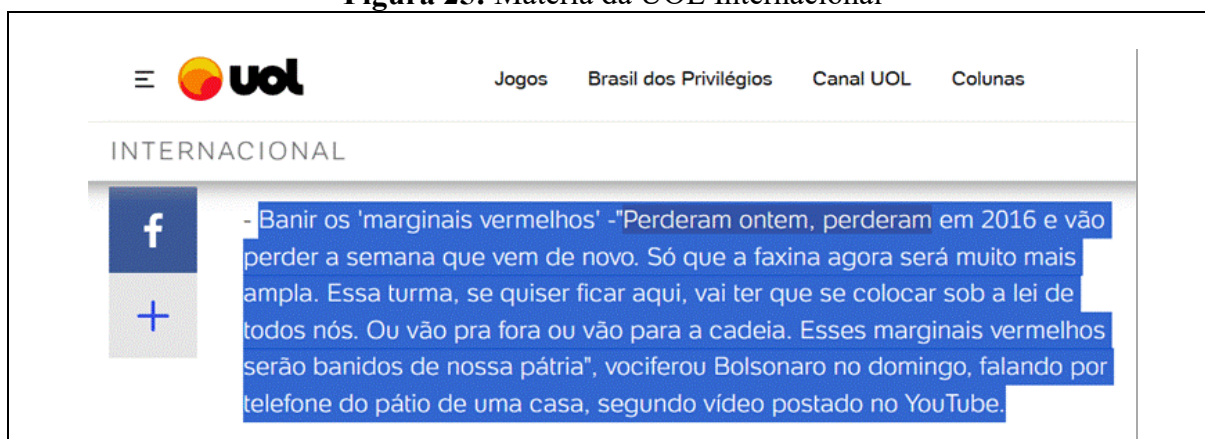


Fonte: <https://11nk.dev/ovXEM>

Ao reproduzir tal expressão como manchete e foco da matéria, o UOL abdica de sua função crítica e deliberativa, optando por explorar o caráter sensacionalista e emocional da fala. Não há, no corpo da matéria, qualquer contextualização que situe o leitor sobre o caráter antidemocrático e persecutório desse tipo de discurso.

Na matéria da UOL Internacional, publicada em 22/10/2018, com o título: "Bolsonaro ameaça opositores com promessa de banir do Brasil 'marginais vermelhos'".

Figura 25: Matéria da UOL Internacional



Fonte: <https://11nk.dev/ovXEM>

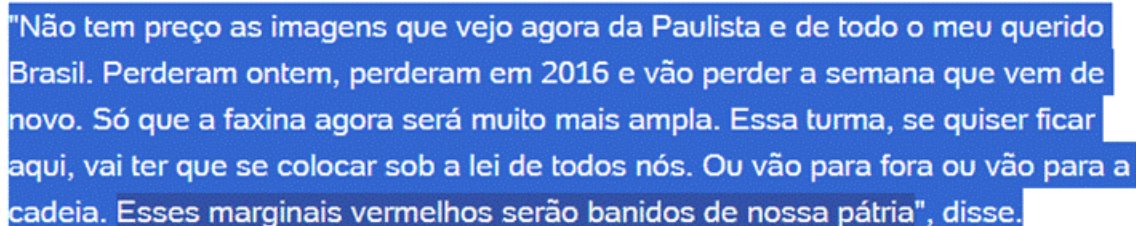
O portal reforça novamente o processo de polarização ao eleger como manchete o verbo “banir” e a expressão “marginais vermelhos”, sem oferecer qualquer análise crítica sobre o teor autoritário dessa linguagem. A menção a uma “faxina ideológica”, que evoca uma

limpeza de opositores políticos, é reproduzida de forma acrítica, sem o devido enquadramento histórico, jurídico ou ético.

Além disso, a reportagem deixa de ouvir especialistas em direitos humanos, entidades de classe ou juristas que pudessem contextualizar e qualificar o discurso de Bolsonaro como uma ameaça explícita ao Estado Democrático de Direito. Ao omitir essas vozes, o UOL silencia deliberadamente quaisquer dissonâncias capazes de equilibrar a compreensão a partir de suas matérias.

Na matéria da UOL Eleições 2018, publicada em 22/10/2018, com o título: "FHC critica fala de Bolsonaro sobre pedir exílio ou prisão a opositores", embora mencione a crítica de Fernando Henrique Cardoso às declarações de Jair Bolsonaro, o UOL opta por reproduzir literalmente a retórica de “guerra cultural” sem qualquer exame dos seus desdobramentos políticos ou simbólicos. Essa reprodução acrítica configura o abandono da função de vigilância do jornalismo, pois deixa de problematizar o caráter antidemocrático do discurso.

Figura 26: Matéria da UOL Internacional



"Não tem preço as imagens que vejo agora da Paulista e de todo o meu querido Brasil. Perderam ontem, perderam em 2016 e vão perder a semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", disse.

Fonte: <https://11nk.dev/ovXEM>

Stuart Hall já alertava que a objetividade jornalística não é neutra, mas atravessada por disputas ideológicas e culturais (Hall, 2003). No contexto da campanha de 2018, a repetição sem contraponto das falas de Bolsonaro expôs não apenas a fragilidade institucional da imprensa, mas também seu alinhamento, consciente ou não, com um projeto simbólico de reconfiguração autoritária. Em vez de atuar como mediadora crítica, a cobertura transformou-se em difusora de uma retórica voltada a desqualificar adversários, estigmatizar minorias e corroer os pilares democráticos.

4.1.5 Reforço da Polarização e da Retórica da Guerra Cultural

O “reforço da polarização e da retórica da guerra cultural” é um exemplo claro do uso do jornalismo como instrumento na disputa por hegemonia cultural, conforme analisa Stuart

Hall (2003). A retórica bolsonarista, anticomunista, moralista e antissistema, é frequentemente reproduzida sem o devido contraponto, legitimando a ideia de que a política se dá em termos de guerra entre o “bem” e o “mal”. Esse modelo de cobertura contribui para o esgarçamento do debate público e reforça a dinâmica descrita por Sunstein (2018), segundo a qual bolhas informacionais e discursos radicais se alimentam da lógica da viralização e da lógica emocional das redes.

A categoria reforço da polarização e da retórica da guerra cultural explicita uma das estratégias mais eficazes do discurso político contemporâneo autoritário, a mobilização afetiva da sociedade por meio de dicotomias morais rígidas, minimalistas e simplificadoras. No caso brasileiro, essa retórica encontrou na figura de Jair Bolsonaro um agente central de difusão e no jornalismo, em muitos casos, um canal de reprodução sem resistência e mediação. A forma como a cobertura jornalística muitas vezes repete, amplia ou naturaliza a retórica bolsonarista, centrada na oposição entre “cidadãos de bem” e “inimigos da pátria”, entre “família tradicional” e “ideologia de gênero”, entre “patriotas” e “comunistas”, revela um papel ativo da imprensa na disputa simbólica que Stuart Hall (2003) define como luta por hegemonia cultural.

A persistência das estratégias de “reforço da polarização e de retórica da guerra cultural” nas reportagens analisadas mostra como o jornalismo, ao invés de promover um intercâmbio racional entre diferentes grupos sociais, passou a intensificar antagonismos morais. Conforme teorizado por Hall (2003) e Sunstein (2018), essa lógica de disputa entre “bem” e “mal” reduz o debate público a um teatro simbólico, esvaziando-o de complexidade e impedindo a construção de consensos democráticos.

Figura 27: Matéria da Exame



Fonte: <https://encr.pw/EaJmh>

Figura 28: Matéria do G1

Fonte: <https://11nk.dev/EJGnB>

A retórica da “guerra cultural” promovida por Bolsonaro, articulada em oposições maniqueístas como “Deus versus diabo”, “cidadãos de bem versus comunistas” e “família tradicional versus ideologia de gênero”, está amplamente reproduzida nas reportagens analisadas (vide exemplo fotográfico da Metrópole no anexo). Em veículos como Gazeta do Povo e UOL, essas polarizações emergem nas manchetes e trechos citados sem qualquer contextualização histórica, jurídica ou ética, favorecendo sua aceitação tácita como discurso legítimo no espaço público.

Ao negligenciar a devida mediação editorial, isto é, a inserção de contrapontos críticos ou o exame dos pressupostos autoritários subjacentes, a imprensa deixa de cumprir sua função de filtro democrático. Em vez de problematizar tais dicotomias, transforma-se num canal de eco para a linguagem belicosa de Bolsonaro, potencializando a naturalização do antagonismo como *modus operandi* político.

Figura 29: Matéria do Metrópole

Fonte: <https://acesse.one/MHn8w>

Figura 30: Matéria do Melhores Publicações



Fonte: <https://encr.pw/mKSLC>

Figura 31: Matéria do Terra



Fonte: <https://acesse.one/9BsiW>

Em 3 de setembro de 2018, o portal Extra veiculou uma reportagem que exemplifica esse padrão de cobertura. A manchete, ao tratar de modo aparentemente descontraído uma ameaça de “faxina” política, poderia ter estimulado um debate sobre os riscos de uma retórica de extermínio em um Estado democrático. Em vez disso, o texto adota um tom neutro e privilegia o potencial sensacionalista da declaração, relegando a segundo plano qualquer análise das suas implicações sociais. Visualmente, a matéria enfatiza uma fotografia de Bolsonaro em postura marcial, empunhando um fuzil, punho cerrado e expressão decidida, reforçando sua imagem de líder implacável. Não há, contudo, espaço para o contraponto de juristas, organizações de direitos humanos ou representantes de movimentos sociais que pudessem qualificar o caráter autoritário do discurso. Ao apresentar a ameaça à oposição como mero fato

noticioso, sem mediação crítica, a reportagem contribui para a naturalização da polarização e legitima a lógica da guerra simbólica.

Figura 32: Matéria do Extra



Fonte: <https://acesse.one/6wnDy>

Essa intensificação da guerra cultural fica ainda mais evidente quando Bolsonaro ocupa o centro da narrativa jornalística, transformando-se em um sujeito simbólico cuja autoridade moral se naturaliza. Ao renunciar ao seu papel de vigilante crítico, a imprensa passa a operar como dispositivo de consagração simbólica do discurso autoritário, conforme aponta Stuart Hall (2003) ao discutir como a hegemonia cultural se consolida pela naturalização de determinados significados no senso comum. Nesse contexto, termos como “ideologia de gênero”, “esquerdopatas”, “ameaça comunista” e “valores da família” são reproduzidos sem aspas, sem análise semântica e, sobretudo, sem o contraponto de especialistas que poderiam desconstruir seu uso, colaborando para a construção de um imaginário político pautado na intolerância e na exclusão do outro.

A ausência de vozes críticas, de sociólogos, cientistas políticos ou juristas de direitos humanos, evidencia uma falha sistêmica de responsabilidade jornalística: ao apresentar expressões carregadas de ideologia como verdades inquestionáveis, o jornalismo acaba por reforçar estereótipos e cristalizar desigualdades discursivas. Essa omissão, segundo Cass Sunstein (2018), favorece a criação de “bolhas informacionais”, em que o consumo midiático reafirma crenças prévias e restringe a abertura ao dissenso. O resultado é um ambiente

comunicacional empobrecido, no qual o debate público se vê reduzido a um embate moralizante, incapaz de sustentar uma deliberação democrática plural e reflexiva.

Figura 33: Matéria do UOL Eleições 2018

O locutor diz que Bolsonaro tem orgulho de dizer que, no Congresso, ele "nunca fez conchavo, nunca manchou seu nome ou a sua honra". "Firme, sempre defendeu os valores da família. E foi voz forte e dura nos momentos em que o país mais precisou", complementou a campanha.

Fonte: <https://11nk.dev/XZojm>

Figura 34: Matéria do UOL Eleições 2018

O começo do programa de Bolsonaro fez referência ao medo do comunismo e trouxe áudios de Lula a respeito do Foro de São Paulo, um grupo "com viés ideológico comunista, de esquerda, liderado por Lula e Fidel Castro", segundo a campanha do candidato do PSL. "Nós vamos criando uma consciência na esquerda da América Latina e hoje todos aqueles que participaram do Foro de São Paulo chegaram ao poder".

O locutor diz que, com os governos do PT, o país "chegou à beira do abismo". "Fizeram de Brasília um balcão de negócios", diz. "Mas o vermelho jamais foi a cor da esperança. O vermelho é um sinal de alerta para o que não queremos para o nosso país". A campanha de Bolsonaro, então, diz que "a nossa bandeira é verde e amarela, e o nosso partido é o Brasil".

Após mencionar o atentado, dizendo que tentaram "tirá-lo de combate", o locutor diz que a campanha chegou ao segundo turno com a verdade e "com Deus acima de tudo".

Fonte: <https://11nk.dev/XZojm>

Ao transcrever falas da campanha de Jair Bolsonaro que associam o comunismo ao perigo iminente, o vermelho ao mal, e o Foro de São Paulo à subversão continental liderada por Lula e Fidel Castro, o texto jornalístico da UOL reproduz sem contraposição crítica os principais elementos simbólicos de um discurso político de matriz autoritária. A ausência de tensionamento analítico e a apresentação das falas como conteúdo “informativo” revelam uma prática jornalística que, longe de neutralidade, atua como reforço ideológico, assumindo papel ativo na reprodução de uma visão de mundo maniqueísta e excludente.

De início, o enunciado “com viés ideológico comunista, de esquerda, liderado por Lula e Fidel Castro” insere o leitor diretamente na lógica da guerra simbólica. O jornalismo, ao optar por não problematizar esse conteúdo ou apresentar outras fontes que contextualizassem o histórico do Foro de São Paulo, legitima e amplifica a construção de um inimigo interno, prática recorrente nos regimes que cultivam discursos autoritários. A frase “o vermelho é um sinal de

alerta para o que não queremos para o nosso país” condensa o mecanismo discursivo descrito por Stuart Hall (2003), no qual a cultura política é convertida em terreno de disputa moral, simplificada pela oposição binária entre bem e mal, pureza e corrupção, pátria e inimigo. A imprensa, ao ecoar essa retórica sem contraponto, abandona sua função crítica e se torna mediadora ideológica da hegemonia simbólica conservadora.

A ausência de qualquer análise sobre o sentido histórico e político da associação feita entre as cores verde, amarela e a figura da nação, contraposta ao vermelho do adversário ideológico, revela o que Gaye Tuchman (1972) denominou de objetividade estratégica. Tal prática jornalística busca preservar a aparência de imparcialidade, mas, na realidade, mascara escolhas editoriais que favorecem um dos polos da disputa. Ao não confrontar os sentidos produzidos pela campanha, como a afirmação de que “a nossa bandeira é verde e amarela, e o nosso partido é o Brasil”, o texto legitima simbolicamente a exclusão de todos os que não se identificam com tal configuração moral e política da identidade nacional. É, portanto, um ato de consagração simbólica, nos termos de Pierre Bourdieu (1997), que reforça o capital simbólico de um líder político e sua visão de mundo, ao mesmo tempo em que silencia ou deslegitima as vozes dissonantes.

A retórica messiânica presente no trecho “com Deus acima de tudo” também é reproduzida de forma a naturalizar a associação entre religiosidade e autoridade política. Esse ponto é particularmente sensível quando observamos que a ausência de contextualização crítica contribui para a sacralização do projeto político em curso, operando um deslocamento discursivo em que o líder político deixa de ser um agente submetido à crítica democrática para se tornar uma figura ungida, acima dos demais atores sociais. Tal fenômeno, observado em diversas matérias analisadas na dissertação, fragiliza a esfera pública racional e deliberativa tal como proposta por Habermas (1984), pois transforma o debate político em narrativa emocional binária, incompatível com o exercício da cidadania plural.

Em suma, a matéria da UOL analisada não apenas noticiou a campanha de Bolsonaro: ela incorporou e difundiu os marcos simbólicos de seu discurso político, amplificando narrativas que se alimentam do medo, do moralismo e da negação do outro como sujeito político legítimo. A escolha por não tensionar tais discursos no momento da publicação revela uma falha ética e funcional do jornalismo enquanto instituição mediadora da democracia. Essa prática contribui para a consolidação de um modelo de comunicação que reforça a lógica da guerra cultural e da polarização afetiva, atuando, mesmo que de forma não intencional, como engrenagem simbólica de um projeto político que ameaça os fundamentos da convivência democrática.

O efeito desse processo na cobertura jornalística é a simplificação da realidade social em uma lógica de antagonismo absoluto. Bolsonaro aparece como o defensor da moralidade e da ordem, enquanto os seus opositores, genericamente enquadrados como “esquerdistas”, “corruptos” ou “ameaças à família”, são desprovidos de legitimidade discursiva. A política deixa de ser campo de negociação de interesses e se converte em um terreno moral, onde a vitória de um lado implica a destruição do outro. A imprensa, ao não questionar essas categorias, acaba reforçando os termos do embate moralizante que alimenta o bolsonarismo.

A UOL, publicou uma matéria em 22 de outubro de 2018 em que se limita a noticiar as declarações de Bolsonaro sobre “banir os vermelhos” e “prender ou exilar opositores” sem problematizar sua relação com os princípios constitucionais ou com a tradição democrática brasileira. O texto se detém na descrição da fala e, ao final, inclui a reação de Fernando Henrique Cardoso, o que cria uma aparência de pluralidade, mas não altera a estrutura narrativa que favorece o discurso polarizador.

A ausência de mediação crítica por parte do jornalismo diante da retórica bolsonarista tem impactos profundos na esfera pública, conforme adverte Habermas (1989). A deliberação democrática depende da racionalidade comunicativa, da possibilidade de argumentação livre entre cidadãos reconhecidos como legítimos interlocutores. A lógica da guerra cultural, por sua vez, destrói essa condição ao substituir o argumento pela moralização e a escuta pela demonização do outro. O jornalismo, ao aderir à forma e ao conteúdo desse discurso sem tensioná-lo, abdica de sua função deliberativa e transforma-se em correia de transmissão da radicalização afetiva que contamina o espaço público.

A dissertação evidencia que a reverberação da guerra cultural não se limita ao conteúdo das falas, mas também aos elementos visuais e às ausências estratégicas nas reportagens. As imagens frequentemente mostram Bolsonaro como uma figura forte e confiante, em ambientes religiosos ou em situações de carisma popular, enquanto os grupos por ele atacados permanecem invisíveis ou sem direito de resposta. Essa construção imagética reforça a identificação do candidato com valores “tradicionais”, em contraste com a ameaça “moral” representada por seus opositores.

4.1.6 Reforço da Retórica do Inimigo

A categoria “reforço da retórica do inimigo” conecta-se com a estratégia discursiva de deslegitimação do outro, uma prática recorrente em regimes autoritários. Como apontam Lobo e Conceição (2019), a construção do inimigo interno, seja o jornalista, o ativista ou o

opositor político, é central na manutenção do poder por meio do medo e da intolerância. O jornalismo, ao não questionar essa lógica e ao dar visibilidade descontextualizada das falas de ódio e ataque, participa da construção simbólica desse “outro perigoso”, reforçando narrativas de exclusão.

A categoria reforço da retórica do inimigo evidencia uma faceta essencial do discurso político autoritário, a construção simbólica de figuras a serem combatidas, não apenas como adversários ideológicos, mas como ameaças existenciais ao corpo social. No contexto da cobertura jornalística das falas de Jair Bolsonaro, essa retórica se manifesta na forma como certos grupos, jornalistas, artistas, movimentos sociais, universidades, partidos de esquerda, militantes dos direitos humanos, são enquadrados como "inimigos da pátria", "traidores", "esquerdopatas", ou ameaças à moralidade e à ordem. A imprensa, ao replicar esses discursos sem mediação crítica, acaba participando da operação simbólica que transforma a política em guerra moral e o debate em campo de batalha.

A retórica do inimigo, amplamente mobilizada por Jair Bolsonaro ao longo de sua trajetória política e eleitoral, encontra eco e amplificação no discurso jornalístico quando este abdica de seu papel crítico e deliberativo. Essa retórica não se limita a identificar opositores políticos: ela os transforma em ameaças existenciais, desumanizando-os e excluindo-os do campo da legitimidade democrática. Como já argumentado nesta dissertação, essa prática simbólica de construção do inimigo não é um fenômeno isolado, tampouco fruto de improviso. Trata-se de um projeto discursivo com raízes no autoritarismo, conforme analisado por Chantal Mouffe (2000), e que opera a partir da substituição do antagonismo legítimo pela lógica do antagonismo destrutivo. No campo midiático, quando essa linguagem é reproduzida sem mediação, contextualização ou crítica, o jornalismo se converte em um dispositivo de disseminação da exclusão simbólica e da intolerância política.

As matérias jornalísticas analisadas demonstram de maneira contundente a operação dessa retórica. A reprodução de falas em que Bolsonaro se refere a opositores como “canalhas”, “marginais vermelhos”, “esquerdopatas”, ou mesmo como “inimigos da pátria” é feita de forma literal, sem aspas, sem tensionamento editorial ou sem escuta das vítimas desses ataques. A escolha editorial de colocar essa declaração como título da matéria já é, por si só, uma evidência do poder simbólico da imprensa na construção de um discurso público excludente. O conteúdo da matéria, por sua vez, limita-se a apresentar a fala em seu contexto discursivo de comício, sem propor problematizações legais, históricas ou éticas. O leitor, assim, é interpelado por uma narrativa que reitera a visão binária entre “bons” e “maus”, típica dos regimes autoritários.

Essa construção simbólica do inimigo político como ameaça social encontra respaldo na análise de Pierre Bourdieu (1997) acerca da violência simbólica. Bourdieu afirma que a linguagem é um dos instrumentos mais poderosos de dominação, pois opera de forma invisível, reproduzindo hierarquias sociais e categorias de exclusão que são naturalizadas pelos próprios dominados. No caso das falas de Bolsonaro reproduzidas pelas matérias jornalísticas, a linguagem do ódio é esvaziada de sua carga simbólica perversa e passa a funcionar como expressão de uma pretensa sinceridade ou autenticidade política. A mídia, ao não questionar a violência discursiva de Bolsonaro, legitima sua linguagem como aceitável e, portanto, reforça os dispositivos simbólicos da dominação.

A dissertação observa ainda que a retórica do inimigo não opera sozinha: ela se articula a outras estratégias discursivas, como o reforço da polarização e a minimização das falas de ódio, previamente discutidas. No entanto, sua especificidade está na operação de exclusão total: os sujeitos alvos da retórica do inimigo não são apenas adversários políticos, mas são construídos como portadores de uma ameaça moral, existencial e civilizatória. São apresentados como agentes da corrupção, da degeneração dos costumes, do “comunismo” e da destruição dos valores nacionais. O jornalismo, ao ecoar esse discurso sem oferecer visibilidade às vozes atacadas, como as de lideranças de esquerda, movimentos sociais, artistas e acadêmicos, reforça a estrutura de invisibilidade e silenciamento que sustenta o autoritarismo simbólico.

Um exemplo especialmente ilustrativo está presente na cobertura feita pelo UOL em sua editoria “Internacional”, em 22 de outubro de 2018, sob o título “Bolsonaro ameaça opositores com promessa de banir do Brasil 'marginais vermelhos’”.

Figura 35: Matéria do UOL Internacional



Fonte: <https://acesse.one/Th4Cr>

Embora a manchete apresente aspas em 'marginais vermelhos', a matéria não tensiona o conteúdo da fala com parâmetros constitucionais, nem mobiliza fontes jurídicas ou de direitos

humanos que possam alertar para os riscos de naturalização de um discurso de ódio político. Além disso, a matéria termina com a citação de Fernando Henrique Cardoso, o que cria uma aparência de contraponto, mas não desmonta o enquadramento simbólico principal. A estrutura narrativa reforça a figura de Bolsonaro como “forte” e “corajoso”, alguém que “diz o que pensa”, e não como um candidato que propaga ameaças incompatíveis com o Estado Democrático de Direito.

Essa ausência de crítica também está presente nas imagens utilizadas pelas reportagens. Em várias das matérias analisadas, Bolsonaro aparece sorrindo, acenando, sendo aclamado pelo público, com bandeiras do Brasil ao fundo. Essa construção imagética reforça a identificação entre o candidato e os símbolos nacionais, em contraste com os seus inimigos discursivos, nunca retratados, nunca ouvidos, e, portanto, nunca legitimados. Como mostra a dissertação, essa operação imagética é parte do processo de consagração simbólica que confere autoridade e respeitabilidade a um discurso profundamente excludente. A retórica do inimigo, nesse sentido, é encenada tanto pela palavra quanto pela imagem.

A análise da dissertação demonstra que esse processo de construção do inimigo também se dá pela omissão deliberada de certas vozes. Em nenhuma das matérias analisadas há o posicionamento de representantes das populações atacadas, de instituições democráticas ou de organismos internacionais de direitos humanos. Essa ausência reforça o que Jessé Souza (2003) chama de subcidadania simbólica, a exclusão discursiva dos sujeitos que já estão à margem das estruturas sociais. Como lembra Luiz Signates (2011), não há cidadania sem comunicação. E quando a mídia silencia sobre os ataques à dignidade de determinados grupos, ela os exclui da esfera pública, perpetuando estruturas de desigualdade e reforçando a naturalização da violência simbólica.

No plano teórico, a retórica do inimigo desmonta o ideal habermasiano de uma esfera pública racional e deliberativa. Jürgen Habermas (1984) defende que a democracia pressupõe a possibilidade de argumentação livre entre cidadãos reconhecidos como iguais. A linguagem do ódio, da desqualificação e da ameaça mina essa possibilidade. Quando o jornalismo repete essa linguagem sem contextualização, torna-se corresponsável pela degradação da esfera pública e pela construção de um espaço político marcado pela exclusão e pela intolerância. A imprensa, nesse contexto, não apenas falha com sua responsabilidade ética, como se torna aliada – ainda que involuntária – de um projeto de poder autoritário.

A dissertação sustenta, portanto, que a retórica do inimigo, ao ser reproduzida de forma acrítica pela mídia, compromete seriamente o papel democrático do jornalismo. Essa retórica reorganiza o campo discursivo da política, transforma adversários em inimigos a serem

eliminados, desloca o debate para o plano moral e afetivo, e fecha os canais de deliberação racional. A mídia, ao não reconhecer o perigo dessa transformação simbólica, se inscreve no projeto de dominação cultural que Stuart Hall (2003) identifica como central na luta por hegemonia nas sociedades contemporâneas. A retórica do inimigo não é, portanto, apenas um recurso retórico: é uma estratégia de guerra cultural, sustentada por discursos e imagens, e legitimada pela omissão jornalística.

Em conclusão, o reforço da retórica do inimigo nas matérias jornalísticas analisadas revela não apenas uma falha editorial, mas um alinhamento estrutural com os dispositivos simbólicos que sustentam o autoritarismo no Brasil contemporâneo. O jornalismo, ao não tensionar criticamente as falas de Bolsonaro, ao não escutar as vozes por ele atacadas, e ao não cumprir sua função deliberativa, torna-se parte do problema. A construção do inimigo, mediada e amplificada pela mídia, é uma das principais formas de destruição simbólica da democracia. E é nesse ponto que a dissertação oferece sua principal contribuição: ao desvelar os mecanismos sutis de legitimação do autoritarismo simbólico, ela reafirma a centralidade ética e política da crítica à comunicação como condição para a existência da cidadania plena.

A retórica do inimigo representa um dos dispositivos discursivos mais recorrentes e eficazes nas estratégias comunicacionais de líderes autoritários em contextos democráticos em crise. No caso da cobertura jornalística das falas de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, esta dissertação identifica, por meio da análise de conteúdo das matérias anexadas, a presença sistemática de um discurso que divide o corpo social em categorias antagônicas: o “povo de bem” versus “os inimigos da nação”. Trata-se de uma estratégia que, longe de ser nova, é profundamente enraizada em práticas discursivas que buscam substituir o adversário político por uma figura a ser combatida, eliminada ou expurgada do convívio social. A imprensa, ao repercutir essas falas sem questionamento crítico ou enquadramento ético, atua como mediadora involuntária da produção simbólica do inimigo, normalizando sua presença e contribuindo para o esgarçamento das bases do diálogo democrático.

Na matéria do portal UOL Economia, publicada em 21 de outubro de 2018, sob o título “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria, diz Bolsonaro”, a construção do inimigo se dá de maneira explícita. A fala de Bolsonaro, amplamente repercutida em outros canais da própria UOL, como o UOL Internacional e o UOL Eleições, é textual: “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria. Ou vão para fora, ou vão para a cadeia”. A ausência de contextualização crítica, de enquadramento legal ou constitucional e de escuta de vozes institucionais — como juristas, entidades de direitos humanos ou mesmo opositores políticos — evidencia um processo de reverberação sem resistência. O jornalismo, ao optar por

uma cobertura que expõe, mas não tensiona, transforma-se em vetor de disseminação da lógica inimigo versus aliado, típica de regimes autoritários e absolutamente incompatível com o pluralismo democrático.

Esta prática pode ser interpretada à luz da teoria da lógica antagônica de Chantal Mouffe (2000), para quem a democracia pressupõe o reconhecimento do outro como adversário legítimo, jamais como inimigo a ser eliminado. A substituição da lógica agonística pela lógica antagônica, na qual o outro não é interlocutor, mas inimigo moral, representa um ponto de ruptura com o pacto democrático. Ao utilizar termos como “esquerdopatas”, “canalhas”, “vagabundos”, entre outros, para se referir a opositores políticos, jornalistas ou militantes de direitos humanos, Bolsonaro engendra um discurso de desumanização simbólica. E ao permitir que tais categorias sejam reproduzidas pela mídia sem o devido tensionamento, o jornalismo falha na sua missão de preservar o espaço deliberativo plural, transformando-se, como advertia Habermas (1989), em canal de obscurecimento da esfera pública racional.

Nas matérias analisadas, esse reforço da retórica do inimigo se dá não apenas pelo conteúdo da fala repercutida, mas também por meio das ausências: a ausência de contextualização, de reação das instituições, de escuta das vítimas e de contrapontos jurídicos. A estratégia comunicacional, de construir e difundir um inimigo interno, é característica central de regimes autoritários, como mostram os estudos de Lobo e Conceição (2019). A retórica do inimigo não apenas mobiliza afetos como medo, raiva e ressentimento; ela também permite a reorganização do espaço público em torno de um projeto simbólico de exclusão. A democracia, nesse modelo, não é espaço de disputa, mas de guerra; não é campo de deliberação, mas de combate. A imprensa, ao reverberar esse discurso como mera “opinião”, desresponsabiliza-se de sua função crítica e contribui para sua legitimação.

Importa ainda destacar que a retórica do inimigo funciona de forma performativa: ela não apenas nomeia, mas organiza os afetos sociais e os modos de pertencimento. A insistência em opor “bons cidadãos” a “esquerdistas”, “militares” a “corruptos”, “patriotas” a “traidores”, não apenas simplifica a política, ela estrutura o modo como sujeitos são autorizados (ou não) a falar e agir no espaço público. Esse efeito se intensifica quando o jornalismo dá visibilidade descontextualizada a tais falas, sem escutar aqueles que foram alvos da hostilidade discursiva. Trata-se de uma produção ativa de exclusão simbólica, na qual o direito à cidadania é condicionado à adesão ao projeto político do líder.

Luiz Signates (2011) contribui para este debate ao propor o conceito de cidadania comunicacional. Para ele, a cidadania não é apenas um status legal ou político, mas uma condição de existência pública, que se realiza na linguagem e nos processos comunicativos. A

retórica do inimigo, ao reduzir o outro à condição de ameaça, retira-lhe a possibilidade de reconhecimento e expressão, interditando a cidadania comunicacional. Quando a mídia endossa ou se cala diante dessa lógica, contribui para a exclusão discursiva de sujeitos e coletivos inteiros, tornando-se corresponsável pela erosão do espaço público plural.

Em síntese, a análise das matérias jornalísticas desta dissertação revela que o jornalismo, ao reforçar, mesmo que involuntariamente, a retórica do inimigo, colabora para a construção de um ambiente político de intolerância, exclusão e violência real e simbólica. Ao invés de operar como instância crítica que media o debate democrático, assume uma posição de neutralidade aparente, que, na prática, significa cumplicidade. Essa atuação não é ética, nem neutra: ela molda a realidade, organiza os afetos e redefine quem pode ou não ser reconhecido como cidadão. E ao fazê-lo, o jornalismo rompe com sua missão democrática e contribui para a emergência de um novo pacto simbólico autoritário, no qual o dissenso não é mais aceitável e o outro deixa de ser interlocutor, passando a ser inimigo a ser eliminado.

4.1.7 Minimização de Falas de Ódio

A “minimização de falas de ódio” revela a tensão entre ética e espetáculo, entre responsabilidade social e apelo ao clique. Kovach e Rosenstiel (2014) defendem que a função central do jornalismo é verificar a veracidade dos fatos e proporcionar contexto. Quando declarações violentas são apresentadas de forma trivial ou desprovida de análise crítica, como no caso das falas homofóbicas de Bolsonaro mencionadas no relatório, o jornalismo falha em seu compromisso com a cidadania e a justiça social. Isso compromete seu papel ético, conforme definido pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, e aponta para uma normalização de práticas discursivas que violam os direitos humanos.

A categoria minimização de falas de ódio revela uma dimensão específica da atuação jornalística, a forma como declarações violentas, ofensivas ou discriminatórias são apresentadas ao público de modo diluído, eufemizado ou banalizado, esvaziando seu potencial de problematização. Diferente da mera reverberação acrítica ou da falsa simetria, que operam por ausência de mediação ou por equilíbrio artificial entre posições assimétricas, a minimização se dá sobretudo pela forma e pelo enquadramento simbólico, é quando o discurso de ódio é reduzido a uma "opinião controversa", uma "fala polêmica" ou um "comentário infeliz", sem que seus impactos éticos, sociais e jurídicos sejam devidamente explicitados.

A prática da minimização de falas de ódio na cobertura jornalística das eleições presidenciais de 2018 representa uma das formas mais sutis e perigosas de banalização da

violência simbólica. Ao esvaziar o conteúdo discriminatório, misógino ou autoritário de declarações proferidas por Jair Bolsonaro, reduzindo-as a meras “polêmicas”, “declarações infelizes” ou “opiniões controversas”, a imprensa deixa de cumprir sua função crítica e ética, tornando-se coadjuvante na normalização do discurso de ódio como prática política legítima. Tal fenômeno foi identificado em diversas matérias jornalísticas analisadas no *corpus* empírico desta dissertação, revelando uma tendência editorial recorrente que evidencia a fragilidade do jornalismo como instituição democrática.

Nas reportagens intituladas “Bolsonaro afirma que 'marginais vermelhos' serão banidos do Brasil”, a fala do então candidato é reproduzida sem qualquer mediação crítica. A manchete apresenta a frase como uma promessa política, sem alertar para o seu conteúdo autoritário e discriminatório, que ameaça opositores com exílio ou eliminação. A matéria não busca contextualizar a fala à luz do ordenamento constitucional brasileiro nem apresenta reações de juristas, cientistas políticos ou representantes de organizações da sociedade civil. O discurso é, assim, apresentado como aceitável, ainda que envolva a criminalização de adversários políticos, uma prática incompatível com os marcos democráticos.

Esse processo de minimização também se verifica na matéria veiculada pela UOL Economia em 21 de outubro de 2018, com o título: “‘Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria’, diz Bolsonaro”. A escolha das aspas na manchete cumpre um duplo papel: ao mesmo tempo que destaca a frase, confere-lhe autonomia discursiva, como se o conteúdo reproduzido fosse autoexplicativo, dispensando análise. A reportagem, embora noticie a reação de Fernando Henrique Cardoso no dia seguinte, como se observa em matéria também da UOL, publicada na editoria Eleições 2018, não explora com profundidade as implicações do discurso proferido por Bolsonaro. A declaração do ex-presidente é brevemente mencionada, sem que se estabeleça um confronto efetivo entre o conteúdo da fala ameaçadora e os princípios do Estado democrático de direito. As falas de ódio são tratadas como parte do “calor” da disputa eleitoral, e não como elementos de uma retórica autoritária com impactos reais sobre a sociedade.

Figura 36: Matéria do UOL Internacional

uol Jogos Brasil dos Privilegios Canal UOL Colunas SAC EMAIL ASSINEUOL

ECONOMIA

"Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", diz Bolsonaro

REUTERS
21/10/2018 21h28

(Reuters) - O presidenciável do PSL, [Jair Bolsonaro](#), afirmou neste domingo (21) que fará uma "faxina" e que os "marginais vermelhos" serão "banidos" do país, em referência aos seus adversários.

Em fala transmitida a manifestantes a favor de sua candidatura na avenida Paulista, em São Paulo, e "dedicada a todo o Brasil", Bolsonaro afirmou que seus apoiadores são a maioria e que eles são "o Brasil de verdade".

PUBLICIDADE
Fácil, rápido e seguro

Fonte: <https://11nk.dev/ovXEM>

Figura 37: Matéria do UOL Eleições 2018

uol eleições 2018

APURAÇÃO - RAIO-X - PESQUISAS UOL CONFERE CANDIDATOS - DEBATES E SABATINAS - CALEN

FHC critica fala de Bolsonaro sobre pedir exílio ou prisão a opositores 56

Do UOL, em São Paulo 22/10/2018 19h46 > Atualizada 23/10/2018 00h09

tvUOL

"OU VÃO PRA FORA OU VÃO PARA A CADEIA", DIZ BOLSONARO A OPOSITORES

Fonte: <https://acesse.one/SI01y>

Esse tipo de enquadramento é precisamente o que Kovach e Rosenstiel (2014) identificam como falha ética do jornalismo: a ausência de verificação contextual e a incapacidade de proporcionar ao público uma compreensão profunda dos fatos. Segundo os autores, o papel fundamental do jornalismo é buscar a verdade de forma sistemática e fornecer contexto para que os cidadãos possam tomar decisões informadas. Quando esse papel é negligenciado, especialmente diante de discursos que ferem a dignidade humana e os direitos constitucionais, o jornalismo se transforma em um canal de esvaziamento simbólico da violência, tornando-a aceitável, palatável, e eventualmente banal.

No *corpus* empírico analisado nesta dissertação, observa-se ainda o uso recorrente de expressões como “polêmica declaração”, “fala controversa” ou “comentário polêmico” para referir-se a manifestações que, em rigor, deveriam ser classificadas como incitação ao ódio, discriminação ou ameaça à ordem democrática. Essa escolha lexical não é neutra. Como explica Bourdieu (1997), a linguagem jornalística é um dos principais instrumentos de violência simbólica, pois opera pela naturalização de categorias de percepção. Ao nomear falas de ódio como “polêmicas”, a imprensa impõe uma leitura amortecida da realidade, desviando a atenção do caráter agressivo e ilegal da fala para o seu aspecto supostamente “opinativo”. Nesse processo, o conteúdo violento perde densidade política e jurídica, sendo rebaixado a um episódio de retórica inflamada.

O discurso de ódio, nesse contexto, se transforma em mercadoria simbólica: atrai cliques, gera comentários, mobiliza afetos, e, por isso, é tratado com parcimônia crítica. O jornalismo de espetáculo, tal como definido por McChesney, transforma o debate político em entretenimento, esvaziando sua dimensão deliberativa e ético-social. A minimização de falas de ódio é, portanto, não apenas um descuido editorial, mas um sintoma da mercantilização da informação, que converte o discurso violento em peça comunicacional com alto valor de consumo.

A dissertação sustenta que tal prática é incompatível com os princípios da cidadania comunicacional, conforme desenvolvidos por Signates e Moraes (2019a). Para esses autores, a cidadania se realiza na linguagem e no reconhecimento simbólico. Quando a violência não é nomeada, ela não pode ser combatida. Quando o ódio é minimizado, sua potência destrutiva é relativizada. E quando o jornalismo adota esse modelo de cobertura, ele rompe com sua vocação pública, tornando-se cúmplice de um processo mais amplo de erosão da esfera democrática.

Em suma, a minimização de falas de ódio nas matérias jornalísticas analisadas configura uma forma refinada de legitimação do autoritarismo simbólico. Ao evitar nomear a violência, ao recusar-se a contextualizá-la criticamente e ao apresentar os discursos de Jair Bolsonaro como polêmicas ou controvérsias, a mídia constrói uma narrativa na qual a agressão é diluída, a vítima é invisibilizada e o agressor é normalizado. Esse processo, longe de ser neutro, tem consequências diretas sobre o imaginário social, o debate público e a constituição da cidadania. Como argumenta esta dissertação, a imprensa, ao optar por essa forma de cobertura, contribui ativamente para a despolarização da violência e para a consolidação de um regime de comunicação que fragiliza a democracia desde suas bases simbólicas.

Dentre as múltiplas estratégias de reprodução e naturalização dos discursos de ódio no espaço midiático, destaca-se a categoria minimização de falas de ódio, que representa uma

forma sutil e ao mesmo tempo profundamente corrosiva de esvaziamento simbólico de declarações que atentam contra a dignidade humana, os direitos fundamentais e o pacto democrático. Esta categoria refere-se ao processo pelo qual falas violentas são enquadradas jornalisticamente como “opiniões”, “declarações polêmicas” ou “comentários controversos”, sem que haja esforço editorial de contextualização crítica, escuta das vítimas ou tensionamento ético dos conteúdos. Trata-se, como demonstram Kovach e Rosenstiel (2014), de um desvio da responsabilidade pública do jornalismo, que ao invés de cumprir seu papel de mediação racional e comprometida com a verdade factual e ética, converte-se em canal de amortecimento simbólico da violência.

Na análise do *corpus* jornalístico selecionado para esta dissertação, diversos exemplos demonstram a presença desta prática. A teoria da violência simbólica de Pierre Bourdieu (1997) é central para a compreensão desse fenômeno. Ao minimizar falas de ódio, o jornalismo não apenas reduz seu impacto político e social; ele contribui para a legitimação de categorias de percepção que tornam a própria violência invisível. A linguagem jornalística, nesse caso, atua como um instrumento de consagração do discurso dominante, protegendo o agressor e desprotegendo o agredido. Como enfatiza Bourdieu, a violência simbólica é tanto mais eficaz quanto mais imperceptível, e sua eficácia depende justamente da adesão das vítimas às categorias que as mantêm subordinadas. Ao tratar insultos públicos como “brincadeiras”, o jornalismo não apenas falha em proteger os direitos de quem é alvo da ofensa, mas colabora para que tais ofensas sejam vistas como normais, esperadas e aceitáveis.

Figura 38: Matéria do EXTRA



Fonte: <https://11nk.dev/6wnDy>

A ausência de vozes dissonantes, de especialistas em direitos humanos, de representações das vítimas ou de análises jurídicas sobre os limites da liberdade de expressão, evidencia uma lacuna grave na mediação jornalística. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em seu artigo 6º, afirma que “o jornalista não pode produzir ou divulgar informação com o objetivo de discriminar pessoas ou grupos em razão de seus valores éticos, religiosos, culturais, de sexo, de orientação sexual, de condição física, de cor, de idade, de condição social ou de qualquer outra natureza”. A minimização de falas de ódio, ao diluir suas consequências sociais, contraria esse preceito e compromete a função pública do jornalismo.

Além disso, essa prática é incompatível com a concepção de cidadania comunicacional proposta por Signates e Moraes (2019a), que compreende a cidadania como processo simbólico de reconhecimento. Quando a mídia não nomeia a violência, ela inviabiliza a possibilidade de reparação simbólica e, portanto, de construção da cidadania. A violência discursiva, ao ser normalizada, exclui do espaço público as vozes e os corpos que ela atinge, transformando a agressão em elemento banal do cotidiano político. A cidadania, nesse contexto, deixa de ser um direito e se torna privilégio dos que não são alvos da violência, um privilégio racial, de classe, de gênero, de orientação sexual, de posicionamento político.

A análise das matérias presentes no anexo I reforça esse diagnóstico. Em diversas ocasiões, Bolsonaro profere ataques diretos a minorias sociais e instituições democráticas, e a cobertura se limita a reportar os eventos como polêmicos ou controversos. Em nenhuma das reportagens há análise crítica sobre os impactos dessas falas na construção do ambiente democrático. Tampouco se observa um compromisso com a escuta dos atingidos, o que equivale, no plano discursivo, a um duplo silenciamento: o da violência e o da vítima.

Esse fenômeno conecta-se ainda com o conceito de “infoentretenimento político”, no qual a informação é moldada para maximizar o engajamento, em detrimento da reflexão crítica. Falas de ódio passam a ser insumos para cliques e comentários, e não mais eventos que exigem mediação ética. Conforme adverte McChesney (2013), o jornalismo contemporâneo, pressionado por lógicas mercadológicas, tende a priorizar o que viraliza, e não o que emancipa. A lógica da audiência se sobrepõe à lógica do interesse público, e é nesse deslocamento que o discurso de ódio se torna rentável — e, portanto, recorrente.

Em suma, a minimização de falas de ódio constitui uma forma particularmente insidiosa de cumplicidade simbólica com o autoritarismo. Ao tratar declarações violentas como banais, ao omitir seus impactos sociais, ao não escutar os atingidos, o jornalismo abdica de seu papel como instância crítica do espaço público e reforça, ainda que involuntariamente, a lógica de exclusão discursiva que sustenta o autoritarismo simbólico. Trata-se de uma omissão que

não é silenciosa, é ruidosa, porque molda a percepção coletiva sobre o que é tolerável no debate democrático. Como demonstra esta dissertação, a cobertura jornalística das eleições de 2018, ao minimizar sistematicamente as falas de ódio de Jair Bolsonaro, não apenas falhou com a verdade e com a ética, mas contribuiu para a reconfiguração simbólica do espaço público brasileiro, em que o discurso violento se naturaliza e a democracia se fragiliza.

4.1.8 Resignificação da Democracia como ameaça

A categoria “ressignificação da democracia como ameaça” representa talvez uma das operações simbólicas mais sofisticadas e inquietantes promovidas na cobertura jornalística de discursos autoritários. Trata-se do processo pelo qual valores e instituições democráticas, como direitos humanos, liberdade de imprensa, diversidade cultural, igualdade de gênero, políticas públicas inclusivas, são reconstruídos discursivamente como perigos, obstáculos ou distorções da “vontade popular”. No discurso bolsonarista, essa resignificação ocorre de forma sistemática, associando a democracia a ideias de permissividade, desordem, corrupção e decadência moral. O mais alarmante é que parte do jornalismo, ao reverberar essas construções simbólicas sem o devido tensionamento, contribui ativamente para o esvaziamento do sentido original da democracia e para sua conversão em ameaça retórica.

A categoria "ressignificação da democracia como ameaça" expressa uma inversão simbólica de profundo alcance político, cultural e comunicacional. Trata-se de um processo no qual valores, instituições e práticas democráticas, tais como os direitos humanos, a liberdade de imprensa, a igualdade de gênero, a diversidade cultural e o princípio da legalidade constitucional, são reinterpretados negativamente por meio de discursos que os apresentam como entraves à liberdade, ameaças à moralidade ou distorções da “vontade popular”. Este mecanismo discursivo, identificado em diversas matérias jornalísticas analisadas nesta dissertação, revela uma dimensão crítica da atuação da mídia: a sua condição ambígua entre mediadora do debate público e reprodutora de categorias simbólicas que desfiguram a democracia, conferindo legitimidade discursiva a projetos de poder com traços autoritários.

Quando Jair Bolsonaro afirma que os opositores devem “se submeter à maioria ou sair do país”, como fez em fala reproduzida sem contextualização crítica pela UOL Economia em 21 de outubro de 2018 (“Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”), não se trata apenas de uma bravata eleitoral: é uma tentativa deliberada de redefinir os marcos do que é aceitável na democracia. E ao permitir que tal afirmação circule sem contraponto, a mídia contribui para sua naturalização, assumindo, ainda que de forma involuntária, o papel de

difusora de uma democracia invertida, na qual o pluralismo é visto como desvio, e a oposição, como ameaça.

Esse tipo de cobertura reforça o diagnóstico de Stuart Hall (2003), para quem a hegemonia não se impõe apenas por coerção, mas sobretudo por consenso, produzido na esfera simbólica da cultura e da linguagem, ao veicular reiteradamente a ideia de que as instituições democráticas estariam “aparelhadas”, que o “povo foi traído pelas elites”, ou que o Supremo Tribunal Federal atua contra a vontade popular, como se verifica em matérias da Folha de S. Paulo publicadas nos dias 05 de setembro e 28 de outubro de 2018. Em vez de funcionarem como garantidores do Estado democrático de direito, passam a ser apresentados como adversários da vontade popular, criando um terreno fértil para discursos antissistêmicos que propõem “refundar” a república a partir de lógicas autoritárias.

Figura 39: Matéria do UOL Eleições 2018

No mesmo dia, veio à luz um vídeo gravado meses antes em que um de seus filhos, o deputado federal [Eduardo Bolsonaro](#) (PSL-SP), especula que para fechar o **Supremo** Tribunal Federal bastaria o envio de um soldado e um cabo. Menos mal que, depois disso, o presidencialável tenha enfatizado seu [respeito ao STF e ao Judiciário](#).

Fonte: <https://acesse.one/SI01y>

Figura 40: Matéria do BBC News Brasil

Ele é perguntado por um aluno sobre o que poderia ser feito caso o STF impugnasse a candidatura ou diplomação do pai dele por fraude eleitoral. Eduardo respondeu, em tom de ameaça, que o tribunal "terá que pagar para ver o que acontece" e argumentou que dificilmente haveria reação popular se um ministro do **Supremo** fosse preso.

Fonte: <https://encr.pw/BX6px>

Essa operação simbólica de reconfiguração da democracia é, como alerta Signates (2011), um dos mais eficazes dispositivos de subcidadania comunicacional. Quando as garantias democráticas são apresentadas como privilégios de grupos “ideológicos”, como ocorre nas matérias que reproduzem falas de Bolsonaro atacando ONGs, universidades e movimentos sociais, o jornalismo contribui para deslegitimar os sujeitos coletivos que operam como agentes da cidadania. Ao invés de visibilizar as lutas por reconhecimento desses grupos,

a imprensa, ao deixar de tensionar criticamente a retórica antidemocrática, participa da sua marginalização simbólica.

Na matéria da UOL Internacional, publicada em 22 de outubro de 2018, sob o título “Bolsonaro ameaça opositores com promessa de banir do Brasil 'marginais vermelhos’”, a retórica da ameaça à democracia está explícita, mas a cobertura se limita a apresentar a fala como mais uma “polêmica” entre tantas da campanha. Não há análise sobre as implicações constitucionais da declaração, tampouco um esforço de enquadramento jurídico ou ético que aponte o risco da naturalização de práticas autoritárias em contextos eleitorais. Essa ausência de contextualização crítica representa o que Gaye Tuchman (1972) define como “ritual de objetividade”, uma prática jornalística que simula neutralidade enquanto se exime de responsabilidade, protegendo-se do ônus de posicionamento.

Esse modelo de cobertura, que evita nominar o autoritarismo como tal, enfraquece a capacidade da sociedade de reconhecer os sinais de degradação democrática. Como adverte Cass Sunstein (2018), a repetição de discursos polarizadores, em ambientes de baixa complexidade informacional, produz uma erosão do espaço público deliberativo. E quando o jornalismo passa a atuar como mero transmissor desses discursos, sem promover a reflexão crítica, colabora para a produção de uma esfera pública emocionalmente instável, segmentada e vulnerável à retórica do medo.

Essa ressignificação simbólica da democracia é também acompanhada de uma reconstrução estética da identidade do líder político. A figura de Jair Bolsonaro é apresentada nas matérias analisadas como um “homem simples”, “autêntico”, “patriota”, frequentemente em contraste com instituições vistas como “elitistas”, “corruptas” ou “desconectadas do povo”. Ao não problematizar essas oposições simplificadas, o jornalismo reforça a ideia de que a democracia, com suas mediações, consensos e instituições, é uma farsa que impede o “verdadeiro povo” de assumir o poder. Esse tipo de enquadramento é especialmente problemático quando se considera a função social do jornalismo na consolidação da cidadania. Como assinala Habermas (1989), a esfera pública democrática depende da pluralidade de vozes e do acesso igualitário dos sujeitos à formação da opinião pública. Ao permitir que a democracia seja apresentada como ameaça, o jornalismo rompe com sua função deliberativa e torna-se, ele próprio, agente da desconstrução simbólica dos fundamentos republicanos.

Conforme demonstrado na análise das matérias contidas nos Anexos desta dissertação, a ressignificação da democracia como ameaça ocorre não apenas pelo que é dito, mas também pelo que não é dito, pelas ausências de contextualização, de fontes críticas, de reações institucionais. É o silêncio estratégico, como apontado por Bourdieu (1997), que opera como

forma sofisticada de violência simbólica, moldando os limites do pensável, do dizível e do aceitável no espaço público.

Em suma, o que esta dissertação revela é que a cobertura jornalística das eleições de 2018, ao deixar de tensionar criticamente as falas que deslegitimam a democracia, contribuiu para a construção de um imaginário político em que os valores democráticos são vistos com desconfiança, e os discursos autoritários, com familiaridade. A imprensa, ao reproduzir sem crítica os enunciados que associam a democracia à desordem, ao caos ou à corrupção, assume um papel fundamental na reconstrução simbólica do campo político. E ao fazer isso, ainda que sob o pretexto da neutralidade, rompe com os princípios fundadores do jornalismo como pilar da democracia e da cidadania comunicacional.

A última categoria interpretativa extraída da análise de conteúdo das matérias jornalísticas que repercutiram discursos de Jair Bolsonaro diz respeito à ressignificação da democracia como ameaça, uma das formas mais sofisticadas e perigosas de subversão simbólica no campo político e comunicacional. Esta operação discursiva consiste na inversão semântica dos fundamentos democráticos, como pluralismo, direitos humanos, liberdade de imprensa, divisão de poderes, os quais passam a ser apresentados como obstáculos à soberania popular ou ameaças à ordem moral da nação. Trata-se, como explicita Bourdieu (1997), de uma forma aguda de violência simbólica, capaz de redefinir o sentido comum do que é a própria democracia, tornando plausível, aceitável e até desejável a sua corrosão desde dentro.

Bolsonaro sobre o STF, sugere que o tribunal estaria “agindo contra a vontade popular”, criando um antagonismo artificial entre o Judiciário e a população, como se a proteção constitucional dos direitos fundamentais fosse uma interferência indesejada na soberania nacional. Esse tipo de construção retórica reconfigura os marcos do debate político, transformando garantias constitucionais em entraves à liberdade e, por consequência, autorizando a desqualificação de qualquer instituição que se oponha ao projeto autoritário.

Esse fenômeno é amplamente discutido por Stuart Hall (2003) ao tratar da disputa pela hegemonia simbólica no campo da cultura e da linguagem. Para Hall, a hegemonia é exercida precisamente quando ideias profundamente ideológicas são naturalizadas como senso comum. Nesse caso, a democracia, que por definição exige a institucionalidade, a escuta do dissenso, a limitação do poder e a promoção dos direitos, passa a ser percebida como um mecanismo elitista, corrompido e incapaz de representar os “interesses do povo”. Essa operação ideológica encontra suporte na lógica da guerra cultural e na retórica moralista, nas quais o pluralismo é entendido como permissividade, a liberdade de imprensa como parcialidade, e os direitos humanos como proteção indevida a “bandidos” ou “minorias barulhentas”.

A imprensa, ao não tensionar esses discursos e ao reproduzir falas de figuras públicas que colocam em xeque os pilares democráticos sem a devida análise crítica, torna-se correia de transmissão dessa ressignificação perversa. Em muitos dos textos jornalísticos analisados, observa-se o uso de expressões como “declarações polêmicas” ou “opiniões controversas” para referir-se a ataques explícitos à legitimidade das eleições ou à atuação de instituições como o Congresso Nacional. Tais escolhas linguísticas reduzem o peso simbólico das falas, convertendo atentados retóricos contra a democracia em meros ruídos do debate político. Este movimento está diretamente ligado ao conceito de “objetividade estratégica” desenvolvido por Tuchman (1972), no qual a suposta neutralidade jornalística serve como instrumento de ocultamento da dimensão ética dos acontecimentos noticiados.

Ao lado disso, a cidadania comunicacional, tal como desenvolvida por Signates e Moraes (2019a), revela-se fundamental para compreender os efeitos da ressignificação da democracia na prática jornalística. Quando a imprensa se abstém de defender os marcos normativos da convivência democrática, ela abandona sua função de mediação crítica e compromete a possibilidade de uma cidadania plena e informada. A democracia, nesse contexto, deixa de ser um horizonte de reconhecimento e passa a ser representada como um obstáculo à vontade coletiva, o que, por sua vez, fortalece projetos autoritários que prometem “limpar” o sistema, “moralizar” a política ou “reconduzir o país ao caminho do bem”.

Essa transmutação simbólica da democracia em ameaça também tem respaldo teórico na obra de Cass Sunstein (2018), ao abordar como os ambientes de comunicação de massa e as redes sociais operam sob a lógica da viralização emocional, criando bolhas de confirmação que radicalizam as percepções do público. Quando um líder como Bolsonaro se apresenta como a única voz autêntica diante de instituições desmoralizadas — e essa imagem é reforçada por uma cobertura jornalística acrítica —, cria-se uma estrutura afetiva de adesão simbólica que desativa a possibilidade de contestação racional. O jornalismo, ao aderir às lógicas de cliques e engajamento, deixa de ser mediador e se torna vetor da polarização, ainda que de modo não intencional.

No anexo I da dissertação, é possível identificar matérias que tratam com austeridade ou mesmo com certo entusiasmo declarações como “os comunistas serão banidos do Brasil” ou “essa turma vai ter que escolher: ou se submetem ou saem do país”. Esses enunciados, carregados de violência discursiva, são apresentados como parte de uma retórica eleitoral ou como manifestações legítimas da liberdade de expressão, desconsiderando completamente seus efeitos simbólicos de intimidação, exclusão e aniquilação do outro político. A ausência de tensionamento crítico em tais matérias revela uma adesão tácita à lógica da desdemocratização

discursiva, na qual a democracia é constantemente deslegitimada por aqueles que deveriam defendê-la.

Em síntese, a categoria ressignificação da democracia como ameaça expressa a dimensão mais profunda da crise simbólica enfrentada pelas democracias contemporâneas. Quando o jornalismo reproduz sem crítica discursos que colocam as instituições democráticas como inimigas do povo, ele não apenas falha com sua missão pública — ele atua como um dos principais agentes da erosão democrática. A análise das matérias jornalísticas presentes no anexo I desta dissertação revela que essa prática não é episódica, mas sim estrutural, e responde a uma lógica mais ampla de captura ideológica do espaço público. O jornalismo, nesse cenário, deixa de ser espaço de pluralidade e se torna instrumento de homogeneização discursiva, reforçando a retórica autoritária que transforma a democracia em um problema a ser combatido, e não em uma solução a ser aprimorada.

4.2 Jornalismo e Legitimação Simbólica do Autoritarismo: Análise Crítica dos Resultados Empíricos

A análise conduzida no Capítulo 4 desta dissertação trouxe à tona resultados que explicitam, de forma contundente, a complexa relação entre jornalismo e poder simbólico no Brasil, especialmente no contexto da campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. O *corpus* empírico analisado – constituído por reportagens publicadas em veículos como UOL, G1, Folha de S. Paulo, Exame, Metrôpoles, Extra, entre outros – evidenciou um padrão reiterado de reverberação acrítica de discursos autoritários, confirmando a hipótese de que a grande imprensa, em vez de tensionar criticamente esses enunciados, frequentemente os legitimou de forma simbólica. Esse padrão foi identificado por meio de oito categorias analíticas centrais: reforço positivo da imagem, inversão da lógica da responsabilização, falsa simetria, silenciamento de vozes dissonantes, reforço da polarização, retórica do inimigo, minimização de falas de ódio e ressignificação da democracia como ameaça.

A primeira dessas categorias, reforço positivo da imagem, revelou-se de modo expressivo nas reportagens analisadas. Um exemplo emblemático é a matéria publicada pelo UOL em 21 de outubro de 2018 com o título “Bolsonaro faz transmissão ao vivo cercado de apoiadores”, na qual o então candidato aparece retratado em imagens cuidadosamente escolhidas, transmitindo força e confiança, cercado por simpatizantes que reforçam visualmente sua liderança. A narrativa textual acompanha esse movimento imagético, destacando trechos em que Bolsonaro se coloca como defensor da pátria e como voz autêntica do “povo brasileiro”.

Da mesma forma, a reportagem do G1, intitulada “‘Essa pátria é nossa’, diz Bolsonaro em live com milhares de espectadores” (21/10/2018), reforça a percepção de carisma e liderança, ampliando a consagração simbólica descrita por Bourdieu (1997).

Essas reportagens, longe de serem neutras, constroem uma moldura discursiva que contribui para a acumulação de capital simbólico por parte do candidato, mesmo quando este profere falas que deveriam suscitar problematização ética e política. Conforme destaca Tuchman (1978), a objetividade jornalística muitas vezes opera como um ritual estratégico: ao apresentar os eventos de forma pretensamente factual, os veículos de comunicação ocultam os vieses ideológicos embutidos em suas escolhas editoriais. No caso das matérias analisadas, essa objetividade estratégica permitiu que declarações com potencial antidemocrático fossem enquadradas sob uma ótica de liderança forte e renovadora, sem tensionamento crítico que alertasse o leitor para os riscos democráticos implicados.

Já a categoria inversão da lógica da responsabilização se expressa de forma particularmente contundente nas matérias do UOL publicadas em 21 e 22 de outubro de 2018, nas quais a frase “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria” é reproduzida sem qualquer contextualização histórica, jurídica ou ética. As reportagens aparecem em diferentes editoriais – Economia, Internacional e Eleições – o que amplia o alcance da reverberação simbólica. Em nenhuma dessas versões se observa a inclusão de vozes críticas, especialistas ou instituições democráticas que problematizem o teor da ameaça proferida. Essa ausência remete diretamente ao conceito de esfera pública deliberativa elaborado por Habermas (1984), segundo o qual o espaço público só cumpre sua função democrática quando oferece condições comunicacionais que permitam a formação racional da opinião pública. Aqui, contudo, a imprensa abdicou de sua função mediadora e deslocou para o público a tarefa de julgar a gravidade dos enunciados, como se bastasse “mostrar os fatos” para cumprir seu papel democrático.

Esse fenômeno é ainda mais evidente na matéria publicada pela Exame em 3 de setembro de 2018 sob o título “‘Vamos fuzilar a petralhada’, diz Bolsonaro em campanha no Acre”. A reportagem reproduz a fala com destaque, acrescentando apenas um breve esclarecimento da assessoria do candidato de que se tratava de uma “brincadeira”. Entretanto, em vez de tensionar criticamente a explicação ou convocar especialistas para interpretar o caráter ameaçador da frase, a matéria opta por manter o tom descritivo, minimizando o impacto da declaração e reforçando a naturalização simbólica do discurso de ódio. Esse padrão se repete na cobertura do portal Extra, que, na matéria “Campanha confirma vídeo em que Bolsonaro fala em ‘fuzilar a petralhada do Acre’ – foi brincadeira” (03/09/2018), adota uma estratégia

semelhante: a ameaça é reportada como uma piada, sem problematização ou contextualização que pudesse dimensionar seus impactos sobre a democracia.

A partir desses resultados, observa-se a materialização do que McChesney (2013) caracteriza como a lógica mercadológica do jornalismo contemporâneo: conteúdos polêmicos e sensacionalistas são tratados como “ativos” midiáticos, capazes de gerar cliques e audiência, mesmo que, para isso, comprometam os princípios éticos fundamentais da profissão. A investigação mostra que esse modelo de cobertura não é episódico, mas estruturante: as matérias analisadas revelam um padrão de reprodução acrítica que amplia a circulação de discursos violentos sem o necessário contraponto deliberativo.

Dessa forma, os resultados empíricos desta pesquisa confirmam que a imprensa analisada não apenas falhou em tensionar criticamente os discursos de ódio, mas operou como um agente coadjuvante da legitimação simbólica do autoritarismo. Ao reforçar positivamente a imagem de Jair Bolsonaro e inverter a lógica da responsabilização, as reportagens produziram um efeito discursivo que suavizou ou ocultou o caráter antidemocrático das declarações analisadas, contribuindo, assim, para a reconfiguração simbólica da esfera pública brasileira. Como bem observam Signates e Moraes (2019a), essa atuação midiática compromete a cidadania comunicacional ao silenciar a crítica e transformar o jornalismo em espaço de legitimação simbólica do poder.

A análise realizada neste capítulo, a partir da técnica de Análise de Conteúdo aplicada a matérias jornalísticas que repercutiram falas de ódio proferidas por Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018, permite afirmar com base empírica que o jornalismo brasileiro, em importantes segmentos, operou como vetor de legitimação simbólica do autoritarismo.

As oito categorias emergentes da análise (reforço positivo da imagem, inversão da lógica da responsabilização, falsa simetria, silenciamento de vozes dissonantes, reforço da polarização e da guerra cultural, retórica do inimigo, minimização das falas de ódio e ressignificação da democracia como ameaça) não são fenômenos isolados ou acidentais. Elas formam uma malha discursiva estruturada que atua para neutralizar criticamente o discurso de ódio, despolitizar o conflito social e converter o autoritarismo em produto simbólico palatável ao público.

À luz da teoria dos campos de Pierre Bourdieu (1997), é possível compreender o jornalismo não apenas como transmissor de fatos, mas como agente produtor de realidade social, investido de poder simbólico para legitimar determinados discursos e atores. Quando veículos reforçam positivamente a imagem de Bolsonaro, mesmo diante de declarações

frontalmente antidemocráticas, estão operando movimentos de consagração simbólica que ampliam seu capital político e deslocam os limites do aceitável no espaço público.

Essa lógica de consagração encontra respaldo naquilo que Tuchman (1972) chama de “objetividade estratégica”, uma prática profissional que simula neutralidade enquanto reproduz valores e interesses dominantes. A falsa simetria, por exemplo, mostra como o jornalismo, ao tratar posições assimétricas como se fossem equivalentes, acaba por apagar a gravidade das violações democráticas, como alertam Schudson (2001) e Signates (2011).

Do ponto de vista da esfera pública habermasiana (Habermas, 1984), a função do jornalismo seria promover o debate racional entre cidadãos, mediando o conflito social com base em critérios éticos e deliberativos. No entanto, o que a pesquisa revela é uma prática sistemática de desresponsabilização editorial, na qual falas violentas são tratadas como “declarações polêmicas” e os sujeitos atingidos são sistematicamente silenciados. Essa omissão compromete o próprio ideal de deliberação democrática e favorece a consolidação de narrativas autoritárias.

Os aportes de McChesney (2013) reforçam a dimensão estrutural dessa crise, ao apontar que a lógica mercadológica que domina os meios de comunicação enfraquece sua autonomia crítica. O discurso de ódio, nesse contexto, transforma-se em ativo simbólico valioso, pois engaja, mobiliza afetos extremos e gera rentabilidade em plataformas digitais. O jornalismo, ao ceder a essa lógica, aproxima-se do que Stuart Hall (2003) descreve como aparato hegemônico, produtor de consensos culturais que mascaram relações de dominação sob o disfarce da normalidade midiática.

Tal hegemonia se expressa, entre outras formas, pela resignificação da democracia como ameaça. Bolsonaro não apenas disputa eleições, ele reconfigura os marcos discursivos da política ao associar instituições democráticas à desordem, ao fracasso moral e à suposta ameaça comunista. A pesquisa evidencia que, ao repercutir essas declarações sem o devido tensionamento, parte da imprensa contribuiu para o esvaziamento do sentido público da democracia que, nesse processo, perde sua força ética e é reencenada como um entrave à “liberdade” e à “vontade popular”.

Por fim, a cidadania comunicacional formulada por Luiz Signates e Ângela Moraes (2019a) permite compreender que a comunicação é o lugar em que a cidadania se realiza. Quando o jornalismo silencia vozes dissonantes, não escuta os sujeitos atingidos ou minimiza discursos de ódio, ele não apenas informa mal, ele nega cidadania simbólica a amplos setores da sociedade, reforçando hierarquias históricas de exclusão. Como alerta Jessé Souza (2003),

essa exclusão não é apenas econômica, mas também simbólica e comunicacional: ela desumaniza, inferioriza e retira dos sujeitos sua condição política.

As categorias analisadas revelam que o jornalismo, em contextos de instabilidade democrática, pode operar tanto como barreira crítica contra o autoritarismo quanto como canal de sua expansão simbólica. No caso investigado, os dados indicam que predominou a segunda via. A (i) responsabilidade ética da imprensa, nesse cenário, é profunda: ao invés de apenas relatar a realidade, ela a estrutura; ao invés de apenas transmitir o poder, ela o molda; ao invés de apenas espelhar a sociedade, ela a interpreta — e, nesse ato, pode tanto iluminá-la quanto obscurecê-la.

Portanto, o presente capítulo conclui que a atuação jornalística durante a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, ao reverberar discursos de ódio sem a devida mediação crítica, não apenas falhou como instrumento de proteção democrática, mas participou ativamente da reconfiguração simbólica da política brasileira, legitimando valores excludentes, violentos e autoritários sob o verniz da imparcialidade. Esse diagnóstico demanda, assim, uma revisão profunda dos compromissos éticos, políticos e comunicacionais da imprensa, especialmente em tempos de crise — quando sua função pública se torna não apenas necessária, mas vital para a sobrevivência do próprio regime democrático.

A terceira categoria analítica identificada nesta dissertação, falsa simetria, revela um mecanismo discursivo que, embora aparentemente inspirado pela busca jornalística por equilíbrio e imparcialidade, acaba por obscurecer as assimetrias éticas e políticas fundamentais que estruturam o campo democrático. Conforme Michael Schudson (2008) e Pierre Bourdieu (1997) alertam, a neutralidade jornalística, quando aplicada de modo mecânico e descontextualizado, não só falha em capturar a gravidade dos discursos analisados, como também contribui para a legitimação simbólica de práticas autoritárias.

Os resultados empíricos analisados evidenciam esse fenômeno de forma clara. Na matéria publicada pelo UOL em 22 de outubro de 2018, intitulada “FHC critica fala de Bolsonaro sobre pedir exílio ou prisão a opositores”, observa-se a tentativa de colocar em pé de igualdade dois discursos radicalmente distintos: de um lado, a ameaça explícita de Bolsonaro, que defendia a retirada forçada de opositores do país; de outro, a resposta de Fernando Henrique Cardoso, que rechaçava tal prática como antidemocrática. No entanto, a estrutura da matéria coloca ambas as posições sob o rótulo de “polêmica”, sugerindo ao leitor que se trata apenas de mais um episódio de divergência política rotineira. Essa postura editorial obscurece o fato de que, enquanto a fala de FHC se insere no marco normativo da defesa da democracia, a de

Bolsonaro viola diretamente os princípios constitucionais, tratando a oposição como inimiga a ser eliminada.

A mesma estratégia pode ser identificada na cobertura do portal Metrôpoles em outubro de 2018, em que a fala de Bolsonaro sobre “fuzilar a petralhada” foi enquadrada ao lado de críticas feitas por parlamentares e representantes de movimentos sociais. Entretanto, o recurso à equidistância textual – rotulando todas as declarações como “posições divergentes” – neutraliza a gravidade do discurso de ódio e reforça o que Stuart Hall (2003) chama de “teatro das aparências”, no qual a mídia simula pluralismo, mas oculta as relações assimétricas de poder.

A estratégia da falsa simetria, longe de ser mero deslize editorial, integra aquilo que Schudson (2001) conceituou como o “ritual de objetividade”. Esse ritual, especialmente em contextos polarizados como o da eleição de 2018, se converte em um instrumento de ocultamento das violências simbólicas: ao tratar como equivalentes posições que não têm o mesmo peso ético ou jurídico, o jornalismo abdica de seu papel de mediador crítico e transforma o debate público em um espaço onde até mesmo ataques à democracia são apresentados como simples “opiniões controversas”. Essa estratégia reforça a invisibilização da violência política e dilui a percepção pública sobre as ameaças reais à ordem democrática.

Paralelamente, a categoria silenciamento de vozes dissonantes aprofunda ainda mais esse diagnóstico. A análise das matérias revela uma tendência sistemática de invisibilizar as reações das minorias diretamente atacadas pelas falas de Jair Bolsonaro. Por exemplo, na reportagem publicada pelo UOL em 22 de outubro de 2018, que destacou a promessa de Bolsonaro de realizar uma “limpeza nunca vista” no Brasil, nota-se a ausência de qualquer posicionamento de organizações de direitos humanos, movimentos sociais ou grupos minoritários diretamente impactados por tal discurso. A matéria se limita a reproduzir a fala do candidato, não buscando – ou deliberadamente omitindo – a voz dos atingidos, como coletivos LGBTQIA+, povos indígenas ou organizações feministas.

Essa prática não é acidental. Como enfatizam Signates e Moraes (2019a), a cidadania comunicacional depende do reconhecimento simbólico: é preciso que todas as vozes, especialmente as mais vulnerabilizadas, tenham espaço para expressar suas experiências e resistências. Ao negligenciar essa pluralidade, o jornalismo reforça aquilo que Jessé Souza (2003) denominou “subcidadania”: uma condição em que determinados grupos são sistematicamente excluídos não só de direitos materiais, mas também do direito fundamental à palavra pública. No caso analisado, o silêncio da mídia sobre as reações das vítimas dos

discursos de ódio demonstra uma ruptura ética grave, que nega a esses grupos a possibilidade de inscrever sua própria narrativa na esfera pública.

O relatório desta dissertação aponta, por exemplo, que mesmo quando as matérias tratavam diretamente de ataques misóginos, racistas ou LGBTQIA+fóbicos, como no caso da cobertura das ameaças de “limpeza ideológica” e “fuzilamento” de opositores, não houve, em nenhum momento, busca ativa por declarações de representantes dessas populações. Essa ausência cristaliza a ideia de que apenas certas vozes – geralmente as do poder institucionalizado ou de figuras públicas reconhecidas – são dignas de serem ouvidas e reconhecidas como interlocutores legítimos. A escolha editorial por privilegiar Bolsonaro e, em menor medida, algumas figuras da elite política (como Fernando Henrique Cardoso), enquanto silencia a base social atingida, perpetua o monopólio discursivo e consolida a exclusão simbólica.

As escolhas visuais reforçam esse diagnóstico. As reportagens examinadas quase sempre trazem imagens de Jair Bolsonaro em ambientes favoráveis – cercado por apoiadores, sorridente, em eventos religiosos ou cívicos –, enquanto não há registros visuais de manifestações contrárias ou de reações públicas de repúdio. Essa assimetria iconográfica não só empobrece a qualidade da informação, mas molda de maneira seletiva a percepção pública sobre o impacto das falas autoritárias, criando uma estética midiática que privilegia a figura do líder forte e minimiza as consequências sociais de seus discursos (Bourdieu, 1997; Hall, 2003).

Assim, os resultados empíricos analisados nesta pesquisa deixam evidente que o jornalismo, ao excluir sistematicamente as vozes dissonantes e optar pela homogeneização discursiva, não apenas falha em sua missão ética e democrática, mas também atua como coautor simbólico na legitimação do autoritarismo. Esse silenciamento estratégico, embora distinto da censura explícita, constitui uma forma potente de violência simbólica, pois priva os grupos atingidos da possibilidade de se apresentarem publicamente e influenciarem o debate coletivo.

A categoria reforço da polarização e da retórica da guerra cultural emerge, nos resultados empíricos desta pesquisa, como um dos dispositivos mais eficazes na consolidação simbólica do autoritarismo. A análise das reportagens demonstra que, ao reproduzir sem tensionamento crítico os enunciados que opunham “cidadãos de bem” a “inimigos da pátria”, “patriotas” a “comunistas” e “famílias tradicionais” a supostas ameaças morais (como a “ideologia de gênero”), a grande mídia não apenas reverberou esses discursos, mas também os legitimou como representações legítimas da disputa política (Hall, 2003; Sunstein, 2018).

Nas matérias analisadas, observa-se esse fenômeno de modo exemplar na cobertura da promessa de Jair Bolsonaro de “banir os marginais vermelhos” (UOL, 21 e 22/10/2018). Ao

eleger expressões como “faxina ideológica”, “banimento” e “limpeza nunca vista” para as manchetes e títulos das reportagens, os veículos reforçaram a narrativa de que a disputa eleitoral não era apenas política, mas uma verdadeira guerra cultural entre o bem e o mal. A ausência de tensionamento crítico e de contextualização histórica sobre a gravidade dessas declarações – que evocam regimes totalitários e práticas persecutórias – reforça aquilo que Hall (2003) denomina como luta hegemônica: uma disputa simbólica pelo controle do sentido social, na qual a mídia frequentemente atua como palco e agente coadjuvante.

Essa lógica se torna ainda mais evidente na cobertura do portal Metrôpoles e do Extra, em que as falas de Bolsonaro sobre “fuzilar a petralhada” e realizar uma “faxina nunca vista” são apresentadas como parte de uma estratégia eleitoral enérgica, sem que haja qualquer chamada à reflexão crítica sobre os perigos dessa retórica. Ao não problematizar essas falas, a imprensa deixa de questionar a premissa fundamental do discurso bolsonarista – a ideia de que a política é uma arena de guerra existencial – e, assim, contribui para reforçar a dicotomização da esfera pública em termos morais absolutistas.

Além disso, a cobertura reiterada e sem contraponto desses discursos colabora para a amplificação da radicalização política. Conforme Sunstein (2018) alerta, ambientes midiáticos polarizados alimentam bolhas informacionais e dinâmicas de radicalização emocional, o que restringe o debate público e impede a construção de consensos democráticos. Os resultados empíricos aqui analisados confirmam esse diagnóstico: matérias como “‘Essa pátria é nossa’, diz Bolsonaro em live com milhares de espectadores” (G1, 21/10/2018) e “Bolsonaro ameaça opositores com promessa de banir do Brasil ‘marginais vermelhos’” (UOL, 22/10/2018) não só reforçam a narrativa de polarização, como também a naturalizam, apresentando-a como inerente ao processo eleitoral.

A categoria minimização de falas de ódio também desempenha papel crucial nesse processo. Os resultados demonstram que, mesmo quando as falas de Bolsonaro claramente ultrapassavam os limites do debate democrático, a imprensa frequentemente optava por suavizar ou relativizar seus impactos. Esse fenômeno pode ser observado na cobertura do portal Extra (“Campanha confirma vídeo em que Bolsonaro fala em ‘fuzilar a petralhada do Acre’ – foi brincadeira”, 03/09/2018) e na matéria do G1 (“STF dá a Bolsonaro 10 dias para explicar declaração sobre ‘fuzilar a petralhada’”, 06/09/2018), em que a ameaça explícita foi apresentada como uma “brincadeira” ou como mera “figura de linguagem”, sem que fossem convocados especialistas em direitos humanos ou juristas que pudessem dimensionar a gravidade da declaração.

Esse padrão de minimização, conforme analisado à luz de Tuchman (1978) e Signates (2019a), revela-se não como um erro pontual, mas como parte de uma lógica editorial que privilegia a neutralidade aparente e a viralização de conteúdos polêmicos, mesmo à custa da função ética do jornalismo. Ao reduzir falas carregadas de ódio a “declarações controversas” ou “polêmicas”, a imprensa dilui sua força simbólica e enfraquece a resistência pública contra tais discursos, colaborando, ainda que indiretamente, para sua normalização.

Nas matérias examinadas, observa-se também que expressões violentas como “limpeza nunca vista”, “banir marginais vermelhos” e “fuzilar a petralhada” foram replicadas *ipsis litteris* em diferentes editoriais (UOL Economia, UOL Internacional e UOL Eleições), amplificando seu alcance e impacto, mas sem qualquer esforço editorial para situá-las no contexto de ameaças à ordem democrática. Esse movimento contradiz diretamente os princípios éticos estabelecidos pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ), que orienta a prática jornalística pelo compromisso com a verdade, a defesa dos direitos humanos e a promoção do interesse público.

Por fim, a categoria ressignificação da democracia como ameaça revela a dimensão mais profunda e insidiosa desse processo. Nos resultados empíricos, percebe-se que a cobertura midiática, ao reproduzir sem contestação as falas de Bolsonaro que atacavam instituições democráticas – como o Congresso Nacional e a imprensa –, acabou por contribuir para a construção simbólica da ideia de que a democracia representativa seria, em si, um obstáculo ao “verdadeiro progresso” do país. Esse fenômeno é particularmente visível nas matérias que destacam a retórica antipolítica do candidato, como em “Bolsonaro agradece apoio e promete ‘limpeza nunca vista’ no Brasil” (UOL, 22/10/2018), nas quais a democracia é implícita ou explicitamente associada à corrupção, à ineficiência e à ameaça à “pátria”.

Essa ressignificação simbólica corresponde ao que Hall (2003) chama de “reconfiguração ideológica”, em que os sentidos atribuídos a conceitos centrais do debate público são deslocados para servir a novos projetos hegemônicos. No caso analisado, a democracia, tradicionalmente associada à defesa dos direitos fundamentais e à pluralidade, passa a ser apresentada como um entrave que precisa ser superado em nome da segurança e da moralidade pública. A imprensa, ao não tensionar criticamente essa narrativa, torna-se partícipe na difusão dessa ressignificação perigosa, contribuindo para corroer os alicerces simbólicos que sustentam o pacto democrático.

A ressignificação da democracia como ameaça, identificada nos resultados empíricos desta pesquisa, evidencia uma estratégia discursiva que atua em várias camadas: textual, imagética e simbólica. Conforme demonstrado nas matérias analisadas, a constante associação

entre democracia e corrupção, pluralismo e desordem, liberdade de expressão e “ameaça à pátria” constrói um imaginário coletivo em que os valores democráticos são paulatinamente deslegitimados. Essa lógica se observa, por exemplo, na cobertura do UOL e do G1 durante a reta final da campanha eleitoral de 2018, em que Bolsonaro, ao prometer “uma faxina ideológica” e “a limpeza nunca vista” no país, não só reafirma seu desprezo pelas instituições democráticas, como também propõe explicitamente uma ruptura simbólica com a ordem democrática vigente.

A ausência de contrapontos críticos que pudessem tensionar essas falas — seja por meio de entrevistas com constitucionalistas, representantes de movimentos sociais ou intelectuais públicos — reforça a tese de que o jornalismo, ao abdicar de sua função deliberativa, colabora para a reconstrução simbólica da democracia como algo ameaçador. Esse movimento conecta-se ao que Hall (2003) e Mouffe (2000) definem como “hegemonia discursiva”: uma disputa contínua pelos sentidos da política e da cidadania, na qual os veículos midiáticos desempenham papel crucial, seja como espaços de resistência, seja como vetores de legitimação simbólica do autoritarismo.

Além das ausências no campo textual, observa-se que as escolhas visuais presentes nas reportagens também reforçam essa lógica. As matérias analisadas, como destacado ao longo desta dissertação, reiteram imagens de Jair Bolsonaro cercado por bandeiras nacionais, com forte apelo patriótico e religioso, ao passo que não apresentam registros visuais de protestos, atos contrários ou representações das populações vulneráveis atingidas. Essa estética editorial aprofunda a desconstrução simbólica da democracia pluralista, oferecendo ao público uma versão unilateral e heroificada do candidato e ocultando os múltiplos sujeitos sociais que resistem a essa narrativa autoritária.

Portanto, os resultados empíricos demonstram que a resignificação da democracia como ameaça não ocorre de maneira isolada, mas como parte de um sistema discursivo mais amplo, no qual todas as categorias analisadas nesta pesquisa — reforço positivo da imagem, inversão da lógica da responsabilização, falsa simetria, silenciamento de vozes dissonantes, reforço da polarização, retórica do inimigo e minimização de falas de ódio — operam de modo interdependente, construindo uma engrenagem de legitimação simbólica do autoritarismo no espaço público brasileiro.

A análise crítica desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu identificar, de forma robusta e fundamentada, que o jornalismo brasileiro, no contexto da campanha presidencial de 2018, desempenhou um papel decisivo na reverberação e legitimação simbólica dos discursos autoritários proferidos por Jair Bolsonaro. Longe de se restringir a eventuais falhas editoriais

ou a omissões pontuais, os resultados empíricos demonstram a existência de um padrão sistemático de reprodução acrítica, sustentado por engrenagens discursivas complexas e sofisticadas.

As oito categorias analíticas mapeadas — reforço positivo da imagem, inversão da lógica da responsabilização, falsa simetria, silenciamento de vozes dissonantes, reforço da polarização, retórica do inimigo, minimização de falas de ódio e ressignificação da democracia como ameaça — revelam que o jornalismo, ao privilegiar a estética da neutralidade, incorreu em práticas que reforçaram a violência simbólica e enfraqueceram os pilares da esfera pública democrática. Em todas essas categorias, as matérias analisadas demonstram que as escolhas editoriais, sejam elas textuais, imagéticas ou de enquadramento, contribuíram para a naturalização de discursos autoritários e para a consolidação de uma retórica política pautada na exclusão e na hostilidade.

Do ponto de vista teórico, os resultados confirmam as hipóteses sustentadas por autores como Bourdieu (1997), Tuchman (1978), Hall (2003), Habermas (1984), Sunstein (2018) e Signates (2011; 2019a), que destacam a mídia como um campo atravessado por disputas simbólicas e interesses ideológicos. A reverberação acrítica identificada neste estudo exemplifica, de maneira paradigmática, o processo pelo qual o jornalismo pode deixar de ser mediador crítico e se tornar coadjuvante na legitimação de projetos autoritários.

Esse diagnóstico, contudo, não pretende generalizar ou demonizar a prática jornalística como um todo, mas sim evidenciar seus limites, contradições e desafios em contextos de crise institucional e radicalização política. A pesquisa reafirma, assim, a necessidade urgente de um jornalismo ético, comprometido com a defesa intransigente dos direitos humanos, da pluralidade e da democracia substantiva.

Por fim, esta dissertação contribui para o debate acadêmico ao oferecer um modelo analítico robusto que pode ser aplicado a outros contextos empíricos, ampliando a compreensão crítica sobre os mecanismos simbólicos que atravessam a relação entre mídia, política, cidadania e democracia. Em tempos de intensificação da retórica autoritária e de ameaça às conquistas democráticas, a análise aqui desenvolvida serve como alerta e convite: é preciso tensionar permanentemente o papel da imprensa na sociedade contemporânea e reafirmar seu compromisso com a cidadania comunicacional e com a construção de um espaço público verdadeiramente inclusivo e deliberativo.

CAPÍTULO 5

ENTRE O PERCURSO E O LEGADO: SÍNTESE CRÍTICA DA REVERBERAÇÃO JORNALÍSTICA DO ÓDIO

Esta dissertação, inicialmente intitulada “A irresponsabilidade social do jornalismo: reverberação acrítica do discurso de ódio de Jair Bolsonaro”, investigou, com base na teoria da comunicação, como o jornalismo brasileiro contribuiu para a legitimação simbólica de discursos autoritários no contexto eleitoral de 2018. O estudo partiu da hipótese de que, ao invés de tensionar eticamente as falas de ódio proferidas por Bolsonaro, a grande mídia operou como uma engrenagem de reverberação acrítica, ampliando e normalizando tais discursos no espaço público.

Ao longo de quatro capítulos, buscou-se mapear e analisar criticamente os mecanismos midiáticos de reprodução desses enunciados, utilizando como referencial teórico autores como Pierre Bourdieu, Jürgen Habermas, Stuart Hall, Gaye Tuchman, Luiz Signates, entre outros. A articulação entre teoria e empiria permitiu fundamentar a análise de modo denso e rigoroso, consolidando uma contribuição original para os estudos de comunicação política e jornalismo.

No Capítulo 1, foi realizada uma contextualização histórica e política da ascensão de Jair Bolsonaro, destacando os fatores estruturais e conjunturais que possibilitaram sua emergência como liderança nacional. A análise de sua trajetória política, desde os anos iniciais na carreira militar até sua eleição presidencial, demonstrou como a retórica antipetista, a crise institucional e econômica, e a adesão a estratégias de comunicação digital foram decisivas para consolidar sua base de apoio. Esse capítulo também apresentou as teorizações sobre eleições críticas, jornalismo como instituição e os ataques à mídia como parte essencial da estratégia bolsonarista de deslegitimação das instituições democráticas.

O Capítulo 2 aprofundou o arcabouço teórico, discutindo conceitos-chave como cidadania comunicacional, jornalismo político, pressões estruturais sobre a mídia e o fenômeno da reverberação acrítica. Essa seção demonstrou como o jornalismo, sob o pretexto de neutralidade e objetividade, pode se converter em agente coadjuvante da legitimação de discursos autoritários, sobretudo quando se submete às dinâmicas mercadológicas e à dependência de fontes institucionais. A análise sobre redes sociais e convergência midiática destacou ainda como a lógica algorítmica contemporânea reforça a polarização e amplia a vulnerabilidade democrática.

O Capítulo 3 detalhou o percurso metodológico adotado, explicitando o delineamento do *corpus* – composto por matérias publicadas em veículos como UOL, G1, Folha de S. Paulo,

Metrópoles, Extra, entre outros – e as estratégias de categorização e análise de conteúdo. Foram definidas oito categorias analíticas centrais (Resultado da Pesquisa): (1) reforço positivo da imagem, (2) inversão da lógica da responsabilização, (3) falsa simetria, (4) silenciamento de vozes dissonantes, (5) reforço da polarização, (6) retórica do inimigo, (7) minimização de falas de ódio e (8) ressignificação da democracia como ameaça. A metodologia foi pensada para permitir uma leitura crítica e articulada entre teoria e dados empíricos, revelando padrões estruturais na cobertura jornalística.

Por fim, o Capítulo 4 apresentou os resultados empíricos, evidenciando que o jornalismo brasileiro, ao cobrir as falas de ódio de Jair Bolsonaro, reiterou padrões preocupantes de reverberação acrítica. As matérias analisadas demonstraram que a mídia reforçou positivamente a imagem do candidato, minimizou a gravidade de suas declarações e silenciou as vozes das populações atingidas, como movimentos LGBTQIA+, indígenas, mulheres e minorias políticas. Em casos como a promessa de “fuzilar a petralhada” e as ameaças de “banimento dos marginais vermelhos”, observou-se uma reprodução jornalística que privilegiava a viralização e a espetacularização em detrimento da crítica substantiva.

As análises também revelaram que a imprensa utilizou estratégias de falsa simetria – equiparando falas autoritárias a críticas democráticas – e que contribuiu para a amplificação da retórica da guerra cultural, apresentando o embate político como uma dicotomia moral absoluta entre “cidadãos de bem” e “inimigos da pátria”. Essas práticas, conforme demonstrado teoricamente, não apenas fragilizam a função ética do jornalismo, mas também corroem os alicerces da esfera pública deliberativa, permitindo a ascensão e a consolidação de projetos autoritários.

Este percurso investigativo revelou um quadro alarmante: a grande mídia brasileira, ao invés de atuar como mediadora crítica e defensora da cidadania comunicacional, tornou-se, consciente ou inconscientemente, corresponsável pela legitimação simbólica do autoritarismo. Essa constatação confirma a hipótese inicial da pesquisa e exige reflexões profundas sobre a ética jornalística, a formação profissional e as políticas públicas de comunicação no Brasil contemporâneo.

Os resultados obtidos nesta dissertação evidenciam, de forma inapelável, que o jornalismo brasileiro desempenhou um papel central na legitimação simbólica do discurso de ódio durante a campanha eleitoral de 2018, materializando aquilo que esta pesquisa define como reverberação acrítica. A análise empírica conduzida, sustentada por uma densa fundamentação teórica, permite afirmar que a imprensa, ao priorizar estratégias editoriais pautadas na

espetacularização, na neutralidade ritualizada e na lógica mercadológica, contribuiu para o fortalecimento da retórica autoritária e para a corrosão da esfera pública democrática.

As categorias analíticas desenvolvidas – reforço positivo da imagem, inversão da lógica da responsabilização, falsa simetria, silenciamento de vozes dissonantes, reforço da polarização, retórica do inimigo, minimização de falas de ódio e ressignificação da democracia como ameaça – atuam como elementos constitutivos de uma engrenagem discursiva complexa. Essa engrenagem não apenas viabilizou a disseminação dos discursos de ódio de Jair Bolsonaro, mas também consolidou, na percepção pública, a ideia de que esses discursos seriam parte legítima do debate político, quando, na realidade, violavam princípios fundamentais dos direitos humanos e da ordem democrática.

A investigação revela que essa dinâmica não pode ser atribuída exclusivamente às práticas editoriais de determinados veículos ou à conjuntura específica das eleições de 2018. Trata-se, antes, de uma manifestação mais profunda da fragilidade ética e institucional do jornalismo brasileiro, que, como advertido por Bourdieu (1997) e Signates (2019), está preso a uma lógica de dependência estrutural: dependência de fontes institucionais, dependência mercadológica e dependência de formatos narrativos que privilegiam o conflito superficial em detrimento da análise substantiva.

Essa constatação exige uma reflexão crítica sobre os próprios fundamentos do jornalismo enquanto instituição social. Ao longo desta dissertação, argumentou-se – com apoio de teóricos como Habermas (1984), Hall (2003) e McChesney (2013) – que o jornalismo ocupa, idealmente, um lugar estratégico na sustentação da democracia deliberativa. No entanto, quando suas práticas se descolam desse compromisso ético e se tornam meros rituais de objetividade vazia, ele deixa de funcionar como mediador crítico e se converte em agente coadjuvante das dinâmicas autoritárias que busca (ou deveria buscar) denunciar.

A eleição presidencial de 2018, nesse sentido, não foi apenas um episódio isolado de falha jornalística, mas o sintoma de uma crise mais ampla do jornalismo político no Brasil. Crise que se manifesta na incapacidade de lidar com discursos violentos, na dificuldade de tensionar criticamente narrativas hegemônicas e na resistência em incorporar, de modo efetivo, a diversidade de vozes que compõem a sociedade brasileira. A cidadania comunicacional – entendida como o direito de todos os sujeitos sociais à palavra pública e ao reconhecimento simbólico – permanece, assim, uma promessa não cumprida pela grande mídia.

Esta pesquisa, ao iluminar os mecanismos discursivos de legitimação simbólica do autoritarismo, não pretende apenas descrever um fenômeno, mas também lançar um alerta: o jornalismo, se quiser manter sua relevância democrática, precisa romper com a lógica da

neutralidade ritualizada e assumir um compromisso intransigente com a ética, a pluralidade e a justiça social. Como sublinha Stuart Hall (2003), a luta pela hegemonia simbólica é permanente, e o jornalismo não pode se furtar a essa disputa se quiser permanecer como instituição relevante e legitimada.

É nesse horizonte crítico que esta dissertação aponta para um possível título definitivo: “Entre a notícia e o ódio: jornalismo, reverberação acrítica e a legitimação simbólica do autoritarismo no Brasil”. Esse título sintetiza a principal conclusão do estudo, enfatizando a tensão estrutural entre o jornalismo como prática democrática e o jornalismo como reprodutor acrítico de discursos violentos, que acabam por corroer os próprios fundamentos da democracia.

Embora esta dissertação tenha conseguido mapear e analisar, de modo aprofundado, a reverberação acrítica do discurso de ódio na grande mídia brasileira durante a eleição presidencial de 2018, é necessário reconhecer que algumas dimensões do fenômeno permaneceram fora do escopo ou foram apenas tangencialmente abordadas, abrindo espaço para futuras investigações acadêmicas.

Em primeiro lugar, a pesquisa centrou-se especificamente na cobertura jornalística *online* de grandes veículos de comunicação durante um período eleitoral delimitado. Essa escolha metodológica, embora justificada pelo foco e pela viabilidade da análise, deixa de lado a investigação sobre como outras plataformas midiáticas – especialmente as redes sociais e as mídias alternativas – operaram na mesma conjuntura. A relação dialógica entre a mídia tradicional e as novas mídias, mediada por algoritmos e bolhas informacionais, é um tema que merece aprofundamento, sobretudo para compreender como os discursos de ódio circularam, se transformaram e se potencializaram entre diferentes ecossistemas comunicativos. Futuras pesquisas podem, por exemplo, explorar como plataformas como *Facebook*, *WhatsApp* e *Telegram* contribuíram para a viralização desses discursos e quais foram os impactos combinados entre mídia tradicional e mídia digital.

Outro aspecto não suficientemente explorado diz respeito à recepção das mensagens jornalísticas pelo público. Esta dissertação concentrou-se na produção e na disseminação das falas autoritárias, mas não investigou como essas mensagens foram decodificadas pelos leitores e espectadores. Pesquisas baseadas em entrevistas, grupos focais ou análise etnográfica poderiam oferecer uma perspectiva mais aprofundada sobre os efeitos simbólicos e cognitivos dessa cobertura jornalística, iluminando questões sobre percepção de legitimidade, adesão ao discurso de ódio e impacto na cultura política popular.

Além disso, embora a dissertação tenha dado ênfase à análise textual e iconográfica das matérias, não se aprofundou na dimensão organizacional e estrutural das redações

jornalísticas. Investigações futuras podem contribuir para entender melhor quais são as pressões internas (editoriais, econômicas, políticas) que influenciam as decisões de enquadramento das notícias e como os jornalistas percebem e justificam suas próprias práticas diante de discursos tão controversos. Estudos de caráter etnográfico ou entrevistas com profissionais de imprensa seriam metodologias adequadas para explorar essas dinâmicas.

Outro ponto que merece destaque é o recorte temporal. Embora a eleição de 2018 tenha sido o objeto empírico deste estudo, o fenômeno da reverberação acrílica de discursos autoritários não se limita a esse evento. Ao contrário, ele parece ter se intensificado nos anos subsequentes, especialmente durante o governo Bolsonaro, em contextos como a pandemia da COVID-19, as crises institucionais e os ataques sistemáticos às instituições democráticas. Assim, pesquisas futuras poderiam expandir o recorte temporal e comparar como esses padrões discursivos evoluíram ao longo dos anos, possibilitando análises diacrônicas mais amplas.

No plano teórico, esta dissertação concentrou-se em aportes clássicos e contemporâneos da teoria da comunicação, mas reconhece que há potencial para dialogar mais intensamente com teorias interseccionais e decoloniais. Uma lacuna identificada foi a ausência de uma análise mais profunda sobre como raça, gênero e classe interagem na construção e na disseminação dos discursos autoritários. Tais perspectivas poderiam enriquecer significativamente a compreensão sobre os impactos desiguais desses discursos na sociedade brasileira, especialmente entre populações historicamente marginalizadas.

A pesquisa também não explorou, em profundidade, os aspectos jurídicos relacionados à responsabilização da mídia e dos agentes políticos na disseminação de discursos de ódio. Um eixo promissor para futuros estudos seria a análise das implicações legais e institucionais dessas práticas, observando como os marcos regulatórios e as políticas públicas de comunicação respondem (ou falham em responder) a esses desafios.

Por fim, pensando na continuidade da carreira científica, este estudo abre caminho para uma linha de pesquisa dedicada a investigar, em profundidade, os desafios éticos e democráticos do jornalismo político em tempos de radicalização social e crise institucional. Essa linha poderia se desdobrar em investigações empíricas sobre novos casos emblemáticos, análises comparativas entre contextos nacionais e internacionais, e estudos críticos sobre políticas públicas de comunicação e regulação da mídia. Além disso, há espaço para contribuir com a formação de futuros jornalistas, articulando pesquisa e docência para desenvolver currículos mais sensíveis às questões éticas e políticas que atravessam a prática jornalística contemporânea.

A continuidade acadêmica, seja por meio do doutorado ou de parcerias interinstitucionais, permitirá consolidar esse campo de estudos e ampliar a contribuição para o fortalecimento da cidadania comunicacional no Brasil. Em um contexto global marcado por retrocessos democráticos e pela ascensão de lideranças autoritárias, o compromisso ético e crítico da pesquisa em comunicação assume um papel estratégico e insubstituível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Márcia Regina; LIMA, Angelita Pereira de. Jornalismo e democracia: os desafios da visibilidade do poder e do pluralismo de vozes. *In Democracia, comunicação e cidadania* [ebook] /organizadoras, Ângela Teixeira de Moraes, e Larissa Machado Vieira. - Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF). - Goiânia : Cegraf UFG, 2021.

AVRITZER, Leonardo. **Impeachment e crise política no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BAQUERO, Marcello. Opinião pública e pesquisas eleitorais. *In: BAQUERO, M. (org.) Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNSTEIN, Carl; WOODWARD, Bob. **All the President's Men**. New York: Simon; Schuster, 1974.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hacker, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução de Rita Lima. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech: A Politics of the Performative**. Routledge, 1997.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHADWICK, Andrew; DENNIS, James; SMITH, Amy. **Politics in the Age of Hybrid Media**. Oxford University Press, 2016.

COHEN, Bernard Cecil. **The press and foreign policy**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

COOK, TE. **A mídia jornalística como instituição política: olhando para trás e para o futuro**. Comunicação Política, 2006.

COOK, Timothy E. **Governando com as notícias: a mídia jornalística como instituição política**. 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

DAHL, Robert Alan. **Democracy and Its Critics**. Yale University Press, 1998.

ENTMAN, Robert M. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, agosto de 1993.

FERREIRA, Ricardo. **Mídia, criminalidade e estigmatização social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

FOLHA DE S. PAULO. “**Bolsonaro afirma que preferia um filho morto a um filho homossexual**”. 2002.

GALLEGO, Esther Solano. **O Ódio como Política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GANS, Herbert J. **Deciding What’s News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. Northwestern University Press, 1979.

GOMES, Aureo de Toledo. **Democracia como significante vazio: Promoção democrática na política externa dos Estados Unidos (2001-2008)**. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista**. Madrid: Taurus, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. **Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order**. Macmillan, 1978.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2002.

HOLSTI, Kalevi Jaakko. **International politics – A framework for analysis**. Nova Jersey: Prentice Hall, 1967.

HOLSTI, Ole Rudolf. **Análise de conteúdo para as ciências sociais e humanas**. Boston, MA: Addison-Wesley, 1969.

JAMBEIRO, Othon. Democracia, cidadania e tecnologias da comunicação e informação. *In: Comunicação e cidadania política*. Salvador: EDUFBA, 2017.

JENKINS, Henry. **Convergence Culture: Where Old and New Media Collide**. New York: New York University Press, 2006.

KAPLAN, R. **As notícias sobre o novo institucionalismo: a ética da objetividade do jornalismo e suas origens políticas**. Comunicação Política, n. 23, v. 2, pp. 173-185, 2006.

KEY, Valdimer Orlando. **A theory of critical elections.** Journal of Politics, v. 17, n. 1, p. 3-18, 1955.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalista*

LASSWELL, Harold Dwight. **Propaganda Technique in the World War.** Nova Iorque: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co. Ltd, 1927.

LAVAREDA, Antônio. **Emoções ocultas e estratégias eleitorais.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAVAREDA, Antônio. Neuropolítica: o papel das emoções e do inconsciente. **Revista USP**, n. 90, p. 120-147, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i90p120-147>. Acesso em: 05 jan 2025.

LOBO, João; CONCEIÇÃO, Daniel. **Ódio e fake news como estratégia política no discurso de Bolsonaro nas redes sociais digitais.** Biblioteca Digital do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2019.

MACÊDO, Luciana de Deus; MAINIERI, Tiago. Comunicação midiática: tensões e desafios entre o público e privado na sociedade democrática. **In Democracia, comunicação e cidadania** [ebook] /organizadoras, Ângela Teixeira de Moraes, e Larissa Machado Vieira. - Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF). - Goiânia : Cegraf UFG, 2021.

MCCESNEY, Robert Waterman. **The Political Economy of Media.** Monthly Review Press, 2013.

MCHESNEY, Robert Waterman. **The Political Economy of Media: Enduring Issues, Emerging Dilemmas.** Monthly Review Press, 2008.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **The agenda-setting function of mass media.** Public Opinion Quarterly, v. 36, n. 2, 1972.

McCOMBS, Maxwell E. **Building Consensus: The News Media's Agenda-Setting Roles.** Political Communication, v. 14, n. 4, p. 433-443, 1997.

MCHESNEY, Robert Waterman. **The Political Economy of Media: Enduring Issues, Emerging Dilemmas.** Monthly Review Press, 2008

MIGUEL, Luis Felipe. **Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro.** *Opinião Pública*, v. X, n. 1, p. 91-111, maio de 2004.

MIOTTO, Giovandro Barros. A invenção da notícia. *In: SILVEIRA, A. C. M. da (org.). Jornalismo além da notícia.* Santa Maria: Facos-UFSM, 2003.

MODZELESKI, Bruno; CALGARO, Cíntia. O impacto da mudança de nomes de partidos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 24, p. 89-110, 2017.

MONITOR DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL. **Análise sobre fake news nas eleições de 2018.** Universidade de São Paulo (USP), 2019.

MUDDE, Cas. **The Far Right Today**. Polity Press, 2019.

RISSE-KAPPEN, Thomas. **Public opinion, domestic structure, and foreign policy in Liberal Democracies**. *World Politics*, v. 43, n. 4, p. 479-512, julho de 1991.

SANTANA, Mayara Jordana Sousa; MORAES, Ângela Teixeira de. Interfaces entre cidadania, democracia e o ensino de jornalismo no Brasil segundo as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso. *In Democracia, comunicação e cidadania* [ebook] /organizadoras, Ângela Teixeira de Moraes, e Larissa Machado Vieira. - Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF). - Goiânia : Cegraf UFG, 2021.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, v. 49, p. 103-122, 1999.

SCHUDSON, Michael. **The Power of News**. Harvard University Press, 1998.

SEIB, Philip. **Headline diplomacy: how news coverage affects foreign policy**. Westport: Greenwood, 1996.

SEYMOUR-URE, Colin. **The press, politics and the public**. Worcester: The Trinity Press, 1968.

SIGNATES, Luiz Antônio Freitas. O poder simbólico e o conflito das liberdades: análise da situação da fala do jornalista, nas condições de institucionalização sistêmica da comunicação. *In: Mídia, Cidadania & Poder*, 2011.

SIGNATES, Luiz Antônio Freitas. **Cidadania, comunicação e esfera pública: delineamentos conceituais básicos e indicativos de pesquisa**. *In: Novos Olhares*, 2014.

SIGNATES, Luiz Antônio Freitas. Nostalgia e demonização: o senso comum do apoio ao intervencionismo militar no Brasil antes de Bolsonaro. **Revista Novos Olhares**. Vol. , nº1, 2019.

SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. A Cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. *In Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*. Organizadores, Luiz Signates, Ângela Moraes, Goiânia: Gráfica UFG, 2019.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SPARROW, Bartholomew H. **Uma agenda de pesquisa para uma mídia institucional**. *Comunicação Política*, v. 23, n. 2, p. 145-157, 2006.

SUNSTEIN, Cass Robert. **Republic: Divided democracy in the age of social media**. Princeton University Press, 2018.

TRAQUINA, Nelson. O paradigma do ‘agenda-setting’: redescoberta do poder do jornalismo. **Revista de Comunicação e Linguagens**, p. 21-22, 1995.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Eleições 2018**: justiça eleitoral conclui totalização dos votos do segundo turno. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>. Acesso em: 03 mar. 2025.

TUCHMAN, Gaye. “Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen’s Notions of Objectivity.” **American Journal of Sociology**, v. 77, n. 4, p. 660-679, jan. 1972

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder**: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making. Council of Europe, 2017.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear**: What Right-Wing Populist Discourses Mean. SAGE, 2015.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**. PublicAffairs, 2019.

ANEXO I⁴

I - Discurso de ódio político

Discurso 1: *"Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá"*

Reverberação na Exame

Link para acesso a matéria jornalística original: https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/?utm_source=chatgpt.com

Set/2018: "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre

Enquanto discursava em um carro de som, o candidato do PSL imitou um fuzilamento e disse querer "botar estes picaretas pra comer capim na Venezuela"

Janaína Ribeiro - Publicado em 3 de setembro de 2018 às 15h20.

Última atualização em 10 de julho de 2022 às 13h39.



Bolsonaro: Candidato à Presidência em campanha eleitoral imita atirar nos "petralhas" (You Tube/Reprodução)

Em campanha eleitoral na cidade de Rio Branco, no Acre, o candidato do PSL, Jair Bolsonaro, voltou a fazer gesto de arma mas, desta vez, com um tripé de câmera imitando um fuzilamento enquanto discursava em cima de um carro de som. "Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, hein? Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem de ir pra lá. Só que lá não tem nem mortadela, hein, galera. Não ter de comer é capim mesmo", disse

enquanto levantava o tripé imitando estar atirando.

Após o discurso, Bolsonaro foi ovacionado pelo público presente. Um vídeo (veja ao final da reportagem) mostrando a cena foi compartilhado por internautas. A assessoria do candidato afirmou ao Jornal Extra que o vídeo é verídico e que o ato "foi uma brincadeira como sempre".

Representação criminal

A coligação "O povo feliz de novo" (PT, PCdoB e Pros) entrou com uma representação criminal por ameaça junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o deputado federal. A coligação também ingressou com notícia crime pelos crimes de injúria eleitoral e incitação ao crime.

O documento apresentado pelo escritório Aragão e Ferraro Advogados expressa que o crime se dá também por divergência política: "Ademais, já no âmbito dos crimes previstos na Parte Especial do Código Penal, também importa ressaltar que a atitude do noticiado configura ato tipificado como crime no momento em que se

⁴ Devido a grande quantidade de propagandas, nas matérias originais, cada uma delas foi transcrita para o anexo deste estudo, mas cada uma delas possui um link para acesso a matéria jornalística original.

utiliza de gestos e palavras para, explicitamente, demonstrar o seu desejo de fuzilar um determinado segmento social, qual seja os 'petralhas'".

A coligação pediu a instauração de investigação visando a denúncia e condenação de Bolsonaro por injúria eleitoral e também a apuração de responsabilidade da Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL e PRTB) sobre o ocorrido.

Reverberação na Extra

Link para acesso a matéria jornalística original:

https://extra.globo.com/noticias/brasil/campanha-confirma-video-em-que-bolsonaro-fala-em-fuzilar-petralhada-do-acre-foi-brincadeira-23033904.html?utm_source=chatgpt.com

03/09/18 11:17

Campanha confirma vídeo em que Bolsonaro fala em 'fuzilar petralhada do Acre': 'Foi brincadeira'



Bolsonaro simula arma com tripé de câmera Foto: Reprodução/Redes Sociais

O Globo

RIO — O candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL) causou controvérsia nas redes ao simular um fuzilamento durante campanha em Rio Branco, no Acre. De cima

de um trio elétrico, enquanto discursava para apoiadores no último sábado, o político "empunhou" um tripé de câmera como arma e disparou contra seus adversários petistas. A assessoria do deputado federal destacou que o gesto "foi uma brincadeira, como sempre".

"Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá. Só que lá não tem nem mortadela. Vão ter que comer capim mesmo", ressaltou o candidato, que foi ovacionado pelo público.

O vídeo do discurso foi compartilhado nas redes sociais e motivou embates entre apoiadores e críticos do candidato. Enquanto seus eleitores ressaltaram estar claro o tom de brincadeira, parte dos internautas acusou o deputado de fazer apologia à violência. As imagens não foram publicadas nas redes do político, que exibiu seu encontro com índios e sua recepção na capital acreana.

"Esse é o candidato que usa Deus em seus discursos, defende a família e nos debates prega a união de todos os brasileiros?", questionou um internauta, ao reproduzir o vídeo.

Reverberação no G1

Link para acesso a matéria jornalística original:

https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/06/stf-da-10-dias-para-bolsonaro-explicar-declaracao-sobre-fuzilar-a-petralhada.ghtml?utm_source=chatgpt.com

ELEIÇÕES 2018

STF dá a Bolsonaro 10 dias para explicar declaração sobre 'fuzilar a petralhada'

Candidato afirmou no sábado (1º): 'Vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre!'. A Coligação do PT entrou com ação no STF, e o relator do caso, Ricardo Lewandowski, pediu a ele que explicasse a fala.

Por Mariana Oliveira, TV Globo — Brasília - 06/09/2018 16h29 Atualizado - há 6 anos



© candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro — Foto: Reprodução/GloboNews

O ministro **Ricardo Lewandowski**, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu ao candidato do PSL à Presidência, **Jair Bolsonaro**, dez dias para explicar a declaração sobre "fuzilar a petralhada".

No último sábado (1º), durante um **evento de campanha em Rio Branco (AC)**, Bolsonaro declarou: "Vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre!".

Mais cedo, nesta quinta-feira (6), o candidato afirmou em entrevista que usou "**figura de linguagem**".

Diante das declarações, a coligação do PT entrou com uma ação no STF e pediu que Bolsonaro responda por injúria eleitoral, incitação ao crime e ameaça.

No mesmo evento, o candidato do PSL segurou um tripé como se fosse uma arma.

Andamento do caso

Ricardo Lewandowski mandou notificar o candidato após a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, opinar que **Bolsonaro deve ser ouvido sobre o tema** antes de uma decisão.

No parecer, Dodge disse que não há razão para ele responder por injúria eleitoral porque o crime é específico sobre ofender alguém na propaganda.

Ainda na manifestação, ela acrescenta que o termo "petralhada" não personifica ninguém. Sobre as suspeitas de incitação ao crime e ameaça, Raquel Dodge afirmou ser preciso avaliar melhor após esclarecimentos do deputado.

ANEXO Ia

I - Discurso de ódio político

Discurso 2: “Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”

Reverberação na Folha de S. Paulo

Link para acesso a matéria jornalística original:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/10/defesa-da-democracia.shtml>

Matéria acessível apenas aos assinantes

O que a Folha Pensa

Texto não assinado que expressa a opinião da Folha

Defesa da democracia

Qual Bolsonaro pode chegar à Presidência? O que promete pacificar o país ou o que age como chefe de facção de comportamento abominável?

28.out.2018 às 2h00



O candidato Jair Bolsonaro - Ricardo Moraes/Reuters

Se confirmadas as pesquisas de intenção de voto, [Jair Messias Bolsonaro](#) será eleito hoje o 8º presidente do Brasil desde o fim da ditadura militar. Chegará ao Planalto levado por uma onda em que se misturam conservadorismo, antipetismo e um sentimento difuso contra o estado das coisas.

Contará com a [segunda maior bancada da Câmara dos Deputados](#) e o apoio de governadores simpáticos à sua causa em estados importantes. Apesar da polarização profunda do país, terá a seu favor a boa vontade dispensada aos recém-alçados ao poder.

Mas qual Bolsonaro —confirmadas as pesquisas, vale repetir— assumirá o poder?

Esperava-se que o capitão reformado fizesse bom uso das três semanas a separar o primeiro do segundo turno para apresentar suas propostas, principalmente na área econômica, moderar a retórica extremista e acenar ao grande contingente de eleitores que fizeram outra opção em [7 de outubro](#).

Seu pronunciamento inicial se mostrou auspicioso. Ao Jornal Nacional, no dia 8, declarou-se “escravo da Constituição”, [desautorizando seu vice](#), o general Hamilton Mourão, que aventava o despautério de uma nova Carta, a ser [escrita por “notáveis”](#). O candidato do PSL disse ainda que pacificaria e uniria o povo brasileiro.

O que se viu nos dias seguintes foi o oposto disso.

Amparado no atestado de sua condição médica, fruto do [ataque abjeto](#) que sofreu em Juiz de Fora, Bolsonaro [fugiu de debates](#) no segundo turno, sendo o primeiro postulante ao cargo a fazê-lo desde a redemocratização. O impedimento não o privou de dar entrevistas à imprensa mais afável, no entanto, nem de participar de eventos políticos fora de casa.

Perdeu o eleitor a chance de conhecer um pouco mais que fosse do receituário de um candidato sem nenhuma experiência administrativa e que passou boa parte da campanha recolhido.

Que rumo dará à economia nacional, se eleito? O do parlamentar com registro de votos estatizantes e corporativistas ou o do liberal recém-batizado nas águas do mercado, que promete bater continência a Paulo Guedes?

Quando falou, o que se ouviu foi o pior Bolsonaro. O antiexemplo mais acabado é o [discurso de 21 de outubro](#), domingo, feito por aparelho celular para simpatizantes. Eles se reuniam na avenida Paulista dias após [reportagem](#) da **Folha** revelar que empresários impulsionaram disparos por WhatsApp de mensagens contra o PT.

Ali, quem aparece é o nanico inconsequente, como definiu este jornal em [editorial publicado em Primeira Página](#) há um mês, mais chefe de facção que postulante à Presidência, a destilar seu ódio vil.

Seus eleitores, proclamou, são “o Brasil de verdade”. Os que não se colocarem “sob a lei de todos nós” terão de ir “para fora ou para a cadeia”. Os “marginais vermelhos” serão “banidos de nossa pátria”.

Repetindo proposição perigosa, pelo impacto que, se mal interpretada, pode gerar em organizações que dependem da ordem e do respeito às leis para funcionar, afirmou que polícias civil e militar terão “retaguarda jurídica para fazer valer a lei no lombo de vocês”.

E, mais uma vez, ameaçou este jornal. “Sem mentiras, sem fake news, sem Folha de S.Paulo”, bradou.

“Ganharemos essa guerra. Queremos a imprensa livre, mas com responsabilidade. A Folha de S.Paulo é o maior fake news do Brasil. Vocês não terão mais verba publicitária do governo. Imprensa livre, parabéns. Imprensa vendida, meus pêsames.”

No mesmo dia, veio à luz um vídeo gravado meses antes em que um de seus filhos, o deputado federal [Eduardo Bolsonaro](#) (PSL-SP), especula que para fechar o Supremo Tribunal Federal bastaria o envio de um soldado e um cabo. Menos mal que, depois disso, o presidenciável tenha enfatizado seu [respeito ao STF e ao Judiciário](#).

Retóricas ou não, sinceras ou oportunistas, as ofensas às instituições, aos direitos humanos e a liberdades fundamentais por parte do capitão reformado —e de seus acólitos do baixo clero agora elevados às luzes da ribalta— conotam comportamento abominável.

Já [Fernando Haddad](#) sai do segundo turno com um fracasso e uma possibilidade. O representante do PT, em segundo lugar nas pesquisas mas com [leve ascensão](#) nos últimos dias, [fracassou ao tentar formar uma frente pluripartidária](#) em torno de sua candidatura.

Boa parte do insucesso se deve à incapacidade quase doentia de Haddad e de seu partido de fazerem a indispensável autocrítica.

Segundo a cantilena petista, repetida também nas últimas três semanas, Dilma Rousseff sofreu um golpe, não foi vítima de seus próprios defeitos; Luiz Inácio Lula da Silva está preso injustamente, e o Judiciário condena com motivações partidárias; a política econômica iniciada nesta década naufragou pelo boicote das elites.

Confirmado o prognóstico das pesquisas, o partido tem a possibilidade de liderar a oposição. Conterá para tanto com o mandato dos votos antibolsonaristas que obtiver neste domingo (28), mais a [maior bancada na Câmara](#) e ao menos três governos estaduais.

Esta **Folha** não está em guerra com Bolsonaro, ou qualquer candidato; bate-se, sim, pela democracia. Não depende de verbas do governo para sobreviver, mas de seus leitores —seu site recebeu mais de 50 milhões de visitantes apenas em outubro— e de seus anunciantes.

Seguirá na planície do apartidarismo, do jornalismo crítico, dando abrigo a opiniões plurais. Intransigente na defesa de direitos humanos, do combate à desigualdade e da solução pacífica de conflitos.

Reverberação na BBC News Brasil

Link para acesso a matéria jornalística original:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45958673>

Eleições 2018: As propostas de Bolsonaro e Haddad para o combate à corrupção

25 outubro 2018



Fernando Haddad diz que os governos do PT foram os que mais combateram a corrupção, enquanto Jair Bolsonaro (PSL) vincula o enfrentamento à corrupção ao combate direto ao PT

Na esteira da Operação Lava-Jato, o combate à corrupção se tornou uma das mais importantes bandeiras políticas do Brasil. Virou também um dos principais propulsores da candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) - o desempenho do candidato é melhor onde o eleitor se preocupa mais com a corrupção, segundo análise do jornal O Estado de S. Paulo a partir de pesquisas do Ibope nos Estados.

O deputado costuma vincular o enfrentamento do problema ao combate ao PT, partido que teve líderes e dirigentes presos por corrupção. Em ligação de telefone transmitida para apoiadores reunidos em São Paulo, no último domingo, Bolsonaro falou que "não haverá mais lugar para corrupção" no Brasil e atacou os rivais.

"A faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão pra cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", disse, em referência ao PT e a seus apoiadores.

Já o candidato Fernando Haddad (PT) argumenta que "os governos do PT foram os que mais fortaleceram as instituições que combatem a corrupção". O petista cita como exemplo a criação da Controladoria-Geral da União e o fortalecimento da Polícia Federal. Por outro lado, Haddad admitiu erros do partido em relação à Petrobras: "Faltou controle interno nas estatais. Isso é claro. Diretores ficaram soltos para promover corrupção e enriquecer pessoalmente".

O petista promete aperfeiçoar a prevenção à corrupção, mas ressalva que essa pauta "não pode servir à criminalização da política". Em relação a Luiz Inácio Lula da Silva, Haddad considera injusto o julgamento que condenou o ex-presidente por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Ainda assim, o candidato declarou em entrevistas que não vai dar indulto a Lula caso seja eleito. Quadros do partido, como o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, chegaram a dizer que Haddad, se eleito, assinaria indulto ao ex-presidente.

Abaixo, a BBC News Brasil reúne as principais propostas e declarações de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad a respeito do combate à corrupção.

Você também pode conferir nossa página especial com todas as propostas dos candidatos a presidente que disputam o segundo turno.

Propostas para fiscalizar uso do dinheiro público



A principal proposta de Jair Bolsonaro para o combate à corrupção é reencaminhar para aprovação do Congresso o texto original das "Dez Medidas Contra a Corrupção".

O projeto é fruto de uma iniciativa popular, com propostas elaboradas pelo Ministério Público Federal. Entre as medidas estão a criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos, o aumento das penas para corrupção de altos valores, que passaria a ser considerada crime hediondo, e a criminalização do caixa 2.

O pacote foi encaminhado para a Câmara dos Deputados em 2016. Na votação, alguns de seus trechos foram suprimidos e outros foram adicionados, como a punição a magistrados e integrantes do Ministério Público por abuso de autoridade - o meio jurídico considerou o ato como uma reprimenda pelos julgamentos e condenações de políticos.

Ainda em 2016, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux atendeu a um pedido do deputado federal Eduardo Bolsonaro e determinou que a Câmara reiniciasse todo o trâmite do projeto - o que ainda não ocorreu.

Além de apoiar esse pacote de medidas, Bolsonaro diz que não vai fazer indicações políticas para cargos públicos. "Não podemos continuar com essa política que busca apoio através de distribuição de cargos, ministérios e diretorias. Esse é um dos principais focos de corrupção e ineficiência do Estado", declarou o candidato pelo Twitter.

O deputado defende ainda extinguir ministérios, entre eles o das Cidades, enviando "o dinheiro diretamente para o município". Segundo o candidato, "a medida facilita a fiscalização e o combate à corrupção de perto".

No entanto, há mais órgãos destinados à fiscalização e à divulgação de dados no nível federal do que no municipal. No Ranking da Transparência elaborado pelo Ministério Público Federal, por exemplo, a nota dos municípios é muito menor que a dos Estados.

O plano de governo de Fernando Haddad, por sua vez, fala em aperfeiçoar transparência, prevenção à corrupção e práticas regulatórias de órgãos públicos. "Enfrentar a corrupção exige combate permanente à impunidade de corruptores e corruptos e enfrentar uma cultura histórica de apropriação do público pelos interesses privados, como os governos Lula e Dilma vinham fazendo", afirma o texto.

Quando prefeito de São Paulo, Haddad também criou a Controladoria-Geral do Município, órgão que acabou desbaratando a chamada "máfia do ISS", que teria desviado mais de R\$ 500 milhões do cofre municipal em gestões anteriores.

O plano de governo de Haddad, porém, faz uma ponderação: "No entanto, a pauta do combate à corrupção não pode servir à criminalização da política: ela não legitima a adoção de julgamentos de exceção, o atropelamento dos direitos e garantias fundamentais ou a imposição de uma agenda programática que visa privatizar os serviços e o patrimônio público".

A esse respeito, o plano de governo de Haddad critica as delações premiadas - que foram usadas na condenação de petistas, entre eles o próprio ex-presidente Lula. "As delações premiadas não podem se prestar a proteger bandidos confessos e a condenar pessoas inocentes. Isso porque delações premiadas só podem ser consideradas válidas após a apresentação de provas mínimas que sustentem as acusações", diz.

Pelo Twitter, Haddad declarou em agosto: "O corruptor é o maior culpado do que acontece no Brasil. E hoje eles estão em casa, mantendo seu patrimônio e suas empresas, com redução de pena por delação. Eu não concordo com isso".



Haddad considera injusto o julgamento que condenou Lula por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, mas declarou que não vai dar indulto ao ex-presidente

Mudanças em órgãos que julgam casos de corrupção

O programa de governo de Fernando Haddad também fala de reformar o Poder Judiciário e o Sistema de Justiça, para "conferir transparência e controle social da administração da Justiça".

Uma das mudanças propostas é a instituição de tempo de mandatos para

membros do STF e das Cortes Superiores de Justiça - hoje, a nomeação é permanente. Em entrevista, Haddad disse que o tempo de mandato poderia ser de 15 anos.

Além disso, o plano de governo petista também prevê a eliminação do auxílio moradia para quem morar em casa própria ou usar imóvel funcional, a redução das férias de 60 para 30 dias e a aplicação do teto salarial do funcionalismo - hoje, juízes, promotores, procuradores, defensores públicos recebem benefícios que podem ultrapassar o teto.

Jair Bolsonaro também chegou a propor mudanças no STF. Durante a campanha para o primeiro turno, o deputado falou que sua equipe estava discutindo aumentar de 11 para 21 o número de ministros da Corte. "É uma maneira de botar dez isentos lá dentro", declarou.

A proposta foi mal recebida por juristas, que a compararam a uma ação tomada na Venezuela por Hugo Chávez - político frequentemente criticado por Bolsonaro. Em 2004, o venezuelano elevou o número de magistrados da Suprema Corte do seu país de 20 para 32, também com objetivo de nomear mais quadros.

Após as críticas, Bolsonaro recuou da proposta. Ainda assim, caso seja eleito presidente, Bolsonaro deve nomear ministros para substituir quadros que estão para se aposentar. O presidente do seu partido, Gustavo Bebianno já afirmou que está sendo cogitado o nome de Sérgio Moro, juiz federal de primeira instância que condenou Lula e outros petistas à prisão.

Além disso, uma fala sobre o STF proferida pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, gerou mal estar no meio político e jurídico. Em palestra em um cursinho no Paraná, em julho, Eduardo Bolsonaro respondeu a uma pergunta sobre a possibilidade de que o STF viesse a impugnar a candidatura de seu pai caso ele vencesse no primeiro turno.

"Mas aí vai ter que pagar para ver. Será que vão ter essa força mesmo?", disse. "Cara, se quiser fechar o STF, sabe o que você faz? Você não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo. Não é querer desmerecer o soldado e o cabo, não."

"O que é o STF? Tira o poder da caneta de um ministro do STF. Se prender um ministro do STF, você acha que vai ter uma manifestação popular a favor do ministro do STF, milhões na rua?", continuou. Após a repercussão negativa, Jair Bolsonaro declarou que o filho errou: "Eu já adverti o garoto".



Desempenho de Bolsonaro é melhor em regiões onde eleitores se preocupam mais com corrupção

Polêmicas no uso de dinheiro público

Tanto Bolsonaro quanto Haddad declaram que têm ficha-limpa. De fato, os candidatos nunca foram condenados por nenhum crime. Mas ambos enfrentam acusações de mau uso de dinheiro público ao ocuparem os cargos de deputado federal e prefeito de São Paulo, respectivamente.

No caso de Bolsonaro, uma das principais denúncias diz respeito à contratação da assessora parlamentar Walderice Santos da Conceição com a verba de gabinete que o deputado federal recebe da Câmara. Reportagens da Folha de S.Paulo mostraram que Walderice trabalhava na loja "Wal Açaí" durante o expediente na Câmara.

O comércio fica na Vila Histórica de Mambucaba, a 50 km de Angra dos Reis, onde Bolsonaro tem uma casa de veraneio. Segundo a Folha, Walderice prestava serviços particulares na casa do deputado. Jair Bolsonaro sempre refutou a acusação, afirmando que a funcionária exercia atividades políticas, recebendo demandas da região de Angra dos Reis. Após a segunda reportagem, Walderice pediu exoneração.

Em setembro, Fernando Haddad virou réu em processo de improbidade administrativa relativo à obra de uma ciclovia em São Paulo. Segundo os procuradores do Ministério Público de São Paulo, houve uma série de irregularidades na construção de 12,4 km de ciclovia no trecho Ceagesp-Ibirapuera na capital paulista. Haddad nega irregularidades.

Além disso, segundo o Ministério Público de São Paulo, a campanha de Haddad pela prefeitura de São Paulo em 2012 teria recebido pagamentos indevidos de uma construtora para quitar dívidas. O petista foi denunciado pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação quadrilha por suspeita de pedir R\$ 2,6 milhões à construtora UTC Engenharia para pagamento de dívidas de campanha.

Reverberação na BBC News Brasil

Link para acesso a matéria jornalística original:
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45778959>

Bolsonaro presidente: A surpreendente trajetória de político do baixo clero ao Palácio do Planalto



REUTERS | Bolsonaro venceu Fernando Haddad na disputa do segundo turno

28 outubro 2018

Após uma campanha marcada por um alto nível de tensão, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito neste domingo o novo presidente da República. Com 99,49% das urnas apurados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o candidato atingiu 55,21% dos votos válidos e está matematicamente eleito. O adversário, o ex-prefeito Fernando Haddad (PT), está com 44,79%.

Deputado Federal há 28 anos, Bolsonaro sempre foi do chamado "baixo clero" do Congresso Nacional - não tinha papel de liderança nos partidos políticos a que pertenceu, nunca assumiu cargos no governo federal ou posições de destaque na Câmara dos Deputados.

'Meu irmão ameaçou me proibir de ver minhas sobrinhas': a eleição que dividiu famílias

Saiba quem são os governadores eleitos no 2º turno

Mas se tornou nacionalmente conhecido ao longo dos anos por declarações polêmicas, principalmente sobre a comunidade LGBT e a ditadura militar. Até o início campanha, analistas políticos afirmavam que a candidatura do deputado federal poderia se "desidratar", já que ele teria direito a apenas 8 segundos diários de propaganda eleitoral na TV.



REUTERS

Candidato atingiu 55,63% dos votos válidos e está matematicamente eleito; adversário, o ex-prefeito Fernando Haddad (PT), teve 44,37%

No entanto, o capitão reformado cresceu de forma continuada nas pesquisas, se consolidando no primeiro lugar já no primeiro turno. A BBC News Brasil reuniu os principais fatos na trajetória do candidato do PSL rumo ao resultado da eleição deste domingo.

Entre 2015 e 2016 - 'Vou ser candidato a presidente gostem ou não gostem'

Bolsonaro fala publicamente na possibilidade de ser candidato à Presidência

da República há cerca de três anos. Em abril de 2015, ele se desfilou do PP já com a intenção de seguir o "sonho" de ser presidente.

"Foi um pedido verbal, mas oficial. A gente começa aí um processo de separação, que espero que seja amigável. Tenho um sonho para 2018 de disputar o cargo de senador ou presidente da República. No partido onde estou, dificilmente serei candidato sequer para o Senado. O que sinto é que eles querem uma opção diferente para 2018", afirmou, na ocasião.



MAURO PIMENTEL/AFP

Bolsonaro cresceu fortemente em intenção de voto na semana que antecedeu à eleição

Em novembro de 2016, ele reforçou que disputaria a eleição presidencial "quer gostem ou não", ao prestar depoimento na condição de testemunha num processo aberto pelo Conselho de Ética da Câmara para apurar se Jean Wyllys (PSOL-RJ) quebrou o decoro parlamentar ao cuspir em Bolsonaro em 2015.

Na época, o ex-capitão do Exército estava filiado ao Partido Social Cristão (PSC) - sigla conhecida por reunir líderes evangélicos -, e havia divergências

dentro do partido sobre uma eventual candidatura dele.

"Há dois anos me preparo para que o partido, se assim entender, (permita minha candidatura) de acordo com minha aceitação popular. Eu estarei pronto para enfrentar uma campanha presidencial, o que não é fácil", disse.

Agosto de 2017- Primeiras pesquisas mostravam Bolsonaro atrás de Lula

Em agosto do ano passado, quando as primeiras pesquisas de intenção de voto começaram a ser divulgadas, Bolsonaro já aparecia em posição competitiva. Na ocasião, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda era tido como o candidato do PT - ele ainda não havia sido condenado por corrupção e lavagem de dinheiro em segunda instância, o que acabou ocorrendo em janeiro de 2018.

Uma pesquisa do Datafolha divulgada no dia 30 de agosto de 2017 pelo jornal "Folha de S.Paulo" mostrava Lula em primeiro lugar com 36% das intenções de voto, seguido por Bolsonaro, com 16%, e por Marina Silva (Rede), com 14%.

Março de 2018 - Filiação ao PSL e lançamento da pré-candidatura

Após divergências com o PSC e sem ver espaço para ser candidato por esse partido, Bolsonaro migrou para o Partido Social Liberal (PSL) em 7 de março deste ano.

Ele aproveitou a ocasião para lançar a pré-candidatura à Presidência com um discurso focado em defender a revisão da Lei do Desarmamento. O evento contou com gritos de "mito, mito, mito", orações e Hino Nacional.



Lula foi preso em abril, mas, mesmo assim, o PT registrou a candidatura do ex-presidente no TSE

Abril de 2018 - Prisão de Lula e tomada da dianteira nas pesquisas por Bolsonaro

Legenda da foto,

Lula foi preso em abril, mas, mesmo assim, o PT registrou a candidatura do ex-presidente no TSE

Em abril, Lula foi preso, três dias depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) negar habeas corpus da defesa que pedia que ele não pudesse ser detido até uma condenação definitiva - o chamado trânsito em julgado. Apesar da prisão, o

PT decidiu insistir na candidatura de Lula até o prazo final dado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a substituição do nome.

Bolsonaro passou à dianteira nas pesquisas de intenção de voto nos cenários em que Fernando Haddad aparecia como substituto do ex-presidente na chapa do PT. Pesquisa Ibope divulgada em 20 de junho mostrava o candidato do PSL com 17% das intenções de voto, seguido por Marina Silva (13%), Ciro (8%) e Alckmin (6%). Haddad, até então vice na chapa de Lula, aparecia só com 2%.

14 de agosto de 2018 - Bolsonaro registra a candidatura

Em 14 de agosto, Bolsonaro registrou a sua candidatura no TSE e declarou um patrimônio de R\$ 2,3 milhões (todos os candidatos precisam declarar patrimônio à Justiça Eleitoral).

No dia seguinte, o PT registrou a candidatura de Lula, embora o petista estivesse preso e impedido de concorrer pela Lei da Ficha Limpa.

6 de setembro - Bolsonaro leva facada em comício em Juiz de Fora (MG)

Um dos episódios mais marcantes de toda a campanha ocorreria no dia 6 de setembro na cidade mineira de Juiz de Fora. Bolsonaro estava nos ombros de apoiadores, durante um comício, quando levou uma facada na barriga.



Bolsonaro sofreu ataque a faca e ficou afastado da campanha

Bolsonaro sofreu ataque a faca e ficou afastado da campanha

O autor do atentado, Adelio Bispo de Oliveira, 40, foi preso. Bolsonaro chegou a perder 40% do sangue do corpo - cerca de 2,5 litros - e passou por duas cirurgias. Com o episódio, ele se afastou das campanhas nas ruas mas, ao mesmo tempo, ganhou ampla visibilidade na mídia, inclusive no horário nobre de televisão.

Os adversários dele, por sua vez, decidiram mudar a estratégia de campanha, moderando o tom das críticas ao candidato do PSL nas duas primeiras semanas que se seguiram ao atentado. A lógica era a de que poderia não pegar bem fazer ataques pesados a alguém hospitalizado.

10 de setembro - Substituição de Lula por Haddad como candidato do PT

Após Lula ser barrado pela Justiça Eleitoral com base na Lei da Ficha Limpa, o PT decidiu substituir a candidatura do ex-presidente pelo vice na chapa, Fernando Haddad. Nos dias que se seguiram, começou a ficar mais evidente que a reta final da campanha poderia se centralizar numa disputa entre Bolsonaro e o ex-prefeito de São Paulo.



Haddad passou a crescer nas pesquisas e assumiu o segundo lugar nas pesquisas de opinião, atrás de Bolsonaro

Legenda da foto,

Haddad passou a crescer nas pesquisas e assumiu o segundo lugar nas pesquisas de opinião, atrás de Bolsonaro

O candidato do PSL passou a apresentar um crescimento constante nas pesquisas, se consolidando no primeiro lugar em intenções de voto. Haddad também cresceu fortemente, se beneficiando da transferência de votos de Lula e passando a figurar em segundo lugar. Mas os dois também carregavam altas

taxas de rejeição - acima de 40%.

A campanha eleitoral assumiu, então, o seu maior grau de polarização, com a possibilidade de uma disputa entre anti-petistas e anti-Bolsonaro num segundo turno.

30 de setembro - Mulheres vão às ruas em campanha #EleNão

Uma semana antes do primeiro turno da eleição, milhões de mulheres tomaram as ruas de 114 cidades do Brasil para protestar contra Bolsonaro, como parte do movimento #EleNão, que se espalhou nas redes sociais.



O candidato do PSL alcançou, ao longo da campanha, patamar de 50% de rejeição entre as eleitoras

Legenda da foto,

O candidato do PSL alcançou, ao longo da campanha, patamar de 50% de rejeição entre as eleitoras

Conhecido por declarações machistas, como quando disse, em 2016, que não empregaria uma mulher com o mesmo salário que um homem, o candidato do PSL alcançou, ao longo da campanha,

patamar de 50% de rejeição entre as eleitoras.

Em reação ao #EleNão, mulheres apoiadoras de Bolsonaro organizaram atos em 16 cidades.

5 de outubro - Bolsonaro 'boicota' debate da TV Globo dando entrevista para a Record

Desde que levou a facada, Bolsonaro precisou passar semanas internado e deixou de participar de debates televisivos.

Para especialistas, o fato de não ter precisado enfrentar perguntas difíceis, no embate ao vivo com os demais candidatos, pode ter beneficiado o candidato do PSL, que passou a se dedicar à divulgação de vídeos nas redes sociais.

No último debate televisivo, marcado para ocorrer dois dias antes do primeiro turno, Bolsonaro já havia sido



No mesmo dia e hora do debate da TV Globo, a TV Record exibiu entrevista exclusiva com Bolsonaro

liberado do hospital e se recuperava em casa. Mas afirmou que não participaria "por recomendação médica".

Legenda da foto,

No mesmo dia e hora do debate da TV Globo, a TV Record exibiu entrevista exclusiva com Bolsonaro

No entanto, no mesmo dia e horário do debate, quando todos os outros candidatos se dedicavam a responder às perguntas

uns dos outros, a TV Record exibiu uma entrevista exclusiva com Bolsonaro, gravada na casa no deputado do PSL.

Nos 30 minutos de vídeo, o candidato atacou seus adversários, especialmente Haddad, a quem chamou de "fantoche de Lula", além de criticar a condução das investigações sobre o atentado que sofreu e dizer que não tem responsabilidade sobre a divulgação de fake news por seus apoiadores.

6 de outubro - A última pesquisa e a chance de vitória em primeiro turno

Na semana que antecedeu o primeiro turno das votações, Bolsonaro cresceu fortemente nas pesquisas a ponto de alcançar 40% dos votos válidos, seguido por Haddad, com 25%, e Ciro, com 15%.

A alta gerou, nas redes sociais, um movimento em prol de "voto útil" do eleitor "antipetista" por uma vitória de Bolsonaro no primeiro turno.

7 de outubro - Bolsonaro vota no Rio de Janeiro



Bolsonaro votou em colégio militar, no Rio de Janeiro. Ao sair da seção eleitoral disse: 'Acaba hoje'.

Legenda da foto,

Bolsonaro votou em colégio militar, no Rio de Janeiro. Ao sair da seção eleitoral disse: 'Acaba hoje'.

Bolsonaro votou às 8:55, na Escola Municipal Rosa da Fonseca, dentro da Vila Militar, em Deodoro, na Zona Oeste do Rio. Ao ser perguntado por jornalistas sobre sua

expectativa, ele afirmou: "Acaba hoje".

À noite, foi anunciado o resultado do primeiro turno: Bolsonaro recebeu 46,03% dos votos e Haddad, 29,28%. Em transmissão ao vivo para o Facebook, o candidato do PSL comemorou o resultado, mas colocou em dúvida as urnas eletrônicas.

"Vamos junto ao TSE exigir soluções para isso que aconteceu agora, e não foi pouca coisa, foi muita coisa. Tenha certeza: se esses problemas não tivessem ocorrido, e tivéssemos confiança no voto eletrônico, já teríamos o nome do futuro presidente da República decidido hoje."

9 de outubro em diante - Denúncias de agressões no segundo turno

Logo depois do primeiro turno, começaram a proliferar relatos de agressões relacionadas ao discurso eleitoral. Um dos casos mais dramáticos foi registrado em Salvador: o assassinato do mestre de capoeira Romualdo Rosário da Costa, o Moa do Katendê, de 63 anos. Ele foi morto a facadas após uma discussão política algumas horas depois da eleição de domingo.

Testemunhas disseram que o desentendimento começou quando o capoeirista revelou apoio ao candidato do PT. O agressor, Paulo Sérgio Ferreira de Santana, de 36 anos, teria defendido Bolsonaro.

O período eleitoral também foi marcado por casos de agressões a jornalistas. Foram 137 em 2018, segundo estimativas da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) - sendo 75 ataques digitais e 62 físicos, e a maioria deles ligados à cobertura eleitoral.



Mestre de capoeira, compositor e dançarino baiano Romualdo Rosário da Costa, conhecido como Moa do Katendê, de 63 anos, foi morto a facadas

Legenda da foto,

Mestre de capoeira, compositor e dançarino baiano Romualdo Rosário da Costa, conhecido como Moa do Katendê, de 63 anos, foi morto a facadas

Ao ser questionado sobre atos de violência nas ruas, Bolsonaro disse que não tem controle sobre seus apoiadores. "O cara lá que tem uma camisa minha e comete um excesso, o que é que eu tenho a ver com isso?", questionou.

"Eu lamento. Peço ao pessoal que não pratique isso, mas eu não tenho controle sobre milhões e milhões de pessoas que me apoiam."

No dia 12 de outubro, ele foi mais enfático em condenar as agressões. "Dispensamos voto e qualquer aproximação de quem pratica violência contra eleitores que não votam em mim. A este tipo de gente peço que vote nulo ou na oposição por coerência, e que as autoridades tomem as medidas cabíveis, assim como contra caluniadores que tentam nos prejudicar", afirmou, em sua conta no Twitter.

10 de outubro - Bolsonaro anuncia que não vai participar de debates

Dois dias após o primeiro turno da eleição, Bolsonaro afirmou que não participaria do debate organizado por Folha de S.Paulo, UOL e SBT, marcado para o dia 17 de outubro. Na época, ele alegou que a equipe médica recomendou "mais alguns dias de repouso".

Pouco mais de uma semana depois, o presidente em exercício do PSL, Gustavo Bebianno, declarou que Bolsonaro não participaria de nenhum debate televisivo com Haddad no segundo turno e nem viajaria para atos de campanha.



FERNANDO BIZERRA/EPA
| Haddad explorou ausência de Bolsonaro nos debates durante a campanha do segundo turno

Legenda da foto,

Haddad explorou ausência de Bolsonaro nos debates durante a campanha do segundo turno

A justificativa dada foi o desconforto causado pela bolsa de colostomia presa ao seu corpo desde que levou a facada, além de questões de segurança. Em entrevista à TV Globo, Bolsonaro afirmou considerar os debates algo "secundário".

"Eu poderia me submeter a uma aventura, mas poderia ter uma consequência péssima para minha saúde. Levando-se em conta a restrição, a minha saúde e a gravidade do que ocorreu, a tendência é eu não participar de debates. Não posso abusar nesse momento. Questão de debate é secundário. Da minha parte, até gostaria porque não teria dificuldade de debater com preposto com um poste do Lula."

18 de outubro - Reportagem diz que empresas pagavam por disparos contra o PT no WhatsApp

Reportagem da Folha de S.Paulo publicada no dia 18 de outubro afirmou que empresas que apoiam Bolsonaro estavam comprando pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp. A prática é ilegal, pois se trata de doação de campanha por empresas, vedada pela legislação eleitoral, e não declarada.

Bolsonaro se pronunciou dizendo que "não tem nada a ver com isso". E passou a criticar fortemente a Folha de S.Paulo, inclusive prometendo cortar, quando eleito, publicidade do governo federal no jornal. "A Folha de S.Paulo é a maior fake news do Brasil. Vocês não terão mais verba publicitária do governo", disse, em transmissão ao vivo. A pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a Polícia Federal abriu uma investigação sobre a compra de pacotes de disparos no WhatsApp.



Em vídeo gravado em julho, mas divulgado em outubro, Eduardo Bolsonaro diz que não seria difícil

20 de outubro - Filho de Bolsonaro fala em 'fechar o STF'

Legenda da foto,

Em vídeo gravado em julho, mas divulgado em outubro, Eduardo Bolsonaro diz que não seria difícil fechar o Supremo

Um dos acontecimentos que mais geraram repercussão durante a campanha do segundo turno foi a divulgação de imagens em que Eduardo Bolsonaro, 34 anos, um

dos filhos do candidato à Presidência, afirma que bastariam um "cabo e um soldado" para fechar o Supremo Tribunal Federal (STF).

Em vídeo gravado em julho, disponível na internet, Eduardo, que foi reeleito deputado federal, aparece numa sala de aula de um cursinho para interessados em ingressar na Polícia Federal, em Cascavel (PR).

Ele é perguntado por um aluno sobre o que poderia ser feito caso o STF impugnasse a candidatura ou diplomação do pai dele por fraude eleitoral. Eduardo respondeu, em tom de ameaça, que o tribunal "terá que pagar para ver o que acontece" e argumentou que dificilmente haveria reação popular se um ministro do Supremo fosse preso.

A declaração gerou forte reação entre ministros da Corte. O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, afirmou que "atacar o Poder Judiciário é atacar a democracia", enquanto Celso de Mello - decano do Supremo - disse que a fala foi "inconsequente e golpista".

Jair Bolsonaro primeiro afirmou que "qualquer um que fale em fechar o Supremo precisa se consultar com um psiquiatra". Posteriormente, ele disse: "Eu já adverti o garoto, o meu filho, a responsabilidade é dele. Ele já se desculpou".

21 de outubro - Bolsonaro fala em 'faxina' e promete 'banir marginais vermelhos'

Em vídeo ao vivo transmitido durante um comício na Avenina Paulista, em São Paulo, Bolsonaro proferiu um dos discursos mais agressivos da campanha. "A faxina agora será muito mais ampla. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", afirmou o capitão reformado.

Ele também ameaçou prender o senador Lindbergh Farias e o próprio Haddad, e afirmou que Lula irá "apodrecer na cadeia".

"Seu Lula da Silva, se você estava esperando Haddad vencer para assinar o decreto de indulto, eu vou te dizer uma coisa: você vai apodrecer na cadeia. Brevemente você terá Lindbergh Farias para jogar dominó no xadrez. Aguarde, o Haddad vai chegar aí também. Não será para visitá-lo não, será para ficar alguns anos ao seu lado", disse. "Será uma limpeza nunca vista na história", completou.

27 de outubro - Última pesquisa Datafolha aponta vitória de Bolsonaro

No sábado, foi divulgada a última pesquisa de intenção de voto do Datafolha dessas eleições. Bolsonaro aparecia com 55% das intenções de votos válidos, uma vantagem de dez pontos percentuais em relação a Haddad (45%).

Ao longo das semanas que antecederam a eleição, a vantagem de Bolsonaro sobre Haddad, que chegou a ser de 18 pontos percentuais, diminuiu. Mas não o suficiente para que o petista chegasse perto de efetivamente ameaçar a liderança do candidato do PSL.

28 de outubro - Bolsonaro vota no Rio de Janeiro



ANTONIO LACERDA/EPA

| Bolsonaro votou no Rio de Janeiro, na manhã deste domingo

Legenda da foto,

Bolsonaro votou no Rio de Janeiro, na manhã deste domingo

Com esquema reforçado de segurança e vestindo um colete a prova de balas, Bolsonaro votou às 9h17, acompanhado da esposa, na Escola Municipal Rosa da Fonseca, na Vila Militar, em Deodoro, na Zona Oeste do Rio.

"Pelo que eu vi nas ruas nos últimos meses, é vitória", disse ele, ao ser questionado sobre a expectativa para o resultado.

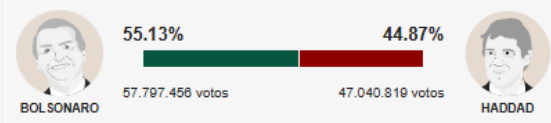
Resultados das eleições presidenciais

% de votos válidos, excluindo votos brancos e nulos

TOTAL PAÍS

Seções apuradas: 100,00%

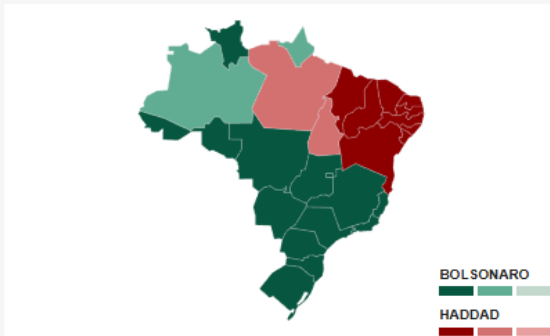
Última atualização: 04h43 (horário de Brasília)



TOTAL PAÍS



Clique nos estados para ver os resultados em detalhes



TOTAL PAÍS

Seções apuradas: 100,00%

Última atualização: 04h43 (horário de Brasília)

| | |
|----------------------|---------------|
| VOTOS VÁLIDOS | 90,43% |
| 105.023.248 votos | |
| VOTOS BRANCOS | 2,15% |
| 2.493.830 votos | |
| VOTOS NULOS | 7,42% |
| 8.616.592 votos | |

Reverberação na UOL Economia

Link para acesso a matéria jornalística original:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2018/10/21/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro.htm>

"Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", diz Bolsonaro

21/10/2018 21h28 (Reuters)

O presidenciável do PSL, Jair Bolsonaro, afirmou neste domingo (21) que fará uma "faxina" e que os "marginais vermelhos" serão "banidos" do país, em referência aos seus adversários.

Em fala transmitida a manifestantes a favor de sua candidatura na avenida Paulista, em São Paulo, e "dedicada a todo o Brasil", Bolsonaro afirmou que seus apoiadores são a maioria e que eles são "o Brasil de verdade". "Não tem preço as imagens que vejo agora da Paulista e de todo o meu querido Brasil. Perderam ontem, perderam em 2016 e vão perder a semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", disse o candidato, em referência aos que apoiam seu adversário, Fernando Haddad (PT). "Essa pátria é nossa. Não é dessa gangue que tem uma bandeira vermelha e tem a cabeça lavada", afirmou. A exemplo do ocorrido no primeiro turno, manifestantes a favor de Bolsonaro.

foram às ruas neste domingo para defender o candidato, um dia após protestos contra o líder nas pesquisas. Vídeos e imagens publicados em seu perfil do Twitter mostravam multidões em manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Maceió, Salvador, Belém e Brasília, entre outras cidades. O capitão reformado aproveitou a fala para bater mais uma vez na tecla da corrupção, acusando Haddad de estar próximo de ser preso para fazer companhia ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cumpre pena desde abril em Curitiba após condenação por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do apartamento triplex no litoral de São Paulo.

"Aqui não terá mais lugar para a corrupção. E seu Lula da Silva, se você estava esperando o Haddad ser



Veja fotos de atos a favor de Bolsonaro realizados neste domingo (21)

presidente para soltar o decreto de indulto, eu vou te dizer uma coisa: você vai apodrecer na cadeia. E brevemente você terá Lindbergh Farias [senador do PT] para jogar dominó no xadrez. Aguarde, o Haddad vai chegar aí também. Mas não será para visitá-lo, não, será para ficar alguns anos ao teu lado", afirmou. "Já que vocês se amam tanto, vocês vão apodrecer na cadeia. Porque lugar de bandido que rouba o povo é atrás das grades." O tom da fala, em clima de vitória, apesar do pedido do candidato para que seus apoiadores não se desmobilizem até a votação no próximo domingo, seguiu com Bolsonaro afirmando que irá cortar as "mordomias" de petistas.

"Petralhada, vai tudo vocês para a ponta da praia. Vocês não terão mais vez em nossa pátria", avisou. "Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. Será uma limpeza nunca vista na história do Brasil." O candidato aproveitou para reafirmar que as Forças Armadas e de segurança terão papel importante em seu governo. Mais cedo, em vídeo de entrevista à Band divulgado em seu Twitter, o presidenciável afirmou que poderia utilizar militares para patrulhamento de rotina nas cidades, desde que o Congresso aprove excludentes de ilicitude.

Também voltou a declarar que pretende tipificar como terrorismo as atividades do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). "Vocês verão umas Forças Armadas altivas. Que estará colaborando com o futuro do Brasil. Vocês, petralhada, verão uma Polícia Civil e Militar com retaguarda jurídica para fazer valer a lei no lombo de vocês", ameaçou. "Bandidos do MST, bandidos do MTST, as ações de vocês serão tipificadas como terrorismo. Vocês não levarão mais o terror ao campo ou às cidades. Ou vocês se enquadram e se submetem às leis ou vão fazer companhia ao cachaceiro lá em Curitiba."

O segundo turno da eleição presidencial entre Bolsonaro e Fernando Haddad (PT) ocorre no próximo dia 28. Segundo pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira, Bolsonaro tem 59% dos votos válidos, enquanto Haddad soma 41%.

Reverberação na UOL Internacional

Link para acesso a matéria jornalística original:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/10/22/bolsonaro-ameaca-opositores-com-promessa-de-banir-do-brasil-marginais-vermelhos.htm>

Bolsonaro ameaça opositores com promessa de banir do Brasil 'marginais vermelhos'

22/10/2018 16h32

Brasília, 22 Out 2018 (AFP)

Faltando poucos dias para o segundo turno, o candidato de extrema direita Jair Bolsonaro (PSL), com um pé no Palácio do Planalto segundo pesquisas de intenção de voto, voltou a recorrer à retórica "agressiva" para advertir que os "marginais vermelhos serão banidos" do Brasil.

As declarações geraram preocupação, em uma campanha pontuada por ameaças e atos de violência em que se registraram episódios de racismo e homofobia, com agressões físicas e inclusive um atentado contra a vida do próprio candidato e um homicídio atribuído a divergências políticas.

- Banir os 'marginais vermelhos' -"Perderam ontem, perderam em 2016 e vão perder a semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", vociferou Bolsonaro no domingo, falando por telefone do pátio de uma casa, segundo vídeo postado no YouTube. Suas palavras foram transmitidas ao vivo durante uma manifestação de apoio à sua candidatura na Avenida Paulista, centro de São Paulo.

Desde que foi esfaqueado durante um ato de campanha em Juiz de Fora (MG), em setembro, e sua posterior recuperação, que incluiu duas cirurgias, Bolsonaro se comunica com seus seguidores pelas redes sociais, raramente concede coletivas de imprensa e cancelou a sua participação em todos os debates, aos quais já era reticente. "Essa pátria é nossa. Não é dessa gangue que tem uma bandeira vermelha e tem a cabeça lavada", acrescentou, enquanto aguardava uma pausa nos aplausos de seus apoiadores para prosseguir. "O que me preocupa é como usa o termo 'vermelhos'.

Quem são os vermelhos? São as pessoas que discordam dele? São todas as pessoas de esquerda, todas as pessoas progressistas? É um discurso de incitação de ódio a toda uma corrente política", disse à AFP Maurício

Santoro, analista da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsonaro normalmente usa um tom agressivo para se referir aos seus adversários, mas desde que se registraram episódios de violência tinha moderado suavemente seu discurso. Por que retomá-lo na reta final, com a vitória quase certa?

"O que explica esse tom agressivo é exatamente essa vantagem grande que ele tem (...) Ele quer usar essa popularidade que ele tem agora para levar adiante uma agenda política muito extremista contra a esquerda. Ele vem sendo ridicularizado pela esquerda há 30 anos e agora ele tem o poder para bater de volta", sustenta Santoro. - Lula, 'você vai apodrecer na cadeia' -Seu principal adversário, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), preso desde abril em Curitiba para cumprir uma pena de 12 anos e um mês de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, também foi alvo de seu discurso inflamado.

"E seu Lula da Silva, se você estava esperando o Haddad ser presidente para levar adiante uma agenda política muito extremista contra a esquerda. Ele vem sendo ridicularizado pela esquerda há 30 anos e agora ele tem o poder para bater de volta", sustenta Santoro. - Lula, 'você vai apodrecer na cadeia' -Seu principal adversário, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), preso desde abril em Curitiba para cumprir uma pena de 12 anos e um mês de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, também foi alvo de seu discurso inflamado.

"E seu Lula da Silva, se você estava esperando o Haddad ser presidente para soltar o decreto de indulto, eu vou te dizer uma coisa: você vai apodrecer na cadeia", afirmou. Também reiterou seu discurso contra a corrupção e que haverá Forças Armadas "altivas", que "estará (sic) colaborando com o futuro do Brasil".

E afirmou que os militantes do PT - a "petralhada", em sua linguagem depreciativa - "verão uma Polícia Civil e Militar com retaguarda jurídica para fazer valer a lei no lombo de vocês". O cientista político André César, da consultoria Hold, avalia que grosserias como estas fazem parte do "pacote Bolsonaro" habitual e têm um poder muito limitado de mudar a perspectiva até o domingo.

"O que está acontecendo não muda nada. As posições estão cristalizadas, de um lado e do outro. Não tem mais elementos. Uma novidade muito grave não vai conseguir impactar", analisa. Santoro concorda E, em vista dos episódios de violência registrados recentemente, se Bolsonaro for eleito e mantiver o tom beligerante, além do papel das autoridades para combater este tipo de agressões, será crucial o papel da sociedade civil, de "líderes religiosos, vozes na imprensa e políticos moderados" para acalmar os ânimos do país, avalia. As últimas pesquisas dão 59% das intenções de voto para Bolsonaro contra 41% para Haddad.

Reverberação na UOL Eleições 2018

Link para acesso a matéria jornalística original:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/22/um-dia-apos-falar-em-banir-vermelhos-bolsonaro-diz-que-aceita-oposicao.htm>

Um dia após falar em "banir vermelhos", Bolsonaro diz que aceita oposição.

Reuters - Alexandre Caverni 22/10/2018 às 21h59.



Um dia após dizer que opositores ao seu governo teriam que obedecer a lei ou vão para fora do país ou vão para a cadeia, o candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, disse nesta segunda-feira que se referiu à cúpula do PT e de outras entidades na polêmica frase,

explicou que a oposição é útil e ressaltou que é a maioria quem decide o futuro do país. Em entrevista, questionado sobre declaração de domingo, quando falou "essa turma se quiser ficar aqui vai ter que se colocar sob a lei de todos nós, ou vão para fora ou vão para a cadeia", Bolsonaro disse que se referia à cúpula do PT.

"É a cúpula que teima em fazer com que os brasileiros que foram doutrinados por eles têm que têm que fazer algo que interesse para essa cúpula e não para o Brasil, essa cúpula do PT, essa cúpula do MST, do MTST, eles vão ter que se adequar às leis, porque algumas nós aprovaremos dentro do Parlamento, de modo que temos um país pacificado", disse o candidato à TV Record.

Bolsonaro repetiu que não se pode admitir invasão de propriedade em nome de movimentos sociais. "Esse é o recado que eu dei no dia de ontem no discurso para a Paulista", disse, referindo-se ao discurso transmitido na véspera a uma grande manifestação em São Paulo.

No discurso de domingo, o presidenciável do PSL afirmou que "esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria" e que a "petralhada, vai tudo para a ponta da praia, vocês não terão mais vez em nossa pátria", entre outras declarações duras contra seu adversário no segundo turno da eleição, Fernando Haddad (PT), e seus apoiadores. Na entrevista divulgada nesta segunda-feira, Bolsonaro procurou amenizar o tom, mas insistiu que a oposição não pode querer parar o país em nome da minoria.

"A oposição é boa para você até refletir sobre aquilo que por ventura você não esteja fazendo acertadamente. Agora, a oposição não pode simplesmente querer parar o Brasil em nome de uma minoria. A maioria é quem decide o futuro de uma nação", disse. "Não havendo como compor, ganha quem tem mais votos."

Questionado se desrespeitaria alguém por ser petista ou de oposição em um governo seu, o presidenciável afirmou que "de jeito nenhum". "Eu digo que tem Estados que temos governadores do PT ou do PCdoB e nós não faremos política diferente contra aquele estado por causa desses governadores. Vamos atender a população como um todo."

Reverberação na UOL Eleições 2018

Link para acesso a matéria jornalística original:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/22/fhc-bolsonaro-ditadura-banir-marginais-vermelhos.htm>

FHC critica fala de Bolsonaro sobre pedir exílio ou prisão aos opositores

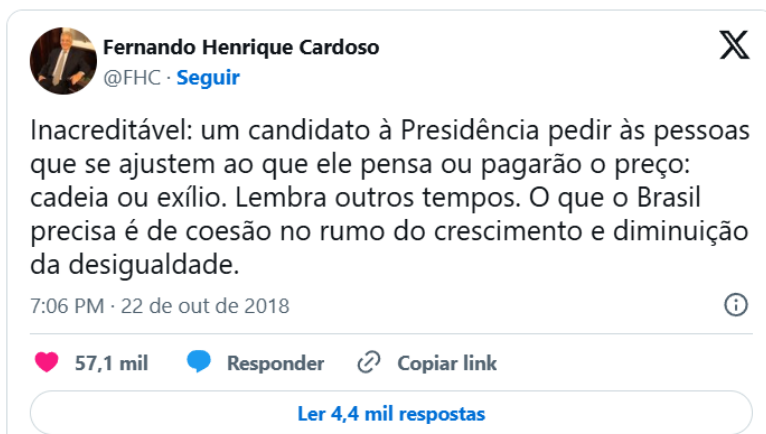
São Paulo 22/10/2018 às 19h46



O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) classificou nesta segunda-feira (22) como "inacreditável" a fala do candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, que prometeu fazer uma "faxina" e banir os "marginais

vermelhos" do país, em referência aos que apoiam seu adversário, Fernando Haddad (PT). O presidenciável afirmou no domingo (21) que os opositores terão que escolher entre ir "para fora" ou "para a cadeia".

FHC, hoje presidente de honra do PSDB, afirmou que a atitude de Bolsonaro "lembra outros tempos", em uma referência à ditadura militar que durou duas décadas e matou e torturou opositores. As declarações do tucano foram dadas por meio de postagem no Twitter.



"Não tem preço as imagens que vejo agora da Paulista e de todo o meu querido Brasil. Perderam ontem, perderam em 2016 e vão perder a semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a

cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", disse. A postagem de Fernando Henrique Cardoso acontece no mesmo dia em que o candidato do PT, Fernando Haddad, diz ter telefonado para o tucano para debater o que chamou de escalada de ataques de seu adversário às instituições do país.

À Folha de S. Paulo, Haddad disse que o ex-presidente está muito preocupado com os rumos do Brasil e que, assim como ele, avalia que a democracia "está em jogo" na disputa presidencial deste ano.

Nenhum pedido de apoio público foi firmado, segundo a Folha. Desde o início do segundo turno, Haddad tenta atrair FHC para uma frente democrática contra a candidatura de Bolsonaro, mas não conseguiu o apoio explícito do tucano. "Cheiram a fascismo", diz FHC sobre frases de filho de Bolsonaro.

ANEXO Ib

I - Discurso de ódio político

Discurso 3: “no Brasil vivemos o “coitadismo”: “Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense”. “Vamos acabar com isso””

Reverberação na Folha de S. Paulo

Link para acesso a matéria jornalística original:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/vamos-acabar-com-coitadismo-de-nordestino-de-gay-de-negro-e-de-mulher-diz-bolsonaro.shtml?utm_source=chatgpt.com

Matéria acessível apenas aos assinantes

Eleições 2018

Vamos acabar com coitadismo de nordestino, de gay, de negro e de mulher, diz Bolsonaro Segundo o presidenciável, que voltou a criticar a Folha, políticas afirmativas reforçam preconceito

Yala Sena Teresina - 23.out.2018 às 17h14



O presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) durante ato de campanha em Taguatinga (DF). Ele afirmou que políticas afirmativas reforçam preconceito - Adriano Machado - 5.set.2018/Reuters

Ao mirar eleitores do Nordeste na reta final da campanha, o candidato do PSL à Presidência da República, [Jair Bolsonaro](#), afirmou em entrevista à TV Cidade Verde, afiliada do SBT no Piauí, que irá acabar com a política do “coitadismo” de nordestino, gay, negro e mulher. Segundo ele, as políticas afirmativas reforçam o preconceito.

“Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso”, disse.

Na entrevista, o candidato afirmou que não perseguirá os governadores do PT e da oposição. “Não podemos prejudicar o povo do Piauí (se referindo ao governador reeleito Wellington Dias, do PT), qualquer estado que seja, porque tem um governador que não se alinhe ideologicamente conosco. Vamos tratar todos os estados de forma republicana.”

Às vésperas do 2º turno, manifestantes fazem ato favorável a Bolsonaro



Manifestação favorável a Jair Bolsonaro na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro Lucas Vettorazzo/Folha press Mais

Sobre o MST, o candidato disse que vai trata-lo como ação de terrorismo. “Ações do MST serão tipificadas como terrorismo. Esse pessoal não pode continuar levando terror ao campo”.

Ele voltou a falar sobre a polêmica do WhatsApp e criticou a **Folha**. “Primeiro, a matéria surgiu na Folha de S.Paulo, num jornal de sempre, num jornal que não tem qualquer

compromisso com a verdade”, disse.

A reportagem em questão foi publicada pela **Folha** na quinta-feira (18) e [mostra o pagamento a agências de mídia](#), por empresários simpáticos a Bolsonaro, para disparar mensagens antipetistas a grandes bases de eleitores no WhatsApp. A legislação eleitoral proíbe a doação por empresas às campanhas, e os valores não foram declarados.

Bolsonaro diz que a reportagem é “plantada” e que foi usada de argumento para ações no Supremo para o PT e PDT. E negou envolvimento com o caso.

“Não tenho qualquer contato com empresário, nunca pedi pra ninguém fazer isso. Afinal de contas, nos dominamos as mídias sociais desde antes de começar a eleição. Não temos 7 milhões de seguidores de agora. No meu Facebook nunca impulsionamos nada, nunca pagamos dez centavos. É o desespero por parte deles”.

Reverberação na Metr6poles

Link para acesso a mat6ria jornalística original:

https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2018/bolsonaro-diz-que-acabara-com-coitadismo-de-gays-negros-e-mulheres?utm_source=chatgpt.com

Bolsonaro diz que acabará com “coitadismo” de gays, negros e mulheres

Na opini6o do presidenciável, que incluiu nordestinos na lista, políticas “afirmativas reforçam o preconceito”

Rafaela Benez - 23/10/2018 19:40, atualizado 23/10/2018 22:50



O candidato à Presidência da República do PSL, Jair Bolsonaro, afirmou em entrevista que acabaria com a política de “coitadismo” a nordestino, gay, negro e mulher. O presidenciável ainda disse que as políticas “afirmativas reforçam o preconceito”. A informação é do jornal Folha de S. Paulo. “Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso”, disse.

Ainda segundo o jornal, o candidato prometeu não perseguir os governadores eleitos pertencentes ao PT. “Não podemos prejudicar o povo do Piauí [cujo governador eleito foi Wellington Dias, do PT], ou qualquer estado que seja, porque tem um governador que não se alinhe ideologicamente conosco. Vamos tratar todos os estados de forma republicana”, declarou.

Para falar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do próprio jornal Folha de S. Paulo, o candidato subiu o tom. “Ações do MST será tipificadas como terrorismo. Esse pessoal não pode levar terror ao campo”, ressaltou.

Sobre a denúncia do esquema de empresários pagarem por fake news no WhatsApp, feita pela Folha, ele classificou o jornal como duvidoso e afirmou: “Primeiro, a matéria surgiu na Folha de S.Paulo, num jornal de sempre, num jornal que não tem qualquer compromisso com a verdade”, concluiu.

Reverberação na EXAME

Link para acesso a matéria jornalística original:

https://exame.com/brasil/bolsonaro-promete-fim-do-coitadismo-de-negro-gay-mulher-e-nordestino/?utm_source=chatgpt.com

Bolsonaro promete fim do "coitadismo" de negro, gay, mulher e nordestino

Em entrevista, candidato diz que "tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do Nordestino, coitado do piauiense"

João Pedro Caleiro - Publicado em 23 de outubro de 2018 às 17h44.



Jair Bolsonaro em entrevista para a TV Cidade Verde (TV Cidade Verde/Reprodução)

São Paulo - **Jair Bolsonaro**, candidato à Presidência pelo PSL e favorito para vencer as eleições, prometeu acabar com o que julga como "coitadismo" de alguns grupos da sociedade.

A entrevista para a TV Cidade Verde, do Piauí, foi concedida neste sábado (20) do seu apartamento no Rio de Janeiro e divulgada nesta terça-feira (23).

Diante de uma pergunta sobre violência dentro das escolas, Bolsonaro fala do que vê como necessidade de reafirmar a autoridade do professor.

O candidato então volta a classificar como "kit gay" e estímulo à sexualização da infância o material de combate à homofobia do Ministério da Educação, desenvolvido em 2011 e que tinha como público-alvo adolescentes e professores.

A cartilha, aprovada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pelo Conselho Federal de Psicologia, nunca trouxe representações de crianças mantendo relações sexuais e não chegou a ser distribuída.

Quando o jornalista Joelson Giordani aponta que "o preconceito existe e precisa ser combatido", Bolsonaro afirma que quando era pequeno "não tinha essa história de bullying, o gordinho dava pancada em todo mundo, hoje o gordinho chora".

Ele completa que "não tem que ter uma política" específica para grupos vulneráveis e faz a sua listagem: "Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso".

O candidato já disse em entrevistas que é "homofóbico, com muito orgulho" e que preferia ter um filho morto a um filho homossexual, entre outras declarações homofóbicas ao longo dos anos.

Em uma palestra no ano passado, no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, o então deputado disse que ao visitar um quilombo constatou que "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais".

Uma denúncia de racismo foi protocolada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) mas não foi aceita no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos mulheres, ficou notório o caso em que ele disse para a deputada Maria do Rosário que não a estupraria porque ela "não merece", assim como sua fala de que sua única filha foi uma "fraquejada", assim como suas repetidas afirmações de que a desigualdade salarial de gênero não deve ser combatida por novas políticas públicas.

Imprensa e Piauí

Sobre as acusações da Folha de São Paulo de que empresários estariam pagando para enviar disparos em massa no WhatsApp em seu favor, o que é ilegal, Bolsonaro diz na entrevista da rede piauiense que foi uma "matéria plantada" de

"um jornal que não tem qualquer compromisso com a verdade".

Ele negou que seu histórico de declarações agressivas em relação ao PT possam significar um prejuízo à sua relação com o governador eleito pelo partido no estado, Wellington Dias.

"Não podemos prejudicar o povo do Piauí, qualquer estado que seja, porque tem um governador que não se alinhe ideologicamente conosco. Vamos tratar todos os estados de forma republicana".

Veja a entrevista completa:

youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=IDmxo6GYDWg&w=560&h=315%5D>

ANEXO II

VI - Discurso de ódio contra os Direitos Humanos

Discurso 8: *"Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos. Essa bandidada vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles".*

Reverberação no G1

Link para acesso a matéria jornalística original:

https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2018/08/23/bolsonaro-diz-que-bandidagem-vai-morrer-em-seu-governo-porque-uniao-nao-repassara-recursos-para-direitos-humanos.ghtml?utm_source=chatgpt.com

Bolsonaro diz que se eleito 'bandidagem vai morrer' porque União não repassará recursos para direitos humanos

Candidato do PSL a presidente cumpre agenda eleitoral em Araçatuba (SP) nesta quinta (23). No discurso, ele afirmou que ONGs de direitos humanos prestam um 'desserviço' ao Brasil.

Por G1 — Araçatuba e Brasília - 23/08/2018 12h05



Jair Bolsonaro faz campanha no interior de São Paulo

O candidato do PSL ao Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro, afirmou nesta quinta-feira (23), no interior de São Paulo, que, caso ele vença a disputa presidencial, deixará de repassar dinheiro da União para movimentos e organizações de direitos humanos, que ele classificou de "desserviço ao nosso Brasil". Segundo o presidenciável, essa será uma de suas estratégias para reduzir a criminalidade no país.

Bolsonaro cumpre agenda eleitoral nesta quinta em Araçatuba, município do interior paulista que fica próximo a Glicério, cidade natal do candidato do PSL - ele explicou em discurso que nasceu em Glicério, mas foi registrado em Campinas.

O candidato fez uma caminhada por ruas de Araçatuba, uma carreata na principal avenida da cidade e visitou a Associação de Cabos e Soldados da cidade.

“Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos, essa bandidagem vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles. Em vez de paz, essas ONGs prestam um desserviço ao nosso Brasil. Precisamos de alguém sentado na cadeira presidencial que respeite a tradicional família brasileira, que tenha Deus acima de tudo, como lema nosso”, discursou Bolsonaro em cima de um carro de som durante uma carreata por uma das avenidas de Araçatuba.



Bolsonaro é assediado por eleitores de Araçatuba durante caminhada pelas ruas da cidade — Foto: Reprodução/TV TEM

Venezuela

Em meio ao discurso, o presidente também disse aos eleitores que acompanhavam a carreta que, "ou colocamos gente como nós na política, ou não temos futuro". Segundo ele, "gente como nós" é "gente honesta, que acredita em Deus e gente que é patriota".

Jair Bolsonaro também declarou que "gente como nós" não quer o Brasil se aproximando cada vez mais do que acontece na Venezuela. Para ele, o país sul-americano, que há poucos tempo era um dos mais ricos do continente, se tornou uma nação "onde quase todos fogem da ditadura, fome, violência e miséria". "Exemplo que tiramos de lá [Venezuela] é que não podemos brincar com a política", enfatizou.

Infraestrutura

Após a carreta e a caminhada por Araçatuba, Bolsonaro concedeu uma entrevista coletiva à imprensa. Aos jornalistas, ele defendeu o agronegócio, segmento que, na avaliação dele, "é uma das poucas coisas na economia que está dando certo no Brasil".

O candidato do PSL também voltou a dizer que, se eleito, vai propor a tipificação de invasões de terras como crime de "terrorismo" e prometeu fazer parcerias com a iniciativa privada para construir hidrovias e ferrovias para baratear o escoamento de safras agrícolas.

"[Hidrovia é o] transporte mais barato que temos. Devemos investir nessa área, como em outros modais, como o ferroviário. Pela ausência de recursos podemos conversar com iniciativa privada e oferecer todas as garantias para investir nessa área de transporte", declarou.

Reverberação no Melhores Publicações

Link para acesso a matéria jornalística original:

<https://www.melhorespublicacoes.com.br/brasil/2018/08/24/bolsonaro-diz-que-se-eleito-bandidagem-vai-morrer-porque-uniao-nao-repassara-recursos-para-direitos-humanos>

Bolsonaro diz que se eleito 'bandidagem vai morrer' porque União não repassará recursos para direitos humanos

Bolsonaro afirma que ONGs de direitos humanos prestam um 'desserviço' ao Brasil.

Por Tcharlles Fernandes - 24/08/2018



O candidato do PSL ao Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro, afirmou nesta quinta-feira (23), no interior de São Paulo, que, caso ele vença a disputa presidencial, deixará de repassar dinheiro da União para movimentos e organizações de direitos humanos, que ele classificou de “desserviço ao nosso Brasil”. Segundo o presidenciável, essa será uma de suas estratégias para reduzir a criminalidade no país.

Bolsonaro cumpre agenda eleitoral nesta quinta em Araçatuba, município do interior paulista que fica próximo a Glicério, cidade natal do candidato do PSL. Ele fez uma caminhada por

ruas de Araçatuba, uma carreata na principal avenida da cidade e visitou a Associação de Cabos e Soldados da cidade.

“Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos, essa bandidagem vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles. Em vez de paz, essas ONGs prestam um desserviço ao nosso Brasil. Precisamos de alguém sentado na cadeira presidencial que respeite a tradicional família brasileira, que tenha Deus acima de

tudo, como lema nosso”, discursou Bolsonaro em cima de um carro de som durante uma carreata por uma das avenidas de Araçatuba.



Venezuela

Em meio ao discurso, o presidenciável também disse aos eleitores que acompanhavam a carreata que, “ou colocamos gente como nós na política, ou não temos futuro”. Segundo ele, “gente como nós” é “gente honesta, que acredita em Deus e gente que é patriota”.

Jair Bolsonaro também declarou que “gente como nós” não quer o Brasil se aproximando cada vez mais

do que acontece na Venezuela. Para ele, o país sul-americano, que há poucos tempo era um dos mais ricos do continente, se tornou uma nação “onde quase todos fogem da ditadura, fome, violência e miséria”. “Exemplo que tiramos de lá [Venezuela] é que não podemos brincar com a política”, enfatizou.

Infraestrutura

Após a carreata e a caminhada por Araçatuba, Bolsonaro concedeu uma entrevista coletiva à imprensa. Aos jornalistas, ele defendeu o agronegócio, segmento que, na avaliação dele, “é uma das poucas coisas na economia que está dando certo no Brasil”.

O candidato do PSL também voltou a dizer que, se eleito, vai propor a tipificação de invasões de terras como crime de “terrorismo” e prometeu fazer parcerias com a iniciativa privada para construir hidrovias e ferrovias para baratear o escoamento de safras agrícolas.

“[Hidrovia é o] transporte mais barato que temos. Devemos investir nessa área, como em outros modais, como o ferroviário. Pela ausência de recursos podemos conversar com iniciativa privada e oferecer todas as garantias para investir nessa área de transporte”, declarou.

Reverberação no Pleno News

Link para acesso a matéria jornalística original:

<https://pleno.news/brasil/eleicoes-2018/bolsonaro-direitos-humanos-prestam-desservico-ao-brasil.html>

Bolsonaro: ‘Direitos humanos prestam desserviço ao Brasil’ Candidato afirmou que deixará de enviar dinheiro para movimentos e ONGs caso seja eleito

Henrique Gimenes - 23/08/2018 15h10



Jair Bolsonaro diz que seu governo não terá politicagem de direitos humanos Foto: Mateus Bonomi/AGIF/Folhapress

O candidato à Presidência da República pelo PSL, Jair Bolsonaro, afirmou, nesta quinta-feira (23), que caso ele seja eleito, deixará de enviar recursos da União para organizações de direitos humanos. Para ele, os movimentos “prestam um desserviço ao nosso Brasil”. As informações foram dadas pelo portal G1.

A declaração foi dada durante uma visita à cidade de Araçatuba, em São Paulo. Bolsonaro fez um discurso em cima de um carro de som no município e garantiu que seu governo não terá “essa politicagem de direitos humanos”.

O candidato à Presidência da República pelo PSL, Jair Bolsonaro, afirmou, nesta quinta-feira (23), que caso ele seja eleito, deixará de enviar recursos da União para organizações de direitos humanos. Para ele, os movimentos “prestam um desserviço ao nosso Brasil”. As informações foram dadas pelo portal G1.

A declaração foi dada durante uma visita à cidade de Araçatuba, em São Paulo. Bolsonaro fez um discurso em cima de um carro de som no município e garantiu que seu governo não terá “essa politicagem de direitos humanos”.

– Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos. Essa bandidagem vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles. Em vez de paz, essas ONGs prestam um desserviço ao nosso Brasil. Precisamos de alguém sentado na cadeira presidencial que respeite a tradicional família brasileira, que tenha Deus acima de tudo como lema nosso – ressaltou.

Após o discurso, Jair Bolsonaro falou a jornalistas e explicou que pretende investir na construção de hidrovias e ferrovias no país e ainda tipificar a invasão de terras como crime de terrorismo.

ANEXO III

VII - Discurso de ódio misógino

Discurso 10: "Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher"

Reverberação no Metrôpoles

Link para acesso a matéria jornalística original:

https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2018/na-tv-bolsonaro-se-emociona-com-a-filha-haddad-pede-uniao-pelo-pais?utm_source=chatgpt.com

Eleições 2018

Na TV, Bolsonaro se emociona com a filha; Haddad pede união pelo país

Presidenciáveis dispõem no segundo turno de igual tempo para exposição no rádio e na TV

Bruno Peres

12/10/2018 13:43, atualizado 12/10/2018 17:17



Candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro aproveitou o tempo maior de programa eleitoral na TV para manifestar seus agradecimentos à vida – em alusão ao atentado do qual foi vítima – e aos votos recebidos no primeiro turno. Também procurou humanizar a própria imagem, inclusive com apresentação de sua trajetória política, e dirigiu ataques ao Partido dos Trabalhadores.

Em trecho da peça exibida no começo da tarde desta sexta-feira (12/10), o presidenciável intensificou o esforço de aproximação ao eleitorado feminino ao relatar, com olhos marejados e voz embargada, a experiência pessoal de ter uma filha após desfazer uma vasectomia.

“Mudou, sim, e muito, a minha vida, com a chegada da Laura. Agradeço a Deus e à minha esposa”, declarou o postulante ao Palácio do Planalto, ao destacar a “realização” da mulher quando se torna mãe. De acordo com o representante do PSL na corrida ao Executivo nacional, a decisão ocorreu até para a manutenção do casamento. A declaração é um contraponto ao discurso feito anteriormente, quando classificou o nascimento da filha como uma

Bolsonaro afirmou que é hora de o Brasil se unir e eleger um presidente que vai fazer o país crescer e melhorar “de verdade”. O programa na TV exibiu imagens de lideranças do PT associadas a países da América Latina em crise, como Venezuela e Cuba, e destacou o que considera ser “um sinal de alerta” para o que os brasileiros não desejam. Em depoimentos colhidos entre eleitores, foram mencionadas críticas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com ênfase ao fato de ele estar preso em Curitiba, no âmbito da Operação Lava Jato.

Fernando

Haddad

Já a inserção do candidato do PT à Presidência da República, Fernando Haddad, chamou a atenção para a escalada da violência no país atribuída à campanha do adversário na sucessão presidencial, Jair Bolsonaro.

O programa na TV também afirmou a necessidade de união do país em defesa da democracia. O candidato teve a biografia apresentada em ritmo de cordel, exaltada ainda com registros de declarações do ex-presidente Lula.

Trecho de um vídeo em que o candidato do PSL fala em “fuzilar a petralhada” foi destacado na peça do petista. Eleitores de Haddad relataram em depoimentos “medo” e “pânico” com os episódios de violência e morte em razão de discordâncias políticas. “Esse é o Brasil de Bolsonaro”, disse. “Se a violência já chegou a esse nível, imagina se ele for presidente”, acrescentou o programa do ex-prefeito de São Paulo.

O petista disse querer conversar com todos os eleitores, mesmo que o voto em primeiro turno tenha sido dado a algum dos concorrentes. “Nossa campanha é da sinceridade e da paz”, afirmou o candidato. “Vamos nos unir, a hora é agora. Quero contar com todos que apoiam a democracia e os direitos do povo”, completou.

Reverberação na UOL

Link para acesso a matéria jornalística original:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/12/no-radio-bolsonaro-se-emociona-com-filha-haddad-afasta-pt-e-lula.htm>

No rádio, Bolsonaro se emociona com filha; Haddad afasta PT e Lula

Nathan Lopes Do UOL, em São Paulo- 12/10/2018 - 07h32



Na volta do horário eleitoral para a campanha de segundo turno, os dois candidatos a presidente destacaram medos, fizeram referências às suas famílias e falaram em unir o Brasil. Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) também mencionaram a violência na campanha, tanto o atentado sofrido pelo candidato do PSL em setembro, quanto as denúncias de agressões contra apoiadores do petista em razão da disputa eleitoral. Os espaços para

os candidatos nas programações de rádio e televisão voltaram a ser veiculados nesta sexta-feira (12). Haddad e Bolsonaro têm cinco minutos cada um em quatro oportunidades ao longo do dia. Às 7h e às 12h no rádio, e às 13h e às 20h30 na televisão. Além disso, anúncios individuais serão veiculados ao longo da programação das emissoras. A propaganda eleitoral acaba em 26 de outubro, dois dias antes da realização do segundo turno.

OUÇA A CAMPANHA NO RÁDIO VEICULADA ÀS 7H DESTA SEXTA-FEIRA (12)



Um locutor tomou a maior parte do tempo destinado a Bolsonaro no primeiro bloco de cinco minutos no rádio. Após quase três minutos de propaganda, Bolsonaro entra no programa e fala sobre seu "xodó", a filha Laura. O áudio traz pausas longas, que demonstram a emoção

de Bolsonaro ao lembrar que "já havia decidido não ter mais filhos" e tinha feito vasectomia. "Mudou muito a minha vida a chegada da Laura". Em abril do ano passado, em palestra no Rio de Janeiro, Bolsonaro disse que tinha cinco filhos e, na sequência, soltou uma frase polêmica. "Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher", em referência à caçula. No programa de Haddad, o nome do ex-presidente Luiz Inácio Lula

da Silva (PT), explorado exaustivamente durante o primeiro turno, não foi citado. O PT também não ganhou destaque. Haddad disse que "essa campanha não é de um partido". "Quero contar com todos que são a favor da democracia. Eu conto com você. Vamos vencer a violência".

Medos O começo do programa de Bolsonaro fez referência ao medo do comunismo e trouxe áudios de Lula a respeito do Foro de São Paulo, um grupo "com viés ideológico comunista, de esquerda, liderado por Lula e Fidel Castro", segundo a campanha do candidato do PSL. "Nós vamos criando uma consciência na esquerda da América Latina e hoje todos aqueles que participaram do Foro de São Paulo chegaram ao poder". O locutor diz que, com os governos do PT, o país "chegou à beira do abismo". "Fizeram de Brasília um balcão de negócios", diz. "Mas o vermelho jamais foi a cor da esperança. O vermelho é um sinal de alerta para o que não queremos para o nosso país". A campanha de Bolsonaro, então, diz que "a nossa bandeira é verde e amarela, e o nosso partido é o Brasil". Após mencionar o atentado, dizendo que tentaram "tirá-lo de combate", o locutor diz que a campanha chegou ao segundo turno com a verdade e "com Deus acima de tudo". A campanha de Haddad também usou medos na volta da propaganda eleitoral. "O segundo turno foi transformado por alguns seguidores de Bolsonaro numa onda de violência e intolerância", diz um locutor. O programa, que lembra mortes em razão de discussões políticas, também recupera um áudio de Bolsonaro dizendo: "vamos fuzilar a petralhada" e repete o trecho algumas vezes. Uma locutora questiona: "esse é o Brasil de intolerância que a gente quer?" Os petistas, então, propõem trocar a arma na mão por um livro. "O meu sonho é oferecer aos brasileiros a oportunidade, pelo menos uma oportunidade, ou de trabalho ou de educação. É um livro na mão e a carteira de trabalho assinada na outra". Na sequência, é apresentado um jingle, que traz os seguintes versos: "nossa arma não é grito, não; mais vale um livro em sua mão". "Meu presidente é minha voz. Pelo Brasil, por todos nós", traz a música.

União e paz Os candidatos também fizeram sinalização a um país unido. Haddad, por exemplo, falou que sua campanha é da sinceridade e da paz". "Agradeço a Deus e a você que me ajudou a chegar ao segundo turno. Nossa luta é por democracia, que é e sempre será o melhor caminho". O petista ainda citou que está casado há trinta anos e tem dois filhos, que "são uma bênção de Deus". Ele ainda falou ainda o que pretende na Presidência. "Queremos paz. E paz se constrói garantindo direitos. Direito a três refeições por dia, a saúde, educação e oportunidade para todos". A campanha, então, citou, rapidamente, propostas sobre emprego, salário mínimo, educação. O presidencialista ainda fez sinalizações a quem não esteve com ele no início da campanha. "É hora de olhar de olhar para frente. Mesmo que você tenha votado em outro candidato no primeiro turno, eu quero conversar com você. Essa campanha não é de um partido. E de todos que querem mudar para melhor o nosso país", disse Haddad. "Serei o presidente do povo brasileiro, que vai defender o nosso território, nossas riquezas e nossa soberania. Vamos nos unir. A hora é agora. Quero contar com todos que são a favor da democracia e dos direitos do povo", complementou. Em seu minuto final de programa, a campanha de Bolsonaro, que insere canções em ritmo de forró para a campanha, diz que "chegou a hora de o Brasil se unir, virar a página do passado que não queremos de volta, e eleger um presidente que vai fazer essa nação crescer e melhorar de verdade a sua vida". O locutor diz que Bolsonaro tem orgulho de dizer que, no Congresso, ele "nunca fez conchavo, nunca manchou seu nome ou a sua honra". "Firme, sempre defendeu os valores da família. E foi voz forte e dura nos momentos em que o país mais precisou", complementou a campanha. "Precisamos, sim, de políticos honestos e patriotas", disse Bolsonaro. "Um governo que saia do cangote da classe produtora. Tenho certeza que, dessa forma seremos uma grande nação".

Na primeira pesquisa que avaliou a disputa em segundo turno, Bolsonaro aparece com 58% dos votos válidos. Já Haddad, segundo o Datafolha, tem 42%.

Reverberação na Terra

Link para acesso a matéria jornalística original:

<https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/apos-enquadrar-mourao-bolsonaro-publica-video-sobre-a-filha-e-a-mulher%2Cfb022fb3ab807c33eb86b25cad7f23d6nvbi8mbe.html>

Bolsonaro publica vídeo sobre filha após polêmica de Mourão **Vice disse que famílias sem pais e avôs eram 'fábricas de desajustados'; candidato enfrenta resistência do eleitorado feminino na internet**

Márcio Rodrigues e Elizabeth Lopes - 20 set 2018 - 09h38

Internado no hospital Albert Einstein, em São Paulo, desde que foi esfaqueado em um evento de campanha em 6 de setembro, o candidato do PSL à Presidência nas eleições 2018, Jair Bolsonaro, publicou na noite de quarta-feira, 19, um vídeo em suas redes sociais no qual elogia sua filha Laura e a mulher, Michelle, que foi mãe solteira, dias depois de seu vice, o general reformado Hamilton Mourão, ter dito que famílias sem pais e avôs em áreas pobres eram 'fábricas de desajustados' e em meio à crescente campanha feminina na internet contra sua candidatura.

As declarações do presidente foram dadas em meio a uma tentativa de enquadrar Mourão, que, desde o atentado de Juiz de Fora tem feito declarações polêmicas e participado de palestras e atos de campanha, e o assessor econômico da chapa, Paulo Guedes, que afirmou ontem estudar a criação de um imposto nos moldes da antiga CPMF num eventual governo, o que põe em xeque o discurso da campanha.



O vídeo sobre a filha e a mulher também é uma tentativa de o candidato se contrapor ao crescente movimento contra sua candidatura organizado por mulheres nas redes sociais. No fim de semana, eleitores de Bolsonaro tentaram hackear uma comunidade crítica a ele no Facebook com mais de 1 milhão de participantes. Seu filho Eduardo Bolsonaro chegou a dizer, sem oferecer provas, que o grupo tinha sido 'vendido para a esquerda'.

Na gravação, de pouco mais de um minuto, o capitão da reserva diz: "Tenho uma enteada em casa, minha esposa era mãe solteira e falou que a grande realização do casamento é ter filhos", disse ele, destacando que desfez a vasectomia, Laura nasceu e isso mudou a vida da família.

Ao falar que sua mulher foi mãe solteira, ele tenta também se contrapor às declarações de seu vice Mourão, que chamou de desajustadas as famílias cujos filhos são criados sem pai. No ano passado, no entanto, em uma palestra na Hebraica, no Rio de Janeiro, o deputado disse que depois de ter tido quatro filhos homens teve uma "fraquejada" ao ter uma filha mulher.



Do hospital, Bolsonaro fez transmissão ao vivo em rede social.

Em meio à polêmica trazida pela tema, Bolsonaro determinou que Guedes e Mourão reduzam suas atividades eleitorais. A campanha quer estancar o desgaste provocado por declarações polêmicas dos dois aliados. Ontem pela manhã, o perfil de Bolsonaro no Twitter já havia reiterado o compromisso com a redução da carga tributária após notícia de que Guedes estuda como proposta para um

eventual governo a criação de um novo imposto nos moldes da antiga CPMF, pondo em xeque o discurso da campanha.

Afirmções e a movimentação eleitoral do candidato a vice na chapa também constrangeram Bolsonaro e a cúpula da campanha nos últimos dias. Do quarto do Hospital Albert Einstein, Bolsonaro acompanhou também pelo noticiário Mourão defender uma Constituição elaborada por não eleitos e que o Brasil evitará fazer acordos com "a mulambada", em uma referência a países emergentes.

Ao visitar o hospital na capital paulista, anteontem, o general da reserva ouviu uma determinação do candidato. Bolsonaro pediu que seu vice suspendesse a agenda de viagens. O candidato avaliou que a campanha entrou num momento decisivo e que não podia correr mais riscos.

Agora pela manhã, Bolsonaro voltou a usar a rede social, desta vez para reafirmar pontos que vem defendendo ao longo de sua campanha, como o combate a violência e a redução da maioridade penal. "O brasileiro desta vez tem a opção de escolher alguém que pegue firme contra a violência, a favor do livre mercado, contra o aborto e a doutrinação ideológica na educação, livre de acordões políticos e a favor da redução da maioridade penal. Mudaremos juntos a direção do Brasil!", escreveu o deputado.